

CONTABILIDADE CONTEMPORÂNEA APLICADA



ANA CAROLINA VASCONCELOS COLARES
(Organizadora)

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Organizadora

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Capa

AYA Editora

Revisão

Os Autores

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica -
Poli - USP
Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná
Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. João Luiz Kowaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. José Henrique de Goes
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino
Superior dos Campos Gerais
Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná
Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos
Faculdade Rachel de Queiroz
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí
Prof.ª Ma. Sílvia Apª Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

C759 Contabilidade contemporânea aplicada. / Ana Carolina Vasconcelos Colares (organizadora). -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 196 p. -- ISBN:978-65-88580-40-0

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

DOI 10.47573/aya.88580.2.28

1. Contabilidade. I. Colares, Ana Carolina Vasconcelos. II. Título

CDD: 657

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

International Scientific Journals Publicações de Periódicos
e Editora EIRELI

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação 9

01

**Business process outsourcing financeiro:
Um estudo na administração pública
indireta em Minas Gerais..... 11**

Eduardo Araújo Costa

José Wanderley Novato Silva

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.1

02

**Contabilidade digital: os desafios
do profissional contador na era
tecnológica..... 29**

Natália Cristina Lourenço Braga

Ana Carolina Vasconcelos Colares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.2

03

**Avaliação de conformidade do disclosure
à ótica das ICPC 01 e 17: análise
das demonstrações financeiras da
concessionária de iluminação pública de
Belo Horizonte..... 47**

Maria Clara Ferreira Cruz

Ana Carolina Vasconcelos Colares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.3

04

Análise dos apontamentos do PCAOB nos relatórios de inspeção das firmas de auditoria brasileiras..... 65

Marlon Freire Ramos

Gilberto Galinkin

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.4

05

Inserção do jovem no mercado de trabalho contábil..... 83

Daniel Calvano Sanches

Fabiana Costa Marques

Luiz Antonio Marcelino

Melissa Bleme Policarpo de Azevedo

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Ana Tereza Lanna Figueiredo

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.5

06

A contabilidade e o mercado de trabalho: uma análise do perfil dos técnicos em contabilidade..... 99

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Adalberto Jose da Silva

Aline Dayanne da Lomba

Angela da Silva Estevão

Claudia Cavalli

Flavio Souza Guimaraes

Isabela Neres Brito

Josiane Alves Ramos Rocha

Laercio Hambruck Rosa

Marco Aurélio de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.6

07

O impacto econômico e financeiro da COVID-19 no setor educacional privado em empresas listadas na B3 117

Mario da Silva Alves

Ana Carolina Vasconcelos Colares

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.7

08

Os impactos da pandemia do COVID-19 nas micro e pequenas empresas brasileiras..... 135

Lavinia Francisca Adriana da Silva

Othon Pereira de Mello

Roanjali Auxiliadora Gonçalves Salviano Araújo

Amaro da Silva Junior

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.8

09

Distribuição de lucros aos acionistas e os reflexos tributários em companhias listadas na B3 153

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Daniela Ribeiro de Andrade

Luana Campos Ricchetti Lyra

Tamiris de Oliveira Rocha

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.9

10

Subvenções governamentais e capitalismo de laços na área da saúde.....171

Amilson Carlos Zanetti

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Vanessa Freitas de Oliveira

Elaine Nunes Pinheiro Martins

Felipe Gustavo de Brito Couto

Isabella Lott Bezerra

Mauricio Alves da Silva

Valtencir Natal Pereira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.28.10

Organizadora 189

Índice Remissivo 190

Apresentação

Quando se fala em mundo contemporâneo, estamos tratando sobre o atual contexto em que vivemos, e na área contábil isso implica em uma série de mudanças ocorridas nos últimos anos e que impactaram essa área do conhecimento ampliando o mercado e possibilitando atuação mais estratégica dos profissionais que nela atuam.

Traçando uma linha do tempo nesse contexto, temos três marcos importantes a destacar. Primeiramente, o surgimento do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a Nota Fiscal Eletrônica no final da década dos anos 2000, quando houve uma substituição gradual do papel pelo meio eletrônico como suporte das informações que garantem o cumprimento das obrigações acessórias. Essa revolução digital possibilitou que o trabalho de fiscalização se tornasse mais preciso e rápido, enquanto que os empresários poderiam se dedicar mais ao negócio, sem perder tempo com burocracia e com a utilização de arquivamentos em papel.

No segundo momento, no início da década dos anos 2010, houve o processo de convergência das normas contábeis ao padrão internacional, o que possibilitou o aumento da comparabilidade e fidedignidade das informações contábeis, tornando a contabilidade uma referência fundamental na globalização dos mercados. As premissas adotadas no novo arcabouço normativo contábil se tornaram mais subjetivas e sujeitas à julgamento por parte de quem reporta as informações, mas, por outro lado, essa subjetividade possibilitou que a visão contábil se tornasse mais próxima da realidade econômica das entidades que reportam a informação. Deste modo, além de aumentar a comparabilidade a nível internacional, a contabilidade se tornou uma fonte de informações cada vez mais relevante e capaz de influenciar as decisões de investimentos do diversos stakeholders.

Por fim, caminhando para a década dos anos 2020, o conceito de Big Data se tornou mais conhecido e ganhou espaço na contabilidade. Big Data é o nome dado para o grande volume de dados que são difíceis de processar usando as técnicas tradicionais de banco de dados e software. No entanto, com o tratamento adequado, esses dados são usados para revelar padrões e tendências de mercado transformando a maneira como as decisões de negócios são tomadas. Desta forma, por terem uma origem na contabilidade, os dados são usados por contadores para fornecer relatórios financeiros, avaliar e gerenciar riscos, medir o desempenho e gerar inteligência empresarial, também conhecida por Business Intelligence.

Com a chegada da Pandemia do Covid-19 em 2020, percebemos que não houve impacto significativo para a contabilidade e toda a adaptação para o home office ocorreu de forma tranquila e natural. Os maiores desafios encontrados foram o volume de trabalho adicional em razão do aumento de orientações, ocasionado pela grande quantidade de novas legislações e decretos durante o período de pandemia, e, a continuidade dos negócios dos clientes dos escritórios de contabilidade por causa das restrições impostas pelo isolamento social.

Diante do contexto apresentado, percebe-se que é de extrema relevância a inserção de questões que englobam aspectos contemporâneos na contabilidade, entendendo ainda que a contabilidade aplicada envolve a visão empírica de sua atuação em diferentes tipos de entidades e setores econômicos. Desta forma, essa coletânea de artigos aborda estudos diversos relacionados com a con-

tabilidade digital, auditoria, disclosure contábil, mercado de trabalho da contabilidade, reflexos econômico-financeiros da pandemia e outros temas relevantes.

Pretende-se com esta publicação fomentar a reflexão sobre os novos rumos da contabilidade, bem como as diferentes metodologias de pesquisa aplicáveis, para que novos estudos sejam desenvolvidos contribuindo para o entendimento da relevância da contabilidade para o mercado e a economia global. Desejo a você uma ótima leitura!

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Business process outsourcing financeiro: Um estudo na administração pública indireta em Minas Gerais

Business process outsourcing financial: A study on indirect public administration in Minas Gerais

Eduardo Araújo Costa

Graduado em Ciências Contábeis pela PUC Minas

educosta.ara@gmail.com

José Wanderley Novato Silva

Doutor em Ciência da Informação (ECI/UFMG) e Professor Adjunto do Departamento de Administração da PUC Minas

profwanderleynovato@gmail.com

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar os impactos da terceirização dos instrumentos de controle financeiro e orçamentário de uma autarquia pública indireta a partir do Business Process Outsourcing (BPO). Para o referencial teórico foram consultadas obras relacionadas à importância da gestão financeira na administração pública indireta, rotinas financeiras e ferramentas de análises para BPO Financeiro. O estudo foi realizado no Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região de Minas Gerais, e a metodologia escolhida foi o estudo de caso. Para a coleta de dados foi utilizada uma análise documental e entrevistas semiestruturadas, e para a tratativa dos dados coletados no portal de transparência da entidade, utilizou-se a ferramenta Power BI, que permitiu a adequação das informações financeiras através de dashboards interativos e de clara interpretação. Os principais resultados mostraram que a utilização do BPO Financeiro para a autarquia garantiu a adequação à instrução normativa nº 84/2020 do TCU, e abriu novas possibilidades de implementação com a descentralização de processos que tratam sobre os demonstrativos financeiros da entidade. Espera-se que o estudo contribua para que sejam feitas novas pesquisas envolvendo a aplicação do BPO Financeiro, e ferramentas como Power BI nas entidades da administração pública indireta.

Palavras-chave: business process outsourcing. gestão financeira. inteligência de negócios. autarquias.

Abstract

The present work had as objective to analyze the impacts of the outsourcing of the instruments of financial and budgetary control of an indirect public autarchy from the Business Process Outsourcing (BPO). For the theoretical framework, works related to the importance of financial management in indirect public administration, financial routines and analysis tools for Financial BPO were consulted. The study was carried out at the Regional Council of Nutritionists of the 9th Region of Minas Gerais, and the chosen methodology was the case study. For data collection, document analysis and semi-structured interviews were used, and for the treatment of data collected on the entity's transparency portal, the Power BI tool was used, which allowed the adequacy of financial information through the interpretation of panels interactive and clear. The main results showed that the use of the Financial BPO for the autarchy ensured compliance with TCU's normative instruction nº 84/2020, and opened up new possibilities for implementation with the decentralization of processes that deal with the entity's financial statements. It is expected that the study will contribute to further research involving the application of Financial BPO, and tools such as Power BI in indirect public administration entities.

Keywords: business process outsourcing. financial management. business intelligence. autarchies.

INTRODUÇÃO

Dentro da Administração Pública Indireta redigida pelo Decreto-Lei 200/64 e especificamente nas autarquias, existe um campo a ser explorado no que tange a terceirização financeira, campo este, que através do contador, poderá fomentar o acompanhamento, controle, análise e gestão da saúde financeira governamental, e assim fornecer a sociedade uma visão clara e facilitada das atividades financeiras do ente.

Segundo Paim *et al.* citado por Souza (2010), a implantação de um ou mais processos de gestão torna-se essencial para garantir o controle das mudanças e prover uma competitividade ascendente. O estudo das deficiências existentes nos negócios, alinhado com a definição de soluções estratégicas, fornece uma visão concreta de ações preventivas e corretivas que auxiliam as empresas a melhorarem o fluxograma de suas atividades e tarefas, e conseqüentemente dedicarem recursos voltados com foco no produto ou serviço oferecido para fornecer melhorias gradativas.

Desta forma, destaca-se nesta pesquisa o desenvolvimento do BPO Financeiro como ferramenta de gestão financeira para a Administração Pública Indireta na tomada de decisões. Sua diferenciação é evidenciada no estudo de caso aplicado em uma autarquia pública indireta, tendo em vista os processos singulares à qualidade da entidade. Espera-se que possa ser útil para a elaboração de novas pesquisas envolvendo as áreas de BPO Financeiro, Power BI em autarquias e outras instituições.

REFERENCIAL TEÓRICO

Característica da Administração Pública Indireta

A Administração Pública, sancionada pela lei nº 9.784/99 é uma ferramenta de ação do governo que, para Santos e Oliveira (2010) “[...] consiste na própria atividade administrativa exercida pelo Estado, trata-se da gestão de interesses públicos, seja através da prestação dos serviços públicos, seja por sua organização interna, ou ainda pela intervenção no campo privado como, por exemplo, o poder de polícia”.

Carvalho e Sampaio (2019, p.4) explicam que a administração pública “[...] divide-se, portanto, em Administração Direta e Administração Indireta. A primeira, representada pela União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Entidades estas que se fragmentam em órgãos os quais possuem atribuições específicas”. Já a Administração indireta é formada por autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O art.5º do Código Civil conceitua Autarquias como “O serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.” (BRASIL, 1967).

Dentro de uma entidade administrativa indireta, a gestão financeira é geralmente realizada pela área de Tesouraria, que deverá possuir um planejamento financeiro afim de controlar as movimentações pertinentes a entidade. Essa gestão é a que evidencia todos os fatos e atos de receitas e despesas incorridas periodicamente. Lima (2016) aponta que uma boa condição financeira suporta

crises como a queda de arrecadação mantendo o nível de serviços essenciais, onde os gestores precisam estar atentos para que, quando cabível, adotem medidas necessárias. Tal atribuição reitera a necessidade de profissionais especialistas na área, e caberá à instituição avaliar e responder por sua escolha.

Business Process Outsourcing: Conceitos aplicados

No Simpósio de excelência de Gestão e Tecnologia (2008, p.8 e 14), a revisão da literatura sobre o conceito de business process outsourcing denota que o “BPO estaria focado em como as metodologias e as funções dos processos podem ser mais eficazes”, além de indicar que “o BPO [...] é uma excelente forma de gerar benefícios de curto e de longo prazo, principalmente se for estabelecida uma parceria estratégica com o prestador de serviços”.

Dentre um estudo para traçar um conceito, Eckert *et al.* (2017) definiu que:

BPO é a terceirização plena interna ou externa [...] **de uma atividade que não o core business do cliente** [...] com administração e total gestão por uma equipe terceirizada, que pode ser nacional ou internacional [...] com base na tecnologia [...]. (ECKERT *et al.*, 2017, p.17, grifo do autor).

A forma mais comum de um contrato de um BPO envolve a transferência do controle e posse de parte das operações do processo de negócios de uma empresa para uma prestadora de serviços terceirizados. Em contrapartida, esta assume a responsabilidade e o gerenciamento das operações da empresa contratante e que forneça relatórios que especifiquem a estratégia de controle. (PEDRIALI, 2004).

Em grande parte, o fim principal das entidades da administração indireta não é a gestão financeira, porém tal gestão é necessária para que as metas e os planos traçados sejam condizentes com a realidade da instituição.

O BPO está a emergir de um conjunto de fatores impulsionadores que convergiram involuntariamente neste momento em particular para permitir a deslocação do trabalho para o seu fornecedor de menor custo/elevada qualidade, independentemente da localização física do fornecedor. (CLICK, 2004, p.10, tradução nossa).

Tendo desenvolvido um estudo de caso com BPO, Kolhapur (2020) destaca em seu artigo que a terceirização visa aliviar a carga de realização dos processos e atividades meios das empresas para se concentrarem no seu fim, e, portanto, foi explorado melhor os seus atributos.

Para Teixeira (2004, p.3), “o processo de terceirização se inicia na identificação de oportunidades, contratação de serviços, estende-se pelo acompanhamento da realização do serviço até o término da vigência do contrato. Pode-se afirmar que a terceirização combina objetivos econômicos, como a redução dos custos, e objetivos organizacionais, com o aumento de flexibilidade, na busca da qualidade-produtividade, o que pode levar à competitividade”.

Igualdade relacional Setor Financeiro vs BPO Financeiro

Como qualquer outra operação de gestão, para se realizar o BPO financeiro é necessário conhecer que o(s) processo(s) que fica(m) sob responsabilidade da empresa Outsourcing (terceirizada), em suma, são os mesmos se fossem exercidos pelo setor financeiro, as tarefas não se diferem, o atributo importante é a mudança da forma de atuação uma vez que o BPO visa a melhora nas me-

tecnologias, aumento na produtividade, o compartilhamento de recursos e tecnologias, quantificar os benefícios mais facilmente, propiciar maior eficácia no direcionamento de recursos por meio de informações personalizadas para atender as necessidades da empresa e transformar custos fixos em custos variáveis. (HALVEY; MELBY *apud* PEDRIALI, 2004, p. 9).

Gestão de mudança com BPO Financeiro

Conforme Souza (2010, p. 9) Para que se tenha uma transição eficiente, a flexibilidade de suportar as mudanças é relativa à liberdade das empresas para adotarem uma ou várias medidas para resolver os problemas quanto a novas perspectivas dos processos de negócios.

Ainda segundo Souza, essa estratégia de mudança possui alguns processos, que podem ser sintetizados como:

- **Análise da mudança:** Analisar a causa e os possíveis efeitos que a mudança pode ocasionar, mesmo que não seja planejada;
- **Execução da mudança:** Implantação da mudança;
- **Validação da mudança:** Verificação, feedback, acompanhamento e suporte.

Para realizar uma mudança dentro de um setor, é necessário que se faça um planejamento prévio para estabelecer e conhecer as estruturas que deverão ser moldadas, pois durante a mudança, o processo precisa ser avaliado afim de controlar as etapas realizadas. E após a implementação, o mesmo deverá ser acompanhado com o cliente para que se tenha um retorno das melhorias a se realizar e da adaptação à mudança nos fluxos de trabalho.

Principais rotinas no BPO Financeiro

Para traçar os principais elementos que podem ser agregados na rotina do BPO financeiro, Machado (2020) descreve seis serviços essenciais, mas serão mencionados apenas quatro deles no quadro a seguir:

Quadro 1 – Exemplo de Rotinas do BPO Financeiro

Atributos	Resumo de Atividades
Gestão de Fluxo de Caixa	I. Acompanhamento das entradas e saídas financeiras; II. Projeções financeiras; III. Viabilidade financeira;
Gestão de contas a pagar e receber	I. Registro de pagamentos ao banco; II. Monitoramento de Inadimplência; III. Emissão de boletos e NFSe;
Gestão da documentação	I. Arquivar e auditar documentos financeiros; II. Observação da LGPD;
Gestão de indicadores	I. Monitoramento de KPIs como lucratividade, rentabilidade e margem de lucro, ponto de equilíbrio etc.

Fonte: Machado (2020) elaborado pelo autor.

Esses são processos chave dentro do BPO Financeiro, mas a inclusão ou remoção de algum dos itens listados, poderá variar de acordo com a necessidade encontrada na empresa outsourcing. Se tratando dos indicadores de desempenho, sua apresentação clara e intuitiva representará uma notável diferenciação em termos de qualidade.

Em virtude disso, o próximo tópico aborda com mais clareza a sua representatividade nas ferramentas de análise.

Ferramentas de análise para BPO financeiro

Dentre as diversas ferramentas disponíveis para a gestão eficiente de todos os processos que envolvem a área financeira, Darcy Barros Filho cita as mais utilizadas no mercado. É feito um complemento às tecnologias mais modernas atualmente, são elas:

- a. **Google Drive e Dropbox:** Armazenamento de documentos e compartilhamento de arquivos;
- b. **Nibo, Conta Azul ou QuickBooks:** Sistema/Software de Gestão financeira.
- c. **Whatsapp, Skype, Hangouts:** Para vídeo conferências e mensagens instantâneas;
- d. **Evernote e Trello:** Softwares/aplicativos destinado a organização de arquivos em notas, e o acompanhamento de processos, tarefas e rotinas.
- e. **Oracle, SQL Server e MySQL:** Sistemas para gerenciamento de banco de dados (SGBD);
- f. **Power BI (PBI):** Self-Service de business intelligence, serviço de análise de negócios;

Pode-se notar que ferramentas de análise são fundamentais para a demonstração agregada de valor do trabalho de BPO, mas foi destacado a ferramenta central por ser aquela capaz de demonstrar, em sua maioria, o produto do BPO Financeiro.

Análise Financeira com Power BI

Extraindo o conceito direto da fonte criadora, a definição da Microsoft para o PBI é:

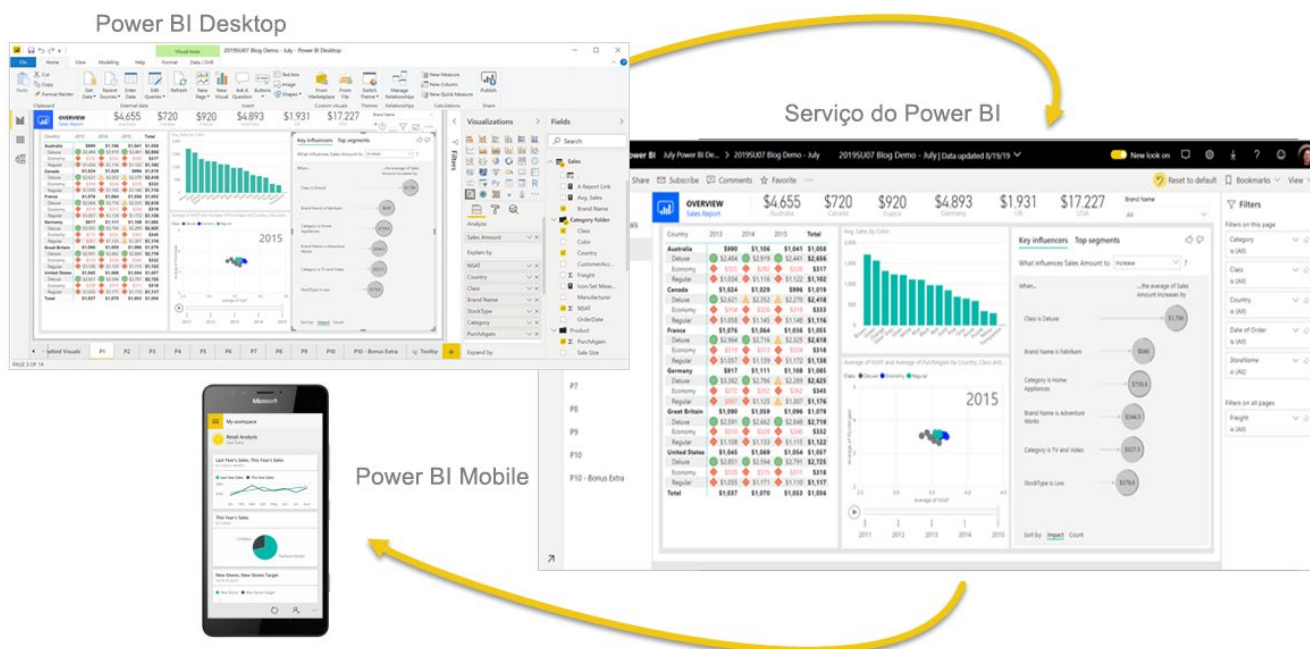
O Power BI é uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e interativas. [...]Com o Power BI, você pode se conectar facilmente a fontes de dados, visualizar e descobrir conteúdo importante e compartilhá-lo [...] (MICROSOFT, 2020).

Se trata, então, de uma ferramenta útil e clara para analisar os dados empresariais.

Sua clareza também é comentada por Freitas, citado por Da Silva (2019) “a visualização da informação tem o objetivo de representar graficamente os dados das organizações de modo que o usuário consiga interpretar e compreender as informações para construir novos conhecimentos e a tomar melhores decisões”.

Para tornar mais evidente o Self-Service de BI, a figura 1 apresenta a interface da ferramenta.

Figura 1 – Interface do Power BI



Fonte: Microsoft (2020)

Nessa figura, pode-se perceber que a utilização do PBI é ampla, e com ela é possível coletar, tratar, armazenar, e demonstrar os dados empresariais, levando suporte à tomada de decisão e agregando visualmente em uma plataforma, as variáveis financeiras da instituição com clareza através de dashboards interativos e com métricas aplicadas à análise requerida, trazendo assim a informação final ao usuário.

Gestão da informação

Davenport (1998) faz uma distinção explicativa que segrega e unifica a gestão no quadro a seguir:

Quadro 2 - Dados, informação e conhecimento

Dado	Informação	Conhecimento
<p>Simples observações sobre o estado do mundo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilmente estruturado; • Facilmente obtido por máquina; • Frequentemente quantificado; • Facilmente transferível. 	<p>Dados dotados de relevância e propósito</p> <ul style="list-style-type: none"> • Requer unidade de análise; • Exige consenso em relação ao significado; • Exige necessariamente a mediação humana. 	<p>Informação valiosa da mente humana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclui reflexão, síntese, contexto; • De difícil estruturação; • De difícil captura em máquinas; • Frequentemente tácito • De difícil transferência.

Fonte: Davenport (1998, p.18)

O autor explica que a definição de dados é feita quando se observa os fatos brutos ou entidades quantificáveis, por pessoas ou por uma tecnologia apropriada. E dessa forma, é fácil capturar, comunicar e armazenar os dados. Já a informação, ele considera como medida de relevância e propósito, pois a informação exige análise. E quanto ao conhecimento, ainda citando o autor, é considerado a informação mais valiosa e difícil de gerenciar, pois “os receptores devem não apenas usar a informação, mas também reconhecer que de fato constitui conhecimento.” (DAVENPORT, 1998, p.19-20).

Através desta sistemática a construção do desempenho financeiro poderá ser construída, as informações devem ser extraídas com cuidado, tratadas segundo sua relevância, e aplicada objetiva e acertadamente dentro do objeto de análise mencionado para estudo na Autarquia.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Considerando que o objetivo desta pesquisa é analisar os impactos da terceirização dos instrumentos de controle financeiro e orçamentário de uma autarquia pública indireta, selecionada para essa investigação, ela pode ser classificada como exploratória, devido ao tema ser pouco abordado em estudos anteriores, também é descritiva por se tratar da análise de um estudo de caso e possui abordagem qualitativa e quantitativa.

Trata-se de um estudo de caso realizado no Conselho Regional de Nutricionistas do estado de Minas Gerais (CRN9), em que “o pesquisador deve aprender a integrar acontecimentos do mundo real às necessidades do plano traçado para a coleta de dados; nesse sentido, o pesquisador não controla o ambiente da coleta de dados como se poderia controlar ao utilizar outras estratégias de pesquisa” (YIN, 2001, p. 93-94).

Caracterização da entidade

Segundo o Portal de Transparência da autarquia e os termos da Lei nº 6.583/78 e Decreto nº 84.444/80, o Conselho Regional escolhido possui personalidade jurídica de direito público e autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial que, em resumo, tem o poder de legislar e regular com as seguintes finalidades:

I – Orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das profissões de nutricionista;

II – Fiscalizar as atividades;

III – Atuar como órgão julgador originário em processos administrativos e disciplinares relacionados com a orientação, disciplina e fiscalização do exercício e das atividades profissionais nas áreas de Alimentação e Nutrição. Parágrafo único. Vide art. 10 da Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, e no art. 13 do Decreto nº 84.444, de 30 de janeiro de 1980.

Portanto o Conselho Regional de Nutricionistas do estado de Minas Gerais (CRN9) é uma autarquia sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades da profissão de nutricionista no estado de Minas Gerais, em defesa da sociedade.

Nesta pesquisa, a Unidade Contábil/RH foi responsável pela realização do Business Process Outsourcing - BPO Financeiro, onde atuam um assessor contábil e um assistente contábil.

Coleta dos dados

Na organização estudada foi escolhido para ser entrevistado o Assessor da Unidade Contábil. O critério de seleção foi o seu grau de acesso às informações necessárias ao alcance dos objetivos, ao mesmo tempo em que, também em virtude da posição que ocupa na autarquia, conhece as necessidades gerenciais – tanto de transparência, quanto contábeis e financeiras – da organização. A entrevista aplicada foi do tipo não estruturado, porque “nesse tipo de técnica, o entrevistado fica livre para

responder sobre o tema proposto, sem estar condicionado a uma sequência programada de perguntas. Assim, o entrevistado desenvolve o tema conforme o desenrolar da conversa.” (ZANELLA, 2013, p.116). Isso permitiu maior profundidade nas respostas.

Como o estudo de caso permite, foram aplicadas outras técnicas para coleta de informações – questionário, entrevista, análise documental e observação direta. Em relação ao questionário aplicado, trata-se de uma análise de controles internos, conforme checklists utilizados em revisões de auditorias independentes.

Foi realizada uma análise documental, feita a partir da coleta de informações disponíveis no Portal de Transparência da entidade e dos relatórios contábeis da organização. Os documentos que permitem a comparação referida no presente trabalho, são aqueles responsáveis por apresentar uma demonstração da situação e do desempenho entidade: o comparativo financeiro da receita e despesa. Finalmente, é necessário destacar que foram feitas visitas in loco para observação direta, úteis na compreensão das atividades da autarquia.

Tratamento dos dados

A aplicação do questionário, feita em momento anterior à entrevista, teve como objetivo fazer um levantamento prévio da situação da organização considerando o controle interno da instituição. Uma vez que a Unidade Contábil possui dois funcionários para desempenhar as atividades, essa priorização das atividades é importante para que a autarquia permaneça em dia com suas obrigações e mantenha sua capacidade de dar vazão aos usuários internos e externos sobre as competências do cargo. Ele serviu de base para a elaboração das perguntas incluídas no roteiro, que aprofundaram os pontos mais importantes nessa temática.

Os discursos colhidos na entrevista foram analisados levando em consideração alguns fundamentos oriundos das técnicas de ‘análise do discurso’ que foram consideradas convenientes para este trabalho. As mais importantes foram as considerações relacionadas à posição do entrevistado frente ao entrevistador, o horário e o local selecionados para a entrevista, e considerações de contexto referentes à organização, tais como a sua situação atual: o momento econômico-financeiro, circunstâncias de políticas internas.

A análise documental trouxe informações adicionais que foram compiladas e analisadas utilizando o Power BI, da Microsoft Co. Na ferramenta foi realizada a importação dos dados de cada mês do exercício de 2020, disponíveis no Portal de Transparência do CRN9. A partir da ferramenta, foram realizados três processos base, conhecidos como ETL (Extract, Transform, Load) – em português: extração, transformação e carga. Importante ressaltar que uma vez realizada essa readequação, os próximos arquivos – de exercícios posteriores – carregados para dentro da plataforma de BI, não precisarão mais desta tratativa.

Essa análise serviu para completar uma triangulação dos dados, uma vez que informações diversas, de diferentes fontes, sobre um mesmo assunto, propiciaram ao trabalho uma visão mais abrangente da questão pesquisada. As informações coletadas foram organizadas separadamente em dois tópicos de análise - quantitativa e qualitativa. Os objetivos específicos foram então selecionados para compor um tópico final desse capítulo de Apresentação e Análise dos Resultados, resumizando a análise.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Observou-se que as atribuições das atividades financeiras da autarquia e as necessidades de terceirização na gestão financeira foram identificadas em uma análise conjunta com o assessor contábil, onde foram aplicados conceitos explanados por Machado (2020) como rotinas do BPO financeiro que auxiliam empresas através das fontes de informações descritas por Davenport (1998) como relevantes a serem investigadas.

Esta seção apresenta os resultados provenientes dos dois tipos de pesquisa realizados, a qualitativa e a quantitativa. Primeiramente serão apresentados os resultados da parte qualitativa, pois assim como foi apresentado no referencial teórico, é necessário entender qual processo da gestão financeira e contábil se fará o outsourcing, e posteriormente, a parte quantitativa, demonstrando a análise através dos dados fornecidos pela empresa estudada.

Análise qualitativa

Os conceitos do BPO estudados e definidos que compreenderam técnicas para se analisar e obter informações frente à instituição, bem como as deficiências da empresa, foram seguidos e abordados em sua aplicabilidade.

Portanto foi realizada uma apresentação ao contador do ente público para que o mesmo tomasse conhecimento de um parceiro terceirizado através do outsourcing que pudesse auxiliá-lo em suas tarefas da unidade Contábil. Dentre as possibilidades explanadas na apresentação, ficou a seu cargo evidenciar qual área do setor financeiro seria terceirizado, onde optou pela demonstração analítica do comparativo das receitas e das despesas. Sua escolha se justificou no fato de possuir a demanda de apresentação mais eficiente da prestação de contas do conselho de fiscalização, visando atender à Instrução Normativa TCU nº84/2020.

Portanto, coube analisar os principais aspectos das mudanças trazidas pela IN-TCU nº 84/2020, e como as informações devem ser prestadas ainda no decorrer do exercício de referência (art. 7º e 8º da IN-TCU nº 84/2020). Esta nova norma também traz uma atualização quanto aos prazos de envio da prestação de contas, que deverá acontecer no portal de transparência da autarquia.

Em relação à elaboração, e a divulgação, em resumo, ela deve observar os seguintes pontos:

Quadro 3 – TCU: Instrução Normativa nº 84/2020 - Art.4

Princípios para a elaboração e a divulgação da prestação de contas - Art.4	
Foco estratégico e no cidadão	Prestar contas, apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, proporcionando uma visão de como a estratégia se relaciona com a capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos;
Conectividade da informação	As informações devem mostrar uma visão integrada da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício;
Relações com as partes interessadas	As informações devem prover uma visão da natureza e da qualidade das relações com suas principais partes interessadas, considerando, inclusive, melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;
Materialidade	Devem ser divulgadas informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de alcançar os objetivos de geração de valor público no curto, médio e longo prazos e com conteúdo relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos;
Concisão	Os textos não devem ser mais extensos do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões;

Confiabilidade e completude	Devem ser abrangidos todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos, de modo a evitar equívocos ou vieses no processo decisório dos usuários das informações;
Coerência e comparabilidade	As informações devem ser apresentadas em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir acompanhamento de séries históricas e comparação com outras unidades de natureza similar;
Clareza	Deve ser utilizada linguagem simples e imagens visuais eficazes para transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção inequívoca entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados no exercício e aqueles previstos para o futuro;
Tempestividade	As informações devem estar disponíveis em tempo hábil para suportar os processos de transparência, responsabilização e tomada de decisão por parte dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos;
Transparência	Deve ser realizada a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização e a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independente de requerimento.

Fonte: CIN/PROPLAN, Resumo da instrução Normativa TCU nº84/2020, elaborada pelo autor.

Informações são um conjunto de dados que, quando estruturados, garantem a confiabilidade para análises a posteriori. A apresentação das informações descritas no quadro deve estar distribuída no portal de transparência do Conselho, e de tal forma que seja possível e compreensível aos gestores da autarquia, bem como à comunidade. Ou seja, qualquer usuário da informação, uma vez que ela é pública, deve ter a capacidade de entender os aspectos evidenciados no relatório comparativo de receitas e despesas.

Foi disponibilizado também, um acesso ao aplicativo Trello conforme a imagem abaixo:

Figura 2 – Trello: distribuição de atividades



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

O acesso a este aplicativo permitiu o cumprimento dos prazos e da prestação de contas das atividades desempenhadas para que o gestor contábil pudesse acompanhar o andamento das análises, entregas periódicas, e também realizar solicitações à parte terceirizada.

Análise quantitativa

Dentre as principais rotinas de BPO descritas no presente trabalho, evidenciou-se a necessidade da Gestão de indicadores. Através dela foi realizado a inclusão dos indicadores-chaves para o monitoramento da eficiência financeira da autarquia, ao mesmo tempo que apresentasse em forma de relatório, todas as métricas utilizadas para apoio à tomada de decisão da entidade através do Power BI, que reuniu todos os dados do exercício de 2020 para melhor construção do entendimento da análise da situação financeira.

Os relatórios entregues à autarquia precisam ser coerentes com todas as informações financeiras do conselho no exercício financeiro analisado, e o mesmo tempo, é necessário que esteja ordenado com a apresentação sucinta da informação contábil, contendo cálculos de análises financeiras suficientes para que se atinja a prestação de contas correta por parte do ente público à sociedade.

Sendo assim, a análise abaixo evidenciou em figuras os principais relatórios entregues à autarquia, bem como a explicação dos itens que foram inseridos. Esta também é uma forma de documentar o processo de desenvolvimento do outsourcing para a entidade, e assegurar que não haja disparidade nas informações, ou dúvidas quanto ao correto uso da ferramenta.

Na figura 3 disponível abaixo, houve a utilização de KPI's conforme menção no referencial teórico deste trabalho para evidenciar os indicadores gerais da autarquia. Tendo em vista a explicação de cada indicador utilizado, o acompanhamento com setas indicativas e letras em ordem alfabética garantem a didática.

Figura 3 – Dashboard 1 Indicadores Gerais



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Na primeira seta o menu principal é evidenciado, através dele é possível navegar entre os demais dashboards disponíveis. Na seta número três foi inserida o filtro de ano e filtro de mês, com isso é possível analisar períodos específicos ao longo do ano. E a segunda seta denota o quadro dos dados analisados. Para acompanhamento, utilizou-se de letras para identificar as observações pontuais.

O primeiro cálculo foi composto da receita e despesa orçadas (A e C), ambas fixas e calculadas no início do exercício. Para o acompanhamento da aplicação da receita orçada, foi utilizado o índice de valor arrecadado no exercício (B), cujo produto é a divisão da receita arrecada no exercício pela receita orçada. E para o indicador de despesa (D) chamado de realizado no exercício, a divisão foi o acumulado realizado pela despesa orçada.

O quadro comparativo de Receita x Despesa (E) permitiu o acompanhamento da evolução de três métricas: Despesa realizada, Receita arrecadada no exercício e o Superávit ou Déficit financeiro, em todos os meses ao longo do exercício. Através deste, foi possível identificar que o período de maior receita financeira é o primeiro bimestre do ano, o que pode ser justificado pelo pagamento em cota única da anuidade de pessoa física, demonstrados no quadro: Top 05 maiores receitas financeiras (F), que está segregado para evidenciar as 05 maiores receitas no mês escolhido para análise. Este quadro, com a discriminação de uma conta sintética e uma conta analítica, o que permitiu a melhor compreensão da origem da receita.

O último indicador inserido na figura 3 é o acompanhamento da evolução da despesa gasta em relação à receita arrecadada, a meta é que a despesa esteja próxima à receita para que haja equilíbrio financeiro. Outra observação importante notada, foi que nos meses de março a junho e novembro a dezembro o conselho registrou déficit, e este fato foi explicado na figura 6.

Figura 4 – Comparativo da Receita

Comparativo da Receita				
Categoria 1	Receita Orçada	Receita arrec. no período	Receita arrec. no Exercício	% arrec. no exerc
<input type="checkbox"/> RECEITA REALIZADA	R\$ 6.627.227	R\$ 253.324,29	R\$ 5.446.174	82,18%
<input type="checkbox"/> RECEITA CORRENTE	R\$ 5.877.227	R\$ 253.324,29	R\$ 5.446.174	92,67%
<input type="checkbox"/> RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	R\$ 5.590.227	R\$ 242.277,53	R\$ 5.207.757	93,16%
<input type="checkbox"/> ANUIDADES	R\$ 5.090.227	R\$ 156.057,4	R\$ 4.181.525	82,15%
<input type="checkbox"/> Pessoa Física	R\$ 4.408.727	R\$ 137.951,24	R\$ 3.660.225	83,02%
<input type="checkbox"/> Pessoa Jurídica	R\$ 681.500	R\$ 18.106,16	R\$ 521.301	76,49%
<input type="checkbox"/> ANUIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ 500.000	R\$ 86.220,13	R\$ 1.026.231	205,25%
<input type="checkbox"/> FINANCEIRAS	R\$ 250.000	R\$ 9.078,23	R\$ 204.885	81,95%
<input type="checkbox"/> ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R\$ 250.000	R\$ 8.389,32	R\$ 139.227	55,69%
<input type="checkbox"/> JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 52.688	0,00%
<input type="checkbox"/> JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	R\$ 0	R\$ 688,91	R\$ 12.970	0,00%
<input type="checkbox"/> OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$ 25.000	R\$ 1.704,25	R\$ 22.281	85,00%
Total	R\$ 6.627.227	R\$ 253.324,29	R\$ 5.446.174	82,18%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Com esta tabela, foi possível identificar a origem das receitas do conselho, do nível analítico ao nível sintético, entrando em cada rubrica contábil. É importante ressaltar que a receita orçada é a mesma ao longo do exercício, e o valor arrecadado no período é o valor no mês selecionado, enquanto a receita arrecadada no exercício é o valor acumulado dos meses anteriores até o mês atual analisado. O percentual arrecadado no exercício, que permite acompanhar principalmente, quanto a arrecadação efetiva representa perante o previsto. Com isso, foi possível notar que ao final de 2020 a receita realizada no exercício foi de 82,18% em comparação ao orçado, mas ao compararmos com a figura 5 foi possível entender o percentual das despesas em relação ao mesmo valor orçado de R\$ 6.627.227.

Figura 5 – Comparativo da Despesa

Comparativo da Despesa					
Categoria 1	Despesa Orçada	Despesa Realizada	% Real x Orç	Acumulado Realizado	% Realiz no Exerc
☐ CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	R\$ 6.627.227	R\$ 347.786,98	5,25%	R\$ 4.046.380,01	61,06%
☐ CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	R\$ 5.858.227	R\$ 346.362,05	5,91%	R\$ 3.886.994,61	66,35%
☐ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.815.000	R\$ 218.487,77	7,76%	R\$ 2.501.168,82	88,85%
☐ REMUNERAÇÃO PESSOAL	R\$ 2.127.000	R\$ 165.838,65	7,80%	R\$ 1.955.291,48	91,93%
Gratificação por Tempo de Serviço	R\$ 85.000	R\$ 7.656,03	9,01%	R\$ 76.540,8	90,05%
Salários	R\$ 1.625.000	R\$ 144.399,36	8,89%	R\$ 1.575.845,68	96,98%
Gratificação de Função	R\$ 40.000	R\$ 2.655	6,64%	R\$ 32.090,08	80,23%
Gratificação de Natal 13º Salário	R\$ 155.000	R\$ 4.970	3,21%	R\$ 69.565,06	44,88%
Férias	R\$ 205.000	R\$ 6.158,26	3,00%	R\$ 190.749,86	93,05%
Indenizações Trabalhistas	R\$ 17.000	R\$ 0	0,00%	R\$ 10.500	61,76%
Total	R\$ 6.627.227	R\$ 347.786,98	5,25%	R\$ 4.046.380,01	61,06%

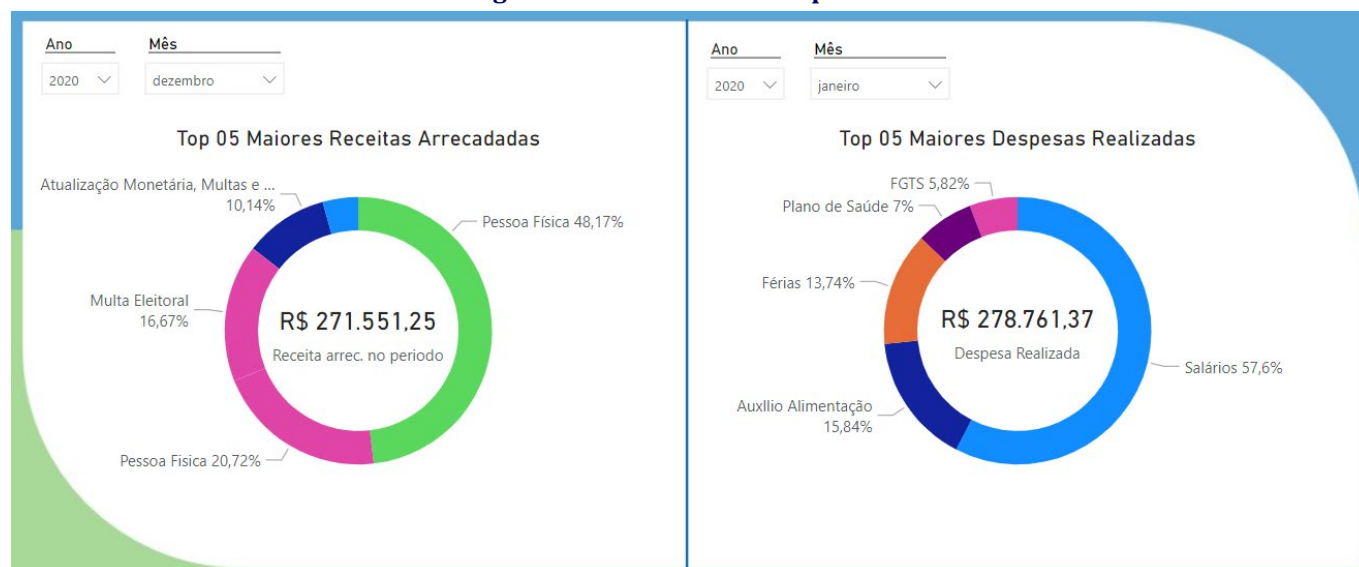
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

A conta contábil: Crédito disponível da despesa, demonstra que para o mesmo valor orçado, a despesa efetivamente paga representa 61,06% ao final do exercício de 2020, e das contas de despesa corrente do CRN9, a mais próxima do valor orçado foi a Remuneração Pessoal, cujo valor pago representa 91,93% do valor empenhado.

Outra funcionalidade que garante a interação com os painéis, se encontra ao aproximar o cursor do mouse em cada conta sintetizada, onde também foi destacada seu percentual. Assim é apresentado informações adicionais sobre aquela rubrica, já que um ranking com as cinco maiores receitas no mês filtrado, permite identificar a composição da receita em proporção ao seu valor e percentual dentro da conta contábil a qual se encontra, e a categoria da receita. O mesmo evidenciou-se nas despesas, onde o ranking criado foi passível da demonstração de valores em períodos iguais ou distintos das receitas.

Em um quadro comparativo a divisão foi realizada em gráficos de pizza das 5 maiores fontes de receitas e 5 maiores fontes de despesas do CRN9, conforme a Figura 6:

Figura 6 – Dashboard 3 Comparativo

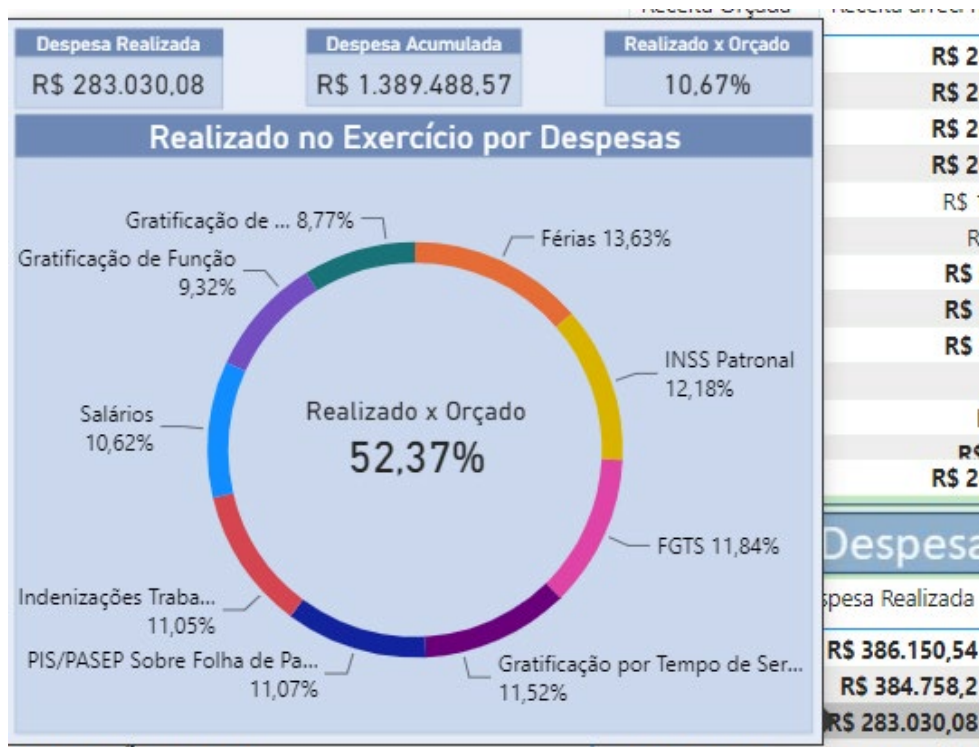


Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Uma vez que foi observado déficit financeiro entre os meses de maio a junho, nesta análise foi possível comparar os meses e perceber como foram investidos os valores. Observou-se que para

o mesmo período a receita atingiu a queda em virtude de ser considerada baixa temporada de movimentação no CRN9 com uma quantidade menor de pagamentos de anuidades parceladas, e quanto às despesas, foi possível averiguar que os pagamentos da rubrica Pessoal e Encargos Sociais (que dispõe de folha de pagamento, gratificações natalícias e outros), registraram o segundo maior valor no ano com R\$ 283.030,08. Estes fatores contribuíram para um déficit no período, mas não foram situações que necessitam de observância maior quanto ao déficit, já que são períodos de férias, e que os recebimentos diminuem em quantidade.

Figura 7 – Dica de ferramenta



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

A figura 7 demonstra um cartão que aparece ao aproximar o cursor do mouse do valor supracitado, e com isto, foi possível entender a distribuição do valor total gasto no mês em cada rubrica analítica em que se encontra dentro da conta sintética: Pessoal e Encargos Sociais.

Através destes dashboards, foram evidenciados aspectos orçamentários e comparativos da receita e despesa da autarquia, conforme a instrução normativa 84/2020 do TCU e vide solicitação do contador da Autarquia.

Após finalizado o processo, foi disponibilizado uma tela inicial de apresentação para acesso às informações interativas dos comparativos do CRN9. A disposição dos itens e a paleta de cores utilizada, teve como base o tema da logo do CRN9 bem como a estrutura de seu site e portal de transparência, uma vez que este é um requisito importante para que se tenha a mesma identidade visual da instituição.

Análise final

Este tópico resume os principais resultados – através de um quadro – associando-os aos objetivos específicos definidos na Introdução.

Quadro 4 – Resumo dos Resultados

Objetivos	Resultados
Atribuições das atividades financeiras da autarquia passíveis de terceirização	I. Esquematizar os demonstrativos financeiros; II. Auxiliar atividades correlatas à prestação de contas; III. Fornecer aprimoramento contábil e tecnológico nas informações.
Quanto a necessidade de terceirização da gestão financeira	I. Necessidade específica e prioritária para realizar a demonstração financeira das receitas e despesas de forma clara à sociedade em seu portal de transparência, conforme IN-84/2020 TCU.
Benefícios do BPO Financeiro para auxílio à alta gestão	I. Adequação às solicitações financeiras; II. Gestão da informação; III. Descentralização de processos; IV. Clareza e transparência à sociedade; V. Concisão, Tempestividade e Materialidade da informação; VI. Foco no cidadão.
Sobre os problemas advindos da implementação proposta	I. Limitações aos encontros presenciais para reuniões sobre o projeto e a implementação, devido à pandemia;

Fonte: Resultados da Pesquisa (2021)

Notou-se a demanda de fornecer a adequada prestação de contas de acordo com a IN-84/2020 do TCU, e tal fato contribuiu para demonstrar à autarquia que ter um parceiro para auxiliar em suas demandas financeiras é de suma importância para que prossigam com o cumprimento das obrigações assessórias, com a diretoria, com as demandas internas, e com os órgãos fiscalizadores da entidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar os impactos da terceirização dos instrumentos de controle financeiro e orçamentário de uma autarquia pública indireta, sendo selecionada para essa investigação o Conselho Regional de Nutricionistas de Minas Gerais (CRN9). A temática deste trabalho foi a Terceirização de Processos de Negócios (Business Process Outsourcing, ou BPO), sendo observado que contabilidade tem se moldado em apresentações de análises financeiras, e relatórios que ajudam a alta gestão, a tomar decisões, portanto, o BPO Financeiro contribui na interligação de uma atividade meio às atividades fins da entidade.

Os fatos que melhor descreveram os resultados foram a utilização do BPO Financeiro para auxílio à alta gestão, uma vez que levou agilidade aos processos que sobrecarregam os setores internos e evidenciou que com a terceirização o CRN9 obteve aprimoramento na qualidade da informação financeira de seus demonstrativos, conforme a solicitação da instrução Normativa nº 84/2020 do TCU. Ademais, após a realização e consequente disponibilização do relatório comparativo à autarquia, toda etapa de entrega do projeto final teve a sua tempestividade auditada pelo assessor contábil, apresentada à diretoria da instituição, e enfim disponibilizada publicamente no portal de transparência da autarquia, o que gerou um impacto positivo no que diz respeito às prestações de contas de um ente público, demonstrando a confiabilidade de um terceiro – que está fora da entidade – colaborando para o valor agregado em resultados que atendam à maior dificuldade encontrada na organização.

Assim, o feedback pôde ser obtido com um novo cenário em execução. Nesta fase serão realizadas correções para facilitar a adaptação das mudanças e prover um acompanhamento com suporte das principais dificuldades encontradas pelos envolvidos em manter o processo coeso, seja na parte

estratégica, estrutural, nos próprios processos, ou com dados inseridos para alimentar o dashboard, o que demonstra a certeza da assertividade por parte dos responsáveis pela entidade com a terceirização de um processo financeiro.

Portanto, esta pesquisa sugere mais estudos sobre a possibilidade de implementação do BPO Financeiro em outras autarquias, pois uma das conclusões obtidas na entrega do processo após terem sido feitas todas as análises, foi a de que o outsourcing fornecido ao Conselho pode ser amplamente ofertado a outras autarquias públicas de direito privado, bem como às instituições do setor privado. Isso porque, no que se refere à análise dos dados do estudo relativos ao comparativo da receita e da despesa, todo ente contemplado pela Instrução Normativa nº 84/2020 do TCU precisa se atentar ao cumprimento desta obrigação para levar clareza ao cidadão, portanto, os conceitos explanados podem ser facilmente adequados às demais autarquias, já que estas mesmas informações são de cunho público, e devem estar inseridas no portal de transparência da entidade.

Quanto aos demais aspectos do BPO Financeiro elencados como passíveis de terceirização, mas não aplicados no estudo de caso da autarquia, há possibilidade de implementação, mas assim como qualquer outro fator desta terceirização, estará sujeito à análise de proposta da mesma forma que houve na autarquia estudada.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.
- CLICK, Rick L.; DUENING, Thomas N. Business Process Outsourcing: The Competitive Advantage. nov. 2004. ISBN: 978-0-471-70097-5 241p. Disponível em: https://media.wiley.com/product_data/excerpt/75/04716557/0471655775.pdf Acesso em: 18 nov. 2020
- DA SILVA, Lucas José Harmatiuk; Ferramentas de BI para Inteligência Competitiva. 2019. 98p. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/65124/LUCAS%20JOSE%20HARMATIUK%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 26 nov. 2020
- DAVENPORT, Thomas H. Ecologia da Informação. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998. 316 p. Disponível em: <https://ppgic.files.wordpress.com/2018/07/davenport-t-h-2002.pdf> Acesso em: 26 nov. 2020
- ECKERT, Alex *et al.* OUTSOURCING DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS (BPO): uma análise das suas características em empresas de médio porte. Revista Científica do Alto Vale do Itajaí – REAVI, Santa Catarina, v. 6, n. 9, p. 15-30, jul. 2017. ISSN: 2316-4190, DOI: 10.5965/2316419006092017015.
- FILHO, Darcy Barros. Terceirização departamento financeiro: Como começar? Apresentação Institucional. Disponível em: www.pacificocontabilidade.com Acesso em: 03 set. 2020.
- KOLHAPUR, Am. Gurav. BUSINESS PROCESS OUTSOURCING - a case study. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339528727_BUSINESS_PROCESS_OUTSOURCING_-_A_CASE_STUDY_BUSINESS_PROCESS_OUTSOURCING_-_A_CASE_STUDY Acesso em: 03 set. 2020
- LIMA, Severino Cesário de. Contabilidade pública: análise financeira governamental. 1 ed. [2ª reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2016. 553p

MACHADO, Ângelo. BPO Financeiro: Como começar? Conta Azul, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://contadores.contaazul.com/blog/bpo-financeiro-como-comecar> Acesso em: 22 set. 2020.

MICROSOFT. O que é Power BI?. Disponível em: <https://docs.microsoft.com/pt-br/power-bi/fundamentals/power-bi-overview> Acesso em: 21 nov. 2020

PEDRIALI, Marcelle. Apresentação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XI, 2004 Porto Seguro, BA. Anais [...] Bahia: CBC, 2004. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2291/2291> Acesso em: 17 nov. 2020.

SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. Benefícios, Riscos e Fatores Críticos de Sucesso de Iniciativas de Business Process Outsourcing (BPO): Uma Revisão da Literatura. Rio de Janeiro: SEGeT.

SOUZA, Hugo Vieira Lucena de. Uma proposta de Gerenciamento BPO baseada em análise de mudanças para empresas de software. 2010. Faculdade Escritor Osman da Costa Lins (UFPE). Vitória de Santo Antão.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de pesquisa. 2. ed. [reimp.]. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013. 134 p.

Contabilidade digital: os desafios do profissional contador na era tecnológica

Digital accounting: challenges of accountants in the technological age

Natália Cristina Lourenço Braga

*Graduada em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
braga.natalia@yahoo.com*

Ana Carolina Vasconcelos Colares

*Doutoranda e Mestra em Controladoria e Contabilidade pela UFMG.
Professora Assistente do Departamento de Contabilidade da PUC MG
carolinacolares@pucminas.br*

Resumo

O desenvolvimento da tecnologia aplicada na contabilidade vem crescendo nos últimos anos, gerando impactos perceptíveis nas empresas de contabilidade e levando a mudanças nas práticas realizadas pelos contadores. Assim, a Contabilidade Digital é vista como uma tendência que influenciará cada vez mais o campo da contabilidade. A Contabilidade Digital pode impactar positiva ou negativamente esses profissionais, apesar das pesquisas existentes não abordarem tal assunto de forma mais profunda. Sendo assim, o objetivo do presente estudo é demonstrar como os profissionais de contabilidade estão se preparando para acompanhar os desafios da tecnologia. Para tanto, foi elaborado um questionário que foi aplicado junto a 123 contadores. Como resultado da pesquisa realizada, foi identificado que a Contabilidade Digital é bem vista pelos profissionais que atuam neste mercado de trabalho. Constatou-se ainda que os profissionais do gênero masculino e com mais de 5 anos de experiência possuem mais conhecimento sobre tecnologias em contabilidade digital. De acordo com as informações coletadas nas entrevistas, os contadores tendem a ser positivos em relação à contabilidade digital, apesar de nem todos conseguirem enxergar a longo prazo as consequências inovadoras que a automação pode proporcionar ao profissional.

Palavras-chave: contabilidade automatizada. contabilidade digital. profissional contábil. contador.

Abstract

The development of applied technology in accounting has been growing in recent years, generating noticeable impacts on accounting firms and leading to changes in the practices carried out by accountants. Thus, Digital Accounting is seen as a trend that will increasingly influence the field of accounting. Digital Accounting can positively or negatively impact these professionals, although existing research does not address this issue in greater depth. Therefore, the aim of this study is to demonstrate how accounting professionals are preparing to keep up with the challenges of technology. For this purpose, a questionnaire was developed and applied to 123 accountants. As a result of the research carried out, it was identified that Digital Accounting is well regarded by professionals working in this job market. It was also found that male professionals with more than 5 years of experience have more knowledge about digital accounting technologies. According to the information collected in the interviews, accountants tend to be positive about digital accounting, although not everyone can see in the long term the innovative consequences that automation can bring to the professional.

Keywords: automated accounting. digital accounting. accounting professional. counter.

INTRODUÇÃO

A contabilidade digital é um conceito que está se tornando cada vez mais comum. Significa digitalizar e automatizar o processo contábil, possibilitando uma visibilidade em tempo real das finanças da empresa. Além de simplesmente remover papéis, você precisa garantir que você tenha ferramentas integradas ideais e automatizar seus processos com robótica e inteligência artificial.

As tecnologias digitais em constante evolução da contabilidade afetarão o futuro dos profissionais financeiros de maneiras que ainda não foram imaginadas (COELHO e COELHO, 2018). A contabilidade digital refere-se à formação, representação e transmissão de dados financeiros em formato eletrônico. Computadores e softwares de contabilidade transformaram o setor financeiro. Os avanços tecnológicos aprimoraram a capacidade do contador de interpretar e relatar dados de maneira mais rápida, eficiente e eficaz do que nunca.

Os maiores benefícios da era digital para a produtividade podem ser organizados em quatro categorias principais. São sistemas de comércio eletrônico, computação em nuvem, sistemas de planejamento de recursos empresariais (ERP) e avanços na tecnologia digital (CAMARGO JUNIOR; PIRES; SOUZA, 2010). A natureza dos sistemas de contabilidade digital é caracterizada por dados facilmente acessíveis e recuperáveis através da utilização de sistemas integrados, relatórios em tempo real e desenvolvimento contínuo.

Novas tecnologias em contabilidade digital são projetadas para atender a uma pressão esmagadora por “dados sob demanda”. Smartphones, aplicativos e mídias sociais são os principais canais para esse processo (LIMA, 2017). Avanços constantes permitem que os profissionais financeiros dediquem mais tempo assessorando e auxiliando-os no desenvolvimento de estratégias do que simplesmente gerando relatórios financeiros.

A modernização da gestão financeira é particularmente importante para empresas em crescimento. Isso ocorre porque pode reduzir o tempo administrativo para proprietários e gerentes, além de ajudar você a ter controle em tempo real, o que geralmente é necessário quando as decisões precisam ser tomadas em uma organização que cresce rapidamente (PRATES; OSPINA, 2004).

A contabilidade digital é particularmente importante para gerenciar uma organização de alto crescimento geograficamente fragmentada. A transparência dos sistemas permite consistência e visibilidade em tempo real da lucratividade dos negócios. Desta forma, a integração nos sistemas gerenciais se torna importante

para a maximização da qualidade de serviços prestados, principalmente para organizações que se dediquem à prestação de serviços contábeis, sendo ideal a existência de elevado nível de integração dos SI, tanto internamente, na realização dos trabalhos entre os diversos setores desses prestadores de serviços, como também externamente, no relacionamento com seus clientes ou empresas que demandem informações gerenciais (ÁVILA; ÁVILA, 2016, p. 229).

Mediante o que foi exposto o presente estudo tem o propósito de responder o seguinte questionamento: Como os profissionais de contabilidade estão se preparando para acompanhar os desafios da tecnologia? Adicionalmente, busca-se identificar o nível de conhecimento que os profissionais contadores têm em relação às tecnologias e a contabilidade digital, quais as percepções dos profissionais de contabilidade quanto aos aspectos relacionados com a contabilidade digital, e, verificar se há diferenças estatisticamente significativas entre o nível de conhecimento sobre tecnologias e a percepção sobre a contabilidade digital considerando o gênero, faixa etária e experiência profissional dos respondentes.

A relevância e motivação para tal estudo se deve ao fato de atualmente as organizações deparam-se diante de um novo cenário, onde as mudanças organizacionais junto com o uso das novas tecnologias estão sendo tratadas como de grande importância e isso se deve ao fato de que nos últimos anos devido à grande evolução no setor tecnológico os ambientes organizacionais sentiram a necessidade de modernizar suas estruturas e sistemas.

A evolução da tecnologia tende a promover a substituição de pessoas por máquinas, onde tal realidade não é tão distante do mercado da contabilidade. No entanto, a inovação tecnológica tende também a otimizar as rotinas de trabalho da contabilidade, possibilitando que os profissionais tenham novos focos de suas atividades dentro das organizações. Assim, conhecer como a inovação tecnológica impacta o profissional contábil é de fundamental importância para se avaliar qual a perspectiva dos mesmos e o que eles esperam diante de suas implementações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Hoje, os profissionais de contabilidade enfatizam o desenvolvimento tecnológico como uma das principais tendências pendentes no campo contábil e sua implementação está crescendo substancialmente. Uma tendência é descrita como um padrão ou movimento extensivo que contribui para as empresas e os impactos têm uma influência duradoura nos processos de negócios. Assim, o desenvolvimento tecnológico em contabilidade é agora mais proeminente do que nunca. Embora o desenvolvimento tecnológico seja um conceito muito amplo, há um elemento que é eminente. A padronização da contabilidade, a elaboração de relatórios e o trabalho anterior, que consome tempo, têm se constituído como impulsionadores da automação de processos contábeis, também conhecida como contabilidade automatizada, e é um conceito crescente no campo da contabilidade (OLIVEIRA, 2003).

A automação já começou a crescer em uma profissão relacionada à contabilidade: a área de auditoria. No campo da auditoria, quatro conceitos reconhecidos pelos profissionais mostram-se fundamentais para essa automação: contabilidade em nuvem, Internet das coisas, blockchain e big data. Esses conceitos também estão começando a ser reconhecidos no campo contábil, onde os mesmos estão sendo muito valorizados perante sua possibilidade de gerar uma contabilidade automatizada. A necessidade de se levar em conta esses conceitos refere-se aos impactos gerados que também podem estar relacionados aos impactos da Contabilidade Digital (OLIVEIRA, 2000). Para entender os conceitos e sua contribuição para a automação, é necessária uma descrição de cada um deles, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Conceitos na área de automação

Contabilidade em nuvem	É o uso de serviços em nuvem no campo contábil, baseado na Internet e os dados contábeis são armazenados no servidor do provedor de nuvem. Tais soluções dão a possibilidade para todas as partes do processo de contabilidade, tanto à empresa de contabilidade quanto a seus clientes, para acessar os dados financeiros, independentemente da sua localização. Além disso, pode fornecer comunicação aprimorada entre sistemas e contribuir para o compartilhamento automatizado de arquivos entre sistemas financeiros em tempo real.
Internet das coisas	É o termo genérico de dispositivos conectados à Internet e permite um sistema de dispositivos interconectados, onde a transferência e a comunicação de dados em tempo real são possíveis. Isso é possível devido a que todos os dispositivos estão conectados à Internet, o que possibilita a transferência sem fio de informações entre si. Com o uso da Internet das coisas, os consultores contábeis podem receber os dados necessários para as gravações atuais diretamente de um dispositivo no computador, e a coleta de dados será muito mais rápida.

Blockchain	É um livro digital no qual as transações são registradas e podem ser visualizadas por todos que têm acesso. O blockchain pode fornecer funções de informações automáticas, como verificações, processamento, armazenamento e relatórios, e atuar como um sistema de contabilidade autossuficiente. Por isso, poderia funcionar como um software autônomo para verificação, controle e prevenção de fraudes. O sistema blockchain inclui transações em blocos, onde um bloco pode conter várias transações e, por sua vez, é vinculado a um bloco anterior.
Big Data	É o conceito de analisar uma enorme quantidade de informações estruturadas e não estruturadas com algoritmos. O Big Data pode ser descrito como um volume significativo de dados derivados de várias fontes que é produzido em um progresso rápido. É necessário testar a veracidade dos dados, pois os dados grandes são originados de diferentes fontes. Na contabilidade, o Big Data pode ajudar a escrituração ao analisar as faturas, encontrar relação com faturas anteriores e propor uma entrada para que as gravações atuais sejam atestadas.

Fonte: Cornachione Júnior (2001).

A extensão da automação pode ser descrita em três passos diferentes. O primeiro passo é apoiar os processos já existentes em que os computadores auxiliam o trabalho diário. O segundo passo é que a automação assume diferentes tarefas e atua como um complemento. A terceira etapa significa que a automação é uma substituição e os trabalhadores não são mais necessários onde a tecnologia será responsável pela execução das tarefas (OLIVEIRA, 2000).

A iminente terceira etapa e o conceito de automação na profissão contábil deram início a um debate sobre se a profissão está sendo impactada negativamente e se os computadores e a inteligência artificial assumirão as atribuições. A profissão contábil pode ser considerada como uma das profissões mais afetadas pelos processos automáticos em desenvolvimento, onde há uma expectativa dos sistemas de informação de que as tarefas contábeis sejam totalmente automatizadas nos próximos anos. Assim, somente o experiente consultor contábil sobreviverá no mercado e, conseqüentemente, pode-se esperar implicações graves para contadores (OLIVEIRA, 2000).

As especulações entre acadêmicos e instituições de se a profissão contábil permanecerá no mercado são inconsistentes, o que interromperá muitos empregos no futuro. No entanto, não há um consenso sobre a perda de postos de trabalho pelos contadores. Apesar dessa falta de convergência no entendimento do impacto da automação dos processos contábeis, há a especulação de graves implicações para os atuais profissionais e futuros graduandos que ingressam no mercado de trabalho. Desde que o uso do computador aumentou entre as empresas, o debate sobre a necessidade dos seres humanos e sua provável mudança nas tarefas aumentou e muitos empregos estão em perigo (OLIVEIRA, 2003).

A assessoria é hoje um serviço cobiçado, mas o futuro com mais digitalização pode levar a que os serviços de consultoria diminuam. Isto porque há o entendimento de que apenas tarefas rotineiras podem ser automatizadas, porque a tecnologia disponível hoje é difícil de programar para um trabalho cognitivo complexo em que os humanos ainda são necessários para complementar os computadores. Tem-se ainda que as atribuições tendem a mudar, e as habilidades analíticas e de aconselhamento irão ultrapassar as tarefas de rotina. Assim, nota-se que os contadores precisam de habilidades computacionais para complementar as habilidades contábeis, e conseqüentemente melhorar a qualidade da profissão no futuro (OLIVEIRA, 2003).

Dentre os processos de contabilidade que vem sendo submetidos à automação, tem-se que o processo das faturas são os mais comuns de se encontrar nas empresas. É muito comum que as empresas estejam utilizando softwares para a leitura das faturas, onde enviam eletronicamente os seus dados para o software e o mesmo realiza a leitura das faturas e, conseqüentemente, realizam

a entrada contábil. Além disso, as informações de faturamento, os valores, o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e os custos predeterminados são trabalhados também. Outros processos que são automatizados são as reconciliações de contas bancárias, mas isso depende do banco usado, em que alguns bancos têm a oportunidade de transferir automaticamente as demonstrações de conta para o software (LUCAS; LUCAS; FARIA, 2011).

Anteriormente, a empresa de contabilidade também tinha que esperar pelo documento fiscal físico chegar pelo correio e todos os números tinham que ser escritos à mão, mas agora eles podem encontrá-lo eletronicamente onde o software de contabilidade ajuda a preenchê-lo. Já existem soluções disponíveis no mercado para automação de vários processos contábeis, mas por uma questão de custos muitas das empresas de consultoria em contabilidade não conseguem oferecer suas soluções, devido à resistência em relação à Contabilidade Digital oriunda da falta de credibilidade das ferramentas disponíveis (PADOVEZE, 2000).

Dentro do meio contábil, nem tudo que envolve os seus processos pode ser automatizado, pois ainda há decisões que precisam ser tomadas por consultores contábeis com as habilidades econômicas que um computador nunca pode substituir. No entanto, há um entendimento de que é apenas uma questão de tempo para que os computadores possam fazer o pensamento cognitivo, como lidar com impostos e coisas relacionadas. Mas tais coisas com certeza podem ser automatizadas também, desde que um computador seja capaz de decidir da melhor forma possível como agir perante a situação e desde que a ação seja desenvolvida o suficiente para garantir melhores resultados para a empresa (DIÓGENES, 2013).

Desvantagens da Contabilidade Digital

A aplicação da automação afeta significativamente as operações de uma empresa. Consequentemente, a mesma precisa entender o papel da automação dentro de sua administração e suas influências nos processos organizacionais. Um sistema de informação contábil apoiado por uma automação adequada é um requisito para a administração em condições comerciais modernas. A qualidade da informação contábil depende da integridade do sistema de informação contábil, bem como de sua relação com outras áreas de negócio (CRUZ *et al.*, 2003).

Um sistema de negócios integrados ajuda a contabilidade a agregar valor aos negócios. Como resultado, uma entidade usa informações confiáveis, oportunas e precisas. O processamento de dados contábeis suportado pela automação apropriada provoca uma diminuição no custo da produção de informações contábeis, o aumento da confiança nas mesmas e gera uma economia de tempo e energia (LUCAS; LUCAS; FARIA, 2011).

As empresas alteram seus sistemas de informações contábeis, especialmente no campo da contabilidade de custos, como resposta às mudanças no ambiente e como resposta às novas tecnologias. Mudanças semelhantes ocorrem no campo da contabilidade gerencial, onde os contadores certificados conectam a tecnologia da informação com as mudanças no papel e nas tarefas dos contadores gerenciais. Entre muitos aspectos, a tecnologia da informação tem sido apontada como a característica mais significativa das mudanças no papel e nas tarefas dos contadores gerenciais. Outras características importantes das mudanças no papel e nas atividades dos contadores gerenciais está na utilização de um software contábil e no e-business (TESSMANN, 2011).

É de se esperar que o sistema de contabilidade tradicional, sua entrada, processamento de

dados e saída foram alterados por causa da tecnologia da informação. O progresso rápido na tecnologia on-line foi o motivo do crescimento do comércio eletrônico. A contabilidade eletrônica surge a partir dos conceitos de negócios eletrônicos e internet. Nesse sentido, a contabilidade pode ser reconhecida como contabilidade através do escritório virtual e como contabilidade sem papel. A contabilidade realizada através de escritório virtual pode acelerar o processo de condução de negócios e não depende da localização geográfica dos parceiros de negócios e da empresa (CORNACHIONE JR, 2001).

A contabilidade sem papel implica entrada e saída eletrônica sem a necessidade de impressões de documentos e relatórios. Embora hoje muitas transações comerciais sejam documentadas, processadas e reportadas sem papel, a contabilidade ainda sem papel ainda não foi posta em prática em nível global. Aplicativos de negócios integrados contribuem com essa nova abordagem moderna da contabilidade. As fontes tradicionais de documentos foram alteradas com a ampla disseminação do uso de e-mails e a evidência contábil tornou-se eletrônica (TESSMANN, 2011).

A contabilidade sem papel pressupõe que a entrada de dados deve geralmente ter a forma de entradas eletrônicas, onde os registros contábeis devem ser realizados como registros eletrônicos e devem estar de acordo com os padrões e princípios contábeis. Algumas partes dos registros contábeis são integradas e permitem a transferência rápida de dados, onde a condução e distribuição das informações contábeis na maioria dos casos tem que ser em forma eletrônica para entregar informações atualizadas e confiáveis aos usuários, salvas e continuamente atualizadas em uma base de dados apropriada, enquanto a impressão de informações contábeis seria executada quando necessário (OLIVEIRA, 2000).

Como visto anteriormente, a computação em nuvem é utilizada no campo contábil proporciona à empresa pagar apenas pelos recursos de computação usados em uma rede. Essa tendência também influencia o desenvolvimento do sistema de informações contábeis. A vantagem da computação em nuvem é reconhecida no processo de aquisição de hardware e software. Como resultado, os custos de desenvolvimento e manutenção do sistema de informação contábil diminuem. Além disso, a disponibilidade de informações é melhorada devido ao acesso à Internet em qualquer momento e em qualquer lugar (SOUZA, 2010).

A influência da tecnologia da informação na contabilidade não é apenas representada pela inovação tecnológica, mas também influencia em uma ampla gama de usuários. Nesse contexto, é importante ressaltar que as empresas têm utilizado a internet para a divulgação de informações financeiras e outras informações comerciais. Do ponto de vista dos contadores, a automação contribui com a coleta e análise de informações e ajuda a cumprir suas obrigações legais (OLIVEIRA, 2003).

Portanto, independentemente das vantagens da tecnologia da informação nos campos contábeis, certos riscos da tecnologia da informação não devem ser diminuídos ou ignorados. Embora a automação contribua com todas as partes do processo de contabilidade, a empresa deve cuidar do sistema de controle interno.

Pesquisas anteriores sobre Contabilidade Digital

Segundo Ferreira e Slavov (2016), o objetivo da pesquisa por eles realizada é entender as mudanças organizacionais ocorridas com o processo de implantação da Contabilidade Digital, através de um estudo de caso que realizou entrevistas com diretores e gestores e análise documental da

empresa. Como resultado, foi possível identificar as mudanças organizacionais oriundas da Contabilidade Digital, bem como verificar que a promulgação de novas regras altera os hábitos e rotinas da organização. Outro resultado foi a constatação de como a Contabilidade Digital provoca alterações na estrutura organizacional, embora seja uma abordagem pouco estudada na área contábil.

Oliveira e Malinowsk (2016), elaboraram estudo cujo objetivo foi analisar as principais mudanças na atividade contábil relacionado ao impulso da tecnologia da informação nessa área. Verificou-se a evolução da contabilidade e constatou-se que as mudanças e as novas tecnologias sempre influenciaram a atuação do contador desde as primeiras técnicas contábeis. Por fim, constatou-se que a tecnologia da Informação influenciou diversas áreas da sociedade, no entanto a contabilidade é uma das áreas que mais tiveram modificações evidentes na forma de desempenhar suas atividades.

Já para Kiekow, Meirelles e Schiavo (2015), o objetivo da pesquisa realizada por eles estudo foi o de demonstrar como os softwares estão auxiliando os escritórios contábeis do Vale do Caí na otimização dos processos e nas entregas das obrigações fiscais do Sistema Público de Escrituração Digital ao governo. Esta pesquisa está classificada quanto à forma de abordagem do problema, como um método quali-quantitativo, sendo que o método utilizado será a aplicação de um questionário. Como resultados, temos que a investigação do uso dos sistemas nos escritórios determinou que estes são utilizados de forma eficiente e eficaz, além de auxiliar na operacionalização da entrega do SPED FISCAL e suas obrigações, agilizando assim o fluxo de procedimentos e atendendo de forma regular as obrigações principais e acessórias impostas pelos órgãos regulamentadores.

Segundo Corazzim (2017), sua pesquisa visa demonstrar a importância da tecnologia da informação e dos sistemas para a contabilidade, destacando os aspectos para a tomada de decisão dentro e fora da empresa e também analisar a importância dada pelos profissionais contábeis, quanto à utilização da informática na execução dos serviços contábeis. A metodologia é de pesquisa bibliográfica exploratória e científica baseada na interpretação de obras impressas ou digitalizadas, subsidiadas por buscas em meio digital (internet) em portais do Governo Federal, artigos, teses e publicações acerca do assunto. Como resultado, conclui-se que a tecnologia da informação fornece para a contabilidade instrumentos valiosos de informações para tomada de decisões, em busca de aproveitar as oportunidades de diferenciação que as novas tecnologias de informação oferecem também no desempenho do profissional contábil.

Oliveira e Pereira (2013) realizaram uma pesquisa com o objetivo de demonstrar a importância da tecnologia da informação e do sistema para a contabilidade, destacando os aspectos para a tomada de decisão dentro e fora da organização, tendo como propósito verificar os estudos que trataram da influência da tecnologia para a evolução da contabilidade. Os estudos evidenciaram a adaptação do profissional contábil à tecnologia; seu uso para a divulgação de informações contábeis e a influência de recursos tecnológicos para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, principalmente a otimização na disponibilização de informações para o processo decisório nas organizações. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica exploratória e científica, tendo como suporte, obras diversas que abordam o tema proposto nesta pesquisa, artigos acadêmicos disponíveis em meios eletrônicos, entre outras fontes. Conclui-se que a tecnologia da informação forneceu para a contabilidade um instrumento valioso de informações para tomada de decisões, administrar e aproveitar as oportunidades de diferenciação que as novas tecnologias de informação oferecem.

Por fim, observa-se que Zwirtes e Alves (2015) elaboraram um estudo com o objetivo geral de avaliar os impactos causados pela inovação tecnológica nos escritórios de contabilidade do Rio

Grande do Sul, a partir de 1990. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é exploratória e os dados foram coletados a partir do envio de um questionário estruturado, survey, utilizando-se uma escala de zero a dez. A amostra não probabilística foi composta por quatrocentos e oito respondentes e as análises feitas a partir destes questionários deu-se através da análise de cluster. Entre os resultados, destacam-se a percepção dos profissionais contábeis respondentes da pesquisa de que a inovação tecnológica permitiu maior agilidade na prestação dos serviços, melhorar a qualidade da informação e com informações mais úteis para os gestores. Sendo que o elemento que mais impactou os escritórios foi o advento da internet. Contudo, as inovações trouxeram mais complexidade na realização das tarefas dos escritórios e a necessidade de captação dos funcionários.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, está apresentada a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo aqui proposto. Trata da classificação do tipo de pesquisa, bem como da coleta de dados e seu tratamento, além das limitações da pesquisa.

A classificação da pesquisa é bibliográfica, onde de acordo com Gil (2010), este tipo de pesquisa utiliza-se de materiais já publicados, abrangendo materiais impressos como publicações acadêmicas, livros, revistas, jornais e arquivos digitais disponibilizados na internet por fontes fidedignas. Assim, devido a existência de várias fontes de conhecimento sobre o assunto, publicadas pelos mais diversos autores, a escolha visa conhecer os diferentes pensamentos dos autores e suas considerações sobre o assunto.

O método utilizado na pesquisa foi o descritivo, onde segundo Castro (1976), este tipo de pesquisa se baseia em uma descrição direta e objetiva das variáveis envolvidas no estudo, sem a análise de sua interação com outros tipos de variáveis. Assim, as variáveis utilizadas neste estudo abrangem as questões que foram elaboradas para o questionário, onde foram abordadas com mais detalhes nos subtópicos a seguir.

Segundo Gil (2010), o estudo de campo visa analisar um determinado grupo selecionado e os aspectos deste grupo que são inerentes à pesquisa em questão. Em relação aos procedimentos que foram adotados neste estudo, demandou um estudo de campo para a aplicação do questionário elaborado para este estudo. Assim, foram analisados os diferentes pensamentos que os entrevistados possuíam, para então utilizar-se destas informações para a construção das conclusões.

Para este estudo a abordagem utilizada foi a qualitativa, onde de acordo com Triviños (1987) a pesquisa qualitativa possibilita que seja obtida uma abrangência na escolha dos integrantes do grupo pesquisado que seja consistente. Adicionalmente, foi também aplicada uma pesquisa por meio do Teste T de Student para analisar a significância estatística entre dois grupos de dados.

A amostra utilizada neste estudo foi do tipo não probabilística, onde Mattar (2001) a define como um tipo de amostragem que depende, em sua grande parte, do julgamento do entrevistador de campo para a escolha dos tipos de elementos que compõe a amostra a ser utilizada. Para compor a amostra foram escolhidos profissionais de contabilidade do estado de Minas Gerais com experiência em escritório de contabilidade de pelo menos 1ano.

A seleção dos respondentes da pesquisa levou em consideração também a disponibilidade e interesse dos mesmos para participarem do estudo, o qual totalizou uma amostra final com 123

profissionais.

Segundo Lakatos e Marconi (2001), as técnicas de coleta de dados são procedimentos práticos que devem ser adotados pelo pesquisador para se obter os dados necessários para a pesquisa. Como técnica para a realização deste estudo, a técnica utilizada foi a aplicação de um questionário aos contadores que foram entrevistados. De acordo com Cervo e Bervian (2002), o questionário é uma técnica de coleta de dados que tem como objetivo obter respostas referentes às questões levantadas por meio de um questionário que o entrevistado irá preencher. A estrutura a ser adotada para a elaboração do questionário foi a seguinte:

- Perfil Sociodemográfico: gênero, faixa etária, tempo de experiência e área de atuação;
- Questões sobre Contabilidade Digital: conhecimentos sobre contabilidade em nuvem, internet das coisas, blockchain e big data aplicados à contabilidade; como os profissionais vem se capacitando para as inovações tecnológicas na área contábil; expectativa acerca a contabilidade digital no contexto atual e futuro do mercado; quais as vantagens e desvantagens que consideram para a contabilidade digital;
- Tipos de questões: perguntas fechadas e de múltipla escolha, onde a elaboração do mesmo terá como base o referencial teórico exposto neste estudo.

A aplicação do questionário foi realizada por meio do Google Forms, enviados aos profissionais contadores, onde 123 profissionais responderam. O tratamento de dados buscou evidenciar as informações dentro dos materiais pesquisados, buscando significados que sejam mais profundos do que aqueles que aparentemente eles exibem. Segundo Bardin (1977), essa análise visa a obtenção de indicadores que possibilitem uma análise mais precisa sobre os dados coletados através de procedimentos objetivos e com utilização de ferramentas de apoio para a compilação dos mesmos. Assim, para a pesquisa que foi realizada, os dados coletados foram organizados em tabelas.

Também foi aplicado o Teste T de Student que é um teste de diferença de médias entre dois grupos para identificar se são estatisticamente diferentes. Para análise do teste, considerando o nível de significância de 5%, portanto, caso o teste seja menor que 0,05, é possível concluir que existe diferenças significativas entre os grupos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para um maior aprofundamento e compreensão do cenário analisado neste estudo, foi elaborado um questionário para ser aplicado junto aos profissionais de contabilidade. Tal questionário compreende perguntas inerentes ao cenário abordado por este estudo, cujo foco foi o de entender como o mercado de trabalho da contabilidade vem reagindo ante a essas inovações tecnológicas as quais o mercado da contabilidade vem sendo submetido.

O questionário foi aplicado através da plataforma Google Forms, em função de seu alcance a profissionais distribuídos em diferentes localidades de Minas Gerais, o que torna a amostragem mais diversificada. Sendo assim, para cada pergunta realizada no questionário, foi construídas Tabelas que relacionam a distribuição das respostas dos 123 entrevistados.

Para cada pergunta realizada, ou um conjunto de perguntas complementares entre si, serão feitas observações relevantes que podem ser identificadas. Assim, para o conjunto das perguntas

realizadas, busca-se traçar um perfil de posicionamento dos profissionais contábeis acerca da implementação de tecnologias, buscando compreender se os mesmos consideram as mesmas uma inovação ou uma concorrência.

A seguir, a Tabela 1 engloba 3 tipos de perguntas realizadas junto aos entrevistados. Tais perguntas norteiam o conhecimento sobre o gênero, faixa etária e tempo de experiência dos profissionais contábeis entrevistados.

Tabela 1 – Perfil Social e Profissional dos entrevistados

Variável	Categoria	Qtde	%
Gênero	Masculino	42	34,10%
	Feminino	81	65,90%
Faixa Etária	Entre 20 e 30 anos	66	53,7%
	Entre 30 e 40 anos	36	29,3%
	Entre 40 e 50 anos	9	7,3%
	Entre 50 e 60 anos	11	8,9%
	Mais de 60 anos	1	0,8%
Tempo de Experiência	Menos de 1 ano	19	15,4%
	Entre 1 e 3 anos	31	25,2%
	Entre 3 e 5 anos	18	14,6%
	Entre 5 e 10 anos	24	19,5%
	Entre 10 e 15 anos	14	11,4%
	Mais de 15 anos	17	13,8%

Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

De acordo com as informações exibidas pela Tabela 1, é possível perceber que a maior parte dos entrevistados é do gênero feminino, dentro da faixa etária de 20 a 30 anos, e com até 3 anos de experiência profissional. Sendo assim, a amostra que foi submetida ao questionário compreende, em sua maioria, profissionais que recentemente entraram no mercado de trabalho, onde os mesmos compreendem uma geração que já encontra as tecnologias contábeis dentro do meio profissional, já os profissionais mais antigos e que vem vivenciando a evolução tecnológica do meio contábil compreende uma parcela de aproximadamente 30%.

Para a Tabela 2, foi realizado um levantamento junto aos entrevistados acerca dos conhecimentos profissionais que os mesmos apresentavam para as tecnologias contábeis atualmente existentes. Para cada tipo de tecnologia, os entrevistados foram avaliados quanto ao nível de conhecimento que possuem acerca de cada. Os itens da questão foram pontuados de 1 à 4 de acordo com o nível de conhecimento do profissional, sendo 1 o menor nível de conhecimento e 4 o maior.

Tabela 2 - Conhecimentos em Contabilidade Digital e Tecnologia

Conhecimentos em Contabilidade Digital e Tecnologia	Média	Desvio Padrão
Tenho conhecimentos sobre contabilidade em nuvem.	2,40	0,94
Tenho conhecimentos sobre <i>blockchain</i> .	1,59	0,69
Tenho conhecimentos sobre <i>internet</i> das coisas.	2,89	0,70
Tenho domínio em informática e utilização de <i>softwares</i> contábeis.	2,80	0,76
Tenho domínio na utilização do <i>Big Data</i> .	1,74	0,75
Tenho conhecimento e domínio suficiente para atuar com a Contabilidade Digital.	2,17	0,82
MÉDIA	2,27	0,57

Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

Conforme é possível observar, a tecnologia mais conhecida dos profissionais contábeis entrevistados é a IOT (Internet das Coisas), seguida de conhecimentos de informática e softwares de contabilidade. Ainda nesse grupo, pode-se constatar que a Contabilidade em Nuvem também é conhecida por boa parte dos profissionais. Por outro lado, tem-se que as tecnologias mais desconhecidas do meio contábil pelos entrevistados foram o Blockchain e o Big Data, que se mostraram desconhecidas por praticamente todos os entrevistados.

Também percebe-se com as informações da Tabela 2, que os profissionais contábeis, mesmo sendo jovens e de carreira recente, não se mostraram envolvidos com as novas tecnologias contábeis, o que acaba descartando a hipótese levantada anteriormente, acerca da possibilidade de serem mais cientes da tecnologia devido ao recente período de experiência profissional de sua maioria. Assim, pode-se subtender que os riscos de incompreensão acerca da implementação de tecnologias contábeis possam existir.

Para sanar esta dúvida, foi disponibilizado aos entrevistados uma pergunta que busca entender como os profissionais contábeis percebem a utilização de tecnologias contábeis nas atividades de trabalho. A partir deste questionamento, foi construída a Tabela 3. Os itens da questão foram pontuados de 1 à 4 de acordo com o nível de concordância do profissional, sendo 1 o menor nível de concordância e 4 o maior.

Tabela 3 - Percepção acerca da Contabilidade Digital

Percepções sobre Contabilidade Digital	Média	Desvio Padrão
A tecnologia traz consigo uma ameaça a profissão de contador.	1,86	0,73
Os profissionais vêm se capacitando para as inovações tecnológicas na área contábil.	2,90	0,55
Os contadores têm a oportunidade de reinventar a profissão e suas funções mediante os recursos tecnológicos.	3,35	0,63
A contabilidade Digital trouxe benefícios e facilidades para as rotinas contábeis.	3,41	0,62
O avanço tecnológico é importante para a contabilidade.	3,56	0,59
A contabilidade digital traz um aumento na produtividade.	3,35	0,70
A contabilidade possibilita melhoria na qualidade dos serviços.	3,50	0,60
A contabilidade digital incorre em redução de custos para o prestador de serviço.	3,08	0,72
A contabilidade digital provê maior segurança das informações.	3,18	0,69
A contabilidade digital agiliza o acesso às informações dos clientes.	3,50	0,63
A contabilidade digital é boa, mas a manual é melhor.	1,69	0,75
O <i>Home Office</i> não funciona para a Contabilidade Digital.	1,59	0,73
Através da Contabilidade Digital, consigo realizar meu trabalho em modalidade <i>Home Office</i> .	3,34	0,67
A empresa onde trabalho incentiva o uso da Contabilidade Digital, proporcionando cursos para capacitar os colaboradores.	2,46	1,00
MÉDIA	2,91	0,35

Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

Para esta primeira parte da questão realizada, nota-se que os profissionais contadores entrevistados não consideram que a tecnologia se mostra como uma ameaça à profissão contábil, onde no entanto a grande maioria não se mostra alinhada a capacitações para assimilar qualquer tipo de inovação tecnológica que venha a ser implementada em seu local de trabalho. Apesar dessa amostra de falta de conhecimento acerca das tecnologias, os profissionais contábeis entrevistados consideram que a contabilidade digital vem para reinventar a profissão contábil, através da inovação das suas atividades e, conseqüentemente, da aprimoração das atribuições do profissional frente a questões mais decisivas em um negócio, como participar ativamente na tomada de decisões das empresas.

Os próximos três itens da questão sobre as percepções dos profissionais quanto à contabilidade digital, os resultados coletados mostram que os profissionais contadores consideram as inovações tecnológicas no meio contábil como facilitadoras das atividades contábeis, através de um menor gasto de tempo na realização de atividades rotineiras. Ou seja, eles consideram que as inovações tecnológicas apresentam uma grande importância para a profissão contábil, onde o aumento de produtividade se mostra como o principal benefício identificado pelos entrevistados.

Dando continuidade à análise da questão sobre as percepções dos profissionais contadores, estes consideram que a tecnologia contábil possibilita uma melhoria na qualidade dos serviços, na redução de custos operacionais e uma maior segurança das informações. Diante de um cenário onde a transparência vem se tornando uma exigência cada vez mais constante, esses quesitos se mostram de extrema importância para o profissional contábil.

Ademais, observa-se que os profissionais contadores consideram que as inovações tecnológicas facilitam os trabalhos contábeis no que diz respeito a uma maior agilidade em prestar informações aos clientes, onde a contabilidade tradicional acaba perdendo espaço para tais inovações. Ainda neste sentido, os profissionais contábeis entrevistados declaram que a contabilidade digital possibilita o trabalho no regime de Home Office, o que condiz com a visão de diminuição de custos, além da possibilidade de ampliar a atuação do profissional contábil no mercado.

Nesta última parte de posicionamentos acerca da questão feita aos entrevistados, os profissionais contadores reforçam seu posicionamento acerca do regime de trabalho Home Office, onde isso acaba despertando uma vontade do meio contábil em atuar como consultores, onde tal regime de trabalho possibilita o atendimento a diversos clientes de forma simultânea. No entanto, os profissionais declararam que as empresas onde trabalham não incentivam a inovação tecnológica dos trabalhos contábeis.

Tabela 4 – Teste T de Student para diferença de médias

Categoria	Qtde	Conhecimentos em Tecnologias	Percepções sobre a Contabilidade Digital	Conhecimentos em Tecnologias	Percepções sobre a Contabilidade Digital
Gênero		Médias		Teste T de <i>Student</i>	
Feminino	81	2,17	2,92	0,04	0,87
Masculino	42	2,44	2,90		
Faixa Etária					
Até 30 anos	66	2,20	2,97	0,25	0,15
Acima de 30 anos	57	2,35	2,85		
Experiência					
Até 5 anos	68	2,13	2,94	0,01	0,53
Acima de 5 anos	55	2,44	2,88		

Fonte: Resultados da pesquisa (2020).

Nesta parte do estudo foi realizado o Teste T de Student para identificar se há diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de profissionais segregados de acordo com as categorias sociais. Assim, os respondentes foram separados conforme o gênero (feminino ou masculino) constatando um maior conhecimento em tecnologias para os profissionais do gênero masculino, considerando o nível de significância de 5%, mas o teste não se mostrou significativo para as percepções sobre a contabilidade digital.

Os respondentes também foram segregados de acordo com a faixa etária (até 30 anos e acima de 30 anos), todavia, o teste não evidenciou diferenças significativas, indicando que a idade não afetaria o nível de conhecimento em tecnologias e nem as percepções sobre a contabilidade digital. Em relação à experiência profissional, os respondentes foram divididos em dois grupos (até 5 anos de experiência e acima de 5 anos) e constatado que os profissionais mais experientes têm maiores níveis de conhecimentos em tecnologias, mas apresentam as mesmas percepções sobre a Contabilidade Digital.

Por fim, acerca da pergunta discursiva, os respondentes foram questionados sobre a forma como vem se preparando para tais inovações tecnológicas no âmbito contábil, a qual 123 contadores responderam, com isso tem-se que o entendimento obtido em relação às respostas dadas por eles demonstraram que os profissionais aos poucos vem se preparando para vivenciar tal avanço tecnológico, como demonstrado abaixo:

Respondente 1 – “Além de estudos contábeis, estudo ERP’s de grande porte SAP e Oracle. Tiro certificações anuais de módulos ligados à área contábil. A contabilidade vira parte de um processo, que exige do profissional um conhecimento de regras e processos empresariais”.

Respondente 2 – “Procuro me atualizar a nova realidade buscando absorver o melhor do momento e me destacar na profissão”.

Respondente 3 – “Procuro sempre estar disponível para novos conhecimentos através de leituras, canais informativos, e cursos direcionados. Sempre que possível, antecipar para a chegada de novas tecnologias, ainda que saibamos que acompanhar é uma tarefa difícil pela velocidade ao qual as informações andam”.

Poucos são aqueles que ainda não vem buscando se capacitar para conhecer as novas ferramentas, quando deveriam encarar a possibilidade de buscarem a capacitação como uma necessidade futura e que poderá acontecer em breve, como descrito pelos respondentes:

Respondente 4 – “Não, mas temos que nos preparar”.

Respondente 5 – “Infelizmente no momento não tenho me preparado, por motivos financeiros”.

Respondente 6 – “Infelizmente a empresa onde trabalho não tem incentivo algum e muito menos estrutura para a contabilidade digital”.

Observa-se então que apesar destes respondentes alegarem não estarem se preparando para mudanças inovadoras, fica evidenciado que os profissionais tem motivos diversos para não estarem, ou por questões financeiras, principalmente na atual situação em que o país vive com o Covid-19, por questões de falta de incentivos por parte das empresas, as quais não estão tendo estrutura para adequar a empresa as transformações digitais.

Para um melhor entendimento dos resultados coletados em nossa pesquisa, será realizada uma comparação do estudo aqui realizado com outros similares. Para tanto, foi escolhido o estudo realizado por Santos e Konzen (2020), acerca da perspectiva dos profissionais de contabilidade do Rio Grande do Sul frente à Contabilidade Digital.

Segundo esta pesquisa, chegou-se à conclusão de que os profissionais contábeis consideram a Contabilidade Digital como uma realidade cada vez mais presente no cotidiano dos profissionais. Eles consideram também que a mesma não é uma realidade distante, mas uma realidade que deve ser adotada pelos escritórios de contabilidade o quanto antes para que a competitividade seja garantida futuramente. Assim, podemos perceber que tal característica foi observada também nos estudos aqui realizados, onde tais resultados se mostraram convergentes neste entendimento.

Tanto este estudo quanto o realizado por Santos e Konzen (2020), foi possível observar que os profissionais contábeis consideram a Contabilidade Digital uma oportunidade de otimizar as rotinas de contabilidade, onde nota-se que em ambos os resultados a visão de que a inovação que tal tecnologia traz seria a redução de custos, otimização do tempo, maior alcance na prestação de serviços e aumento da qualidade dos resultados, sem contar a possibilidade de direcionar o profissional contábil para novas instâncias do processo decisório dentro das empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade digital vem sendo implementada nas empresas de contabilidade. No entanto, conforme evidenciado pela pesquisa realizada junto a profissionais de contabilidade, as informações atualmente disponíveis são escassas, o que acaba diminuindo um entendimento maior acerca de grande parte das tecnologias atualmente disponíveis. Mas, como apresentado, o interesse por essas tecnologias se mostra como uma vontade natural dos profissionais contábeis, onde os mesmos acreditam que a contabilidade digital traz muitos benefícios e resultados otimizados para as atividades contábeis.

Constatou-se ainda que os profissionais do gênero masculino e com mais de 5 anos de experiência possuem mais conhecimento sobre tecnologias em contabilidade digital, porém, o teste não se mostrou significativo para as percepções sobre a contabilidade digital quanto ao gênero, faixa etária e experiência profissional.

A profissão de contador nos dias atuais mudará no futuro por causa dos processos automatizados. Conforme os resultados discutidos no decorrer desta pesquisa, pode-se considerar como impactos mais significativos para o profissional contábil mudanças nas tarefas, eficiência, relações com os clientes, distorções e problemas de TI, oportunidades de emprego, competência e educação e custos. Com essa evolução, a contabilidade digital levará os mesmos a um novo patamar de atuação nas empresas, o que impulsionará o aumento da ajuda oferecida por eles em serviços analíticos.

Além disso, o contador não será substituído por profissionais de TI, ou mesmo por tecnologias automatizadas, porque apesar das tarefas de rotina se tornarem digitais, o conhecimento técnico ainda será indispensável para que as informações possam ser interpretadas e discutidas dentro de uma visão estratégica. Além disso, a longo prazo, todos os contadores tenderão a se posicionar no mercado de trabalho como analistas e consultores. Assim, o processo de contabilidade será mais rápido e eficiente, tanto em termos de custos quanto de tempo.

Esse estudo mostra como resposta a essa pergunta uma proporção significativamente positiva para a contabilidade digital em geral, devido à sua utilidade percebida. De acordo com as informações coletadas nas entrevistas, os contadores tendem a ser positivos em relação à contabilidade digital, apesar de nem todos conseguirem enxergar a longo prazo as consequências inovadoras que a automação pode proporcionar ao profissional.

Este estudo trouxe contribuições para o entendimento dessa realidade. Isso porque ele foi conduzido em um novo campo que vem sendo negligenciado pelos profissionais da contabilidade. Impactos da automação na perspectiva de uma empresa de contabilidade podem ser considerados como um campo de pesquisa escasso, sobre o qual este estudo mostrou uma nova perspectiva.

A pesquisa foi realizada em uma época em que a automação ainda não se encontra plenamente implementada, e onde as tarefas dos contadores ainda se mostram automáticas até certo ponto. Quando a automação não é plenamente implementada, os impactos descritos são apenas uma mistura de descobertas e suposições de impactos futuros. Portanto, uma pesquisa futura poderia ser conduzida quando mais processos fossem automatizados e gerassem mais impactos visíveis. Assim, a pesquisa futura poderá substanciar novos resultados ou fornecer novas perspectivas sobre os impactos que não descobrimos.

Considerando ainda o cenário atualmente vivido pelo Brasil e pelo mundo, no que diz respeito a pandemia causado pelo Covid-19, tem-se que a Contabilidade Digital se mostra como uma possibilidade de garantir que as atividades contábeis continuem sendo utilizadas sem impactos para as empresas. Isso porque, diante do cenário de isolamento que vem sendo exigido para contenção da pandemia, as ferramentas digitais da contabilidade são capazes de permitir que os profissionais realizem suas atividades em Home Office, o que acaba corroborando com o pensamento dos profissionais que enxergam tal possibilidade com uma visão positiva.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Jéssica Rayse de Melo Silva; ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de. Estudo das relações entre sistemas integrados de informações e a prestação de serviços de escritório de contabilidade em uma cidade do estado de Minas Gerais. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, v. 8, n. 1, p. 226-242, 2016.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMARGO JUNIOR, João B. D.; PIRES, Silvio Roberto Ignacio; SOUZA, A. H. R. *Sistemas integrados de gestão ERP e cloud computing: Características, vantagens e desafios*. Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, v. 2010.

CASTRO, C. M. *Estrutura e apresentação de publicações científicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COELHO, Daniel William Campos; COELHO, Danilo José Campos. Futuro da Profissão do Contador diante da Evolução Tecnológica e dos Riscos de Automação: Percepção dos Discentes do Curso de Ciências Contábeis da UFPE. Anais do 12º Congresso UFPE de Ciências Contábeis, 2018.

CORAZZIM, G. A Tecnologia da Informação na Contabilidade. 2017. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2017/00_8_alinhamento_quadros_otn.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

CORNACHIONE JR., E. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, N. V. S.; PEIXOTO, R.; CHAVES, S.; CARVALHO, J. D.; PAULO, E.; YOSHITAKE, M.; NASCIMENTO, J. O impacto da tecnologia da informação no profissional contábil. In.: VIII Congresso Internacional de Custos. Anais... Punta del Leste: Uruguai, 2003. Disponível em: <<https://intercostos.org/documentos/congreso-08/218.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2020.

DIÓGENES, A. D. B. A importância da informática na contabilidade. 2013. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/75/a-importancia-da-informatica-nacontabilidade/>>. Acesso em 15 jan. 2019.

FERREIRA, T. J.; SLAVOV, T. N. B. Automação contábil: tecnologia em contabilidade sob a ótica da teoria institucional. 2016. Disponível em: <https://www.occ.pt/dtrab/trabalhos/xviicica/finais_site/46.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

KIEKOW, A. S.; MEIRELLES, J. S.; SCHIAVO, L. R. Sistema de Informação Contábil: Uma Análise dos Softwares como Ferramenta de Apoio aos Escritórios Contábeis do Vale do Cai. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/323767907_Sistema_de_Informacao_Contabil_Uma_Analise_dos_Softwares_como_Ferramenta_de_Apoio_aos_Escritorios_Contabeis_do_Vale_do_Cai>. Acesso em: 29 abr. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, Cíntia Caldas Barcelar de. Aplicativos móveis de interesse público: limites e possibilidades para a cidadania no Brasil. 2017.

LUCAS, D. R.; LUCAS, D. da S.; FARIA, R. C. A valorização do profissional contábil e os benefícios para a contabilidade, através do avanço da tecnologia da informação. XIII Inic EPG (Encontro Latino Americano de Iniciação Científica) e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – UNIVAP, São José dos Campos, out/2011.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, A. L. M. de; PEREIRA, D. A. A evolução da contabilidade na era da tecnologia. 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/daiane_aparecida_pereira_3_revisado_24102013_1.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2019.

OLIVEIRA, D. B. de; MALINOWSKI, C. E. A importância da Tecnologia da Informação na Contabilidade Gerencial. 2016. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/1596>>. Acesso em: 29 abr. 2019.

OLIVEIRA, E. Contabilidade informatizada: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, E. Contabilidade informatizada: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, C. L. Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PRATES, Gláucia Aparecida; OSPINA, Marco Túlio. Tecnologia da informação em pequenas empresas: fatores de êxito, restrições e benefícios. Revista de administração contemporânea, v. 8, n. 2, p. 9-26, 2004.

SANTOS, E. K. dos; KONZEN, J. A percepção dos escritórios de contabilidade do Vale do Paranhana/RS e de São Francisco de Paula/RS sobre a Contabilidade Digital. 2020. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/1614/1064>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

SOUZA, M. Contabilidade e Informática: parceria de sucesso!. 2010. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/tecnologia-artigos/contabilidade-e-informatica-parceria-desucesso-1935448.html>>. Acesso em 15 jan. 2019.

TESSMANN, G. de M. O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis. Monografia (Graduação) – UNESC – Universidade do Sul Catarinense, 2011.

TRIVIÑOS, A. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZWIRTES, A.; ALVES, T. W. Os impactos causados pela inovação tecnológica em escritórios de contabilidade do Rio Grande do Sul: uma análise fatorial. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 8, n. 1, p. 39-53, 2014.

Avaliação de conformidade do disclosure à ótica das ICPC 01 e 17: análise das demonstrações financeiras da concessionária de iluminação pública de Belo Horizonte

Disclosure compliance assessment from the perspective of ICPC 01 and 17: analysis of the financial statements of the public lighting concessionaire in Belo Horizonte

Maria Clara Ferreira Cruz

Graduada em Ciências Contábeis pela PUC Minas

mariacruz-fer@outlook.com

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Doutoranda e Mestra em Controladoria e Contabilidade pela UFMG.

Professora Assistente do Departamento de Contabilidade da PUC MG

carolinacolares@pucminas.br

Resumo

No Brasil, os contratos de concessão se apresentam atualmente como estruturas viáveis para a transferência da responsabilidade da gestão de serviços ou ativos públicos da esfera pública para as empresas do setor privado. Visto as particularidades da referida modalidade e de seus normativos, pesquisa visa analisar a o processo de evidenciação das informações contábeis descritas nas demonstrações financeiras de uma das principais empresas de gestão serviços de iluminação pública da América Latina, a BH Iluminação Pública S.A, localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. Através da realização de entrevista com o gestor de novos negócios da Companhia, junto a aplicação de um checklist para a análise da evidenciação dos itens requeridos pelas ICPC 01 e ICPC 17, pode-se concluir como satisfatório, o nível do disclosure da BHIP. A empresa apresentou suas informações conforme as normas nacionais e internacionais de contabilidade, sem quaisquer distorções relevantes, e suficientemente transparentes para a fácil e integral compreensão das Demonstrações Financeiras. Com um nível de evidenciação com cumprimento de aproximadamente 80% dos itens tratados nas interpretações técnicas, a BHIP apresentou resultados positivos e em acordo ao objetivo da pesquisa. Factualmente, as informações obtidas e conseqüentemente avaliadas neste estudo de caso são de grande importância para os stakeholders da Concessionária, mas principalmente para os cidadãos da capital mineira, que por usufruírem dos serviços de Iluminação Pública de Belo Horizonte, devem ampliar constantemente seus estudos e análises indiretas sobre o patrimônio público da metrópole, por meio de um exame claro, objetivo e fidedigno das Demonstrações Financeiras.

Palavras-chave: BHIP. concessionária. demonstrações financeiras. evidenciação. ICPC 01. ICPC 17. iluminação pública.

Abstract

In Brazil, concession contracts are currently presented as viable structures for the transfer of responsibility for the management of public services or assets from the public sphere to private sector companies. Given the particularities of this modality and its normative, this research aims to analyze the process of disclosure of accounting information described in the financial statements of one of the main management companies of public lighting services in Latin America, BH Lighting Public SA, located in Belo Horizonte, Minas Gerais. By conducting an interview with the Company's new business manager, together with the application of a checklist to analyze the disclosure of items required by ICPC 01 and ICPC 17, it can be concluded that BHIP's disclosure level is satisfactory. The company presented its information in accordance with national and international accounting standards, without any relevant distortions, and sufficiently transparent for an easy and complete understanding of the Financial Statements. With a level of disclosure with compliance of approximately 80% of the items dealt with in the technical interpretations, BHIP presented positive results and in accordance with the objective of the research. Factually, the information obtained and consequently evaluated in this case study is of great importance to the Concessionaire's stakeholders, but mainly to the citizens of the capital of Minas Gerais, who, because they benefit from the Public Lighting services of Belo Horizonte, must constantly expand their studies and analyses. indirect effects on the public assets of the metropolis, through a clear, objective, and trustworthy examination of the Financial Statements.

Keywords: BHIP. concessionaire. financial statements. disclosure. ICPC 01. ICPC 17. public lighting.

INTRODUÇÃO

Com seu marco legal oficial à União, instituído pela lei nº 11.079/2004, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) deram início a um novo modelo de contratação dos serviços públicos. As concessões dessa modalidade compartilham com o Estado o risco inerente ao controle dos ativos e patrimônio público, envolvidos por um contrato de melhoria ou ampliação de toda ou parte da infraestrutura negociada.

Assim como enfatiza Hernández (2010), os moldes de concessão concebidos nos dias atuais são originários da Europa, onde no século XIX, obras e serviços de alta demanda por investimentos econômicos e conhecimentos técnicos específicos se faziam necessários para a outorga a agentes privados.

Aprovadas em 2011, as Interpretações Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 01 (R1) e ICPC 17 tratam respectivamente sobre a orientação contabilização de serviços públicos pelas entidades privadas, e evidenciação dos contratos de concessão pelas concessionárias. Os respectivos assuntos estão diretamente relacionados ao processo de evidenciação (disclosure) das informações contábeis, de forma fidedigna, veemente sustentado pela Ciência Contábil.

Cunha e Ribeiro (2008) reiteram que a divulgação de informações pela contabilidade merece atenção na discussão corporativa, pois constitui uma das formas mais importantes de que os gestores dispõem para comunicar-se com os investidores e o mercado em geral.

A realização do disclosure das informações contábeis pode ocorrer tanto de forma voluntária quanto compulsória. A última se dá por meio de regulamentações que as tornam obrigatórias. No entanto, Gonçalves e Ott (2002) avaliam que grande parte das companhias apresentam, de maneira voluntária, informações adicionais em suas demonstrações contábeis, a fim de fornecer maior transparência durante o processo de divulgação e evidenciação.

Observadas as Normas Internacionais, acrescidas da importância relativa à transparência e confiabilidade de informações contábeis específicas apresentadas pelas entidades no processo de evidenciação, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os aspectos da evidenciação do Contrato de Concessão de Iluminação Pública do Município de Belo Horizonte nas Demonstrações Contábeis da Concessionária, sobre as perspectivas e orientações estabelecidas nas Interpretações Técnicas ICPC 01 e ICPC 17.

Bushman, Piotroski e Smith (2004), reiteram a necessidade e importância da transparência de informações por meio do disclosure para as Sociedades Anônimas, ao definirem o processo de evidenciação como “a abrangente disponibilidade de informações relevantes e confiáveis sobre desempenho, situação financeira, oportunidades de investimento, governança, valor e risco das empresas de capital aberto”.

Não obstante, a busca e elemento de estudo apresentado fazem-se originais e refletem um cenário de pesquisa pouco investigado, observado principalmente o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, que remonta complexidade em virtude das mudanças promovidas na contabilidade brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Observado o crescimento exponencial da infraestrutura e serviços públicos nacionais na última década, fez-se necessária a descentralização do controle de devidos pelas esferas administrativas do Poder Público, fato que proporcionou a criação de modelos de concessão. Tratados na Constituição da República, os serviços diretamente relacionados a esse molde concedem e atrelam ao Poder Público o dever de fiscalização e regulamentação, assim como descrito no art. 175 da Constituição da República:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado. (BRASIL, 1988)

Ademais, Mello (2002) aponta as formas pelas quais os serviços e bens públicos podem ser concedidos, e as reitera por meio do exercício de um serviço público a alguém que aceita prestá-lo, por sua conta e risco em nome próprio, nas condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Poder Público, mas sob garantia contratual de um equilíbrio econômico-financeiro, sendo remunerado pela própria exploração do serviço, em geral e basicamente mediante tarifas cobradas diretamente dos usuários do serviço.

Em conformidade ao ordenamento jurídico podem ser observadas duas modelagens de concessão existentes: a comum e a especial. A última pode ser dividida entre administrativa e patrocinada, sendo regulamentada pelas Leis nº 8.987/95 e nº 11.079/2004.

As concessões de iluminação pública instauradas por meio de formalização dos contratos de concessão entre empresas privadas e os poderes concedentes, geralmente, possuem obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura; prazo determinado – constituídas nos moldes das Sociedades de Propósito Específico (SPE). Assim, esses novos arranjos institucionais visam suprir a lacuna ou a gestão direta ineficiente do Poder Público referentes aos investimentos nos diversos setores de infraestrutura do país, como saneamento, energia, educação e iluminação pública.

A concessão pode ser de forma administrativa ou patrocinada. A concessão administrativa compreende pelo modelo de concessão firmado pelo contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que estejam envolvidas a execução de obra ou fornecimento de bens. É regulada pelas leis federais nº 8.987/95 e nº 9.074/95, a concessão em seu modelo administrativo permite a utilização de toda estrutura de uma concessão comum pela Administração, fato que corrobora a não necessidade da cobrança de tarifas aos usuários, sendo essa mantida apenas pela contraprestação pecuniária realizada pelo Poder Público, na figura de concedente.

Já a concessão patrocinada, segundo o art. 2º, § 1º, da lei nº 11.079/2004 pode ser definida como a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado (BRASIL, 2004). Neste molde de concessão, os aportes públicos, doravante contraprestações pecuniárias, são

obrigatórios, ainda que insuficientes para a manutenção e compensação dos investimentos realizados pela concessionária. Nisso, torna-se necessária a cobrança de tarifas aos usuários de maneira a perfazer um complemento remuneratório ao parceiro privado em consonância aos recursos orçamentários.

Arranjos Contábeis Gerais dos Contratos de Concessão

Por serem de difícil mensuração, visto a transferência da administração de um bem público a uma entidade privada, os contratos de concessão não eram contabilizados. Heald (2003) discorre sobre ao dizer que os contratos de concessão não apareciam nos balanços, uma vez que evidenciados em sua maioria como contratos de arrendamento mercantil, sem quaisquer processos de verificabilidade quanto sua forma, essência, controle e risco.

Esse problema é mitigado quando entendidas as propriedades envolvidas no contrato, em sua essência. Quando essas se comportarem como ativos, os montantes a pagar aos operadores serão tidos como passivos do poder concedente, ao passo que, quando o operador possuir um ativo e dele fizer usufruto durante a prestação de serviço, será constituído um ativo financeiro, o qual representa o montante a ser pago pelo poder concedente.

Questionamentos vinculados ao reconhecimento do ativo fixo e seu posterior controle são frequentemente pontuados, ao passo de ampliarem a promoção de discussões internacionais. Nisso, em 2006, o International Accounting Standards Board emitiu a IFRIC 12 – Service Concession Arrangements a fim de discorrer sobre a contabilização dos contratos de concessão pela concessionária. Em paralelo, por meio da Deliberação nº 611/2009 da Comissão de Valores Mobiliários, foi aprovada e convergida a ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, correlata à norma internacional, e de cunho obrigatório para as companhias abertas a partir de 2010.

Paralelamente, no que tange às Parcerias Público-Privadas, é possível visualizar grande impacto nas contas públicas, em razão, principalmente, das contraprestações por esse realizadas. Nesse sentido, Torres e Pina (2001) apontam a importância da contabilização dos contratos de concessão nos moldes de PPP, devido a transparência que estes proporcionam em relação a prestação do serviço público.

Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01

Emitida em 2009, a Interpretação ICPC 01 alcança toda a infraestrutura nas concessões dos serviços públicos, as quais atendem as condições abaixo segregadas, para as entidades privadas:

- a) O Concedente controle ou regulamente quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- b) O Concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2010^a)

Deve-se observar também a forma de contraprestação paga pela concedente ao concessionário mediante a realização do contrato. Esse, quando de serviços de construção ou melhoria, pode ser registrado como ativo financeiro ou ativo intangível nas demonstrações financeiras da concessionária.

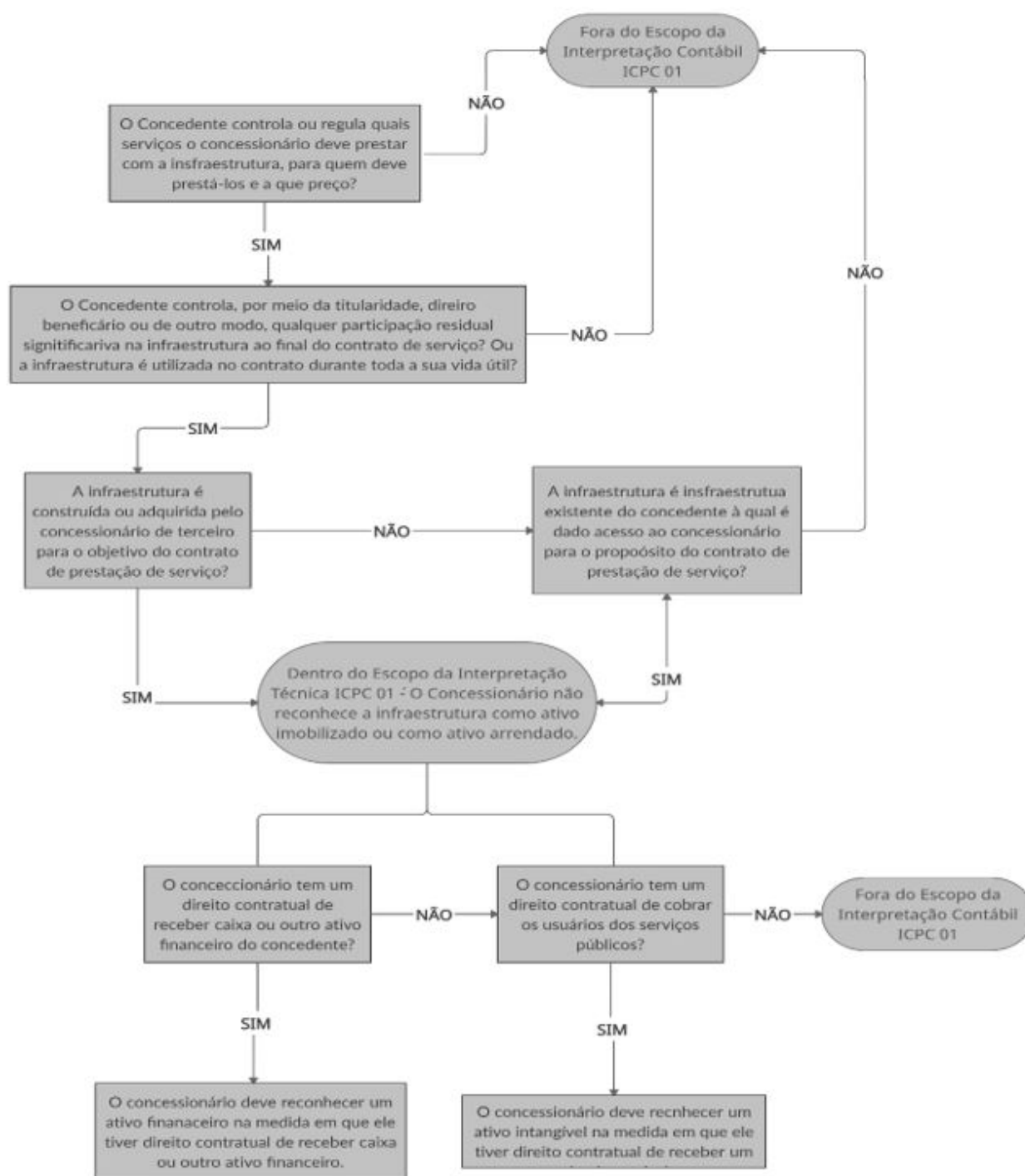
O ativo financeiro deve ser reconhecido observado um direito contratual incondicional de

recebimento de caixa relativo a outro ativo financeiro do poder concedente. Em contraponto, quando inexistente ou remota a opção (em condição exequível legal) do não pagamento da concedente ao concessionário deve também ser reconhecido o ativo financeiro.

Adicionalmente, o ativo intangível, este deve ser reconhecido à medida que recebido o direito pelo poder concedente da cobrança dos serviços públicos aos usuários.

Sendo assim, possível acompanhar todo o processo de contabilização básica dos contratos de prestação de serviço público-privado, ao observar o diagrama de resumo contábil de mensuração e reconhecimento, informados pela ICPC 01. (Figura 1).

Figura 1- Diagrama de Contabilização dos Contratos de Concessão



Fonte: Adaptação do CPC - ICPC 01 (2011).

Ainda sobre o processo de reconhecimento dos contratos de concessão, com ênfase na forma, observam Iudícibus *et al.* (2010, p. 455) a importância dos valores a serem recebidos, ao informar que “as entidades devem reconhecer como ativo apenas as importâncias a serem recebidas pelos serviços prestados a partir da utilização desses ativos”, fato o qual reitera o reconhecimento das concessões como ativos financeiros e/ou intangíveis.

Nessa continuidade, Andrade (2020, p. 66) aponta que “se em um contrato de concessão a remuneração pelos serviços envolver duas formas de pagamento, ou seja, um ativo financeiro e um ativo intangível, é necessária a segregação na hora do reconhecimento”.

Assim como exposto por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003), a ICPC 01 desencadeou modificações expressivas quanto ao modo de contabilizar os contratos de concessão no cenário brasileiro, uma vez que o modelo contábil reflete melhor os eventos econômicos específicos de cada um dos contratos. Portanto, o ponto focal da divulgação se tornou a essência econômica da transação, e não a forma. Conforme os itens 28 e 29 da interpretação analisada, é necessária a divulgação de diversas informações, as quais devem ser realizadas individualmente por cada contrato de concessão de maneira individual ou para cada classe dos contratos.

Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 17

A ICPC 17 traz em sua estrutura todos os itens de divulgação obrigatória para o encerramento de cada exercício ou período de reporte das Demonstrações Contábeis das Concessionárias. Cabe ressaltar, que o mesmo pronunciamento técnico se aplica em mesma medida e exigibilidade ao poder concedente, o qual estabelece os seguintes itens a nível de disclosure:

- a) Descrição do acordo contratual;
 - b) Termos significativos do contrato que possam afetar o montante, o período de ocorrência e a certeza dos fluxos de caixa futuros (por exemplo, período da concessão, datas de reajustes nos preços e bases sobre as quais o reajuste ou renegociação serão determinados;
 - c) Natureza e extensão (por exemplo, quantidade, período de ocorrência ou montante, conforme o caso) de:
 - (i) direitos de uso ativos especificados;
 - (ii) obrigação de prestar serviços ou direitos de receber serviços;
 - (iii) obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão;
 - (iv) obrigação de entregar ou direito de receber ativos especificados no final do prazo da concessão;
 - (v) opção de renovação ou de rescisão; e
 - (vi) outros direitos e obrigações (por exemplo, grandes manutenções periódicas);
 - d) Mudanças no contrato ocorridas durante o período; e
 - e) Como o contrato de concessão foi classificado.
- (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011)

De forma requerida, o concessionário deve também divulgar o total da receita e dos lucros ou prejuízos acumulados, reconhecidos no exercício consequente da prestação de serviços de construção em troca do ativo financeiro ou do ativo intangível.

Disclosure como instrumento de análise contábil dos Contratos de Concessão

A evidenciação, ou disclosure, infere diretamente na qualidade das informações de cunho e dimensão financeira, econômica e monetária para com as operações, recursos e obrigações de uma companhia detentora das informações posteriormente extraídas das demonstrações contábeis, as quais devem ser entendidas como aquelas que de alguma forma influenciam na tomada de decisões, com o envolvimento direto da entidade e seu constante e, consequente, acompanhamento relativo à evolução patrimonial, de maneira a fornecer o conhecimento das ações passadas e a realização de

inferências em relação ao futuro.

Lehman, Annisette e Marcia (2016) assim o reiteram ao advogarem sobre a contabilidade de forma a anular suas características unicamente de provedora de dados passivos, reiterando a de contribuinte para melhor persuasão ideológica, a tratando como objeto crítico e exploratório para o conhecimento.

Tecnicamente, a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 26 (R5) expressa e determina os meios de divulgação os quais as demonstrações financeiras e todas suas consonantes etapas de evidenciação devem ser divulgadas:

- a) a publicação das demonstrações contábeis na imprensa, oficial ou privada, em qualquer das suas modalidades;
- b) a remessa das demonstrações contábeis a titulares do capital, associados, credores, órgãos fiscalizadores ou reguladores, bolsas de valores, associações de classe, entidades de ensino e pesquisa, e outros interessados;
- c) a comunicação de que as demonstrações contábeis estão à disposição dos titulares do capital, associados e demais interessados, em local ou locais identificados. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2017)

Na mesma ótica, Torres e Pina (2001) observam que as iniciativas de contabilização dos contratos de PPP objetivam a transparência para com este tipo de prestação de serviço público. Nesse sentido, quando evidenciados, os arranjos de concessão existentes permitem melhor avaliação da situação patrimonial do poder concedente, que pode ou não demonstrar aos usuários a existência de um possível déficit público diretamente associado aos ativos envolvidos.

Pesquisas Anteriores

A investigação e comparação de assuntos correlatos e desenvolvidos anteriormente têm por objetivo complementar a fundamentação teórica da pesquisa. Dessa forma, a fim de fomentar o estudo e concretizar a apresentação de resultados, foram realizadas para a elaboração da presente monografia, buscas e consequentes análises de artigos científicos e periódicos que retratassem, de forma similar, o tema aqui apresentado.

No que se refere às pesquisas no âmbito das concessões, determinados estudos mostram que as PPPs desoneram o orçamento público, de maneira a transferir a obrigação de investimento à iniciativa privada e, simultaneamente, fornece eficiência e agilidade ao processo (ENGEL; FISCHER; GALETOVIC, 2014; BUCCINI; PAIVA; ALMEIDA 2015).

A fim de atestar quanto à contabilização dos contratos de concessão, Pedro e Ribeiro (2016) realizaram análises documentais de relatórios financeiros, emitidos por três concessionárias brasileiras do setor rodoviário. A referida pesquisa buscou verificar a conformidade e consequente uniformidade na adesão a ICPC 01 para a divulgação e contabilização dos termos contratuais. A pesquisa retornou resultados positivos quanto ao tratamento de receitas e ativos, os quais foram contabilizados, evidenciados e divulgados de forma correta, e divergências em relação aos passivos das concessionárias.

Também associada a análise e aderência à Interpretação Técnica ICPC 01, a pesquisa de Silberman *et al.* (2013) foi realizada tendo com premissa a identificação dos possíveis efeitos da adoção do ICPC 01 na formação de preço das tarifas de duas concessionárias relacionadas aos serviços de saneamento básico no Brasil. Os resultados do estudo foram obtidos por meio do confronto das in-

formações retiradas do relatório para com as mudanças de critérios de contabilização introduzidas mediante a aprovação da ICPC 01.

Não obstante, Reina e Reina (2016) investigaram o processo de evidenciação contábil dos direitos e obrigações contratuais das concessionárias do setor de energia elétrica brasileiro. A investigação teve por objetivo identificar divergências na contabilização e divulgação das informações financeiras nos anos de 2010 a 2012, sob ótica dos normativos contábeis ICPC 01 e ICPC 17.

Os pesquisadores identificaram, por meio de suas análises, grande evolução no nível de evidenciação das companhias com o decorrer dos anos, mas em contrapartida, reforçaram que nenhuma das empresas obteve 100% de êxito, visto a não divulgação de todos os quesitos analisados na pesquisa. Em resumo, verificou-se que, através dos resultados obtidos, algumas das empresas analisadas ainda estavam em processo de convergência às normas contábeis por não apresentarem informações integralmente em concordância aos pronunciamentos técnicos referentes.

METODOLOGIA

Observada a importância da definição coerente da metodologia de pesquisa dentro da Academia, o presente trabalho compreende-se e se sustenta por meio de uma “abordagem de estudo e pesquisa descritiva, a qual o pesquisador tenta descrever ou definir um assunto, normalmente criando um perfil de um grupo de problemas, pessoas ou eventos” (COOPER e SCHINDLER, 2003, p. 31).

Não obstante, a pesquisa apresenta característica e se desenvolve por meio do método documental, uma vez que todos os resultados obtidos, advêm de uma análise minuciosa das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Por meio do presente estudo de caso, de caráter descritivo, serão expostas características de determinado grupo econômico, o qual é compreendido pelos moldes de concessão existentes e vigentes no ano de 2020, de forma correlata à análise das variáveis das demonstrações contábeis da natureza do objeto pesquisado.

Caracterização da Entidade

A companhia foi escolhida, observada a disrupção do seu modelo de negócios, visto que foi caracterizada como a primeira concessionária de iluminação pública da América Latina a desempenhar contratualmente atividades no modelo de concessão administrativa, em adição a transparência das suas Demonstrações Financeiras, que são devidamente auditadas e divulgadas em balanço público.

A Concessionária Belo Horizonte Iluminação Pública (BHIP), obteve êxito ao assinar o contrato que determina a modernização do parque de iluminação pública da capital mineira, através da substituição de todos os 182 mil pontos de luz da cidade por luminárias LED.

O contrato de concessão, o qual segue o molde administrativo, foi assinado em 13 de julho de 2016, pelo até então Prefeito Alexandre Kalil, conforme informações do órgão municipal responsável pela gestão de ativos da capital - PBH Ativos S.A -, sendo a modernização iniciada no mês de outubro do ano seguinte.

Conclusivamente, o contrato de concessão, o qual segue o modelo administrativo já mencio-

nado anteriormente, tem durabilidade de 20 anos. Os três primeiros anos, os quais compreendem pelo prazo de outubro de 2017 a outubro de 2020, referem-se à modernização do parque de iluminação pública e, por sua vez, os outros 17 compreendem pelo tempo estabelecido para a manutenção dos pontos modernizados até a devolução efetiva do patrimônio para a Prefeitura de Belo Horizonte.

Coleta e análise dos dados

Para o alcance do objetivo do estudo, o qual se delimita na análise do nível da evidenciação e divulgação contábil da Concessionária de Iluminação Pública de Belo Horizonte em 2020, em consonância as ICPC 01 e 17, foi elaborado um checklist para o cálculo do índice do disclosure da Companhia, o qual teve embasamento em pesquisas de Zonatto *et al.* (2011).

A fim de quantificar o atendimento do disclosure frente às interpretações técnicas, foi atribuído o valor de 1 (um) para obrigações atendidas e obrigações não aplicáveis, sendo as últimas assim quantificadas por não ocasionarem punição à Companhia, pelo seu descumprimento, e 0 (zero) para as divulgações de cunho obrigatório e não atendidas. Dessa forma, obteve-se a seguinte equação para o cálculo do índice, aqui tratado como Índice do Disclosure (InDSC):

$$\text{InDSC} = \frac{\sum_{i=1}^n d_i}{\sum_{j=1}^n d_j} \times 100$$

Onde:

d_i : total de itens divulgados de divulgação obrigatória e não aplicáveis à Companhia,

d_j : total de itens de evidenciação.

O processo de avaliação foi realizado por meio do exame das informações contábeis da “BHIP”, a qual disponibilizou seus demonstrativos auditados no sítio eletrônico do Diário Oficial do Município, bem como seu contrato principal e aditivos, em conjunto a análise do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela KPMG, referente a data-base de 2020. Em adição, foi realizada uma entrevista com o Gestor de Novos Negócios da Companhia para compreensão extensiva da gestão financeira da Companhia.

Dessa forma, o estudo de caso de cunho descritivo foi analisado através do exame das informações contábeis, as quais foram transformadas em objetos de codificação para cálculo do InDSC. Triola (1999) reforça a utilização de métodos de estatística descritiva para resumo ou descrição de características importantes de um conjunto conhecido de dados populacionais.

Após análise, junto a gestão da concessionária de Iluminação Pública de Belo Horizonte, estipulou-se um índice aceitável de divulgação de 75% e, dessa maneira, caso a entidade não alcançasse o percentual definido, seriam sugeridas à Alta Administração da Companhia, recomendações de melhoria quanto ao processo de disclosure praticado, a fim de suprir as expectativas dos usuários da informação contábil e submeter a entidade à convergência integral dos Pronunciamentos Técnicos Contábeis.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Observado o ano 2020, data-base de análise, e momento na qual a BHIP completou três anos de operação, de forma a concluir a modernização do Parque de Iluminação Pública de Belo Horizonte, percebeu-se a consolidação e mobilização das estruturas próprias de manutenção da Companhia, acrescidas da melhora nos indicadores operacionais ao longo do ano por meio de investimentos e melhoramentos em gestão e pessoas, processos e sistemas.

Novos investimentos não foram realizados, sendo mantido apenas o único de 46 milhões, contraído junto ao ING BANK, realizado apenas em 30 milhões, fato o qual corrobora a austeridade na gestão de caixa da companhia.

No que se refere às receitas, foi observado um crescimento de 15% em relação ao ano anterior (2019). Este se deu principalmente em decorrência do aumento de serviços executados pela Companhia referentes à modernização e operação (a qual isoladamente representou um aumento de 71%) do Parque de IP de capital mineira. na modernização e operação do Parque de Iluminação Pública de Belo Horizonte. No ano de 2020, a Companhia apresentou também um EBITDA de R\$ 13,5 milhões, o qual se justifica pelo aumento das contraprestações mensais, obtenção de outras receitas e diminuição de 30% das despesas financeiras.

Em contrapartida, ainda que com a redução significativa das despesas financeiras, o resultado financeiro do exercício foi negativo em R\$ 2,3 milhões, o qual se deu em virtude da redução das receitas financeiras e, principalmente, pelos gastos vinculados ao financiamento.

Ressalta-se, todavia, que ainda negativo, a Companhia apresentou uma diminuição do prejuízo financeiro, uma vez que este foi minimizado em aproximadamente 40% (em 2019 foi apresentado o resultado negativo em R\$ 3,7 milhões), conforme apresentado na Figura 2:

Figura 2 – Resultado Financeiro BHIP

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	427	844
Variação monetária	27	44
Outras	23	1
Total de receitas financeiras	<u>477</u>	<u>889</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(407)	(2.252)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(1.838)	(1.779)
Juros passivos	(394)	(31)
IOF	(8)	(581)
Juros de arrendamento mercantil	(79)	-
Outros	(15)	-
Total de despesas financeiras	<u>(2.741)</u>	<u>(4.643)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(2.264)</u>	<u>(3.754)</u>

Fonte: Demonstrações Financeiras da Companhia BHIP S.A. (2020).

A BHIP apresentou em suas demonstrações um lucro líquido de R\$ 7,1 milhões, oriundo do crescimento das receitas e pelo incisivo controle gerencial de custos e despesas. O resultado está em linha com o esperado e reflete a fase de investimentos da Companhia.

A KPMG Auditores Independentes, emitiu opinião sem ressalva para todos os quadros reque-

ridos a apresentação em 31 de dezembro de 2020. Toda a auditoria foi conduzida em conformidade as normas brasileiras e internacionais de contabilidade, as quais foram avaliadas e aplicadas à Companhia, de forma independente.

Foram obtidos conhecimentos acerca do desenho e implementação dos controles internos da companhia, para ampliação dos procedimentos substantivos de auditoria, em conjunto a análise de conformidade das políticas contábeis aplicadas, que de forma razoável, apresentaram-se aplicáveis e práticas para a construção de estimativas e suas respectivas divulgações, não sendo identificados riscos de continuidade operacional mediante o cenário auditado, mas certa incerteza quanto as condições futuras da empresa em continuar operando visto o término previsto do Contrato de Concessão Administrativa.

Avaliação do Disclosure da Companhia

Das 19 condições descritas no checklist, 15 foram considerados de divulgação obrigatória à BH Iluminação Pública, visto seu modelo contrato de concessão, o qual segue a estrutura administrativa. Para fins de cálculos do InDSC, foram extraídas, portanto, as características quanto ao direito sobre receber serviços e a cobrança de usuários pelos serviços.

Tabela 1 – Resultado do Disclosure BHIP

Itens	Evidenciação	Obrigatório?	Pontuação InDSC
1	Condições contratuais		3
1.1	Descrição do objeto - acordo contratual	Sim	1
1.2	Número do contrato/data assinatura	Sim	1
1.3	Prazo de concessão	Sim	1
1.4	Termos aditivos - mudanças ocorridas durante o período	Sim	0
1.5	Opções de renovação ou rescisão contratual	Sim	0
2	Características do contrato		3
2.1	Reajuste de preço	Não	1
2.2	Certeza de fluxos de caixa futuros	Sim	1
2.3	Classificação do contrato	Sim	1
3	Direitos contratuais		4
3.1	Garantia de manutenção do equilíbrio econômico	Sim	0
3.2	Direito de uso dos ativos	Sim	1
3.3	Direito de receber serviços	Sim	1
3.4	Direito de receber ativos de concessão	Sim	1
3.5	Direito contratual de cobrar os usuários dos serviços	Não	1
Itens	Evidenciação	Aplicável?	Pontuação InDSC
4	Obrigações contratuais		2
4.1	Obrigações de prestar serviços	Sim	1
4.2	Obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura	Não	1
4.3	Obrigações de entregar ativos no final da concessão	Sim	0
5	Dados financeiros		3
5.1	Total da receita de construção/prestação de serviço	Sim	1
5.2	Total de custo de construção/prestação de serviço	Sim	1
5.3	Total de lucros ou prejuízos	Sim	1
Total		19	15

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A companhia mediante as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras auditadas em 2020, referente aos anos de 2020 e 2019, apresentou um nível de evidenciação de 78,94%, o qual foi calculado da seguinte forma:

$$\text{InDSC} = \frac{15}{19} \times 100$$

$$\text{InDSC} = 0.7894 \times 100$$

$$\text{InDSC} = 78,94\%$$

Dos 19 itens listados no checklist, a BHIP tem por obrigação o cumprimento de 16. A não aplicabilidade de três atributos está diretamente relacionada a forma na qual a concessão foi constituída, observado o modelo de remuneração do contrato.

Em contrapartida, ainda que requerido em qualquer modalidade de Concessão, seja esta, comum, patrocinada ou administrativa, não foi mencionado na Demonstração Financeira, a título de conhecimento dos usuários e em conformidade a Interpretação Técnica, o termo aditivo (1º termo aditivo nº AJ 016/2016), assinado em 17 de maio de 2017. Ademais, não foram apresentadas em notas explicativas quaisquer opções de renovação contratual histórica.

De forma simultânea, o reajuste de preço, definido como meio adequado para atualizar o valor do contrato, foi divulgado na demonstração financeira da concessionária em 2020, junto à projeção consolidada de fluxos de caixas futuros. Evidenciou-se também o Ativo Financeiro e de Concessão, e do contrato assinado junto a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

No que se refere aos dados contratuais, não foi evidenciada quaisquer Nota Explicativas, ou comentários no Relatório da Administração acerca da garantia quanto à manutenção do equilíbrio econômico, por parte do poder concedente. Esse, por sua vez infere quanto à existência de regras objetivadas na preservação dos direitos do particular (concessionária) contratado, a fim de manter a vantajosidade da contratação.

Ademais, não foram evidenciados quaisquer direitos de uso vinculados à atribuição por parte do poder concedente, da utilização exclusiva de um bem de seu domínio à concessionária, uma vez que estes não são aplicáveis ao modelo contratual pactuado entre as partes.

Cabe enfatizar, no entanto, a NE 9, que fornece informações sobre o Direito de Uso de Arrendamento Mercantil, relativo a imóveis de uso na operação, os quais possuem seus passivos de arrendamento garantido pelos ativos subjacente diretamente relacionados, assim como apresentado na Figura 3:

Figura 3 – Direito de Uso – Arrendamento Mercantil

Custo				31/12/20
Imóvel				1.874
Depreciação acumulada				(132)
				1.742
A seguir, segue a movimentação do direito de uso no exercício social:				
Custo	31/12/19	Adições	Baixas	31/12/20
Imóvel	-	1.874	-	1.874
Subtotal	-	1.874	-	1.874
Depreciação	31/12/19	Adições	Baixas	31/12/20
Imóveis	-	(132)	-	(132)
Subtotal	-	(132)	-	(132)
Total direito de uso	-	1.742	-	1.742
Passivo - arrendamento mercantil direito de uso:				31/12/20
Curto prazo				554
Longo prazo				1.243
				1.797

Fonte: Demonstrações Financeiras BHIP S.A. (2020).

A BHIP não evidenciou quaisquer serviços recebidos, visto que esse direito contratual permeia a parte contratante, a qual é tratada na presente pesquisa pela figura do poder concedente, qual seja a Prefeitura de Belo Horizonte.

Assim como disposto no Pronunciamento CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os ativos e passivos financeiros, tiveram evidenciadas suas classificações (Custo Amortizado e Valor Justo por meio do resultado), conforme apresentados na Figura 4.

Figura 4 – Classificação do Ativo Financeiro

Ativos financeiros	Classificação CPC 48	31/12/20	31/12/19
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	8.905	11.698
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	170	-
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	3.061	2.057
Ativo financeiro da concessão	Custo amortizado	70.354	65.955
Outros contas a receber	Custo amortizado	329	617
Passivos financeiros			
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	8.668	20.397
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	30.567	30.831
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	1.797	-
Demais contas a pagar	Custo amortizado	2	10

Fonte: Demonstrações Financeiras BHIP S.A. (2020).

Foi evidenciado na Nota Explicativa 4, que trata sobre Contas a Receber, o valor de serviços a faturar, prestados ao poder concedente, em conformidade ao disposto em contrato e recebível mediante a aprovação da Prefeitura de Belo Horizonte, atrelado diretamente às contraprestações mensais em valor médio na ordem dos R\$ 2.5 milhões (Figura 5).

Figura 5 – Obrigações de Prestar Serviços – Serviço a Faturar

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Serviços a faturar	3.061	2.057
	<u>3.061</u>	<u>2.057</u>

Fonte: Demonstrações Financeiras BHIP S.A. (2020).

Quanto a obrigação da entrega, a Companhia não enfatizou em nenhuma das suas notas explicativas quanto à obrigação da entrega do ativo no final da concessão, haja vista as informações referentes ao prazo e prestação do serviço firmado contratualmente, sem quaisquer menções ao possível momento da entrega. Conclusivamente, as informações dispostas contratualmente acerca desse tópico não foram integralmente refletidas nas Demonstrações Financeiras.

Observada a receita da prestação de serviços, a BHIP evidenciou em seus demonstrativos, a receita de operação e manutenção, e a receita de ativo financeiro da Concessão (Figura 6).

Figura 6 – Receita da Prestação de Serviços

	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
2.410. 15. Receita operacional líquida:		
Receita de operação e manutenção	35.911	21.020
Receita do ativo financeiro da concessão	59.560	62.186

Fonte: Demonstrações Financeiras BHIP S.A. (2020).

Quanto ao custo total do serviço prestado, totalizado em aproximadamente R\$ 64 milhões, a Companhia apresentou as informações de forma similar às receitas, segregando-os por natureza.

Em adição às análises efetuadas para a validação e definição do índice de Disclosure da Companhia, foi avaliada diminuição dos serviços de modernização. De forma condizente ao relatório financeiro divulgado, o entrevistado corroborou o evento subsequente listado em Nota Explicativa, o qual infere quanto à entrega e aprovação do 5º e último marco contratual de modernização. Em 2021, a Concessionária terá um aumento da receita operacional refletida em seus demonstrativos, uma vez prevista contratualmente e destinada à remuneração da organização e métodos voltados a manutenção do parque de iluminação e gestão da empresa.

Complementarmente, através dos ativos da empresa, novos projetos capazes de ampliar as receitas acessórias do negócio serão iniciados. Estes, estão diretamente relacionados aos ativos da concessionária, respeitando o prazo da concessão e foram afetados pela Pandemia do COVID-19, visto a morosidade no seu desenvolvimento e consequente aprovação das Prefeituras e Empresas Parceiras.

Por fim, com a finalidade de mitigar os riscos quanto ao descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, observado empréstimo contratado junto ao ING BANK, para o financiamento das suas operações, a BHIP informou realizar o acompanhamento tempestivo de cada um dos covenants, de forma a desenhar um controle específico para esse fim após o encerramento do ano de 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa teve como principal objetivo analisar o processo de evidenciação contábil da Concessionária de Iluminação Pública de Belo Horizonte, de maneira a utilizar como parâmetro os normativos contábeis estabelecidos na Interpretação Técnica ICPC 17. Como objeto de análise de dados, optou-se pela entrevista com o profissional da Administração da SPE e pela criação do índice de disclosure, formado pela aplicação de um checklist com 19 itens de divulgação

requerida pela norma técnica ICPC 17, dos quais a Companhia evidenciou 15 em suas Demonstrações Financeiras.

A razão entre o cumprimento e obrigatoriedade de divulgação aplicada à Entidade estudada resultou em um índice de 78,9%, referente à evidenciação dos itens mencionados na ICPC 17. A razão pela qual a empresa não alcançou a totalidade do índice deve-se a não divulgação no relatório da Administração, ou evidenciação nos grandes quadros financeiros e notas explicativas, dos termos aditivos, renovações contratuais ocorridas em 2020, da garantia de manutenção do equilíbrio econômico e a obrigatoriedade de entrega dos serviços após o prazo de concessão.

Através da liberação 611/09 da CVM, todas as empresas de capital aberto, abrangidas pelas interpretações técnicas ICPC 17 e ICPC 01, que tratam quanto ao processo de divulgação das informações financeiras, devem apresentar suas demonstrações contábeis dentro dos padrões internacionais de contabilidade.

Apesar do não cumprimento integral da divulgação, a BHIP teve sua evidenciação considerada satisfatória, uma vez que a não apresentação dos itens mencionados nesta seção e avaliados na presente pesquisa na seção 4, não prejudicam a interpretação dos dados financeiros auditados, sendo estes suficientemente compreensíveis e apresentados com alta qualidade das informações.

A BH Iluminação Pública evidenciou de forma coerente, a aplicação da ICPC 01 e 17 em seus contratos, em conformidade a OCPC 05, a qual orienta sobre a classificação dos Ativos Financeiros, e que quando analisada sob a ótica da entidade tratada na presente pesquisa, estabelece vínculos diretamente relacionados as características dos direitos atrelados ao contrato de modernização e eficiência energética da capital mineira.

Pode-se concluir, portanto, que os aspectos do contrato de concessão tratados nas Interpretações Técnicas ICPC 01 e ICPC 17 foram satisfatoriamente atendidos na divulgação e apresentação dos grandes quadros e notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Iluminação Pública de Belo Horizonte no ano de 2020.

Dessa forma, cabe como recomendação a BHIP e seus administradores, a ampliação dos estudos das Interpretações Técnicas ICPC 17 e ICPC 01, em conjunto a uma análise dos balanços patrimoniais e notas explicativas de empresas classificados no mesmo nicho de atuação dentro da economia brasileira, a fim de fornecer informações mais tempestivas, íntegras e de qualidade mediante aos normativos requeridos no processo de divulgação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho. Contabilização dos Contratos de Concessão. Orientador: Vinicius Aversari Martins. 2010. 144 f. Dissertação (Pós-Graduação) - Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Brasília, DF: Presidência da República, 13 fev. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, DF: Presidência da República, 30 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 25 out. 2019.

BUSHMAN, Robert M.; PIOTROSKI, Joseph D.; SMITH, Abbie J. What determines corporate transparency?. *Journal of Accounting Research*, Chiago, U.S.A, v. 42, n. 2, jan./nov., 2004.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. Deliberação CVM 611, de 22 de dezembro de 2009. Aprova a Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de contratos de concessão. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 24 dez. 2009. Disponível em: <http://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/deliberacoes/deli0600/deli611.html>. Acesso em: 12 mar. 2021.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. Interpretação Técnica CPC 01 (R1): Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2012.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. Interpretação Técnica CPC 17: Contratos de Concessão - Evidenciação. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/123_ICPC_17_rev%2014.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Norma Brasileira de Contabilidade NBR TG 26 (R5), de 24 de novembro de 2017. Altera a NBC TG 26 (R4) que dispõe sobre apresentação das demonstrações contábeis. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 22 dez. 2017. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1274556/do1-2017-12-22-norma-brasileira-de-contabilidade-nbc-tg-26-r5-de-24-de-novembro-de-2017-1274552-1274552. Acesso em: 12 fev. 2021.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S. Divulgação voluntária de informações de natureza de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições social: um estudo nas empresas brasileiras. *Revista de Administração Eletrônica*, Rio Grande do Sul, n. 1, v. 1, jan., 2008.

ENGEL, E.; FISCHER, R.; GALETOVIC, A. Finance and public-private partnerships. *Standford University*, 29 p., 2014. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.409.4694&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 20 maio. 2021.

GONÇALVES, O.; OTT, E. A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. In: ENANPAD, 26, 2002. Salvador. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. CD-ROM.

HEALD, D. A. Value for money tests and accounting treatment in PFI schemes. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 342-71, 2003.

HERNÁNDEZ, Claudia Lorena Garcia. Modelo regulatório do setor elétrico no Brasil e sua repercussão jurídica nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Orientador: Luiz Cláudio Ribeiro Galvão. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Departamento de Engenharia Elétrica, São Paulo, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de *et al.* Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com

as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade: das sociedades por ações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEHMAN, Cheryl, ANNISSETTE, Marcia; AGYEMANG, Gloria. Immigration and neoliberalism: three cases and counter accounts. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 43-79, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de direito administrativo. 15. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

REINA, D. R. M.R; REINA, D. Evidenciação dos Contratos de Concessão de Empresas Brasileiras do Setor Elétrico à Luz da Interpretação Técnica ICPC 01. *REUNA, Belo Horizonte - MG, Brasil*, v.21, n.2, p.77-96, Abr. – Jun. 2016.

SILBERMAN, I. M. *et al.* Efeitos potenciais da adoção da ICPC 01 e IFRIC 12 na formação das tarifas de concessionárias do setor de saneamento básico. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 265-293, 2013.

TORRES, L.; PINA, V. Public-private partnership and private finance initiatives in the EU and Spanish local governments. *The European Accounting Review*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 601-619, 2001.

ZONATTO, Vinícius Costas da Silva *et al.* Fatores Determinantes para a Adoção de Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil: Uma Investigação em Empresas Públicas e Privadas do Setor de Energia Elétrica. *RCO - Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 26-47, 2011.

Análise dos apontamentos do PCAOB nos relatórios de inspeção das firmas de auditoria brasileiras

Analysis of the notes of the PCAOB in the inspection reports of the brazilian audit firms

Marlon Freire Ramos

Graduado em Ciências Contábeis pela PUC Minas

marlon-freire-ramos@hotmail.com

Gilberto Galinkin

Mestre em Contabilidade pela UFRJ

Professor do Departamento de Contabilidade da PUC Minas

ggalinkin@gmail.com

Resumo

Uma das medidas criadas pela Lei Sarbanes Oxley (SOX) é que a auditoria deveria fazer uma avaliação do sistema de controles internos relacionada às demonstrações financeiras, além de haver novas regras relacionadas a independência e a proibição de serviços adicionais que pudessem afetar de alguma forma a independência da auditoria externa. Sobretudo, um marco da criação da SOX, foi a criação do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), órgão que ficou responsável pela regulamentação e fiscalização da atividade de auditoria externa das empresas que negociam na bolsa de valores norte-americanas. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi apresentar os efeitos da publicação da Sarbanes-Oxley na atividade de auditoria e as consequências da publicação desta lei, por meio da apresentação dos principais apontamentos nos relatórios de inspeção das firmas de auditoria brasileira, no que diz respeito ao assunto de auditoria e a norma de auditoria em referência. Para este fim, foi abordada a estrutura normativa de auditoria norte-americana e estabelecido um paralelo entre as normas internacionais de auditoria, em correlação com as normas brasileiras de auditoria. Este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, documental e bibliográfica. As análises realizadas culminaram que o PCAOB vem desempenhando um papel importante para assegurar a qualidade dos trabalhos de auditoria realizados, uma vez que através de tais inspeções a confiança do mercado nos trabalhos de auditoria é fortalecida, pois há quem chancele o trabalho desempenhado pelas firmas de auditoria. Além disso, verificou-se que os temas que possuem maior número de descumprimento de normas mencionadas são instrumentos financeiros, receitas, Goodwill, ativos imobilizados e procedimentos de auditoria.

Palavras-chave: SOX, relatório de inspeção do PCAOB, fiscalizações do PCAOB, normas internacionais de auditoria, fiscalização da auditoria externa.

Abstract

One of the measures created by the Sarbanes Oxley Act is that the audit should make an assessment of the system of internal controls related to financial statements, in addition to new rules related to independence and the prohibition of additional services that could in any way affect the independence of the audit external. Furthermore, a milestone in the creation of SOX was the creation of the Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), a body that was responsible for regulating and inspecting the external audit activity of companies trading on the US stock exchange. In this sense, the objective of this paper was to present the effects of the publication of Sarbanes-Oxley on the auditing activity and the consequences of the publication of this law, through the presentation of the main notes in the inspection reports of Brazilian auditing firms, with regard to the subject of auditing and the auditing standard in reference. To this end, the North American auditing regulatory framework was addressed and a parallel was established between the international auditing standards, in correlation with the Brazilian auditing standards. This study is an exploratory, documentary and bibliographic research. The analyzes carried out culminated that the PCAOB has been playing an important role in ensuring the quality of the audit work carried out, since through such inspections the market's confidence in the audit work is strengthened, as there are those who endorse the work performed by the audit firms. audit. In addition, it was found that the themes with the highest number of non-compliance with the mentioned standards are financial instruments, revenues, Goodwill, fixed assets and audit procedures.

Keywords: SOX, PCAOB inspection report, PCAOB inspections, international auditing standards, external audit inspection.

INTRODUÇÃO

A fim de verificar a fidedignidade das informações contábeis emitidas pelas empresas, os stakeholders exigiram a figura da auditoria externa, que chancela a autenticidade de tais informações. Contudo, o mundo presenciou vários escândalos corporativos, envolvendo grandes empresas em fraudes. Dentre os escândalos mais repercutidos podem-se verificar os seguintes casos: Enron e Arthur Andersen e Xerox e KPMG, nos anos de 2000 e 2001, respectivamente, ambas as ocasiões são empresas multinacionais americanas e seus respectivos auditores externos.

Tais fatos acarretaram desconfiança do mercado financeiro americano frente às demonstrações financeiras. Com o intuito de resgatar a confiança e credibilidade no mercado financeiro o governo americano sancionou a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) em 2002. Conforme análise de Carmona (2012), a Lei Sarbanes-Oxley é, em termos históricos, uma lei recente, criada em 30 de julho de 2002 nos Estados Unidos, pelo Senador Paul Sarbanes e pelo Deputado Michael Oxley e sancionada pelo então presidente George W. Bush. Tal regulamento teve como objetivo dar maior asseguuração ao mercado que enfrentava uma alta desconfiança derivada dos escândalos corporativos.

A partir da publicação da Sarbanes-Oxley, se demandou das corporações um alto nível de governança corporativa, ao passo que estabeleceu severas punições aos administradores das empresas listadas, para inibir condutas indiligentes. Após a publicação da referida lei as empresas de auditoria passaram a ter um alto nível de responsabilidade no que tange a confirmação do relatório de opinião, que as demonstrações financeiras representam, em todos os aspectos relevantes, a situação econômica e patrimonial das organizações e em compliance com as normas de contabilidade. Ademais, a referida legislação estabeleceu que as empresas de auditoria adotassem metodologias eficientes na verificação do efetivo cumprimento da SOX pelos seus clientes classificados como empresas listadas.

Segundo Medeiros (2005), a Lei supramencionada é da jurisdição americana e consequentemente recai sobre as empresas estadunidenses. Todavia, todas as empresas que possuem ações negociadas em bolsas americanas, como por exemplo, a de Nova York, estão submetidas a SOX, tanto quanto multinacionais com sede fora do território americano. Dessa maneira, as empresas de auditoria que possuem clientes abrangidos na referida jurisdição americana e que estão abrangidas nos aspectos citados acima, devem efetuar procedimentos a fim de obter evidência de auditoria suficiente no que tange o cumprimento da SOX.

Após a divulgação da Sarbanes-Oxley a responsabilidade dos auditores independentes aumentou mais ainda. Para controlar e uniformizar o mercado e procedimentos de auditoria, uma das medidas adotadas na SOX foi a criação do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), órgão fiscalizador da atividade de auditoria externa. Este, por sua vez, ficou responsável pela emissão, revisão e orientação das diretrizes para execução dos trabalhos de auditoria externa. Tais diretrizes fizeram com que todas as empresas de auditoria externa submetidas ao PCAOB ajustassem suas metodologias e equipes de forma a atender integralmente as expectativas do mercado e órgãos reguladores e fiscalizadores, inclusive no quesito fraude. No intuito de verificar o compliance das firmas de auditoria com as exigências emitidas pelo PCAOB, e consequentemente com a SOX, o referido órgão iniciou no ano de 2009, fiscalizações em âmbito internacional das firmas de auditoria externa, no que tange aos procedimentos de auditoria executados em seus clientes.

Neste sentido a indagação que se deu como motivação para esta pesquisa foi a seguinte: Quais os principais procedimentos de auditoria exigidos pelo o Public Company Accounting Oversi-

ght Board (PCAOB) para que os auditores externos obtenham evidência suficiente e estejam em compliance com a Lei Sarbanes-Oxley nas empresas brasileiras listadas no mercado norte americano?

Este estudo teve como relevância apresentar ao ambiente acadêmico o que é o PCAOB, sua função e atuação como entidade fiscalizadora das empresas de auditoria externa. Sobretudo, como e qual foi o resultado das revisões executadas pelo PCAOB, nas empresas de auditoria com clientes atuantes no mercado norte-americano. Destacando também, que cada vez mais as exigências para com os auditores estão aumentando, principalmente dos stakeholders.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei Sarbanes-Oxley de 30 de julho de 2002, foi desenvolvida através da unificação de projetos de dois políticos americanos, o Senador Paul Sarbanes e pelo Deputado Michael Oxley, e foi sancionada pelo presidente George W. Bush. Esta lei teve como objetivo dar alento aos investidores americanos, depois de escândalos corporativos como, por exemplo, os que envolveram grandes corporações americanas, como as empresas: Enron, Xerox e Tyco.

Tais acontecimentos foram os que tiveram maior divulgação, contudo, não foram casos isolados, podendo ser citado ademais os escândalos envolvendo a WORDCOM, Adelphia Communications Corporation e HealthSouth. Tais fatos desencorajaram os investidores em escala mundial, pois a aversão a novos investimentos justificava-se pela fragilidade na governança corporativa das entidades tanto quanto as falhas que as auditorias externas não detectaram ou foram coniventes. Neste contexto, Francesqueni (2008, p.1), expressa:

Observa-se, nesse contexto, que houve uma forte evasão dos investimentos, pressionando o então presidente do Congresso Norte-Americano, a assinar, em 30 de julho de 2002, a Lei Sarbanes Oxley, oriunda dos projetos de lei elaborados pelo senador democrata Paul Sarbanes e pelo deputado republicano Michael Oxley, com o escopo de restaurar o equilíbrio no mercado, fornecendo maior confiança ao investidor e sustentabilidade às organizações, e assegurar, consequentemente, transparência na gestão corporativa. (FRANCESQUENI, 2008, p.1).

Pôde-se verificar que a lei trouxe uma nova perspectiva de gerenciamento corporativo para a sociedade, não se atendo somente a responsabilização da governança das entidades no que diz respeito ao descumprimento do referido normativo, mas também, para a auditoria externa, que adquiriu uma responsabilidade maior, demandada pelos stakeholders, para a emissão do seu relatório.

Principais Capítulos da Sarbanes-Oxley

A seguir são relatados os principais capítulos da Lei Sarbanes-Oxley que foram inerentes a construção desta pesquisa. Tendo como foco os seguintes capítulos e aspectos, respectivamente: Capítulo I: Criação do PCAOB e suas responsabilidades, Capítulo II: Aspectos sobre a auditoria independente, Capítulo III: Abrange as responsabilidades da administração da empresa, Capítulo IV: Traz uma maior exigência de um ambiente bem estruturado de governança corporativa e sua revisão e supervisão por parte da entidade e auditoria externa.

Capítulo I: Public Company Accounting Oversight Board

Como já mencionado, o auditor tem por função atestar, nos aspectos relevantes, que as demonstrações financeiras das empresas estão de acordo com os princípios contábeis e normativos

contábeis aplicáveis. Com os escândalos protagonizados como o da empresa de auditoria Arthur Andersen, muitos investidores indagaram se a auditoria externa tinha perdido o compromisso dela para com eles e a sociedade como um todo. Neste sentido criou-se o Public Company Accounting Oversight Board, uma autarquia com uma função preponderante: a regulação e fiscalização da auditoria externa (GOELZER, 2006).

A partir desta ótica a lei americana não trouxe inovações exclusivas para as empresas e investidores, mas também endossou a responsabilidade da auditoria externa e aumentou as punições derivadas de fraude para os administradores das empresas. A SOX através da sua seção 101 estabeleceu a criação do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) que conforme a SEC (2002, pág. 6) tem o seguinte objetivo perante a regulação da atividade de auditoria:

O Public Company Accounting Oversight Board fica estabelecido [...] afim de proteger o interesse dos investidores e adicionalmente o interesse público na preparação da informação, exatidão e independência do relatório do auditor para companhias cujo os valores mobiliários são vendidos para, e mantidos por e para, investidores públicos (SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, 2002, p. 6, tradução nossa).

Nas seções posteriores do referido capítulo são abordadas as principais incumbências do PCAOB, que envolve desde o registro profissional até a sua fiscalização. Dessa maneira, observa-se como responsabilidades as seguintes: Registrar firmas de auditoria independente (seção 102), Estabelecer ou adotar, ou ambos, através de normativos que abrangem a técnica de auditoria, controles de qualidade, normativos éticos e outros assuntos inerentes a preparação do relatório financeiro (seção 103), Conduzir inspeções nas firmas de auditoria registradas de acordo com os normativos estabelecidos para tal (seção 104) e Estabelecer procedimentos fidedignos de fiscalização e a disciplinar os profissionais e firmas registrados (seção 105).

A partir dos dados apresentados a criação do PCAOB teve como objetivo fulcral regular a atividade da auditoria, para que com isso fosse transmitido aos investidores uma postura de maior confiança nos responsáveis pela verificação das demonstrações financeiras, o auditor independente. Com isso verificou-se uma ação direta do governo americano, por meio da SOX, em resposta à sociedade para os escândalos que obtiveram a conivência da auditoria externa para que a apresentação das demonstrações financeiras ocorresse de maneira inidônea.

Capítulo II: Auditoria Independente

Conforme exposto por Bazerman e outros (2010), no caso Enron um dos motivos para a conivência da Arthur Andersen nas fraudes executadas foi resultado da perda de independência da auditoria. A auditoria externa possuía honorários elevados, pois além de honorários acima da média de mercado, a mesma prestava serviços de planejamento tributário, estruturação sistêmica, serviços associados ao registro contábil, dentre outros, ou seja, ela estava extremamente envolvida nos controles que envolviam a elaboração das demonstrações financeiras o que ocasionou em seu envolvimento na fraude.

Neste sentido Bazerman e outros (2010) afirmam: “A auditoria realizada pela Arthur Andersen na Enron pode ter sido a falha mais notável na independência do auditor, mas isso não significa a primeira, a maior ou a última (BAZERMAN e Outros, 2010, p.8, tradução nossa)”. Desse modo pode-se considerar que o caso da Enron foi o único que houve a violação da independência, pois naquele tempo houve outros casos similares, porém, um dos mais notáveis já ocorrido. Neste sentido, a SEC

através da SOX, empregou uma abordagem exclusiva para a independência da auditoria, afim de resguardar-se de possíveis casos futuros.

O Capítulo II da Sarbenes-Oxley trata de um item de significativa importância para a auditoria externa, sendo este a independência profissional. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2010), “a independência aprimora capacidade do auditor de atuar com integridade, ser objetivo e manter postura de ceticismo profissional”. Já o PCAOB (2003), afirma que o auditor quando não possui independência fatos ou circunstâncias o deixem incapaz do exercício efetivo da auditoria e de um julgamento imparcial dos assuntos relacionados com a auditoria.

A seção 201: Serviços fora do escopo da prática do auditor adicionou a letra (g) à seção 10A da Lei da Comissão de Valores Mobiliários Americana de 1934, que diz respeito aos serviços que a firma de auditoria está proibida de executar, caso esteja responsável pela auditoria de determinada entidade. Os principais serviços que ferem a independência profissional do auditor podem ser demonstrados a seguir: Escrituração contábil ou qualquer serviço relacionado com o registro contábil (item 1), Implementação ou estruturação de sistema de informação (item 2), Serviços atuariais (item 3), Auditoria Interna (item 4) e Serviços jurídicos (item 5).

Além disso, qualquer serviço de não-auditoria prestado à entidade auditada, deve ter a aprovação do Comitê de Auditoria, desde que os serviços de não-auditoria não ultrapassem 5% do total de receitas auferidas pela auditoria durante o ano fiscal, conforme disposto na seção 202: Requerimentos para aprovação prévia. Dentre as seções do Capítulo II pode-se destacar a seção 203 que define a rotação do sócio de auditoria, que é mudança a cada cinco anos fiscais do sócio revisor responsável pelo cliente.

Além das informações mencionadas no Capítulo II, a Seção 204, define que a auditoria externa periodicamente deve emitir um relatório sobre as principais políticas e procedimentos da entidade, tanto quanto procedimentos alternativos para os assuntos levantados no contexto das demonstrações financeiras.

Dessa maneira pode-se exprimir que a independência da auditoria externa para com o seu cliente é um fator de extrema relevância para a execução dos trabalhos, uma vez que a independência fortifica o ceticismo profissional do auditor tendo em vista que o auditor não pode possuir qualquer interesse na entidade. Nota-se que a SOX, reforçou este conceito e, além disso, estabeleceu restrições na prestação de serviços adicionais que a empresa de auditoria pode executar junto ao seu cliente a fim de preservar a auditoria independente e conseqüentemente contribuir para o ceticismo profissional.

Normas Interinas do PCAOB

A SEC (2002) na seção 101, item “C”, afirma que o PCAOB tem por responsabilidade “estabelecer ou adotar, ou ambos, por meio de lei, normas de auditoria, controle de qualidade, ética, independência, além de outras normas relacionadas ao relatório de auditoria de emitentes [...]” (SEC, 2002, p. 6, tradução livre).

Conforme exposto pelo IFAC (2014) o PCAOB em 2003 estabeleceu algumas diretrizes normativas interinas para que os auditores externos de companhias abertas fizessem a adesão. A obrigatoria de conformidade com as normas de auditoria foi divulgada através do comunicado de número 2003-005, que na seção 7, “Normas das Profissão”, estabelece que “uma firma pública de contabilidade

de e seu pessoal associado deve cumprir com todos os normativos aplicáveis a profissão de auditoria e práticas relacionadas” (PCAOB, 2003, p.1, tradução livre).

No momento da sua criação o PCAOB não havia formulado todo o arcabouço de normas de auditoria necessárias para exercer suas atividades, dentre estas a de fiscalização. Além disso, naquele tempo já haviam normas de auditoria vigentes, emitidas pelo ASB. Em conexão com a seção 101 da SOX, onde afirma que PCAOB pode adotar normativos para a execução das suas atividades, em 18 de abril de 2003, o referido órgão através do comunicado de número 2003-006, definiu o quanto segue:

Os auditores de companhias públicas que emitem títulos estão requeridos de providenciar relatórios de auditoria que apresentem se a auditoria ocorreu em acordo com as Normas de Auditoria Geralmente Aceitas (GAAS). A Divisão de Fianças Corporativas da Comissão aceitará um relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras de um emissor a não ser se o relatório estabelecer que a auditoria que este se refere foi conduzida em acordo com Normas de Auditoria Geralmente Aceitas nos Estados Unidos. (PCAOB, 2003, p.4, tradução livre).

Além disso, no comunicado supracitado afirma que por deliberação do PCAOB este pode emitir emendas normativas as normas já existentes como uma espécie de complemento, ou então, sobrepor as normas interinas existentes por outras normas por meio da emissão de novos normativos. Vale salientar que o estabelecimento de novos normativos, ou então, emendas normativas, não quer dizer que os normativos antigos não têm mais validade ou que devem operar somente com as novas emendas. Isso justifica-se porque o PCAOB tem o enfoque principal sobre os auditores externos de emitentes de títulos e as normas interinas estabelecidas pelo ASB são inerentes aos auditores externos de não-emissores de títulos (PCAOB, 2003, p. 8). Neste sentido, até que houvesse o estabelecimento das normas de auditoria do PCAOB para os auditores de externos de emissores de títulos, as normas vigentes naquele tempo eram as divulgadas pelo ASB, juntamente com as emendas normativas ou mesmo novos normativos que substituíssem os procedimentos interinos. Durante o tempo em que o PCAOB adotou as normas interinas de auditoria, o órgão divulgou outras dezesseis normas relacionadas ao auditor externo, tais normativos eram denominados de Auditing Standards e tiveram sua numeração sequencial apresentada de um a dezoito, sendo dois testes substituídos por outros dois normativos posteriores.

O projeto de reestruturação das normas próprias de auditoria, segundo o PCAOB (2017), deu início em 2010. Tal projeto teve por objetivo “fortalecer a relevância e a utilidade do relatório de auditoria fornecendo informações adicionais e relevantes aos investidores” (PCAOB, 2017, tradução livre). A parte inicial deste projeto ocorreu em 2011, quando o PCAOB através do comunicado 2011-003 buscou informações públicas acerca de um novo modelo para o relatório do auditor e possíveis procedimentos que subsidiassem essa construção. Após a opinião pública sobre o novo formato do relatório do auditor, no ano de 2013 o PCAOB publicou através do comunicado 2013-02, uma proposta de reestruturação das normas. A proposta divulgada, além de uma reestruturação das normas que mostra uma nova ordenação por assunto e uma lógica sequencial nova, também apresenta um formato próprio de normas do PCAOB, de maneira que as normas interinas adotadas anteriormente não fossem mais utilizadas, entretanto o próprio PCAOB esclareceu que não houve uma alteração substancial do conteúdo que já havia sendo utilizado. Após o período de reuniões e pesquisas, através do comunicado de número de 2015-02, o referido órgão divulgou a reestruturação de um total de cinquenta e seis normativos, dividindo sobre tudo em normas gerais de auditoria, procedimentos de auditoria e apresentação do relatório. Para efeito dos auditores externos o PCAOB afirmou que após a aprovação da SEC, tal reestruturação teria efeito efetivo após 31/12/2016.

Auditing Standards Nº. 5

A norma emitida pelo PCAOB (2007) Auditing Standards No. 5 (AS No.5): “Uma auditoria dos controles internos sobre as demonstrações financeiras que está integrada com uma auditoria das demonstrações financeiras (PCAOB, 2007, p.17, tradução livre), foi lançada em 27 de julho de 2007. A mesma tem por objetivo estabelecer procedimentos e fornecer um direcionador, para que as empresas de auditoria avaliem a efetividade dos controles internos sobre as demonstrações financeiras. Dentre os normativos de uso exclusivo do PCAOB (2007), uma das mais relevantes é a AS No. 5. A referida norma traz o objetivo do auditor na auditoria de controles internos sobre as demonstrações financeiras da seguinte maneira: “O objetivo do auditor numa auditoria de controle interno sobre as demonstrações financeiras é de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos sobre o relatório financeiro” (PCAOB, 2007, p.20, tradução livre). A partir da reestruturação utilizada pelo PCAOB em 2015, a norma adquiriu a ordem de AS 2201.

A norma supramencionada veio em substituição a Auditing Standards No. 2 (AS No. 2): “Uma auditoria de controles internos sobre os controles internos das Divulgações Financeiras em conjunção com a auditoria das demonstrações financeiras” (PCAOB, 2007, p. 20, tradução livre). A AS No. 2, veio necessariamente para atendimento a seção 404 da SOX e, subsequentemente, a AS No. 5 veio como um aprimoramento da norma anterior, deixando-a com um enfoque mais objetivo sobre as demonstrações financeiras e em consonância com o requerido na seção 404 da Sarbanes-Oxley de 2002.

Após a emissão da Auditing Standards No. 2, em 02 de Junho de 2004 o PCAOB (2007) afirmou que a mesma produziu grandes benefícios sobre os controles internos relacionados as divulgações financeiras tanto quanto na melhora da concepção acerca da governança corporativa. Entretanto, tais benefícios levaram as empresas a incorrem em custos além dos que foram projetados anteriormente e em procedimentos não tão eficientes para os objetivos determinados. Neste sentido, foi emitida a Auditing Standards No. 5, que tem por objetivo principal a auditoria dos controles internos que são mais importantes no contexto das demonstrações financeiras.

O Public Accounting Oversight Board (2007) segure que a Auditing Standards No. 5 não tem por objetivo aumentar procedimentos de avaliação dos controles internos acerca das demonstrações financeiras, mas propõe uma redução de procedimentos desnecessários. Além disso, a autarquia americana preconiza um enfoque mais específico sobre os controles internos que possuem maior influência sobre as demonstrações financeiras a fim de propiciar a identificação de possíveis riscos materiais, ao passo que dá uma nova perspectiva de algumas definições, tais como: deficiências significativas e fraquezas materiais.

Para Richard M. Steinberg (2007), a Auditing Standards No. 5 estabeleceu alguns objetivos principais para a auditoria de controles internos sobre as demonstrações financeiras, de maneira que não afetou somente as empresas de auditoria nos Estados Unidos, mas sim para todos os países. Além dos fatos que foram mencionados anteriormente, o autor citado sugere alguns objetivos da AS No. 5: foco em assuntos que sejam relevantes para análise dos controles internos, eliminação de procedimentos desnecessários ao trabalho de auditoria externa, com o intuito de assegurar o primeiro objetivo, facilitação dos esforços necessários para a auditoria em companhias de menor porte e simplificação da especificidade de requerimentos com o intuito de redirecioná-los aos controles internos.

A Auditing Standards No. 5 abrange muitos procedimentos que devem ser seguidos de ma-

neira detalhada. Dentre os procedimentos pode se destacar a integração de auditorias, planejamento de auditoria, Top-Down, testes de controle e etc. Neste sentido estão tratados no Quadro 1 os procedimentos que possuem maior destaque nos trabalhos de auditoria.

Quadro 1 – Principais Procedimentos abordados na Auditing Standards No. 5

PROCEDIMENTOS	DESCRIÇÃO
Integração de auditorias	<p>A AS No. 5 em seu título sugere uma auditoria de controles integrada com a auditoria das demonstrações financeiras, mesmo que os objetivos de cada uma sejam distintos, ambas constituem uma só meta.</p> <p>O PCAOB (2007) sugere, no item 7 da AS No. 5, que a efetiva obtenção de evidência suficiente para a avaliação de riscos de controle proporciona ao auditor uma redução de procedimentos adicionais que seriam necessários para a emissão de sua opinião. A partir do exposto é possível verificar que um trabalho de controle interno que concomitantemente atenda os procedimentos de auditoria de controles internos e das demonstrações financeiras serve como um fator muito importante para redução de procedimentos e agilidade no serviço prestado.</p>
Planejamento de auditoria	<p>O planejamento de auditoria para Boynton, Johnson e Kell (2002) é um fator preponderante para os trabalhos de auditoria, seja para definição de pontos críticos que merecem maior atenção ou mesmo para evitar retrabalho, sendo então, uma das etapas mais importantes para o andamento dos trabalhos da auditoria externa.</p> <p>O PCAOB (2007), no seu item 9 destaca os aspectos mais importante que podem ser considerados para a etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria, neste item é possível verificar a ampliação das fontes de informação que podem ser utilizadas pelo auditor.</p> <p>A avaliação do risco é apresentada geralmente na matriz de risco que a entidade estabelece para a sua atividade, sendo a matriz de risco conforme exposto pelo IBGC (2016), a base informacional que os riscos corporativos estão mensurados e as ações tomadas ou não estão identificadas.</p>
Top-down approach	<p>Uma abordagem “Top-down” ou “De cima para baixo”, parte da perspectiva de uma análise fragmentada de determinada operação, ou seja, subdivide-se determinado processo no cotidiano de operações da empresa para entendê-lo e avaliar seus riscos como um todo. Para Pine (2008) a abordagem Top-Down, no contexto de uma auditoria, está atrelada na avaliação de riscos de operações do dia-a-dia que possuem influência sobre as demonstrações financeiras, neste sentido o autor sugere a seguinte definição para esta terminologia: A palavra “top” refere-se para as operações do dia-a-dia do ambiente empresarial no qual a empresa está inserida; “down” refere-se para as demonstrações financeiras da entidade. Resumidamente, está abordagem requer que o auditor identifique os principais riscos enfrentados no negócio, para considerar o impacto que tais riscos poderiam ter nas demonstrações financeiras, para então planejar os procedimentos de auditoria (PINE, 2008, p. 42, tradução livre).</p> <p>Neste sentido o PCAOB (2007) propõe que esta metodologia direciona a atenção do auditor para os riscos que envolvem as contas, divulgações e assertivas que apresentam alguma possibilidade de distorção material, seja causada por fraude o erro. Além disso, tal abordagem parte do pressuposto que o auditor deve trabalhar na identificação dos níveis dos controles da companhia.</p>
Testes de controle	<p>Para o PCAOB (2007), os testes de controle podem ser subdivididos em dois grandes grupos, sendo: testes da efetividade do formato de controles internos e testes na efetividade do funcionamento de determinado controle.</p> <p>Não obstante, um dos procedimentos vitais desta etapa é a realização dos denominados walkthroughs, em tradução livre pode ser denominado passo-a-passo. Este procedimento baseia-se na verificação da cadeia de ocorrência de determinado controle, ou seja, seu efetivo funcionamento. Neste sentido a PwC (2006) menciona a funcionalidade dos walkthroughs: Em um walkthrough, a administração trilha uma transação desde sua origem, através da contabilidade, sistema de informação e sua tratativa no processo de divulgação financeira, a fim de apresentá-la nas demonstrações financeiras da empresa (PwC, 2006, p.15, tradução livre)”. </p>

Fonte: Baseado em PCAOB (2007)

METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa baseou-se em normativos e práticas do setor de auditoria em um confronto com a inspeção realizada pelo órgão competente. Essa metodologia foi desenvolvida por Karl Popper, em uma contraposição da metodologia indutiva, que tem por resultado conclusões empíricas abrangentes.

tes, enquanto o hipotético-dedutivo resulta em constatações materiais, que podem resultar em revisões dos temas abordados (GIL, 1993). O método hipotético-dedutivo se mostra o mais adequado, pois a partir de uma análise normativa serão analisados os dados que serão usados para os objetivos propostos.

A tratativa de um problema de pesquisa pode ser realizada de duas maneiras: quantitativa e qualitativa. A primeira tem por objetivo mensurar opiniões ou fatos de maneira que seja possível estabelecer uma classificação e o estabelecimento de uma análise estatística (OLIVEIRA, 2007). Já na tratativa qualitativa, para Godoy (1995) e Richardson (1988), os resultados não são analisados através de ferramentas estatísticas, pois a mensuração e a enumeração não são o foco deste tipo de pesquisa.

Nesta sequência a abordagem do referido estudo foi por meio qualitativo, uma vez que se buscou o estabelecimento entre as tratativas sugeridas pelo PCAOB no contexto da auditoria externa e a sua real tratativa conforme relatórios de fiscalização realizados pela autarquia responsável.

Como o objetivo geral deste estudo trouxe questões subjetivas, a abordagem do objetivo foi por meio de metodologia dissertativa, uma vez que pelos itens que foram analisados não se pode criar explicações, convicções ou assertivas. Neste sentido, Martins (1979) traz que a abordagem dissertativa é aquela que “tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relação entre variáveis e fatos”. Sendo então as variáveis as normas de referência do PCAOB e os fatos os relatórios de inspeção emitidos pelo mesmo.

Para alcançar os objetivos propostos e porque a pesquisa possuiu caráter dissertativo, essa teve como princípio a avaliação dos resultados alcançados, que foram objetivados conforme descrito a seguir: O procedimento foi documental e bibliográfico, pois necessitou da extração de documentos dos ambientes eletrônicos, composição dos aspectos identificados nestes documentos e verificação nas normas e práticas dos principais requisitos para atendimento aos aspectos identificados.

Amostra e coleta dos dados

Com o intuito de tornar o trabalho mais próximo de um contexto nacional, o universo utilizado foram todos os relatórios emitidos pelo PCAOB nas fiscalizações realizadas nas empresas de auditoria brasileiras. Depois de extraído todos esses dados, foram elaboradas planilhas que contém os principais aspectos identificados em confronto com a norma de referência. A base utilizada para a análise deste estudo foram todos os relatórios de inspeção emitidos pelo PCAOB de firmas de auditoria brasileiras que possuem clientes listados nas bolsas de valores dos Estados Unidos. Os relatórios de inspeção ficam disponíveis para o público no site do PCAOB, na área de cadastro da firma de auditoria.

O período de análise inicia-se em 2010, pois é somente a partir deste ano que constam relatórios de inspeção emitidos pelo PCAOB. A data finda de análise ocorre em setembro de 2017 pois foi necessário a estipulação de uma data limite de análise, tendo em vista que novas divulgações podem ocorrer em épocas posteriores a esta estipulada.

O PCAOB adota uma classificação por categoria para as firmas de auditoria, sendo da letra “A” até a letra “F”. As empresas de auditoria brasileiras com registro no PCAOB, possuem as categorias: “A” (Relatório de auditoria de pelo menos um emitente), “B” (Nenhum relatório de auditoria, mas executa um papel importante na auditoria de pelo menos um emitente) e “E” (Nenhuma das categorias

anteriores).

Vale salientar que os relatórios de inspeção emitidos pelo PCAOB tiveram sua divulgação iniciada em ano de 2010, porém as datas de referência destes relatórios fazem jus, na maioria dos casos, de anos anteriores, dessa maneira, o Quadro 2 apresenta os relatórios de inspeção emitidos, as categorias que cada firma de auditoria brasileira se enquadra, a data de emissão e a data de referência de tais relatórios:

Quadro 2: Ano e data de inspeção do PCAOB por relatório de inspeção

EMPRESA	CATEGORIA DA FIRMA	ANO DE INSPEÇÃO	DATA DE EMISSÃO
Ernst & Young	A	2015	16/06/2016
Deloitte Touche Tohmatsu	A	2015	15/12/2016
BDO Trevisan Auditores Independentes	E	2007	24/06/2010
Deloitte Touche Tohmatsu	A	2007	27/10/2010
Ernst & Young	A	2006	29/07/2010
KPMG Auditores Independentes	A	2008	29/10/2010
BDO Trevisan Auditores Independentes	E	2009	27/10/2011
Deloitte Touche Tohmatsu	A	2009	27/10/2011
Ernst & Young	A	2009	29/04/2011
ACAL Consultoria E Auditoria S/S	E	2012	23/05/2013
Ernst & Young	A	2012	01/10/2013
KPMG Auditores Independentes	A	2011	30/11/2012
Deloitte Touche Tohmatsu	A	2012	27/02/2014
Grant Thornton Auditores Independentes	B	2012	31/07/2014
KPMG Auditores Independentes	A	2013	02/10/2014
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	A	2012	25/03/2014

Fonte: Resultados da Pesquisa (2017)

O relatório de inspeção divulgado pelo PCAOB é uma versão pública. Dessa maneira, existem assuntos que só são abordados na versão não pública do relatório, a qual não é disponibilizada pelo referido órgão. O estudo tem como base somente a versão pública do relatório de inspeção. A estrutura disponível do relatório é composta por quatro partes. A primeira parte conta com a identificação e a estrutura de pessoal da firma de auditoria, os objetivos gerais e considerações no que tange a inspeção, as considerações gerais e as falhas identificadas na revisão do trabalho de auditoria e por fim o escopo da revisão do sistema de controle de qualidade, este último é exposto somente na versão não pública. Inclusive, a segunda parte e terceira parte também não são apresentadas na porção pública do relatório de inspeção. A quarta parte do relatório é a resposta da firma de auditoria ao desenho do relatório do PCAOB, embora essa resposta seja opcional.

É importante salientar que o presente estudo não tem por objetivo categorizar ou fazer qualquer juízo de valor acerca dos trabalhos de auditoria desempenhados pelas empresas objeto de revisão pelo PCAOB, sequer estabelecer que a empresa de auditoria descumpriu alguma obrigação normativa ou legal no desempenho de suas funções, isto vai em linha com as próprias especificações do PCAOB no que tange ao objetivo das inspeções. Sendo assim, foram apenas utilizadas as informações e resultados apresentados pelo referido órgão em suas inspeções.

RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo propõe-se a apresentar os resultados da pesquisa para alcançar o objetivo de apresentar os efeitos da publicação da Sarbanes-Oxley na atividade de auditoria e as consequências da publicação desta lei, por meio da apresentação dos principais apontamentos nos relatórios de inspeção das firmas de auditoria brasileira, no que diz respeito ao assunto de auditoria e a norma de auditoria em referência.

A Tabela 1 expõe os principais assuntos que foram objeto de inspeção e apontamento do PCAOB, com a sua respectiva quantidade e porcentagem de incidência dentro dos dezesseis relatórios inspecionados. É verificável que os principais assuntos estão relacionados a Instrumentos Financeiros, Receitas, Ativo Imobilizado, Fornecedores, Goodwill e Ativos intangíveis que juntos representam 73% dos itens apontados pelo PCAOB. Ao todo são quatorze as áreas que foram apontadas pelo PCAOB durante a sua inspeção, dessa maneira, esses seis assuntos foram os mais mencionados pelo PCAOB, acerca da execução dos trabalhos de auditoria executados. Apesar de tais assuntos serem os mais mencionados, verificou-se que não necessariamente foram todos os mais recorrentes em diferentes relatórios de inspeção emitidos pelo PCAOB.

Tabela 1: Principais assuntos por relatório de inspeção

Assunto:	Anexo IV	Firma de Auditoria	Apontamentos	%
Ativos Imobilizados	REF. 07	BDO Trevisan	2	2%
Ativos Imobilizados	REF. 11	Ernst & Young Terco	2	2%
Ativos Imobilizados	REF. 12	KPMG	1	1%
Ativos Imobilizados	REF. 13	Deloitte Touche Tohmatsu	1	1%
Ativos Imobilizados	REF. 15	KPMG	3	4%
Ativos Imobilizados	5		9	11%
Ativos Intangíveis	REF. 10	ACAL Consultoria E Auditoria S/S	2	2%
Ativos Intangíveis	REF. 15	KPMG	3	4%
Ativos Intangíveis	REF. 16	PricewaterhouseCoopers	1	1%
Ativos Intangíveis	3		6	7%
Contas a Receber	REF. 01	Ernst & Young	1	1%
Contas a Receber	REF. 10	ACAL Consultoria E Auditoria S/S	1	1%
Contas a Receber	REF. 13	Deloitte Touche Tohmatsu	2	2%
Contas a Receber	3		4	5%
Contingências	REF. 04	Deloitte Touche Tohmatsu	1	1%
Contingências	1		1	1%
Controles Internos	REF. 07	BDO Trevisan	1	1%
Controles Internos	REF. 13	Deloitte Touche Tohmatsu	2	2%
Controles Internos	REF. 16	PricewaterhouseCoopers	1	1%
Controles Internos	3		4	5%
Estoques	REF. 11	Ernst & Young Terco.	2	2%
Estoques	REF. 12	KPMG	3	4%
Estoques	2		5	6%
Fornecedores	REF. 03	BDO Trevisan	6	7%
Fornecedores	REF. 04	Deloitte Touche Tohmatsu	2	2%
Fornecedores	2		8	9%

Goodwill	REF. 01	Ernst & Young	3	4%
Goodwill	REF. 02	Deloitte Touche Tohmatsu	3	4%
Goodwill	2		6	7%
Impostos	REF. 07	BDO Trevisan	1	1%
Impostos	1		1	1%
Instrumentos Financeiros	REF. 02	Deloitte Touche Tohmatsu	8	9%
Instrumentos Financeiros	REF. 05	Ernst & Young	5	6%
Instrumentos Financeiros	REF. 06	KPMG	1	1%
Instrumentos Financeiros	REF. 12	KPMG	2	2%
Instrumentos Financeiros	REF. 16	PricewaterhouseCoopers	2	2%
Instrumentos Financeiros	5		18	21%
Investimentos	REF. 12	KPMG	1	1%
Investimentos	1		1	1%
PECLD	REF. 02	Deloitte Touche Tohmatsu	3	4%
PECLD	1		3	4%
Procedimentos de Auditoria	REF. 07	BDO Trevisan	1	1%
Procedimentos de Auditoria	REF. 10	ACAL Consultoria E Auditoria S/S	2	2%
Procedimentos de Auditoria	REF. 13	Deloitte Touche Tohmatsu	1	1%
Procedimentos	3		4	5%
Receitas	REF. 01	Ernst & Young	3	4%
Receitas	REF. 07	BDO Trevisan	1	1%
Receitas	REF. 10	ACAL Consultoria E Auditoria S/S	2	2%
Receitas	REF. 11	Ernst & Young Terco	1	1%
Receitas	REF. 12	KPMG	1	1%
Receitas	REF. 13	Deloitte Touche Tohmatsu	5	6%
Receitas	REF. 14	Grant Thornton	2	2%
Receitas	7		15	18%
Total Geral			85	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2017)

A partir da Tabela 1 é possível verificar que a incidência do mesmo assunto em diferentes relatórios de inspeção não possui a mesma ordem dos assuntos com maior apontamento pelo PCAOB, uma vez que o mesmo assunto pode estar mencionado várias vezes num mesmo relatório de inspeção. Ademais, foi verificado que os assuntos relacionados as demonstrações financeiras com mais ocorrência é, respectivamente, Receitas, Ativo Imobilizado e Instrumentos Financeiros que representam um total 50 % dos assuntos com maior nível de abordagem e com a maior frequência em diferentes relatórios de inspeção, ou seja, pode-se verificar que o maior nível de inconsistências verificadas pelo PCAOB está nas referidas rubricas supracitadas.

Apontamentos relacionados as normas de auditoria

O PCAOB em 2016, iniciou a emissão dos relatórios de inspeção juntamente com a sua norma de referência que cada inconsistência vazia jus. Desse modo, para cada item identificado, o PCAOB referência a norma inerente. Entretanto, os relatórios dos anos anteriores não contam com essa identificação. Afim, estabelecer um parâmetro para a análise sobre a qual norma cada inconsistência faz referência, foi estabelecido uma classificação, ou seja, para cada item apontado pelo PCAOB, foi impu-

tada uma norma de auditoria do PCAOB de referência baseando-se neste estudo e nos relatórios que o PCAOB fez a referência de tais normativos.

Para efeitos de evidenciação no Gráfico 2, foi apresentado somente a norma de referência do PCAOB, entretanto, é importante ressaltar que para efeitos de correlação das normas é necessário considerar as normas do ASB, IAASB e do CFC.

Tabela 2: Normas de auditoria imputadas nos relatórios de inspeção do PCAOB

PCAOB:	Nº de apontamentos	%
AS 2301: Repostas do auditor para os riscos de distorção relevante	30	35%
AS 2201: Uma auditoria de controles internos sobre o relatório financeiro que está integrada com a auditoria das demonstrações financeiras	18	21%
AS 2501: Auditoria das estimativas contábeis	8	9%
AS 2315: Amostragem de Auditoria	4	5%
AS 2502: Auditoria da mensuração do valor justo e divulgações	4	5%
AS 2503: Auditoria de instrumentos derivativos, atividade hedging e investimentos mobiliários	4	5%
AS 2810: Avaliando os resultados da auditoria	4	5%
AS 2305: Substantive Procedimentos Analíticos	3	4%
AS 1105: Evidência de auditoria	2	2%
AS 2510: Auditoria de inventários	2	2%
AS 1101: Risco de auditoria	1	1%
AS 1210: Usando trabalho de Especialistas	1	1%
AS 1305: Comunicação sobre as deficiências de controles em uma auditoria das demonstrações financeiras	1	1%
AS 2110: Identificando e avaliando o risco de distorção relevante	1	1%
AS 2401: Consideração de fraude na auditoria das demonstrações financeiras	1	1%
AS 2905: Descobrimto subsequente de fatos existentes até a data de emissão do relatório do auditor independente	1	1%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2017)

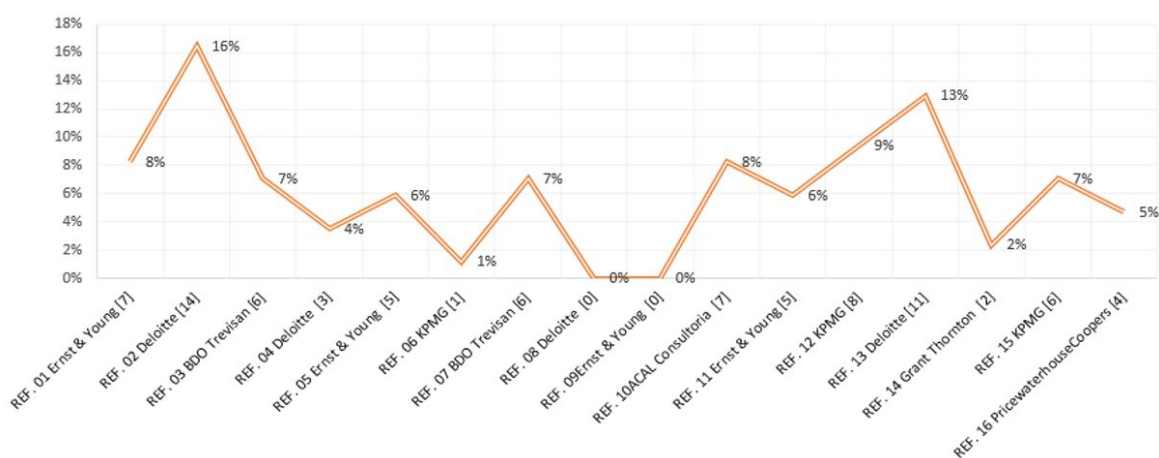
Pela Tabela 2, foi possível verificar que as normas com o maior nível de ocorrências (56%) são: “AS 2301” que faz correlação com a NBC TA 330, IAS 330 e AUC-330 e a norma “AS 2201”, que não existe uma norma em nível internacional diretamente relacionada, uma vez que segundo as normas de auditoria, o auditor deve avaliar os controles internos, entretanto, não deve emitir uma opinião sobre tais controles, conforme seção de responsabilidade do auditor na NBC TA 700 (CFC, 2016 p.8).

A norma do CFC com correlação a AS: 2301 é a “NBC TA 330 - Resposta do auditor aos riscos avaliados”. Segundo o CFC (2010, p.4), a norma NBC TA 330, diz que o auditor tem por objetivo “obter evidência de auditoria apropriada e suficiente relacionada aos riscos avaliados de distorção relevante por meio do planejamento e da implementação de respostas apropriadas a esses riscos”. A partir desta norma todos os riscos avaliados pelo auditor devem ser endereçados, avaliados, tratados e uma resposta a esse risco deve ser identificada.

Além disso, as normas de “Auditoria de Estimativas Contábeis” e “Amostragem em Auditoria”, juntamente com as normas supramencionadas representam aproximadamente 70% dos apontamentos realizados pelo PCAOB. Foi verificado que de todas as normas levantadas (dezesseis), as quatro normas citadas possuem um percentual elevado de ocorrência. Os relatórios de inspeção com a maior incidência de diferentes normas foram o relatório de referência “REF. 01”, “REF 02”. Entretanto, con-

forme exposto no Gráfico 1, a curva de variação de incidência oscila de maneira razoável, como segue:

Gráfico 1: Percentual de normas imputadas por relatório de inspeção



A partir do Gráfico 1 é verificado que grande parte dos relatórios possui em média de 5% a 9% do total de normas de auditoria inerentes por relatório. De todos os relatórios emitidos pelo PCAOB, somente em duas inspeções não foi verificada nenhuma recomendação no que é inerente a revisão do trabalho do trabalho de auditoria.

Tabela 3: Incidência de normas de auditoria por assunto apontado

Assuntos	Quantidade normas de auditoria	Percentual
Instrumentos Financeiros	8	17%
Receitas	7	15%
Goodwill	5	11%
Procedimentos de Auditoria	4	9%
Ativos Imobilizados	3	6%
Ativos Intangíveis	3	6%
Controles Internos	3	6%
Estoques	3	6%
Fornecedores	3	6%
PECLD	3	6%
Contas a Receber	2	4%
Contingências	1	2%
Impostos	1	2%
Investimentos	1	2%
Total	47	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2017)

A partir da classificação retratada na Tabela 3 foi possível verificar que os temas que possuem maior número de descumprimento de normas mencionadas são instrumentos financeiros, receitas, Goodwill, ativos imobilizados e procedimentos de auditoria. Os descumprimentos de normas envolveram substancialmente assuntos relacionados à instrumentos financeiros e as receitas. Os demais apresentaram quantidade similares de descumprimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou o entendimento e a forma de atuação do PCAOB, bem como o ambiente regulatório e normativo no qual a auditoria externa está inserida. “Escândalos” financeiros, tais como: Enron, Parmalat, Xerox, Operação Lava-Jato tem requerido cuidados adicionais por parte dos auditores independentes na realização dos seus trabalhos, bem como uma atuação mais eficaz dos órgãos reguladores. Tais situações tem querido dos auditores maior atenção no desenvolvimento e execução dos seus trabalhos, principalmente, no que diz respeito a identificação dos riscos que podem gerar distorções relevantes nas demonstrações financeiras das organizações.

Dentre as exigências da Lei SOX, uma adequada estrutura de controles internos é uma condição fundamental para redução dos riscos de distorções relevantes causadas, principalmente, por erro ou fraude, que quando ocorrem, colocam em dúvida, em demasiadas situações, a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos. Foi possível averiguar que o alcance e as implicações da Lei Sarbanes-Oxley foram de fato relevantes para o mercado financeiro, uma vez que o nível da estrutura da governança corporativa foi uma das principais exigências contidas na Sarbanes-Oxley. As exigências por maiores níveis de governança corporativa também tiveram efeito direto sobre o trabalho do auditor externo, pois a SOX exigiu dos auditores uma verificação mais detalhada do ambiente de controle interno que seu cliente está inserido no que tange aos controles relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, uma vez que nestes casos o auditor opina sobre tais controles internos. Essa exigência foi um fato verificável no estudo, pois nas inspeções do PCAOB este foi um dos assuntos mais mencionados nos relatórios das empresas. Sobre tudo cabe explicar que nos trabalhos realizados pelo referido órgão foram apontadas diversas inconformidades em diferentes assuntos que tem grande relevância no corpo de itens que compõem as demonstrações financeiras e normas de auditoria estipuladas pelo PCAOB.

O papel que o PCAOB e os demais órgãos reguladores estão desenvolvendo tem contribuído substancialmente para a melhoria constate da qualidade dos trabalhos de auditoria no que diz respeito a avaliação do risco, que por consequência é a base o dimensionamento do trabalho realizado pelo auditor externo. Considerando que atividade de auditoria é desenvolvida em mercados altamente regulatórios, a função do PCAOB é fundamental para a credibilidade dos stakeholders para com os auditores externos. Tais medidas regulatórias contribuem significativamente para mitigar riscos referentes a não detecção de erros e fraudes.

Tendo em vista que nos relatórios disponibilizados pelo PCAOB são mencionados apenas o nome das firmas de auditoria, recomenda-se para a continuidade deste estudo a verificação de novos relatórios envolvendo as mesmas empresas com intuito de comparar os assuntos abordados neste estudo.

REFERÊNCIAS

BAZERMAN, Max H *et al.* Conflicts of Interest and the Case of Auditor Independence: Moral Seduction and Strategic Issue Cycling. Disponível em: <<http://www.people.hbs.edu/mbazerman/papers/ai.rev.2004-12-14.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

BOYNTON, William C; JOHNSON, Raymond N; KELL, Walter G; Auditoria. Tradução de José Evaristo dos Santos. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

CARMONA, Eduardo. Entrevista: Eduardo Carmona. TV São Judas. Empreendedor - Série Sustentável - A lei SOX. Entrevista concedida a Joimar Menezes. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=XRjqbpA-T20> >. Acesso em: 30 ago. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 200 – objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. Brasília, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TA 700 - Formação da Opinião E Emissão Do Relatório Do Auditor Independente Sobre As Demonstrações Contábeis. Brasília, 2016.

FRANCESQUINI, Ricardo. Lei americana protege investidores de perdas no mercado. Revista Consultor Jurídico, Recife, 13 ago. 2008. pg. 1. Disponível:< http://www.conjur.com.br/2008-ago-13/lei_americana_referencia_seguranca_investidor?pagina=2 >. Acesso em: 07 ago. 2017.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1993.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GOELZER Daniel L. Lessons from Enron: The Importance of Proper Accounting Oversight. In: Public Company Accounting Oversight Board. 26 jul. 2006. Tokyo, Japan. Disponível em: <https://pcaobus.org/News/Speech/Pages/07262006_GoelzerTokyoAmericanCenter.aspx>. Acesso em: 20 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Origens da Governança Corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/origens-da-governanca> >. Acesso em: 20 set. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. History. Disponível em: <<https://www.ifac.org/about-ifac/organization-overview/history>>. Acesso em: 16 out. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 3 ed. São Paulo:Atlas, 1994.

MEDEIROS, Eduardo Silva de. A Atividade De Auditoria Independente: Um Breve Estudo Sobre A Independência Dos Auditores E As Normas Profissionais Aplicáveis. 2005 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, M.M. de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINE, Brian. a risk-based approach to auditing financial statements. Disponível em: http://www.accaglobal.com/content/dam/accaglobal/PDF-students/2012s/sa_feb08_pine.pdf. Acesso em: 15 out. 2017.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD. Establishment Of Interim Professional Auditing Standards. 2003. Disponível em: <https://pcaobus.org/Rulemaking/Interim_Standards/Release2003-006.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD. Auditing Standard No. 5: uma auditoria de controles internos sobre as demonstrações financeiras integradas com a auditoria das demonstrações financeiras and related independence rule and conforming amendments. 2007. Disponível em: <https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket%20021/2007-06-12_Release_No_2007-005A.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD. Concept Release On Possible Revision To Pcaob Standards Related To Report On Audited Financial Statements And Related Amendments To Pcaob

Standards. Disponível em: <https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/Concept_Release.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

PUBLIC COMPANY ACCOUNTING OVERSIGHT BOARD. PCAOB Adopts New Standard to Enhance the Relevance and Usefulness of the Auditor's Report with Additional Information for Investors. 2017. Disponível em: <<https://pcaobus.org/News/Releases/Pages/auditors-report-standard-adoption-6-1-17.aspx>>. Acesso em: 24 set. 2017.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. The Sarbanes-Oxley Act of 2002: Strategies for Meeting New Internal Control Reporting Challenges: A White Paper. Disponível: <<https://www.pwc.com/ca/fr/audit-assurance/publications/sox-404-v1-fr.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

RICHARDSON, R.J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. PUBLIC LAW 107-204—JULY 30, 2002. Disponível em: <<https://www.sec.gov/about/laws/soa2002.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

STEINBERG, Richard M. Entrevista: Richard M. Steinberg. SOX Television. What are the Objectives of Proposed Auditing Standard No. 5? Entrevista concedida à SOX Television. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KbveAqSTHNI>>. Acesso em: 15 set. 2016.

Inserção do jovem no mercado de trabalho contábil

Insertion of the youth in the accounting labor market

Daniel Calvano Sanches

Bacharel em Ciências Contábeis
dcalvanosanches@hotmail.com

Fabiana Costa Marques

Bacharel em Ciências Contábeis
facmarques@gmail.com

Luiz Antonio Marcelino

Bacharel em Ciências Contábeis
luiz.marcelino@outlook.com

Melissa Bleme Policarpo de Azevedo

Bacharel em Ciências Contábeis
melbp22@gmail.com

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Doutora em Ciência da Informação
josmaria@pucminas.br

Ana Tereza Lanna Figueiredo

Doutora em Economia
anaterzalanna@gmail.com

Resumo

A inserção do jovem no mercado de trabalho denota uma discussão global quanto aos seus desafios para o acesso ao trabalho decente. O objetivo da pesquisa consiste em analisar a inserção do jovem no mercado de trabalho contábil, diante do cenário socioeconômico brasileiro, haja vista os desafios demográficos. A metodologia adotada para a coleta de dados considerou a análise da base de dados da RAIS que compreende o censo do mercado de trabalho formal, sendo procedida a leitura de 2008 a 2017. Diante da modernização da área contábil, com a contínua inserção de processos automatizados e da própria inteligência artificial e dos desafios para a harmonização das normas internacionais, o mercado exige profissionais capacitados e alinhados às exigências. O painel temporal construído para a análise permitiu elencar os eixos de distribuição de cargos entre gêneros, com destaque das concentrações de vagas por região. Os resultados demonstram uma tendência favorável para a evolução do mercado contábil sendo, favorável à inserção do jovem contador.

Palavras-chave: mercado de trabalho. contabilidade. empregabilidade. jovem.

Abstract

This paper approach about the insertion of young people in the labor Market. It subject denotes a global discussion regarding their challenges to access decent work. Research objective is to analyze the insertion of young people in the accounting job market, concern about Brazilian socioeconomic and demographic challenges. The methodology adopted for data collection considered the analysis of the RAIS database, which comprises the census of the formal labor market, being read from 2008 to 2017. The modernization of accounting area, with continuous insertion of automated processes and from the artificial intelligence itself and from the challenges for the harmonization of international standards, the market demands qualified professionals aligned with the requirements. Panel temporal built for the analysis allowed listing the axes of distribution of positions between genders, highlighting the concentration of vacancies by region. The results show a favorable trend for the evolution of the accounting market, favoring the insertion of the young accountant.

Keywords: labor market. accounting. employability. young.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o país tem vivenciado aumento de desemprego e queda de investimentos que, alinhado a um aumento da competitividade global e acirramento de concorrência entre empresas exigindo profissionais alinhados a demandas do mercado, equiparando formação e habilidades pessoais que atendam melhor as empresas. Mesmo nesse cenário, o profissional contábil continua sendo demandado nas mais diversas áreas de gestão, mantendo bons índices de empregabilidade, oferecendo aos jovens formandos uma boa perspectiva de trabalho.

Considerando as recentes mudanças na contabilidade para alinhamento frente às normas internacionais, tanto profissionais recém-formados, quanto especialistas mais antigos precisam se manter atualizados para continuarem inseridos no mercado de trabalho, especialmente em momentos de crise. Nesse sentido, pretende-se identificar a evolução da empregabilidade para o jovem na área contábil seja como contador, técnico de contabilidade ou escriturário. Este artigo considera a evolução da empregabilidade no setor contábil ao longo dos últimos anos, procurando mostrar que a contabilidade está em constante evolução para atender as necessidades do mercado.

Os aspectos regionais de colocação no mercado de trabalho especificam informações por setores, gêneros, idades, filtrando por profissões ligadas à área contábil como contadores e auditores, técnicos em contabilidade e escriturários em contabilidade. Para a pesquisa, utilizou-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS divulgados pelo governo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho a seguir busca trazer informações acerca da inserção do jovem no mercado de trabalho na área contábil. Para tanto, alguns artigos serviram de base para a contextualização de sua importância e também para trazer um panorama de como o mercado de trabalho enxerga tal profissional e quais as exigências necessárias para o jovem em início de carreira.

Diante de tal questão, muito jovens optam pela realização de uma Orientação Profissional, que segundo Assance (1997) é a utilização de testes para medir traços e fatores em que o sujeito possa não reconhecer, buscando assim descobrir suas competências e capacidades e o melhor caminho a seguir dentre as escolhas profissionais disponíveis. Contudo, seu resultado pode não ser totalmente assertivo, visto que o participante responderá ao teste de acordo com o que está disposto a declarar e sobre o que compreende sobre si e sobre os outros no momento, conforme também relatado por Assance (1997).

Após a escolha da área de atuação, através de auxílio profissional ou não, o jovem se vê dentro de um ambiente repleto por mudanças constantes e influenciado pelo processo de globalização, o mais impactante para o público alvo deste estudo, segundo também descrito por Assance (1997). O processo de globalização sempre existiu, contudo não com tantas transformações, modificando meios de fabricação, produção e contratação. Termos como reengenharia, produtividade enxuta, gerenciamento da qualidade total, são assuntos comumente discutidos nos dias de hoje e o jovem que inicia sua busca pela inserção no mercado de trabalho contábil deverá estar familiarizado com tais conceitos.

Após seu ingresso no mercado de trabalho, o jovem se vê em meio a grande competitividade,

no qual encontram-se desafiados a exercerem papéis dentro da organização, além de simplesmente efetuar suas funções com eficiência. O mercado exige e demanda um profissional apto a desafios e que busque sempre atingir a eficácia e conseqüentemente, a efetividade. Cabe as universidades preparar e amparar esse estudante, lançando lhes desafios que o mercado oferece, e proporcionando habilidades sejam desenvolvidas ao longo da graduação e também vivencia prática da profissão no período estudantil.

Nesse aspecto, o estudo de Diehl e Souza (2007) busca compreender como o jovem recém-formado se comporta, após ter optado pela área contábil. Seu estudo foi realizado com empresas de head hunters com o intuito de analisar como o jovem chega no mercado de trabalho após sua formação e como esta poderia ser melhor realizada, com o intuito de deixá-los melhor preparados para o início da carreira profissional. Através de questionários respondidos pelas referidas organizações, foi possível constatar que a realização do exame de suficiência, requisito para a atuação contábil, é uma exigência bem vista no mercado, já que deixa um patamar mínimo para os profissionais atuantes. Diehl e Souza (2007) ainda concluíram em sua pesquisa que o Conselho de Federal de Contabilidade (CFC) deveria ser mais atuante nas instituições, como forma de assegurar que os cursos não preparassem os alunos somente para testes, o que foi observado nas respostas dos entrevistados, mas sim para uma formação mais completa, em áreas pertinentes como Inglês e demais áreas humanísticas. Ressalta-se também que a formação continuada do profissional em início de carreira é bem vista por tais organizações, universo da pesquisa.

Em consonância a isso, Pires, Ott e Damacena (2010) desenvolveram um estudo sobre o mercado de atuação do Contador para averiguar se o ensino nas universidades vai ao encontro com as qualificações necessárias que as empresas esperam na formação do profissional contábil. O estudo analisou se as ferramentas que mensurem se de fato as necessidades do mercado da região metropolitana de Porto Alegre são atendidas pelas grades dos cursos de Ciências Contábeis. A pesquisa buscou averiguar se as IES têm preparado o estudante desenvolvendo suas habilidades para atender às necessidades das organizações.

Após a pesquisa foi possível fazer um comparativo entre as habilidades priorizadas pelo mercado e as priorizadas pelas Universidades. Destaca-se que, para mercado, a primeira prioridade é experiência profissional, enquanto que nas IES são as competências administrativas, econômicas e financeiras, o que para o mercado esta característica ficou na sexta posição. Após os estudos é possível salientar que o mercado procura profissionais com experiência e um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes.

Outro estudo realizado na região do nordeste brasileiro demonstra que inúmeras habilidades são necessárias para que o profissional contábil desempenhe com excelência seu trabalho nas organizações. De acordo com Castro, Echternacht e Brito (2009), que realizaram uma pesquisa com o objetivo de detectar o nível de desenvolvimento das habilidades e conhecimentos necessários para a prática contábil de uma IES pública no nordeste brasileiro. Esse estudo buscou averiguar se de fato no país existe harmonia nos conhecimentos conforme aquelas que as normas internacionais de contabilidade esperam. Foi demonstrado que é necessário modificar a forma do ensino superior de acordo com a modernização e evolução no mercado, para que o aluno ao se formar tenha desenvolvido habilidades e técnicas necessárias para atuar nas organizações. O estudo permitiu averiguar que o aluno do IES público do Nordeste possui conhecimentos e habilidades para o desempenho do profissional na área Contábil em patamares satisfatórios.

Contudo, em contraponto a isso encontra-se o estudo de Marin et al (2014) que buscou captar a percepção de várias organizações, através de questionários e entrevistas, quanto ao aluno recém-formado no curso de Ciências Contábeis na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). A pesquisa foi capaz de identificar que o profissional iniciando sua carreira na área contábil não está preparado em sua totalidade para o que o mercado de trabalho exige. Embora chegue ao mercado com robusto conhecimento teórico, o mesmo não é suficiente para sua atuação, conforme o mercado exige. Algumas posturas foram bastante elogiadas, como a pró-atividade, vontade de aprender e comprometimento, contudo outros como a liderança, domínio da língua inglesa e capacidade de se expressar poderiam ser melhores. Acredita-se que tais habilidades podem ser melhores desenvolvidas nas instituições, não somente a analisada na pesquisa de Marin et al (2014). Tal percepção complementa o que também discutido por Diehl e Souza (2007).

Assim sendo, o jovem após escolher a sua área de atuação profissional, tem o trabalho de desenvolver habilidades e conceitos que o mercado de trabalho exige de tais profissionais. Cabe às instituições e ao Conselho Federal de Contabilidade considerar essas exigências requeridas pelo mercado para um melhor desempenho tanto teórico quanto postural de seus alunos, entregando uma mão de obra mais preparada para o mundo globalizado e competitivo que esse jovem encontrará em sua profissão. As instituições de ensino superior têm grande responsabilidade na formação do profissional, pois de acordo com a demanda do mercado e com as mudanças ocorridas no cenário global, deve-se adaptar e buscar ferramentas que propiciem ao estudante não somente conhecimento, mas também vivência na prática de sua profissão, tornando-o assim mais capacitado para exercer com exímio seu papel dentro das organizações.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo adotou-se análise quantitativa, com abordagem descritiva conforme a taxonomia adotada por Marconi e Lakatos (2017), com a finalidade de analisar o perfil relacionado ao panorama profissional dos jovens entre 18 e 29 anos que atuam na área contábil, partindo de dados constantes na RAIS nos anos de 2008 a 2017. A Relação Anual e Informações Sociais (RAIS) é uma fonte confiável das premissas inerentes ao mercado de trabalho brasileiro, tendo em vista sua natureza censitária, amplitude de informação, cobertura geográfica e dimensão temporal (MTE, 2019). Os dados constituem informações agregadas disponibilizadas pelos sistemas do Ministério do Trabalho. Contudo, é importante ressaltar que as bases consultadas retratam o censo do mercado de trabalho formal brasileiro, sendo os dados de extrema relevância para as descobertas reveladas. Negri *et al.* (2001) afirmam que a RAIS é uma fonte confiável de análise do mercado formal de trabalho no Brasil, principalmente por sua natureza censitária, amplitude de informação, cobertura geográfica e dimensão temporal.

Instituída pelo Decreto n. 76.900/75, de 23 de dezembro de 1975, a RAIS é um registro administrativo, de âmbito nacional. Tem periodicidade anual e é obrigatória para todos os estabelecimentos. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados dados secundários, disponíveis na base da RAIS (2019), com informações transmitidas pelos empregadores de 2008 a 2017. O levantamento dos dados da RAIS contemplou os dados da família ocupacional 2522 – contador (auditor, contador e perito contábil), 3511 – técnicos de contabilidade; e 413 escriturários contábeis e de finanças. Para consolidar os dados, foram utilizadas planilhas eletrônicas, no Microsoft Office Excel, o que também contribuiu para a elaboração dos gráficos e tabelas.

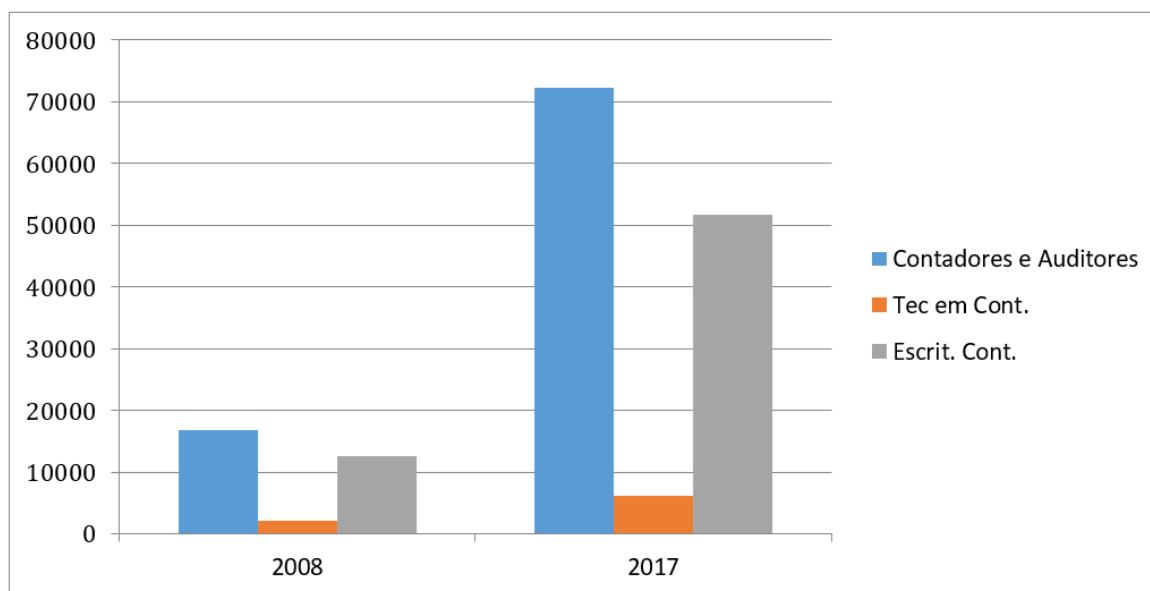
As principais variáveis utilizadas no presente estudo foram: escolaridade dos profissionais, regiões em que são originários, número de horas que o profissional foi contratado, profissionais por subsetores, remuneração por setor, tempo empregado dos profissionais, distribuição por gênero, natureza jurídica dos estabelecimentos, tamanho dos estabelecimentos, faixa salarial, entradas e saídas de empregados jovens. Com base nessas premissas foram estruturadas análises que permitem um diagnóstico do atual cenário dos profissionais de contabilidade. Dessa forma tem-se um mapa da conjuntura do mercado de trabalho na área contábil, voltado aos jovens de 18 a 29 anos.

ANÁLISE E RESULTADOS

Para verificar a evolução da empregabilidade do profissional contábil, foram coletados dados da RAIS abrangendo o período de 2008 a 2017. As ocupações selecionadas foram: contadores e auditores, técnicos em contabilidade e escriturários em contabilidade. Em relação ao primeiro ponto analisado da RAIS, que diz respeito especificamente à formação dos profissionais que estão atuando na área contábil, podemos destacar, com o passar dos anos, o aumento da necessidade de um curso superior para exercer essas funções. No ano de 2008, por exemplo, tinha-se muito profissionais atuando na área apenas com o ensino médio completo (42.558 pessoas).

Por outro lado, apenas 10.923 pessoas que atuavam na área possuíam o ensino superior completo. Em contrapartida, analisando o ano de 2017, tem-se 130.329 pessoas, entre 18 a 29 anos, atuando na área contábil com curso superior. No mesmo ano, com apenas o ensino médio completo, tem-se 73.996. O Gráfico 1 elucida a evolução dos profissionais com Ensino Superior nos anos de 2008 e 2017.

Gráfico 1- Escolaridade dos profissionais da área contábil entre 18 e 29 anos, em 2008 e 2017

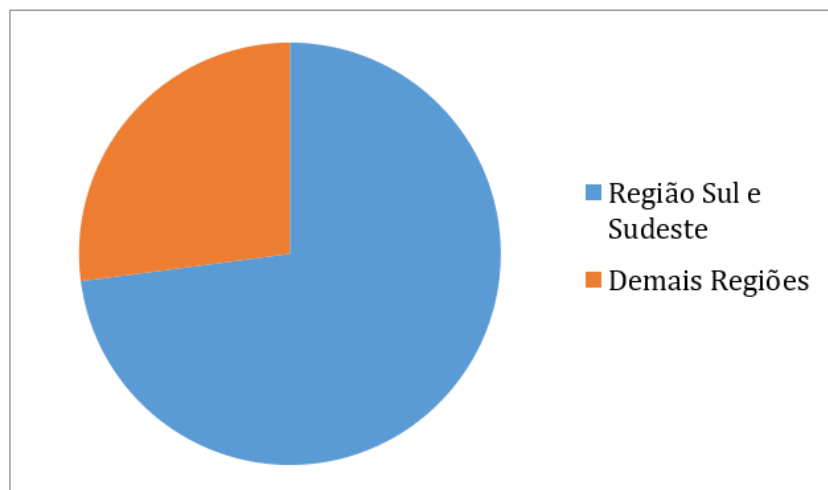


Fonte: RAIS (2019)

Analisando regionalmente os dados, observa-se que a maioria dos profissionais da área contábil estão concentrados nas regiões sul e sudeste onde, teoricamente, residem as melhores oportunidades de carreira. As regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, apesar de apresentarem algumas melhorias ao longo dos anos (principalmente nos últimos 3), apresentam um menor número de profissionais dessa área.

Esse fato se dá, principalmente, pelo potencial econômico de cada região. Apesar desse movimento ter diminuído ao longo dos anos, ainda pode-se perceber uma grande onda de pessoas saindo das regiões teoricamente mais pobres para os grandes centros do país. Esse fato contribui para o desaquecimento da economia de muitas regiões e isso reflete no quadro de formação de profissionais. Observa-se no ano de 2017 que a proporção do número de profissionais entre as regiões Sul e Sudeste, e as demais. Pelo Gráfico 2, pode-se perceber a relação de 73% para a primeira e 27% para a segunda.

Gráfico 2 – Número de jovens, entre 18 e 29 anos na área contábil por região, no ano de 2017



Fonte: RAIS (2019)

Na análise do indicador que explicita o número de horas trabalhadas pelos profissionais de contabilidade na semana, pode-se verificar uma situação positiva. Com o passar do tempo os profissionais de contabilidade estão sendo empregados para funções que demandam mais tempo de contratação, ou seja, os trabalhos passaram a ser mais formais e respeitar as regras de jornada de trabalho da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo o máximo de 44 horas semanais, para o ano de 2017.

Esse ponto fortalece e dá importância à profissão, à medida que se torna cada vez mais claro que é necessário ter um profissional de contabilidade 100% dedicado às atividades da empresa que o contratou. A informalidade e a contratação via free lancer vêm perdendo espaço no mundo profissional. Exemplificando com números: em 2008 tinha-se 9.901 profissionais trabalhando entre 41 e 44 horas. Esse número em 2017 passou para 41.247 profissionais. Ou seja, é possível verificar que, além do aumento considerável dos profissionais atuantes nessa área, o número deles atuando até 44 horas também cresceu.

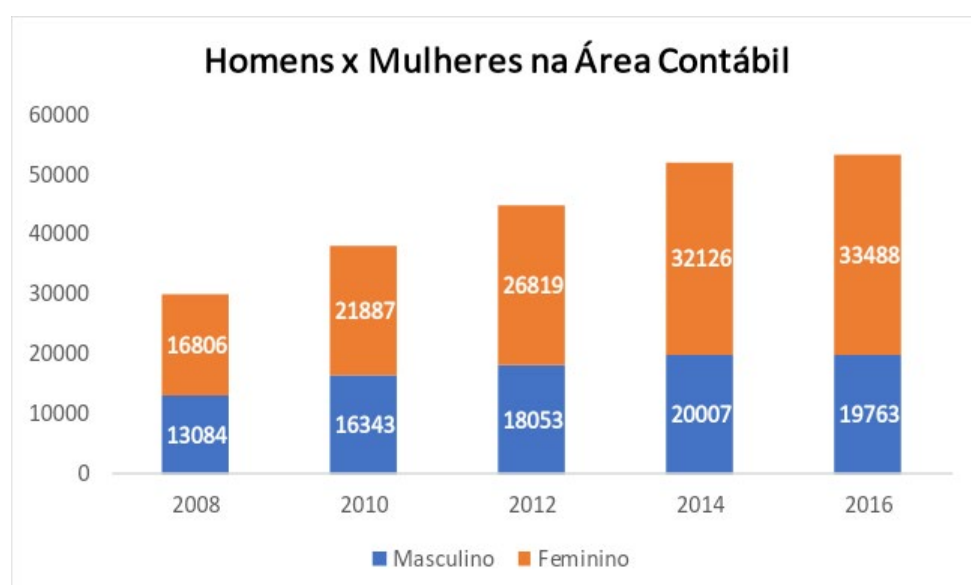
Relacionando a remuneração por setor, nota-se que não há uma diferença entre os setores. A profissão de contador não possui um piso salarial nacional, o que pode abrir margem para desvalorização do profissional. Pelos dados, nota-se que a indústria concentra os maiores salários e que estes não tiveram grandes alterações ao longo dos anos. O fato da indústria extrativista mineral concentrar maiores salários pode ser explicado pelo fato de serem, em sua maioria, indústrias de grande porte, como petróleo e minério, o que demanda grande conhecimento para lidar com um grande volume de dados.

Nos resultados sobre natureza jurídica, faixa salarial e o tamanho do estabelecimento, pode-se concluir que o profissional contábil é necessário em todos os portes e tipos de empresa, com

maior concentração em empresas privadas com faixa salarial de 3 a 7 salários mínimos. A ocupação em empresas até 50 empregados tende a ser maior porque, em geral, essas organizações terceirizam a parte contábil, cabendo a um escritório realizar tal atividade. Por fim, mesmo com um cenário de recessão, os profissionais contábeis mantêm um vasto campo de trabalho, em diversos setores de atuação, sendo demandado em todo o Brasil.

Ao considerar a distribuição por gênero nota-se que, como um todo, o número de mulheres na faixa etária de 18 a 29 anos, atuantes na área contábil, é maior que o número de homens e tal percentual vem crescendo, conforme pode ser visto no gráfico abaixo. Esse dado mostra que cada vez mais as mulheres vêm assumindo áreas de conhecimento técnico e conquistando espaço nas organizações.

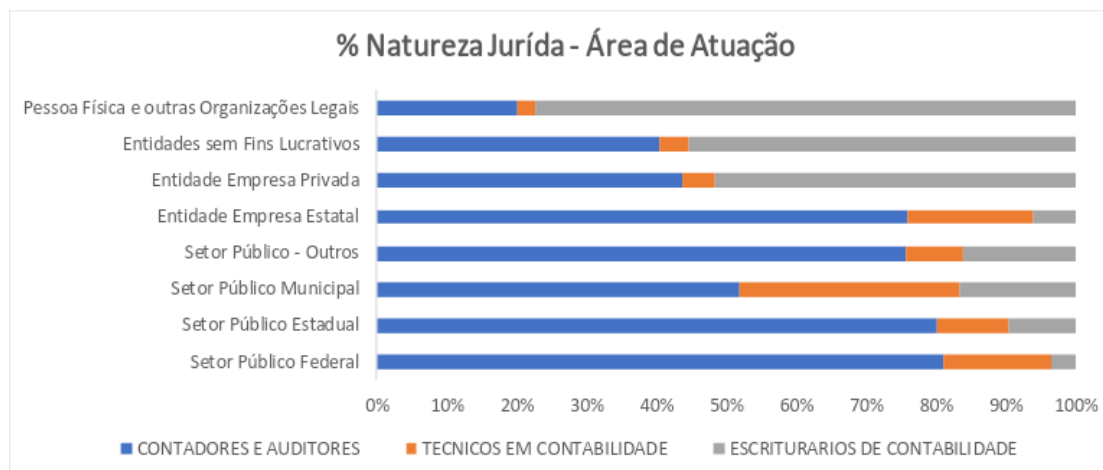
Gráfico 3 – Distinção de gênero entre profissionais da área contábil, de 18 a 29 anos, entre 2008 e 2016



Fonte: RAIS (2019)

Em relação à análise dos dados levando em consideração a atuação dos jovens de 18 a 29 anos na área contábil nas diferentes organizações, tendo como base as suas naturezas jurídicas, nota-se que as esferas públicas, aqui considerada as Empresas Estatais e o Setor Público nos âmbitos municipal, estadual e da união, o percentual de “Contadores e Auditores” é maior em relação à Empresas Privadas e Entidades sem Fins Lucrativos. Conforme também pode ser observado no gráfico abaixo, os profissionais atuantes como Pessoas Físicas ou em outras Organizações Legais é dominado pelo cargo de “Escriturários de Contabilidade”. Assim, pode-se compreender que a áreas públicas é uma oportunidade de ingresso do jovem recém-formado no mercado de trabalho.

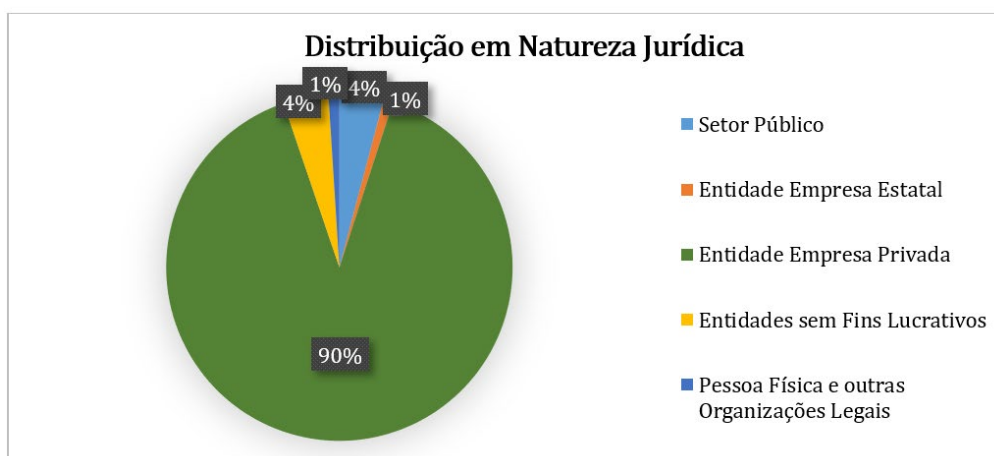
Gráfico 4 – Percentual dos anos de 2008 a 2017 das áreas de atuação por Natureza Jurídica



Fonte: RAIS (2019)

Contudo, ainda que as oportunidades para contadores e auditores sejam maiores na esfera pública, o setor que mais emprega o jovem na área contábil ainda são as Empresas Privadas, com a representatividade de 90%, conforme demonstrado no Gráfico 5.

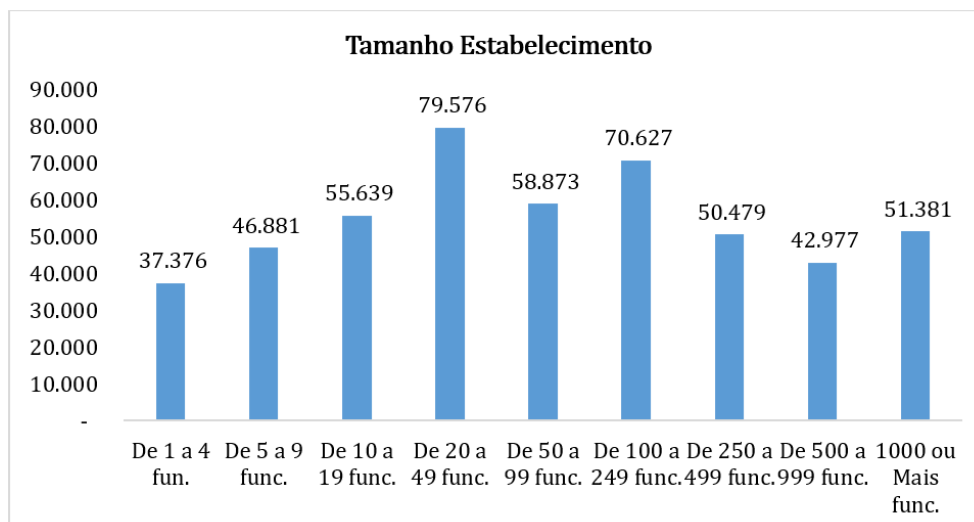
Gráfico 5 – Distribuição dos jovens por tipo de empresas nos anos de 2008 a 2017



Fonte: RAIS (2019)

Ao considerar o tamanho das organizações em que o jovem atua, pode-se notar que a maior parte se localiza em empresas que registram de 20 a 49 funcionários, caracterizadas como empresas de pequeno porte ou mesmo os escritórios menores de contabilidade. Pelo Gráfico 6, observa-se que entre os distintos portes de empresas é presente um número de jovens bastante parecido, mostrado assim a diversificação da atuação deste tipo de profissional nas mais diversas empresas, dos mais variados portes.

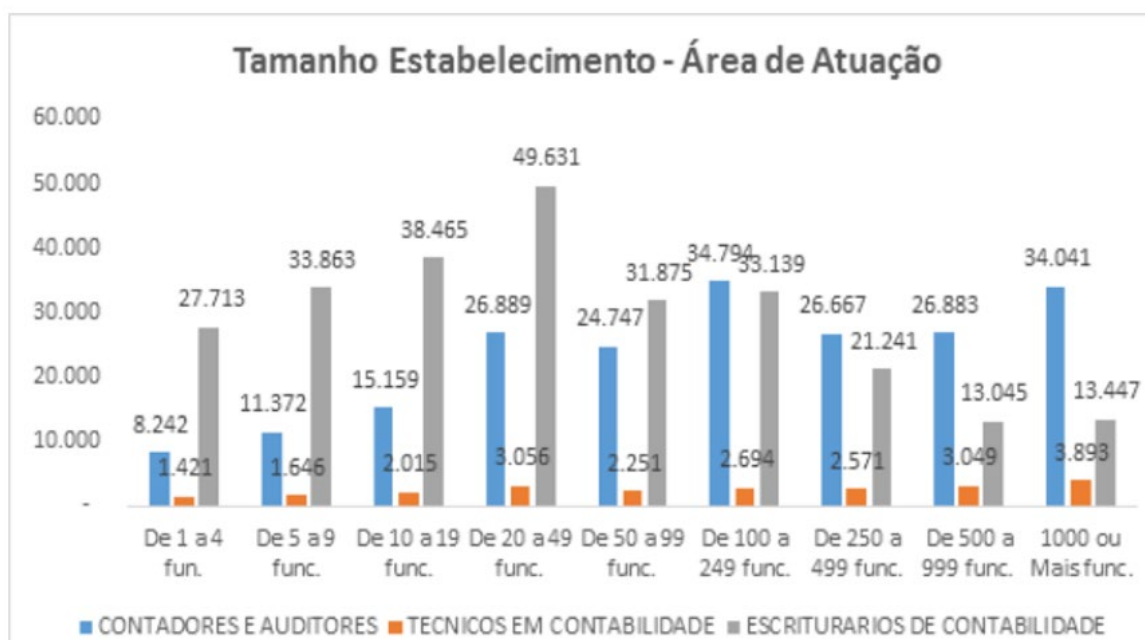
Gráfico 6 – Quantidade de jovens nas empresas por tamanho de organização total dos anos de 2008 a 2017



Fonte: RAIS (2019)

Tal informação pode ser corroborada com a análise do gráfico abaixo no qual o número de Contadores e Auditores cresce conforme o porte da empresa também aumenta. Em empresas de 100 a 249 funcionários, o número de Contadores e Auditores é quase o mesmo de Escriturários em Contabilidade, contudo, em empresas acima de 1000 funcionários, o número de Contadores é mais da metade do outro cargo. Aqui, é importante destacar a busca pela profissionalização e a busca por aperfeiçoamento acadêmico e técnico exigido em empresas de maior porte.

Gráfico 7- Cargos dos jovens nas empresas de Diferentes Tamanhos dos anos de 2008 a 2017



Fonte: RAIS (2019)

Quando se observa a atuação do profissional contábil no mercado de trabalho, é possível verificar que no início da pesquisa em 2008, que a área que melhor remunera é a de contadores e auditores, em seguida a área de escriturário, posteriormente a de técnico, conforme demonstrado

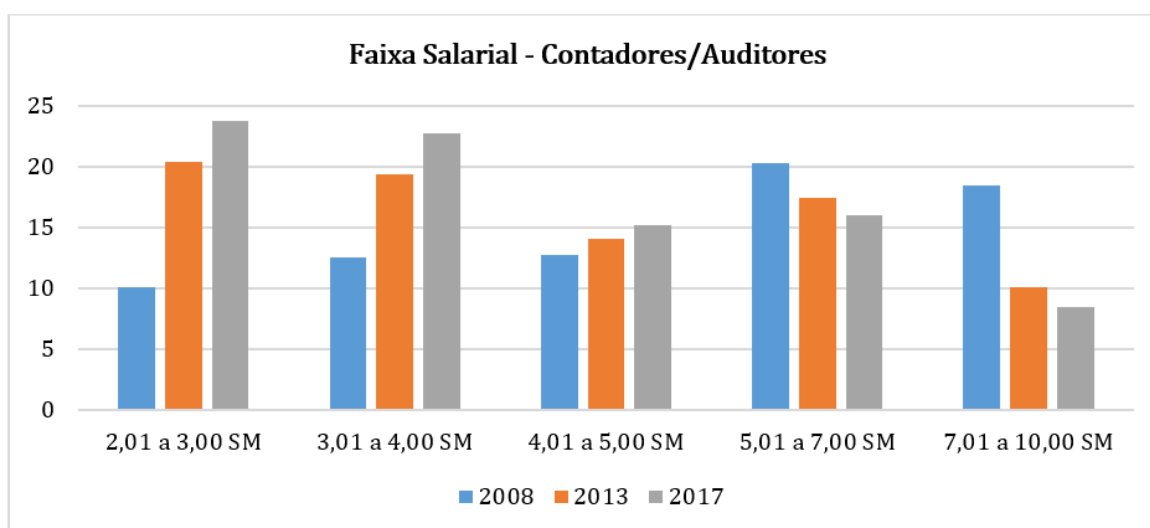
nos Gráficos 08, 09 e 10. Diante dos dados da Tabela 1 observa-se que o número de profissionais que atuam como contadores e auditores com renda de 2 a 7 salários mínimos tem elevado durante os últimos anos, em contrapartida, profissionais que auferem rendas superiores a essa tem diminuído com o passar do tempo. Isso deve-se ao aumento expressivo de profissionais na área.

Tabela 1 - Número de profissionais por faixa salarial entre os anos 2008, 2013 e 2017- Contadores e Auditores

Natureza Jurídica	2008	2013	2017
2,01 a 3,00 SM	1706	2175	6349
3,01 a 4,00 SM	2112	3051	6083
4,01 a 5,00 SM	2139	2700	4044
5,01 a 7,00 SM	3414	4230	4260
7,01 a 10,00 SM	3107	3293	2262
10,01 a 15,00 SM	2023	2121	886
15,01 a 20,00 SM	792	731	198
Mais de 20,00 SM	476	320	83
{ñ class}	154	507	227
Total	16847	20406	26692

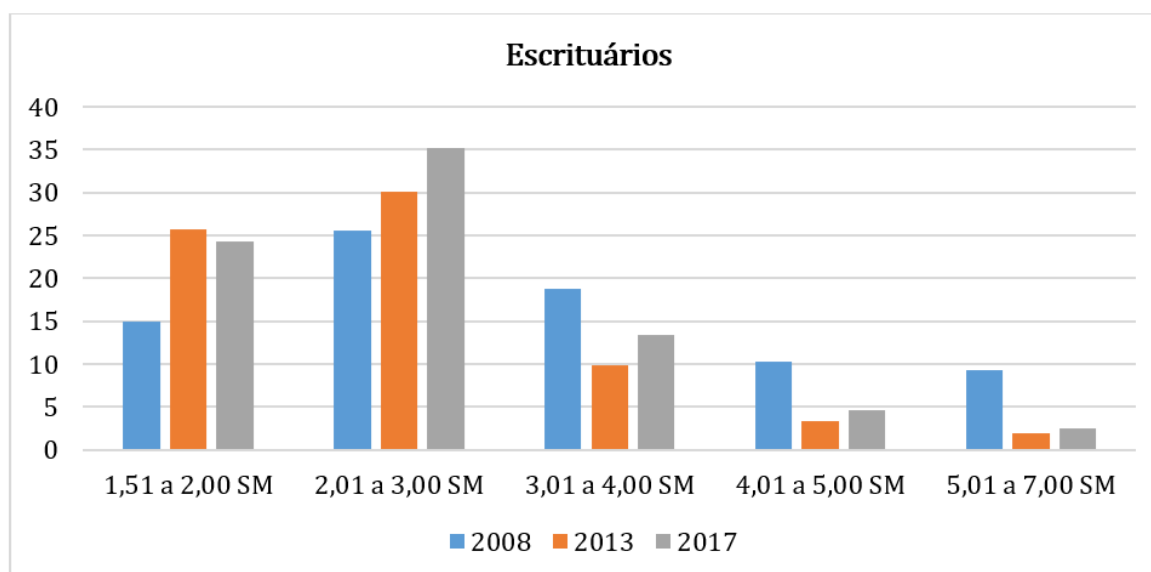
Fonte: Elaborada pelos autores com dados extraídos do RAIS (2019)

Gráfico 8 - Faixa Salarial - Categoria Contadores e Auditores 2008, 2013 e 2017



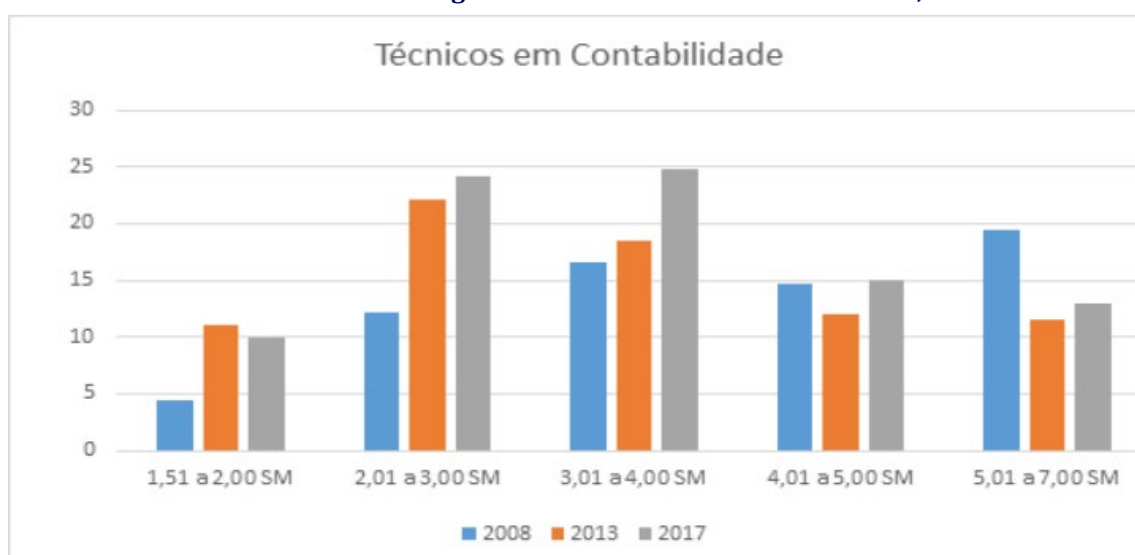
Fonte: RAIS (2019)

Gráfico 9: Faixa Salarial – Categoria Escriturários 2008, 2013 e 2017



Fonte: RAIS (2019)

Gráfico 10: Faixa Salarial – Categoria Técnicos em Contabilidade 2008, 2013 e 2017



Fonte: RAIS (2019)

Ao analisar a carreira do profissional que atua como contador/auditor, observa-se que à medida que o número de ingresso de profissionais tem se elevado, a remuneração tem sido inversamente proporcional. Isso demonstra para as empresas algo positivo, pois permite escolher melhor e mais bem qualificado o profissional, e remunerá-lo com valor inferior, devido à grande oferta de profissionais no mercado. Assim como em outras carreiras, melhores ganhos terão aqueles que se destacarem e obtiverem além de conhecimento, atuações que os diferenciam e contribuíam para que as organizações obtenham êxito não só financeiro mais também contribuam para que os objetivos e a visão sejam alcançados.

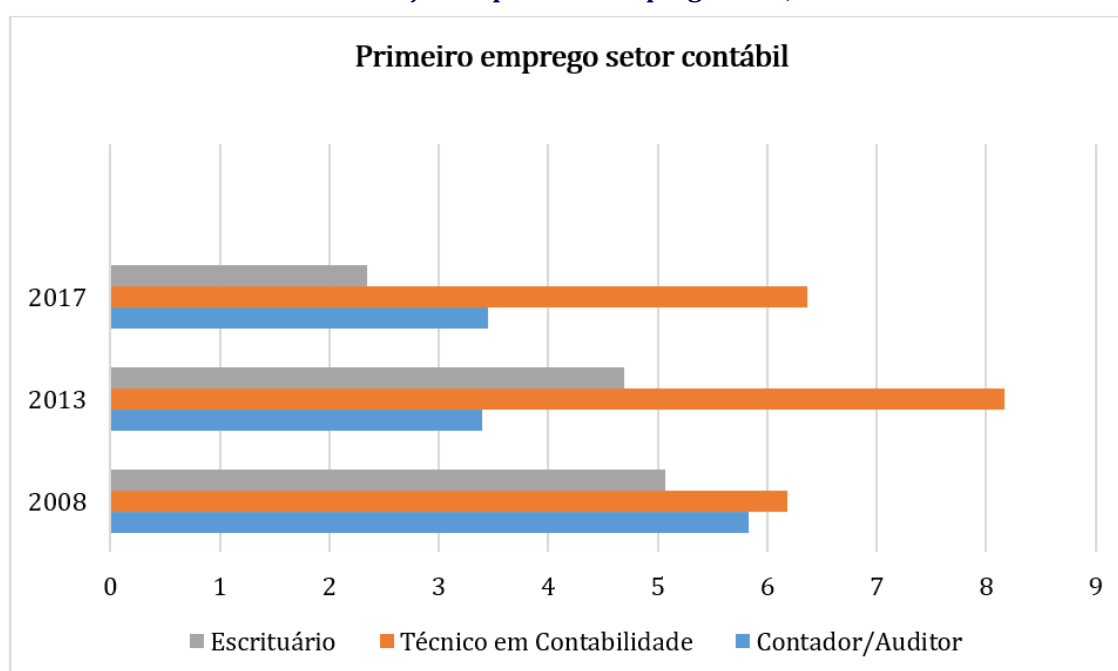
Tabela 2 – Número de profissionais por faixa salarial entre os anos 2008, 2013 e 2017 dos Escriturários de Contabilidade

Natureza Jurídica	2008	2013	2017
1,51 a 2,00 SM	1165	29132	6285
2,01 a 3,00 SM	2791	7701	9085
3,01 a 4,00 SM	2052	5754	3465
4,01 a 5,00 SM	1120	3432	1205
5,01 a 7,00 SM	1021	345	641
7,01 a 10,00 SM	519	1982	146
10,01 a 15,00 SM	176	1039	38
15,01 a 20,00 SM	38	783	6
Mais de 20,00 SM	20	420	2
{ñ class}	128	362	180
Total	10923	30133	25853

Fonte: Elaborada pelos autores com dados extraídos do RAIS (2019)

Vale destacar que no período o número de profissionais que auferiam ganhos acima de 20 salários mínimos, só vem diminuindo, sendo que, para função de contador e auditor em 2008, 2,83% usufruíam dessa renda e em 2017, somente 0,31%. Ao ingressar na área contábil como 1º emprego, a área técnica é que mais emprega o profissional, apesar de não ofertar remunerações elevadas nessa função. Acredita-se que é a porta de entrada do profissional para a área, e partir dessa iniciativa, ao aprimorar seus conhecimentos e qualificações o mesmo consiga atuar em outras áreas na esfera contábil.

Gráfico 11 – Situação do primeiro emprego 2008,2013 e 2017



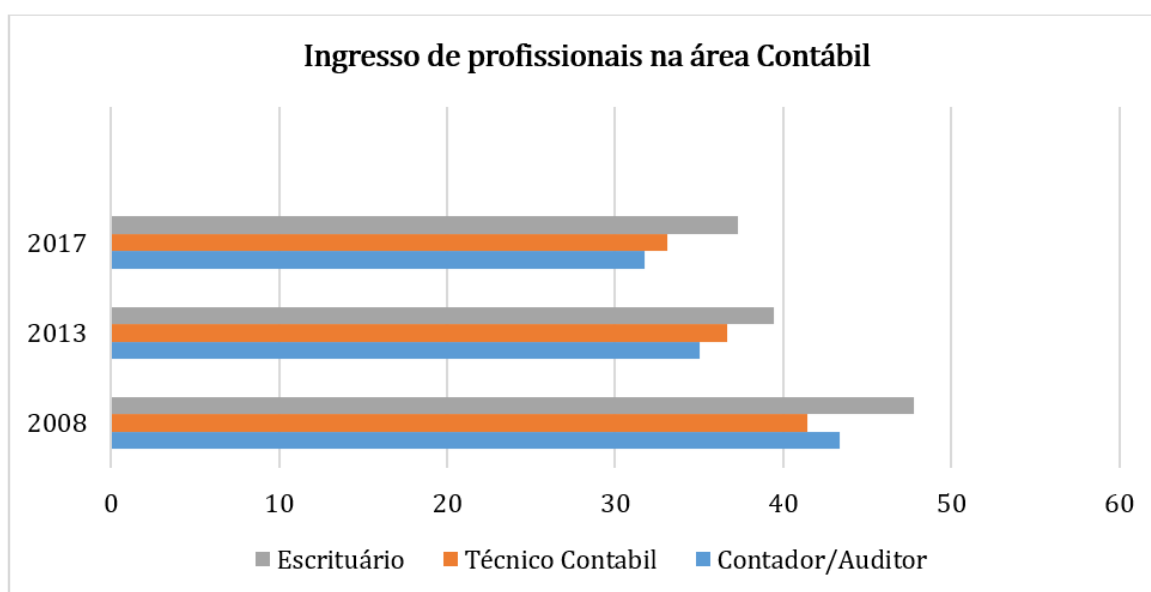
Fonte: RAIS (2019)

Apesar do mercado contábil ter maior número de profissionais optando como primeiro em-

prego na área técnica, outros profissionais que já possuem conhecimento e experiência, tem buscado se qualificar e ingressar na área a qual exigem nível superior, como contadores, auditores e escriturários, conforme demonstra o Gráfico 12.

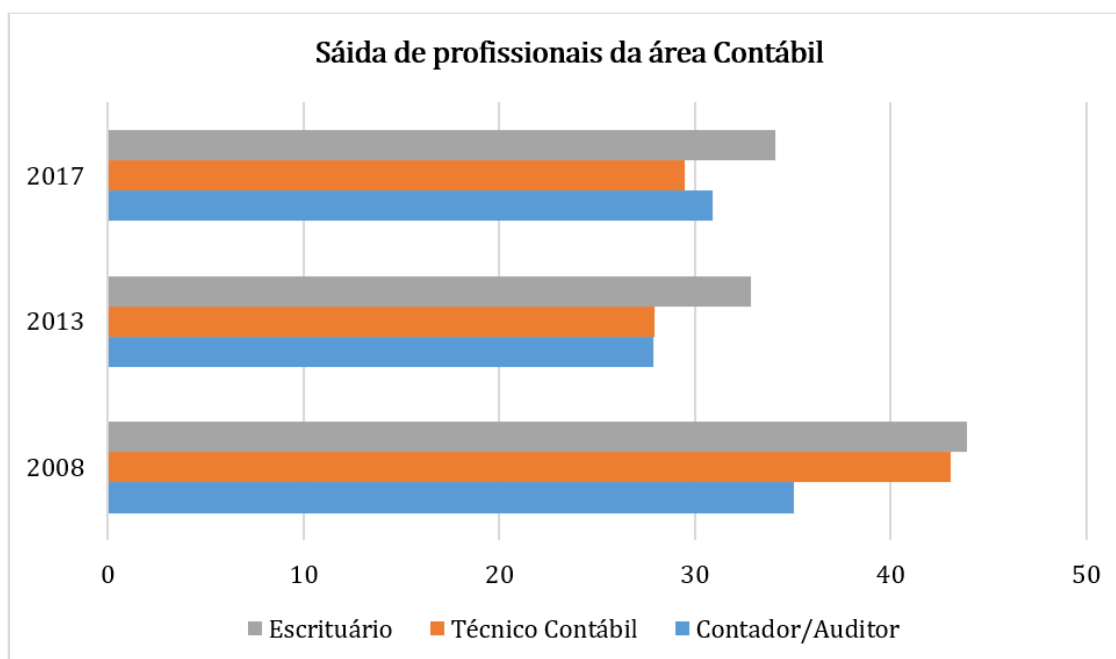
O Gráfico 13 demonstra a mudança de profissionais da área contábil para outras áreas, observa-se que no ano de 2008 a saídas de profissionais era bem maior do que os anos posteriores. Mesmo diante dos dados, observa-se que a entrada de novos profissionais supera as saídas destes nos anos entre 2008, 2013 e 2017. O universo contábil permite ao profissional uma vasta área de atuação dentro das pequenas, médias e grandes organizações. O mercado ao longo dos anos tem crescido e muitos estudantes optam à ingressar na área devido à necessidade do profissional em todos os ramos e dimensões empresariais.

Gráfico 12 - Ingresso na área Contábil - 2008, 2013 e 2017



Fonte: RAIS (2019)

Gráfico 13 – Desligamento de profissionais na área Contábil – 2008, 2013 e 2017



Fonte: RAIS (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo tratou da inserção do jovem no mercado de trabalho contábil. Para tanto, considerou-se o perfil do jovem e as variáveis que permeiam sua área de atuação, destacando sua distribuição geográfica, bem como a área de atuação e o vínculo por organização quanto à natureza jurídica. A pesquisa bibliográfica embasou a abordagem quanto à área de atuação do jovem no mercado de trabalho contábil, ao considerar estudos já desenvolvidos, apesar dos mesmos estarem mais alinhados ao perfil que esse profissional deve possuir e às expectativas das organizações para com este. Por esta abordagem, o presente artigo permite uma caracterização da presença do jovem como contador registrado em carteira do trabalho, ou seja, como participante do mercado de trabalho formal, diante dos dados da RAIS.

O relatório de informações socioeconômicas RAIS demonstrou ser uma base de dados relevante para o relacionamento entre variáveis demográficas, com possibilidades de recortes setoriais e geográficos. A fonte de informação, mediante a análise quantitativa e descritiva dos registros de vínculo no período de 2008 a 2017, permitiu mensurar os dados pelas fontes estatísticas e revelar características desse profissional. Entre os dados apresentados, considera-se a área de atuação e os fatores econômicos, tais como a empregabilidade e a renda.

Pelos dados da RAIS foi possível identificar que nos últimos 10 anos, o ingresso de profissionais na área contábil aumentou. Tal fato também demonstra associação com o aumento das áreas de atuação para além da contábil. E tal aumento é ainda mais expressivo para as mulheres, que vêm ganhando mais espaço nessa área ao longo dos anos. A base de dados permitiu averiguar os setores nos quais o profissional é melhor remunerado, tendo como variável de análise a média do salário, que tem se alterado ao longo dos anos.

Mediante os resultados destaca-se a valorização da profissão contábil, pois a mesma regis-

tra aumento de empregabilidade no decorrer dos anos, mesmo para jovens que estão ingressando no mercado. Para pesquisas futuras sugere-se averiguar a perspectiva do novo profissional junto ao mercado, compreendendo suas expectativas de atuação e projeção profissional. Outra possibilidade, consiste em analisar se ao longo do tempo o profissional tem conseguido atingir o êxito em sua carreira e permear as adversidades encontradas no percurso dessa trajetória.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Rita de Cassia Silva; ECHTERNACHT, Tiago Henrique de Souza; BRITO, Carlos Alberto de Oliveira. Desenvolvimento de habilidades e competências para a prática contábil: uma pesquisa empírica numa instituição pública brasileira. *Revista de Informação Contábil*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 61-82, dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7868>>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- CUNHA, Leila Chaves *et al.* O PERFIL DO CONTROLLER SOB A ÓTICA DO MERCADO. *Revista de Informação Contábil*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 25-50, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7990>>. Acesso em: 01 maio. 2019.
- DIEHL, C. A., & Souza, M. A. (2007). Formação, certificação e educação continuada: um estudo exploratório do profissional contábil sob a ótica das empresas head hunters. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 4(3), 233-248
- IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. *Rev. contab. finanç.*, São Paulo , v. 16, n. 38, p. 7-19, Aug. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151970772005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abril 2019.
- LASSANCE, Maria Célia Pacheco. A orientação profissional e a globalização da economia. *Rev. ABOP*, Porto Alegre , v. 1, n. 1, p. 71-80, jun. 1997. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141488891997000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 abril. 2019
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2017
- MARIN, Tany Ingrid Sagredo, LIMA, Silene Jucelino; CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro. Formação do contador – o que o mercado quer, é o que ele tem? Um estudo sobre o perfil profissional dos alunos de Ciências Contábeis da FEA/USP. Belo Horizonte: *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Maio/Ago, 2014
- MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. RAIS - Relação Anual das Informações Sociais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- NEGRI, João Alberto de; CASTRO, Paulo Furtado de; SOUZA, Natalia Ribeiro de; ARBACHE, Jorge Saba. Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 25 p
- PIRES, C. B.; OTT, E.; DAMACENA, C. A formação do Contador e a demanda do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS). *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, v. 7, n. 4, art. 5, p. 315-327, 2010.
- RAIS. Relação Anual das Informações Sociais. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2019. Disponível em: < <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

A contabilidade e o mercado de trabalho: uma análise do perfil dos técnicos em contabilidade

Accounting and labor market: an analysis of the profile of accounting technicians

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Doutora em Ciência da Informação
josmaria@pucminas.br

Adalberto Jose da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis
betoremedios@gmail.com,

Aline Dayanne da Lomba

Bacharel em Ciências Contábeis
alinelomba@yahoo.com.br

Angela da Silva Estevão

Bacharel em Ciências Contábeis
angelaadm2005@yahoo.com.br

Claudia Cavalli

Bacharel em Ciências Contábeis
claudia.cavalli74@gmail.com

Flavio Souza Guimaraes

Bacharel em Ciências Contábeis
flavio_guimaraes@hotmail.com

Isabela Neres Brito

Bacharel em Ciências Contábeis
isabela.neres@yahoo.com.br

Josiane Alves Ramos Rocha

Bacharel em Ciências Contábeis
josyramos2009@hotmail.com

Laercio Hambruck Rosa

Bacharel em Ciências Contábeis
laerciohrosa@gmail.com

Marco Aurélio de Oliveira

Bacharel em Ciências Contábeis
marcoinfo@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo buscou analisar o perfil dos profissionais do cargo técnico em contabilidade, cuja Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) representa o código 3511, mediante dados disponíveis no Business Intelligence (BI) do Ministério do Trabalho, apurados através da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS). Mediante estruturação de dados dos anos de 2006 até 2017, apurou-se a atualização dos valores monetários, estatísticas e tendências, visando comparar os resultados ao longo de uma série histórica, observando a situação do emprego no mercado contábil brasileiro. A contabilidade está se modernizando e, cada vez mais, se adequando às exigências do mundo globalizado. Os profissionais da área contábil têm perspectivas de estabilidade e carreira, dois traços históricos fundamentais da qualidade do emprego. Sendo assim, o trabalho em referência aborda as condições contratuais de trabalho e o perfil do emprego do técnico em contabilidade por meio de uma análise longitudinal dos dados apresentados pelo mercado formal. Diante dos assuntos apresentados, designou-se a estabilidade na profissão a partir das variáveis geográficas, remuneração, entradas e saídas, faixa salarial, faixa de hora contratual, tempo de emprego, tamanho do estabelecimento, gênero, instrução, faixa etária, subsetor IBGE, subsetor e remuneração, além da natureza jurídica.

Palavras-chave: evolução. contabilidade. profissão. carreira. emprego.

Abstract

This paper approach about professionals profile in technical position accounting whose Brazilian Classification of Occupations (CBO) represents the code 3511, based on data available in the Business Intelligence (BI) of the Ministry of Labor, related at Annual Report of Social Information (RAIS). By structuring data from 2006 to 2017, the update of monetary values, statistics and trends was verified, comparing the results over a historical series, observing the employment situation in the Brazilian accounting market. Accounting is modernizing and increasingly adapting to the demands of the globalized world. Accounting professionals tend towards stability and careers, two fundamental historical traits of job quality. Thus, the work in reference addresses the contractual working conditions and the employment profile of the accounting technician through a longitudinal analysis of data provided by the formal market. Given the issues covered, stability in the profession was designated based on geographical variables, generation, entries and continuation, salary range, contractual time range, length of employment, size of establishment, gender, education, age group, subsector IBGE, subsector and remuneration, in addition to the legal nature.

Keywords: evolution. accounting. professional. career. job.

INTRODUÇÃO

Em função do constante avanço tecnológico e de maiores oportunidades de ingresso em cursos superiores, o mercado de trabalho vive uma nova era e algumas profissões apresentam a redução do número de trabalhadores, como é o caso dos técnicos em contabilidade. Esse estudo apresenta dados e informações, extraídos da base RAIS do Ministério do Trabalho e do Emprego, exibindo a trajetória deste trabalhador que tanto contribuiu e contribui para a contabilidade de um modo geral. Além disso, faz uma comparação com os cargos de contador e auxiliar de contabilidade.

A contabilidade é uma área que oferece uma série de profissionais espalhados nos vários setores da economia, desde auditores e peritos à auxiliares de contabilidade. Em todas essas profissões o zelo e o observar das normas estão presentes. Entres eles, está o técnico em contabilidade, objeto desta pesquisa. Na última década, o número de profissionais técnicos em contabilidade apresentou um forte declínio no mercado formal, inclusive com confirmação do envelhecimento da profissão. Esse profissional trabalha no dia-a-dia das instituições fazendo o trabalho de lançamentos, escriturações e cálculos, atuando como um suporte imediato do contador. Entretanto, ele não pode fazer perícias, revisão de balanços, responder tecnicamente (assinar) nem realizar auditorias.

No passado, para exercer a profissão de contador era necessário o curso de nível médio-técnico e o registro no CRC, no entanto, a partir de primeiro de junho de 2015, com o advento da Lei 12.249/2010, somente a pessoa graduada no curso de ciências contábeis passou a ter o direito de se registrar e responder como contador. Diante de todo esse cenário fica uma questão a ser avaliada e respondida onde, estaria em extinção a profissão do técnico em contabilidade? Em busca de trazer uma perspectiva para essa questão, ter-se-á uma análise sobre os aspectos geográficos, remuneração, entradas e saídas, faixa salarial, faixa de hora contratual, tempo de emprego, tamanho do estabelecimento, gênero, instrução, faixa etária, Subsetor IBGE e natureza jurídica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado e teve como balizadores os seguintes trabalhos: fatores determinantes da remuneração dos contadores; estabilidade e carreira da profissão contábil; emprego, estabilidade e carreira do contador brasileiro; o perfil do profissional contábil a partir da visão de professores e alunos de uma instituição de ensino superior; a evolução da contabilidade: seus avanços no Brasil e a harmonização com as normas internacionais; e perfil do profissional contábil do setor público: uma análise das capitais brasileiras e distrito federal.

O estudo realizado por Junior e Callado (2016) podemos notar que o investimento em capital humano e na sua qualificação é diretamente proporcional à remuneração do contador no nordeste brasileiro, uma vez que 90% dos profissionais que recebem acima de 8,01 salários mínimos possuem pós-graduação ou ensino superior completo. Os resultados a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, de 2014 do extrato da Região Nordeste Brasileira demonstrou que a remuneração do contador brasileiro no Nordeste o tempo de emprego, o gênero, o estado, o tamanho do estabelecimento, o regime tributário da empresa contratante e o segmento da empresa.

Por sua vez, Oliveira e Crivellari (2012) mostraram como está a estabilidade na profissão de contador em vários aspectos. Foi feito um estudo estatístico descritivo com base nos dados da RAIS (1985 a 2009) e RAISMIGRA, e da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD (2002,

2004, 2006 e 2008). Ficou demonstrado que a profissão vem crescendo, principalmente em empresas maiores (com mais de 100 funcionários). Além disso, o número de profissionais teve um alto crescimento no início do 3º milênio, sobretudo no setor privado, e um grande aumento da participação das mulheres na profissão.

Complementando, ao estabelecer uma comparação, Oliveira et al (2018) procederam uma análise longitudinal referente a estabilidade e a carreira dos profissionais da área contábil entre os anos de 1996 a 2016. Essa pesquisa também traz dados da RAIS e faz uma análise descritiva do mercado de trabalho formal do contador, auditor e perito contábil. O estudo esclarece que a faixa salarial dos contadores tem caído, pois no final do século passado a faixa que tinha maior número de profissionais era a dos que ganhavam mais de 20 salários mínimos (33%) e em 2016 e a que apresentou maior número de foi a de 2 a 5 SM (39%), seguida pela de 5 a 10 SM (30%). Essa pesquisa, entre outros resultados, mostrou também que a administração pública tem absorvido menor parte dos profissionais da área.

Os autores Agostini e Carvalho (2012) dedicaram seu estudo para entender os avanços da contabilidade, principalmente sobre dois aspectos, o avanço no Brasil e a harmonização com as normas internacionais. As autoras analisaram como as mudanças oriundas da contabilidade internacional vêm impactando a teoria e a prática contábil. Para isso utilizaram como ferramentas pesquisas bibliográficas e um estudo de caso com dois profissionais da área contábil. Em um dos estudos de caso, o entrevistado, técnico contábil, graduado em contabilidade com especializações, fala da importância do estudo continuado em função da necessidade de conhecimentos cada vez mais específicos.

Costa *et al.* (2018) identificaram o responsável pela prestação de contas na administração municipal das capitais brasileiras e Distrito Federal a fim de determinar o perfil profissional e indicar a remuneração bruta, analisada por capital e por região. Os resultados da pesquisa expressaram que a maioria dos profissionais tem nível superior e são do sexo masculino, atuando como servidores de carreira e com função comissionada, o que eleva sua remuneração. O perfil identificado denota que os contadores exercem cargos de liderança da área contábil, com perspectivas de remuneração no setor público. Costa *et al.* (2018) constataram que os homens ganham 15% mais que as mulheres, com remuneração bruta de R\$ 16.436,19 enquanto elas ganham em média R\$ 14.293,51.

METODOLOGIA

Esta pesquisa contempla uma abordagem descritiva, por mostrar um cenário que caracteriza a profissão analisada. Os dados foram tratados por estatística descritiva, por se tratar, na maioria dos dados, de informações agregadas disponibilizadas pelos sistemas do Ministério do Trabalho. Contudo, é importante ressaltar que as bases consultadas retratam o censo do mercado de trabalho formal brasileiro, sendo os dados de extrema relevância para as descobertas reveladas. Negri *et al.* (2001) afirmam que a RAIS é uma fonte confiável de análise do mercado formal de trabalho no Brasil, principalmente por sua natureza censitária, amplitude de informação, cobertura geográfica e dimensão temporal. A abordagem quantitativa desta pesquisa tem natureza descritiva, por buscar identificar as características das profissões analisadas, o que condiz com a definição de Richardson (1999).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados dados secundários, disponíveis na base da RAIS. A base RAIS foi obtida mediante autorização do Ministério do Trabalho e Emprego. As principais variáveis utilizadas pelos dados da RAIS consistiram em número de empregos, análise do

desemprego, rotatividade, análise da ocupação dos jovens profissionais, duração e intensidade do trabalho, tempo de permanência no emprego, natureza jurídica do vínculo empregatício, tamanho do estabelecimento empregatício, faixa etária dos profissionais, gênero dos profissionais, remuneração média dos profissionais, remuneração por hora contratada, remuneração versus tempo de emprego e taxa de crescimento do número de vínculos por subsetor IBGE.

Por meio do estudo da Relação Anual e Informações Sociais (RAIS) foram analisadas as informações transmitidas pelos empregadores de 2006 a 2017. As principais variáveis observadas consistiram em: gênero, faixa etária, rendimento médio, grau de instrução, tamanho do estabelecimento, vínculo e tempo de emprego e atuação segundo os setores da CNAE e do IBGE. O levantamento dos dados da RAIS contemplou os dados da família ocupacional 3511. Para consolidar os dados, foram utilizadas planilhas eletrônicas, no Microsoft Office Excel, o que também contribuiu para a elaboração dos gráficos e tabelas. O tratamento dos dados contemplou a análise estatística descritiva, uma vez que os dados são apresentados de forma agregada.

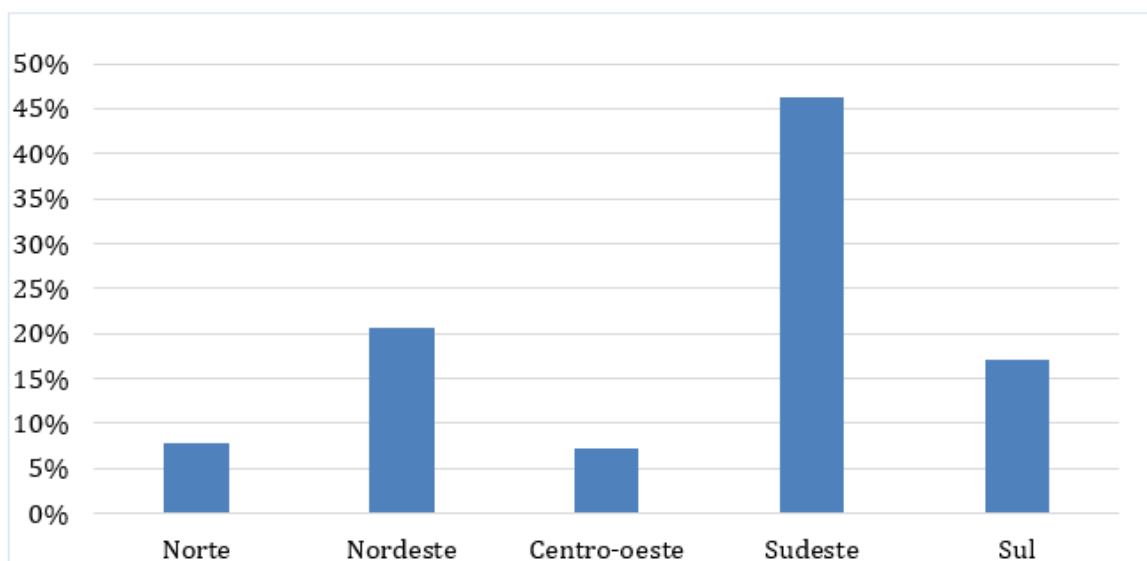
ANÁLISE E RESULTADOS

No intuito de compreender o perfil dos técnicos em contabilidade, foram analisados os dados apurados com base na RAIS (instituída pelo decreto nº 76.900 de 23/12/75), disponíveis no banco de dados do Ministério do Trabalho. Os dados estruturados compreendem os anos de 2006 até 2017, referente à Classificação Brasileira de Ocupações CBO 3511-05, que tem o título de técnicos em contabilidade.

Variáveis geográficas, remuneração, entradas e saídas e faixa salarial

Com base nos dados extraídos e compilados da RAIS é possível dizer que a região Sudeste apresenta a maior concentração dos técnicos em contabilidade. Analisando os dados por região, é possível observar no Gráfico 1, a primeira região com maior percentual de dos profissionais técnicos em contabilidade é a região Sudeste, com cerca de 45%, a segunda região com maior concentração de técnicos em contabilidade é a região Nordeste com cerca de 21%, sendo Pernambuco e Bahia os Estados com maior representatividade em todos os anos analisados. A terceira região com maior concentração de profissionais é a região Sul, que durante todo o período apresentou uma oscilação entre 11% e 7%, estabilizando em 8% em 2016 e 2017. A região com menor representatividade no Brasil, no período analisado, é a região Centro-Oeste, durante todo o período analisado se manteve em quase todos os anos com 7% da população dos técnicos em contabilidade. Em relação aos dados geográficos apurados, a tendência de concentração dos profissionais contábeis na região Sudeste é também observada para os cargos de contador e auxiliar contábil, onde não foram observados quaisquer indicativos relevantes de diferenciação.

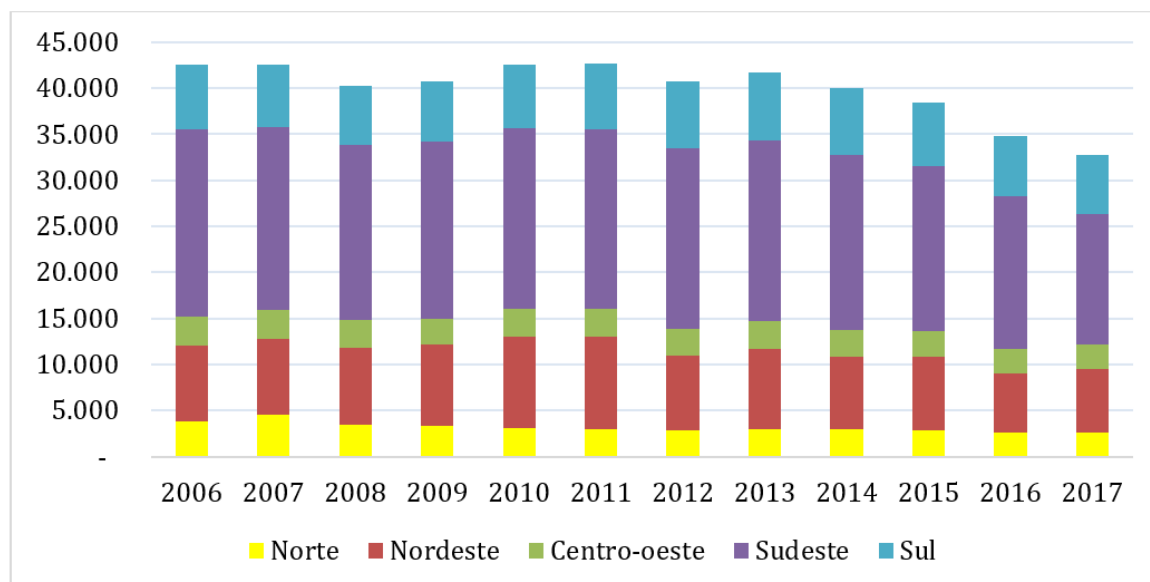
Gráfico 1 – Representação Percentual dos Técnicos em Contabilidade por Região Brasileira



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Ao longo do período analisado, a representatividade do técnico em contabilidade teve uma queda de 23,08% em 2017, em relação a 2006. Em 2006 a quantidade de profissionais técnicos em contabilidade era 42.521, em 2017 a quantidade caiu para 32.707, traduzindo o percentual de queda informado acima. Esta queda pode ser explicada pela instituição da Lei 12.249/2010, que estabelece o fim dos registros para a profissão de Técnico em Contabilidade, a partir daí somente os bacharéis em ciências contábeis terão seus registros reconhecidos, contudo, é necessária uma análise mais detalhada desta variável para ratificar tal fato.

Gráfico 2 – Representatividade dos Técnicos em Contabilidade por Regiões Brasileiras



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Uma vez que a região Sudeste é a que possui maior concentração destes profissionais, fazendo uma análise por Estado, é possível perceber conforme demonstrado na Tabela 1, que o Estado de São Paulo apresenta um número superior em relação aos demais Estados da região seguidos por

Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Estes números se explicam já que São Paulo do ponto de vista econômico é a maior capital do País, e foi responsável, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) pela geração de quase 10% dos empregos formais no país no último ano.

Tabela 1 - Representação por Estado da Região Sudeste em relação ao total

UF	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
MG	4.354	4.305	4.294	4.465	4.544	4.674	4.605	4.562	4.422	4.245	3.809	3.649
ES	802	835	738	758	782	797	699	757	770	717	616	611
RJ	3.982	3.807	3.924	4.036	3.955	3.945	4.156	4.209	4.301	3.967	3.646	2.868
SP	11.102	10.993	10.000	9.941	10.345	10.011	10.129	10.030	9.513	8.890	8.526	7.073
TOTAL	22.246	21.947	20.964	21.209	21.636	19.427	21.601	21.571	21.020	19.834	18.613	16.218

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

No que tange a variável remuneração, ao realizar uma comparação entre a remuneração ao longo dos anos de 2006 a 2017, houve uma redução no número de trabalhadores que atuam na área, que em 2006 era um total de 42521 e em 2017 passou a ser de 32707, queda de 23,08% representando 9814 empregos a menos. Nas faixas salariais de menor valor notam-se crescimento no número de profissionais em quanto nas faixas com salários mais elevados, foram detectadas quedas.

Tabela 2 – Faixa salarial dos Técnicos em Contabilidade

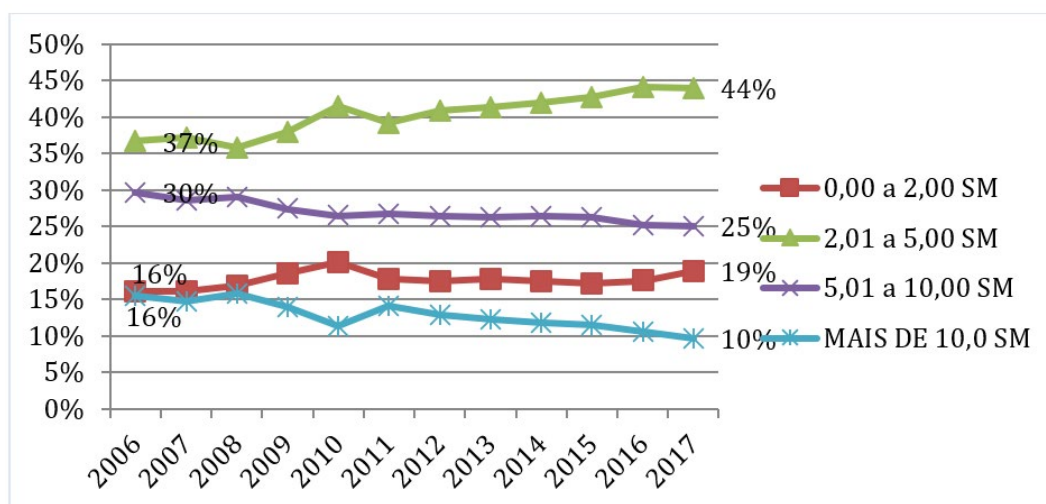
Natureza jurídica	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Média
0,00 a 2,00 SM	6852	6947	6787	7562	8545	7575	7109	7423	7025	6631	6123	6164	7062
2,01 a 5,00 SM	15597	16047	14417	15477	17652	16699	16656	17243	16818	16461	15363	14368	16067
5,01 a 10,00 SM	12596	12280	11724	11185	11277	11394	10741	10964	10570	10084	8770	8185	10814
MAIS DE 10,0 SM	6601	6369	6376	5682	4848	6004	5232	5086	4743	4424	3687	3159	5184
IGNORADO	875	1443	990	887	243	967	1008	947	897	897	923	831	909
TOTAL	42521	43086	40294	40793	42565	42639	40746	41663	40053	38497	34866	32707	40036

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Nas faixas salariais menores, faixa de 0,00 a 5,00 SM houve uma elevação no número de profissionais, em 2006 representavam 53% do total de trabalhadores, já em 2017 esse número já representava 63% do total, aumento de 10%. Na faixa salarial de 5,01 a 10,00 SM, houve queda expressiva, onde 2006 representavam 30% do total da remuneração em 2017 essa faixa passou a representar apenas 25%. A faixa salarial que concentra o maior número de profissionais, e a faixa de 2,01 a 5,00 SM que em 2006 representavam 37% e permaneceu nessa faixa em comparação a 2017, com uma elevação de 7% passando para 44%, demonstrando claramente a contratação de profissionais com menores salários.

O Gráfico 3 ilustra a movimentação da faixa salarial entre os anos de 2006 a 2017, o ano de 2010 demonstra que houve uma movimentação atípica com pico elevado nas faixas salariais de menores valores e também das faixas de maiores valores, principalmente na faixa de “MAIS DE 10,0 SM”. Já no ano de 2011 houve uma inversão dos trajetos, demonstrando uma tendência, vale ressaltar que nesse ano foi sancionada a Lei 12249/ 2010 que impôs condições aos técnicos de contabilidade.

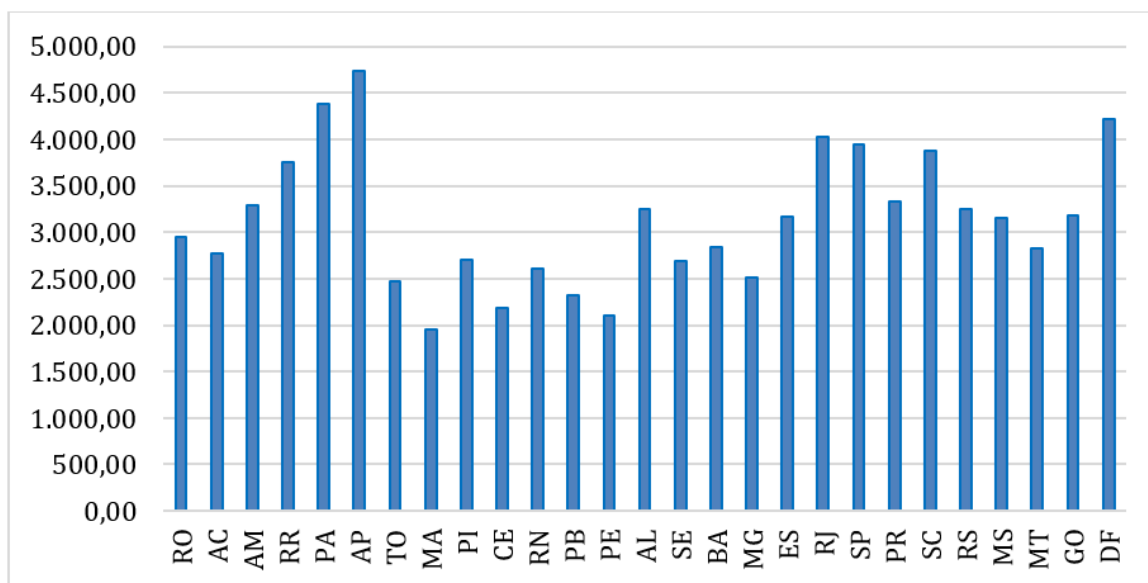
Gráfico 3 - Percentual total de profissionais por faixa



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS, vínculos - 2006 até 2017.

Pela análise de remuneração para os cargos de técnicos em contabilidade por estado (GRÁFICO 4) o estado do Amapá possui a média salarial mais alta, com valor de R\$4.742,42. Em segundo lugar o estado do Pará, com o valor de R\$4.387,75, e a menor média de remuneração foi identificada no estado do Maranhão, com o valor de R\$1.956,95.

Gráfico 4 - Média da remuneração dos técnicos em contabilidade por estado



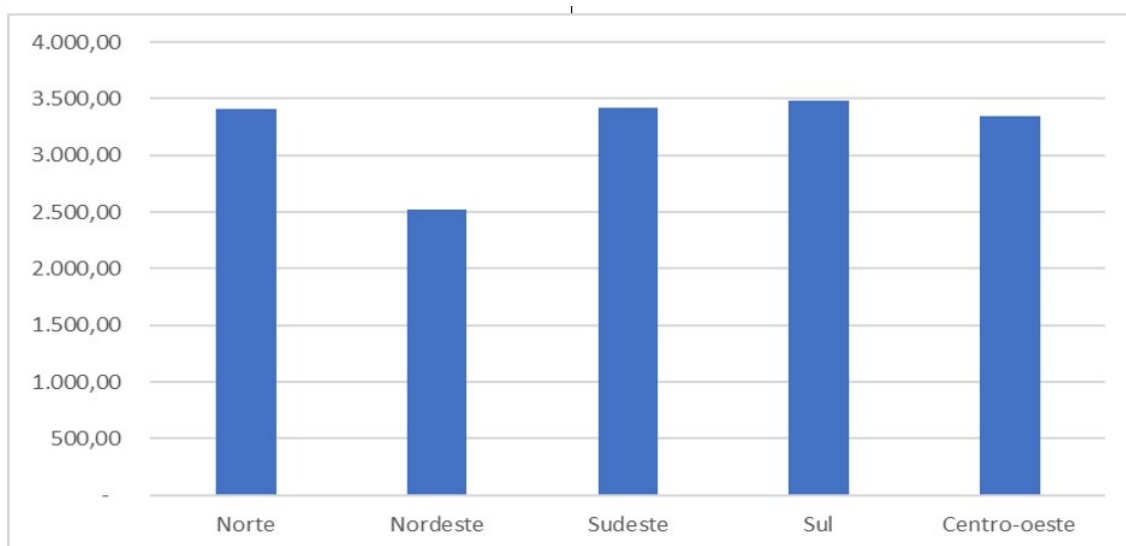
Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos - 2006 até 2017.

Conforme dados do gráfico 5, foi possível analisar que a remuneração dos técnicos em contabilidade possui médias próximas por região. A região sul com média mais alta no valor de R\$3.486,94, seguida da região norte com média no valor de R\$3.480,76, enquanto que a região nordeste possui a menor média, no valor de R\$2.516,69.

A função de técnico em contabilidade é de grande importância para o setor contábil e para as organizações, diante do aumento da concorrência, dos avanços tecnológicos, da complexidade da legislação, das obrigações acessórias como, nota fiscal eletrônica, SPED, EFD-REINF, E-social, entre

outras, e da necessidade de gestão contábil, é possível notar que o cargo possui remunerações expressivas, como por exemplo, nos anos de 2016 e 2017.

Gráfico 5 – Média da remuneração dos Técnicos em Contabilidade por região



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Chama atenção a saída de profissionais nos últimos anos. Não é possível afirmar que se trata de um cargo em extinção, mas é possível notar evidências de que a função foi redimensionada para um perfil profissional qualificado. Analisando ainda a movimentação dos profissionais, nos anos de 2006, 2007 e 2010, o cargo apresentou saldo positivo, com número reduzido de saídas e elevação nas entradas de profissionais. Já em relação aos demais anos, o saldo foi negativo, com mais saídas, não sendo positivo para a profissão. O mercado de trabalho para o técnico em contabilidade é bastante amplo. É possível atuar em instituições públicas e privadas, empresas prestadoras de serviços contábeis, bancos, estabelecimentos de ensino, escritórios de contabilidade e também como autônomo.

Com a lei 12.249/2010, onde após 2015 somente os bacharéis em ciências contábeis passaram a ter o direito de se registrarem, muitos profissionais passaram a procurar a graduação e assegurar o trabalho realizado e o emprego, já que muitos eram de formação técnica. Pode-se dizer que esse fator contribuiu para a redução dos referidos cargos, aumentando, assim, os contadores, onde as próprias organizações acabaram exigindo a formação de bacharelado como requisito para contratação e manutenção na área contábil.

Tabela 3 – Relação de entradas e saídas

Referência	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total de profissionais	42.521	42.560	40.294	40.793	42.565	42.639	40.746	41.663	40.053	38.497	34.866	32.707
Total de entradas	10.144	10.667	10.407	8.686	11.063	8.678	10.360	8.636	6.917	5.919	5.848	6.828
Total de saídas	9.075	9.819	12.420	9.420	9.682	10.182	11.382	10.177	9.636	8.589	8.454	7.080
Saldo	1.069	848	-2.013	-734	1.381	-1.504	-1.022	-1.541	-2.719	-2.670	-2.606	-252
% - entradas/total	23,86%	25,06%	25,83%	21,29%	25,99%	20,35%	25,43%	20,73%	17,27%	15,38%	16,77%	20,88%
% - saídas/total	21,34%	23,07%	30,82%	23,09%	22,75%	23,88%	27,93%	24,43%	24,06%	22,31%	24,25%	21,65%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Variáveis faixa de hora contratual, tempo de emprego e tamanho do estabelecimento

A fim de melhor elucidar as variáveis, foram agrupadas as quatro primeiras faixas (até 12 h, 13 a 15 h, 16 a 20 h, e 21 a 30 h) o que representa, em média, 10% dos trabalhadores. Já os outros 90% dos trabalhadores concentram-se nas faixas de horário de 31 a 40 h e 41 a 44 h, estando nessa última faixa o maior número de empregados. O número médio de empregados aumenta proporcionalmente à carga horária de trabalho. Desse modo, verificamos que, com o passar do tempo, enquanto na última faixa (41 a 44 h) há uma redução no número de funcionários com relação ao total, em contrapartida, na faixa anterior (31 a 40 h), ocorre um aumento no número de funcionários entre 2006 e 2017, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 4 – Faixa hora contratada em relação ao total de trabalhadores

Referência	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
12 a 30 h	12%	13%	11%	10%	11%	10%	8%	8%	8%	8%	8%	10%
31 a 40 h	31%	32%	34%	35%	34%	36%	37%	37%	37%	40%	41%	40%
41 a 44 h	57%	55%	55%	55%	55%	54%	56%	55%	56%	51%	51%	50%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

No que se refere ao tamanho do estabelecimento (TABELA 2) é nítida a diminuição no número de empregados, tanto nas empresas maiores como nas empresas menores. Entretanto, observando especificamente os anos de 2006 e de 2017, conforme Tabela 3, verifica-se que nas empresas maiores (mais de 100 empregados), a tendência é diminuir ou manter o quadro de funcionários, enquanto nas empresas com menos de 50 empregados, ocorre um leve aumento na porcentagem de trabalhadores.

Tabela 5 – Quantidade de empregados por tamanho de estabelecimento

Referência	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Menos de 50	13.626	13.144	12.749	13.019	13.547	13.784	13.787	13.871	13.613	13.208	12.349	11.548
Menos de 100	2.932	2.954	3.096	2.943	3.029	2.841	2.998	2.829	2.651	2.422	2.319	2.104
Acima de 100	10.180	9.942	9.635	9.638	9.667	9.444	9.281	9.090	9.166	8.043	7.327	6.828
Acima de 500	15.783	16.520	14.814	15.193	16.322	16.570	14.680	15.873	14.623	14.824	12.871	12.227

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Tabela 6 – Representatividade da quantidade de empregados por tamanho de estabelecimento

Referência	2006	2017
Menos de 50	32%	35%
Menos de 100	7%	6%
Acima de 100	24%	21%
Acima de 500	37%	37%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Ao analisar a tabela que demonstra a quantidade de profissionais, técnicos em contabilidade, por tempo de trabalho, no período de 2006 a 2017, percebem-se algumas tendências. Pode-se destacar a queda da quantidade de profissionais em quase todas as faixas de tempo de trabalho. A única

faixa que não apresenta queda é de 5 a 9,9 anos de trabalho, onde tem-se um crescimento de 10% de 2017 se comparado com 2006. A maior queda apresentada se deu na faixa de 1 ano a 1,9 anos, de 62% se comparado ao mesmo período. Tal diferença não se dá de forma tão expressiva se comparada à quantidade de funcionários por ano, onde se vê uma desaceleração de 23% de 2006 a 2017.

Tabela 7 – Relação tempo de trabalho e quantidade de profissionais

Referência	2006	2017	Variação
			2006 - 2017 (%)
0,0 a 2,9 Meses	2.128	1.056	-50
3,0 a 5,9 Meses	2.208	1.225	-45
6,0 a 11,9 Meses	3.754	2.847	-24
1,0 a 1,9 Ano	6.886	2.634	-62
2,0 a 2,9 Anos	3.176	2.297	-28
3,0 a 4,9 Anos	4.169	4.047	-3
5,0 a 9,9 Anos	5.797	6.391	10
10 anos ou mais	14.394	12.177	-15
Ignorado	9	33	267
Total	42.521	32.707	-23

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Pode-se notar também que os profissionais analisados permanecem por muito tempo nas empresas, uma vez que a faixa que apresenta maior concentração de profissionais é de 10 anos ou mais. Em sua menor frequência, destaca-se o ano de 2014, com 31% dos profissionais há 10 anos ou mais na empresa. Em 2017 temos o ápice da concentração, com 37% dos profissionais há 10 anos ou mais na empresa.

Tabela 8 – Distribuição dos profissionais por anos no cargo

Referência	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
10 Anos ou mais	14.394	14.381	14.353	14.141	14.487	14.133	13.202	13.124	12.353	12.550	11.845	12.177
Total	42.521	42.560	40.294	40.793	42.565	42.639	40.746	41.663	40.053	38.497	34.866	32.707
Proporção (%)	34	34	36	35	34	33	32	32	31	33	34	37

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Considera-se a redução dos técnicos em contabilidade no mercado, ao se comparar o total do ano de 2006 com o total do ano de 2017, percebe-se queda de 9.814 profissionais no mercado. É possível justificar essa queda com a profissionalização desses trabalhadores, mas principalmente com o incremento da tecnologia, que através dos sistemas de informação reduziu a necessidade de pessoas, como os técnicos em contabilidade.

Tabela 9 – Comparação da quantidade de profissionais

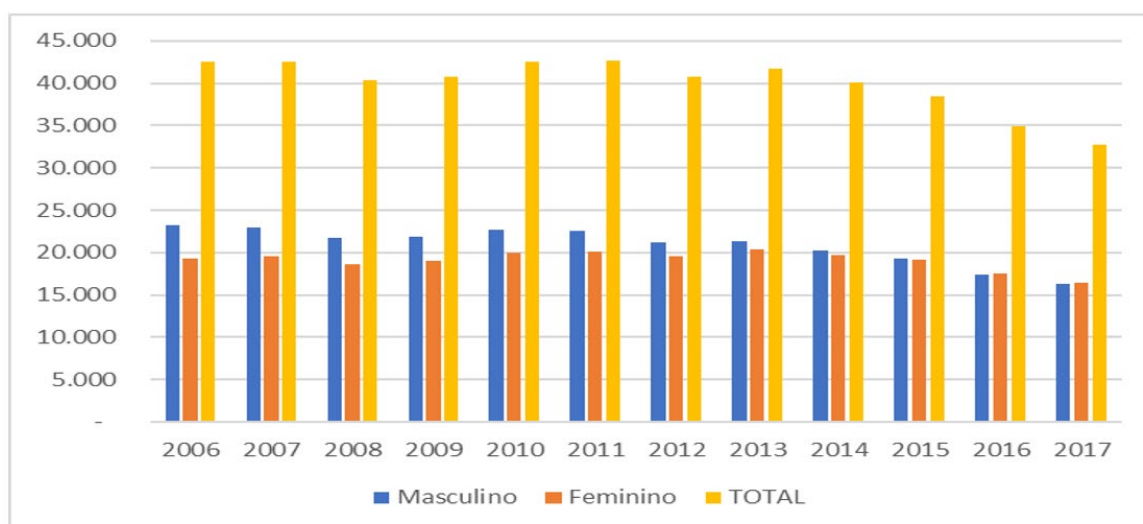
Anos	2006	2017	Variação QNT	Variação %
Total	42.521	32.707	9.814	-23

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Variáveis gênero, instrução e faixa etária

Na análise de gênero, nota-se o aumento da feminização para o cargo em análise, já que a proporção das mulheres atuando como técnico de contabilidade, em relação ao total, apresentou ligeiro aumento. O que de fato chama a atenção é a diminuição desse cargo no mercado de trabalho. Logo, mesmo que a proporção tenha apresentado leve aumento, o número de mulheres, comparando 2006 e 2017, caiu. É fato afirmar que o marco da mudança desse cenário ocorreu no ano de 2012 e 2013, onde se percebe maior variação na feminização, próximas de 3% de aumento de um ano para o outro. De 2006 até 2011 o número de profissionais do sexo masculino foi predominante. A partir de 2012, nota-se um considerável equilíbrio, chegando em 2017 com números bem próximos, sendo que, apenas nos anos 2016 e 2017 as mulheres superaram os homens no cargo.

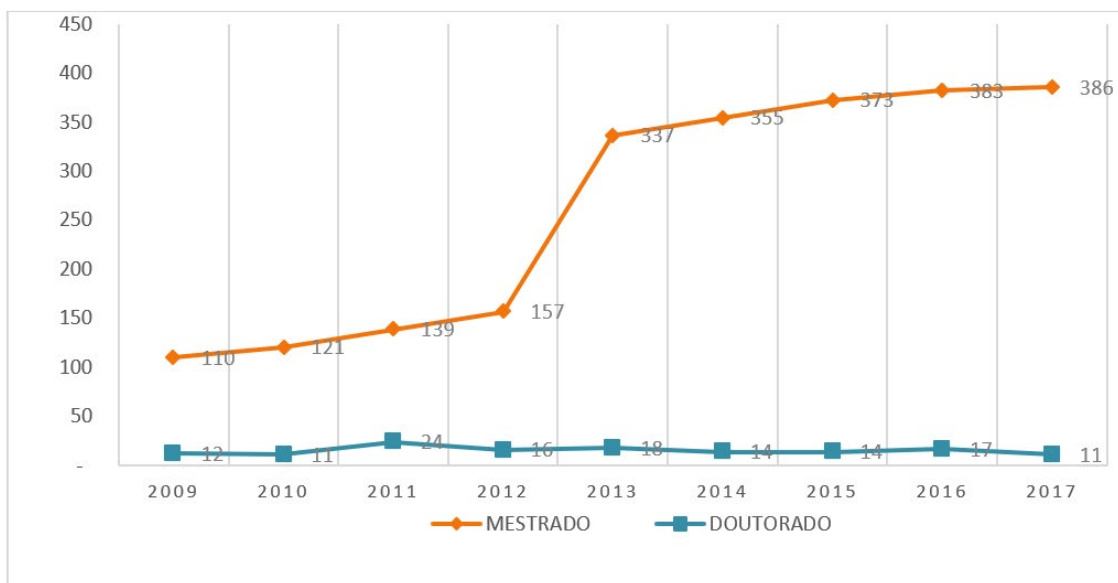
Gráfico 6 - Distribuição por gênero do técnico em contabilidade no Brasil de 2006 a 2017



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos - 2006 até 2017.

A presença de profissionais com mestrado é uma variável interessante na análise. Considerando que o cargo está relacionado ao nível técnico, notar o aumento de profissionais nesse nível de instrução merece destaque. O perfil de técnico em contabilidade com mestrado iniciou no ano de 2009 com 110 profissionais, para um total de 40.793, representando apenas 0,27%. Já em 2017, esse perfil apresentou 386 profissionais em um total de 32.707, representando 1,18%. O grau de instrução doutorado ainda é ínfimo e foi considerado para efeito de reflexão e pelo fato de se fazer presente, apesar de pouca notoriedade, com pico no ano de 2011 e queda em 2017. E isso pode representar uma busca pela especialização na área contábil ou a busca por formação em outras áreas.

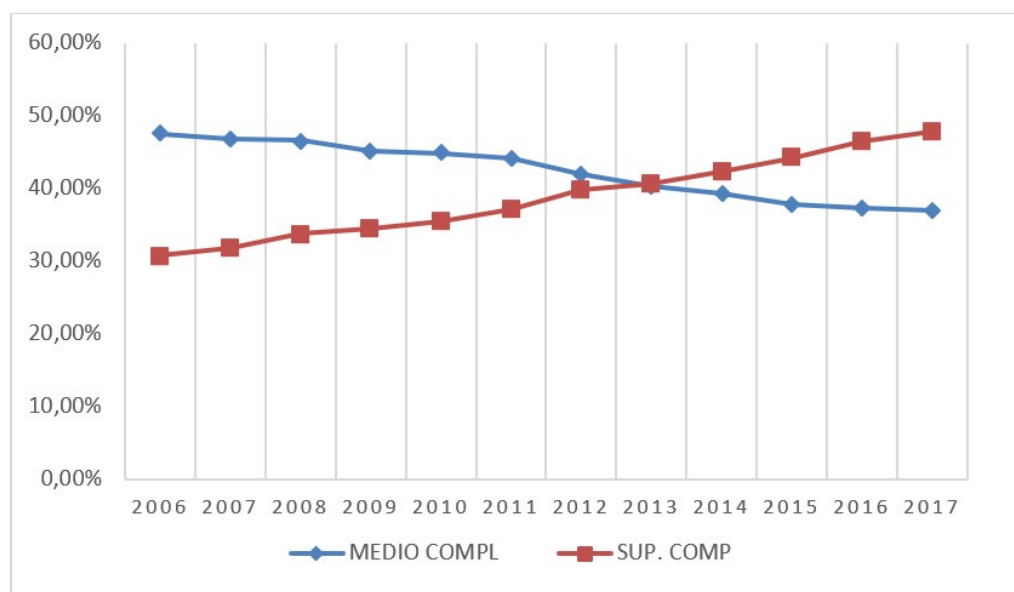
Gráfico 7 – Nível de instrução de mestrado e doutorado



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2009 até 2017.

A análise do grau de instrução médio e superior completo reforça a tendência de popularização do ensino superior no Brasil. Enquanto os profissionais com ensino médio completo apresentaram redução na presença como técnico em contabilidade, aqueles com graduação completa passam a se destacar. A expansão do ensino superior no Brasil e os incentivos do CFC colaboraram para esse aumento, na medida em que facilitam o acesso à faculdade para o grau de bacharel, especialmente ao analisar a proporção. Isso mostra que os contadores formados em nível superior estão cada vez mais ocupando os cargos de técnicos em contabilidade, isso pode ser dado pela Lei 12.249/2010. O fato é que ambos os graus de instrução – médio e superior completo – são posições de destaque, predominando sobre os demais em todos os anos de análise, reforçando o retorno do investimento em qualificação.

Gráfico 8 – Proporção do crescimento do nível superior

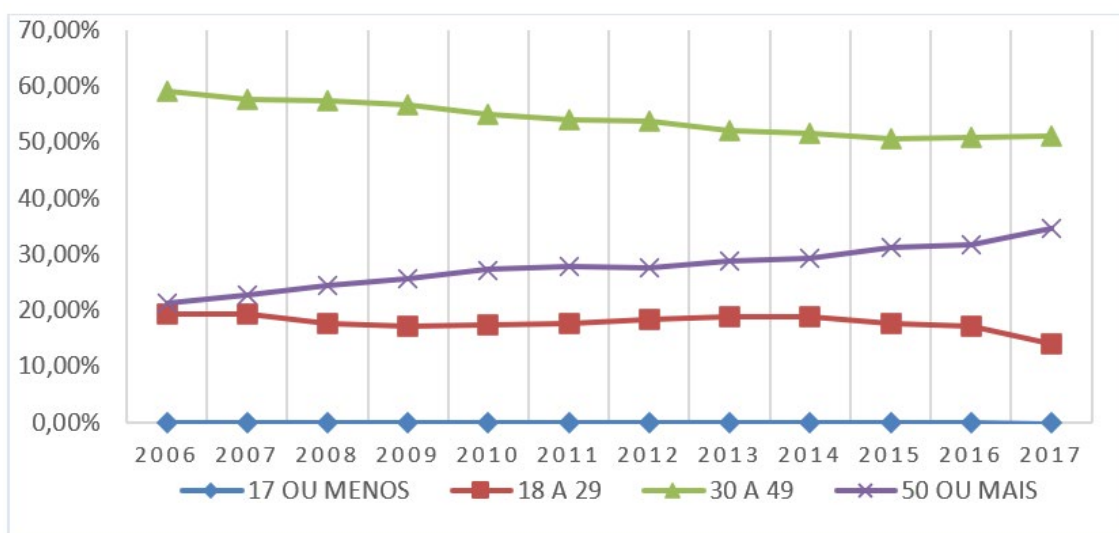


Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

A concentração de técnicos em contabilidade, no que se refere à faixa etária, fica na faixa dos 30 aos 49 anos, e também é visível o aumento do número de profissionais com mais de 50 anos, isso retrata um perfil de profissional maduro, uma estabilidade profissional para os que a exercem e o interesse dos mesmos em se manter no cargo, demonstrando também certo grau de envelhecimento. O destaque dessa variável de análise fica com a presença, a cada ano mais relevante, de profissionais na faixa de 50 anos ou mais. O aumento é relevante perante o cenário que alude a previdência social e a postergação da aposentadoria dos brasileiros, esse tipo de tendência traz uma esperança para os profissionais.

O fato do aumento desses profissionais com mais de 50 anos é interessante, pois é a única que cresceu, olhando pela proporção, dentro da categoria. Isso reforça a ideia de que cada vez mais os técnicos em contabilidade estão ficando mais maduros e perenes na sua profissão. Como as vagas diminuíram 23% no período de 2006 a 2017, e as faixas que demonstraram mais queda foram a dos mais jovens, isso mostra que essas vagas que estão sendo subtraídas seriam as dos entrantes na profissão.

Gráfico 9 - Comparativo de faixa etária

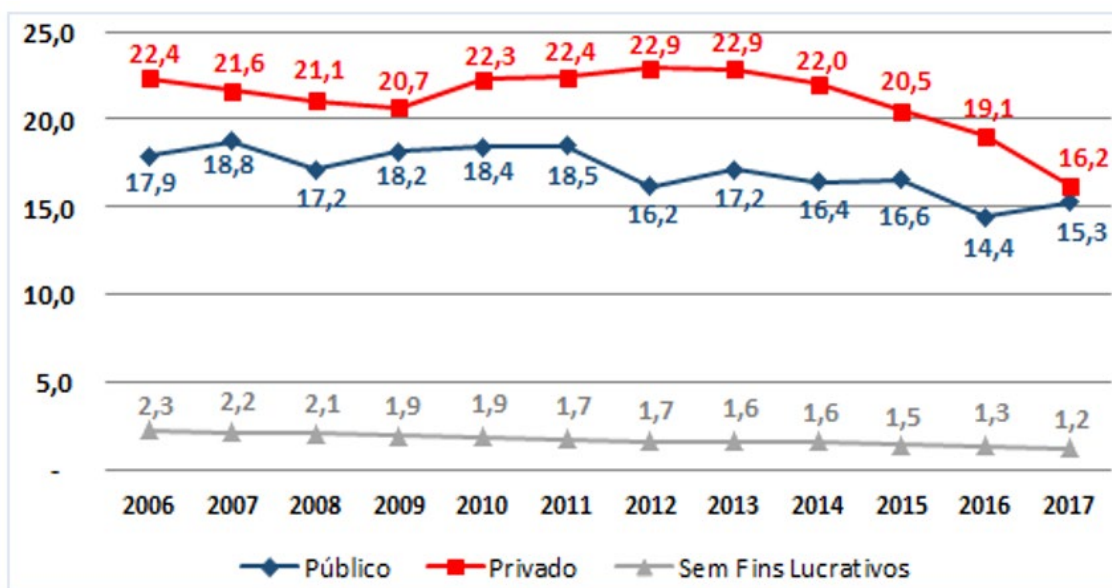


Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos - 2006 até 2017.

Variáveis subsetor IBGE, subsetor e remuneração e natureza jurídica

A comparação entre os setores de atuação da contabilidade, desagregando-os entre setor privado, público e sem fins lucrativos expõe o decréscimo com relação ao número de profissionais nos últimos dez anos na ordem de 23%, sendo 15% no setor público, 27% no privado e 46% nas entidades sem fins lucrativos. Conforme Gráfico 10, houve um decréscimo com relação ao número de profissionais nos últimos dez anos na ordem de 23%, sendo 15% no setor público, 27% no privado e 46% em entidades sem fins lucrativos.

Gráfico 10 – Natureza jurídica



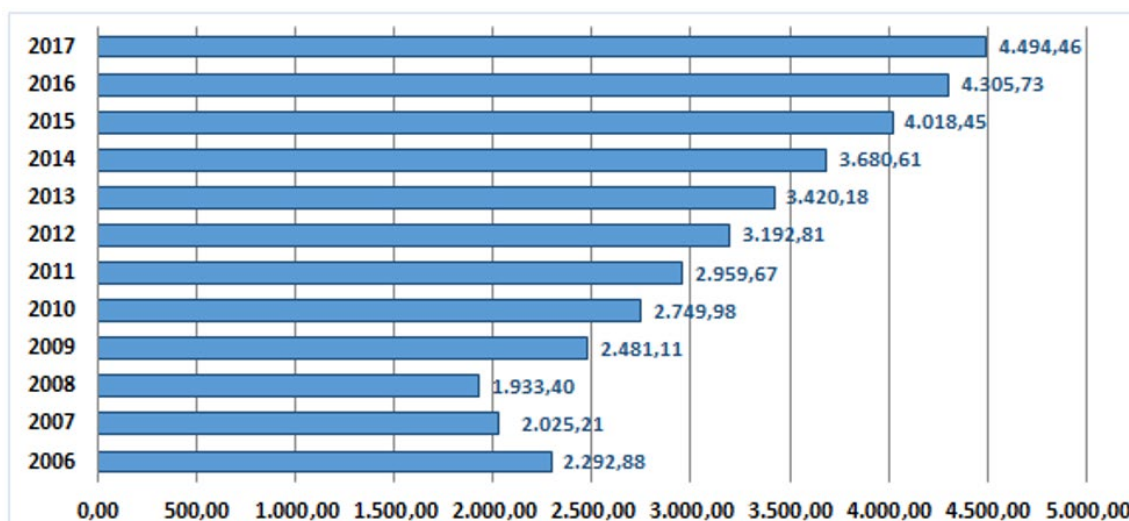
Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Diante dos fatos apresentados, avaliou-se de forma desagregada o número de profissionais técnicos em contabilidade, atuantes por setor, frente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos últimos dez anos, onde apenas os setores atrelados ao ensino apresentaram crescimento no número de profissionais. Nota-se que o setor que mais apresenta técnicos em contabilidade é a administração pública mantendo uma média de 31% dos profissionais entre 2006 e 2017.

Em função da instabilidade econômica na qual o Brasil se encontra, o setor contábil passou a sofrer muito mais pressão por parte das empresas. Isso porque as demandas do mercado se tornaram muito mais exigentes e o relacionamento entre prestadores de serviços e clientes tornou-se mais minucioso. É preciso que o controle de custos seja ainda mais rigoroso e que as análises financeiras e o processamento de dados sejam ainda mais criteriosos. Tudo isso, para que os gerentes consigam tomar decisões baseadas em informações confiáveis. Dessa forma, o profissional de contabilidade assume uma função até então nova e de grande responsabilidade.

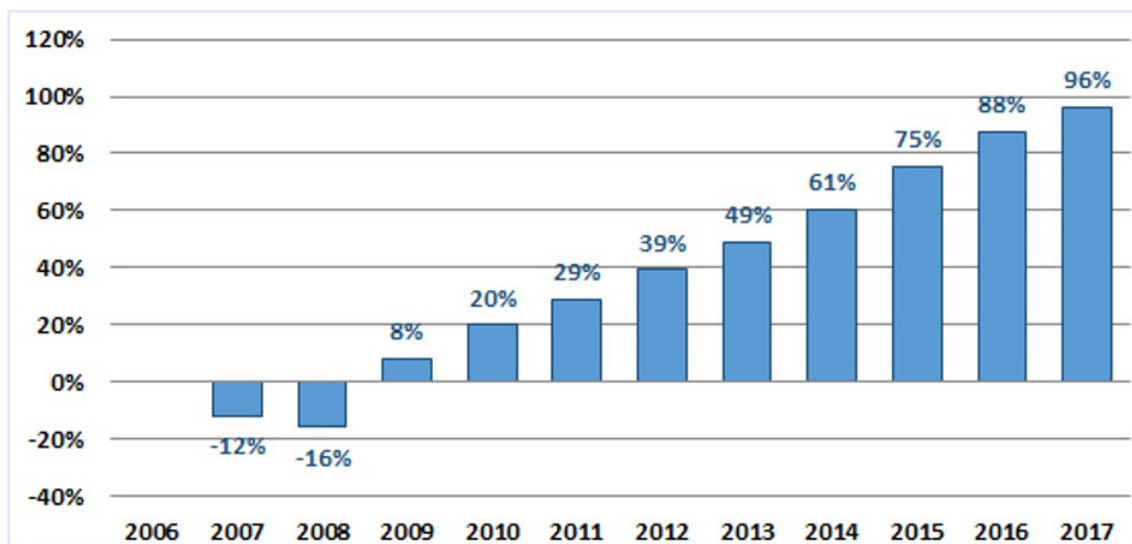
Considerando o incerto cenário de mudanças, surge no ramo contábil a necessidade de um profissional que assuma cada vez mais um perfil estratégico, que passe a enxergar o negócio como um todo contribuindo para além do seu setor específico. Ele deve estudar mais sobre legislação, ser capaz de gerar economia e atuar de forma estratégica junto à equipe comercial. Já aqueles que ocupam cargos de média gerência precisam estar preparados para assumir mais responsabilidades e acumular funções estratégicas e transacionais. Os setores nos quais os profissionais estão inseridos, nos últimos dez anos, ao corrigir os salários frente à inflação dos períodos, percebe-se um aumento exponencial na remuneração com média de 96% de aumento acumulado. O profissional passou a ganhar de R\$ 2.292,88 em 2006 para R\$ 4.494,46 em 2017.

Gráfico 11 – Remuneração média sectorizada



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

Gráfico 12 – Evolução percentual da remuneração por setor



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos de RAIS Vínculos – 2006 até 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da contabilidade demonstra que seu progresso sempre esteve elencado ao desenvolvimento econômico da sociedade. Tornou-se com o tempo, um meio indispensável para adquirir informações financeiras fidedignas no processo de tomada de decisão das empresas. Atualmente, a contabilidade encontra-se em um processo de evolução que acarreta mudanças significativas nos processos contábeis, cabendo aos profissionais, novas adaptações com intuito de atender a demanda e fortalecer a profissão. Sendo assim, este artigo buscou apurar e analisar as variáveis sobre o cargo Técnico em Contabilidade baseado nas informações obtidas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O técnico em contabilidade é o profissional que cuida de toda a parte contábil-financeira, realizando a escrituração contábil e fiscal, registros e lançamentos contábeis de transações financeiras.

ras, cálculo de impostos, juros e taxas, acompanhamento de contas, receitas e despesas, elaboração de demonstrativos financeiros e balancetes, análise de contas patrimoniais e controle patrimonial, além de ser o responsável pela prestação de contas da instituição, mas não pode responder como contador. Após levantamento e apuração dos dados, gerando uma análise comparada observou-se as tendências no atual mercado para os referidos profissionais – diminuição de cargos, maiores entradas com salários menores, concentração de profissionais em regiões estratégicas do Brasil, presença destacáveis de profissionais em faixas etárias mais elevadas, dentre outros.

A análise comparada da profissão entre analista e contador, denota que ambos profissionais devem priorizar a efetividade, atuar com qualidade e com capacidade de articular entre teoria e a prática contábil, desenvolvendo conhecimentos sobre o registro e controle do patrimônio de empresas, tanto do setor público como do setor privado. Além disso, cabe destacar a importância de oportunizar uma nova formação na área de gestão, com ênfase em contabilidade estratégica, oferecendo suporte técnico para o desenvolvimento de competências, atuando com ética para se envolver ativamente para o crescimento da profissão, em um mercado de trabalho dinâmico e competitivo.

Os técnicos em contabilidade, chamados também de contabilistas, possuem características de profissionais que lidam com a área financeira, econômica e patrimonial. Essas características baseiam-se a um perfil ético, capaz de lidar com diversas situações, ao comprometimento de ser um profissional devidamente atualizado e eficaz à contabilidade digital sendo que a tecnologia na contabilidade vem trazendo mudanças como o SPED e o E-Social. A pesquisa moldou-se em desenhar o cenário de um profissional com grandes possibilidades e empregabilidade no atual mercado e focar no que de fato é necessário para que os técnicos em contabilidade e demais profissionais contábeis continuem prosperando na sociedade. No momento, percebe-se uma adequação e adaptação ao novo cenário de trabalho e emprego, atentando não apenas às demandas do fisco, mas a atuação em parceria com os gestores das empresas.

As possíveis limitações apresentadas se relacionam a possíveis técnicos, anteriormente registrados, que atuam como responsáveis técnicos (contadores) no mercado. O que de fato pode ser possível em função da média de faixas etárias desses profissionais, que se registraram no passado, antes da mudança da legislação, e tem vasta experiência prática. Para novos estudos recomenda-se levantar os atuais técnicos registrados no Conselho Federal de Contabilidade, que começaram a carreira antes da exigência legal da graduação.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, C.; CARVALHO, J. T. A Evolução da Contabilidade: Seus Avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais. Instituto de Ensino Superior Tancredo de Almeida Neves. Armário de Produção. Ano 1. N.1, Out. 2012.

ARBACHE, Jorge Saba. Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, 25 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Decreto n. 9.295/46, de 27 de mai. de 1946. Conselho Federal de Contabilidade e do Conelhos Regionais, Rio de Janeiro, RJ, maio de 1946.

BRASIL. Ministério do Trabalho: Bases Estatísticas RAIS e CAGED. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id/caged_rais_vinculo_basico_tab.php>. Acesso em: 03, abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho: Classificação Brasileira de Ocupações CBO. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>>. Acesso em: 15, abr. 2019.

BUESA, Natasha Young. A evolução histórica da contabilidade como ramo do conhecimento. Revista Eletrônica Gestão e Negócios. São Paulo, n. 1, 2010. Acesso em: 28, mai. 2019.

COSTA, da, Flávia Batista e outros. Perfil do profissional contábil do setor público: uma análise das capitais brasileiras e distrito federal. Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador-Bahia. V. 12, N. 1, Pág. 74-92, jan-abr 2018.

DEITOS, Maria Lúcia Melo de Souza. A formação do profissional de Ciências Contábeis num contexto de permanente inovação nos processos produtivos. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 170, p. 79-91, março/abril 2008.

FERNANDES, Pollyana Bicalho Fernandes; FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna; OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro de; PAULA, Bruno Bitencourt de; SILVA, Elem Cassimiro. Estabilidade e carreira da profissão contábil: uma análise longitudinal de 1996 a 2016. Disponível em: <<https://pucminas.instructure.com/courses/1683/files/219486/download?wrap=1>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

LEAL, Paulo Henrique; COSTA, Benedito Manoel do Nascimento; SANTOS, Bruno Figueiredo dos. O perfil do profissional contábil a partir da visão de professores e alunos de uma instituição de ensino superior. Revista Unemat de Contabilidade 2, Tangará da Serra, v. 6, n. 11, art. 3, p. 45-65, 2017.

NEGRI, João Alberto de; CASTRO, Paulo Furtado de; SOUZA, Natalia Ribeiro de; ARBACHE, Jorge Saba. Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, 25 p.

OLIVEIRA, Hugo Moreira de; SILVA, Júlio Orestes da. Perfil do Profissional Contábil: um Estudo de suas Habilidades. 2013. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140425105314.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

OLIVEIRA, Josmária Lima Ribeiro de; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Estabilidade e Carreira Profissional: estudo comparado entre Bibliotecários, Contadores e Analistas de Tecnologia da Informação. Revista Informação & Sociedade: Estudos. João Pessoa, v.24, n.3, p. 145-157, set./dez. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SA, Antonio Lopes de. A Evolução da Contabilidade. 2 edição, Editora Saraiva, 2009

SANTANA JUNIOR; Gilvan Medeiros de; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Fatores determinantes da remuneração dos contadores: um estudo exploratório no nordeste brasileiro. Revista de Gestão Organizacional, v. 9, n. 3 (2016). Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/viewFile/3349/2306>>. Acesso em: 27, mai. 2019.

SÓ CONTABILIDADE. Diferença entre Contador e Técnico Contábil. 2019. Disponível em: <https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/contador_tecnico.php>. Acesso em: 25 mai. 2019.

VIEIRA, Maria das Graças. A ética na profissão contábil. São Paulo: Thomson, 2006.

O impacto econômico e financeiro da COVID-19 no setor educacional privado em empresas listadas na B3

COVID-19's economic and financial impact on the private education sector in companies listed on B3

Mario da Silva Alves

Graduado em Ciências Contábeis pela PUC MG

mario29silva@gmail.com

Ana Carolina Vasconcelos Colares

Doutoranda e Mestre em Contabilidade e Controladoria pela UFMG

Professora Assistente do Departamento de Contabilidade da PUC MG

carolinacolares@pucminas.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objeto de estudo compreender os impactos financeiros e econômicos decorrentes da pandemia do Covid-19 em empresas do setor educacional no ano de 2020 listadas na B3 por meio de indicadores econômico-financeiros. A metodologia utilizada da pesquisa é descritiva, bibliográfica e documental por meio da análise de livros, artigos e relatórios de demonstrações contábeis das empresas Anima, Bahema, Cruzeiro do Sul, Cognia, Ser Educacional e Yduqs, justificado por serem companhias de capital aberto, terem um certo nível de governança corporativa e o dever de mostrar transparência aos Stakeholders. Os instrumentos de coleta de dados foram obtidos através dos websites das companhias na aba de “Relações com Investidores”, no qual contém os releases, apresentações de resultados com a mensagem da administração, justificativas de desempenho e impactos operacionais causados pela pandemia da Covid-19. Para se elaborar e analisar os resultados, foram realizados os cálculos dos índices econômico-financeiros dos anos de 2018 a 2020 e a elaboração de tabelas, além de parágrafos de justificativa de acordo com o relatório financeiro anual divulgado pela companhia. Foi constatado por meio do estudo e análise das demonstrações contábeis que a Covid-19 gerou em 2020 impactos no setor educacional de forma geral referentes à tecnologia, além de aspectos específicos como o parecer de auditoria, nos indicadores financeiros e econômicos, na perda estimada de crédito de liquidação duvidosa e no desempenho das ações.

Palavras-chave: demonstrações contábeis. covid-19. setor educacional. impactos.

Abstract

This research has as its object of study of comprehend the financial and economic impacts from the Covid-19 pandemic in companies from educational sector in 2020 year that are listed in B3 through economic-financial indicators. The methodology used from the research is descriptive, bibliographic and documentary through analysis from books, articles and financial statement reports from the companies Anima, Bahema, Cruzeiro do Sul, Cognia, Ser Educacional and Yduqs, justified for being open capital companies, have a certain level of corporative governance and the duty to show transparency to Stakeholders. The data collection instruments were obtained through of companies websites on the tab of “Investor relations”, which has the releases, results presentations with the administration message, justifications of performance and operational impacts caused by the Covid-19 pandemic. To elaborate and analyze the results, it were done the accounting-financial ratio calculations of 2018 to 2020, tables, besides of justifications paragraph in according to the financial annual report disclosed by the company. It was evident through study and accounting statement analysis that the Covid-19 generated impacts in a general way related to the technology, besides specific aspects as on the audit report, financial and economic indicators, beside of provision for doubtful accounts and on the stocks performance.

Keywords: accounting statements. covid-19. educational sector. impacts.

INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis é utilizada para observar a real posição e evolução financeira e econômica de uma companhia (BAZZI, 2016), que por meio da utilização de técnicas específicas como a análise vertical, a análise horizontal e os indicadores contábeis, pode ser possível analisar os números de empresas de forma mais assertiva em diferentes aspectos os quais serão abordados, e enquadrando no contexto atual da Covid 19, analisar os reais impactos econômicos e financeiros que a mesma ocasionou no setor educacional privado no ano de 2020.

Introduzindo sobre a doença Covid 19, originada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), ela foi descoberta no final de 2019 na cidade de Wuhan, China e após o aumento acelerado do número de infectados e propagação global para outros países, e conforme matéria publicada a respeito deste assunto por Moreira e Pinheiro (2020), a OMS (Organização mundial da Saúde) declarou em 11 de março de 2020 em que a doença é considerada uma pandemia.

Dessa forma, alguns países da Europa e ao redor do mundo a fim de mitigar o risco de propagação e de mortalidade da doença, tiveram de intensificar mecanismos para o combate ao contágio, tais como higiene pessoal e o isolamento social, e em casos mais rígidos, a instauração de um lockdown, o que significa uma versão mais rígida do distanciamento social e essa recomendação se torna obrigatória em alguns países e estados.

Além da crise de saúde que a pandemia trouxe, ela também ocasionou uma crise econômica mundial de alta intensidade, pois com a adoção de um isolamento social rígido e com a restrição de viagens e outras atividades, conseqüentemente, alguns países permitiram o funcionamento apenas de serviços essenciais à população como supermercados e farmácias, o que fez com que algumas empresas de outros setores mais afetados como o turismo, demitissem uma boa parte do seu quadro de funcionários a fim de minimizar o impacto da pandemia pela queda das receitas.

No Brasil, o primeiro caso de Coronavírus ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, segundo a confirmação do Ministério da Saúde, e até o final do mês de junho o país já se tornara um dos epicentros do vírus, junto com os Estados Unidos, e também sofreu vários impactos econômicos decorrentes da pandemia em diversos setores, incluindo o setor educacional, que será o setor estudado nesta pesquisa.

Em um contexto geral, uma crise econômica gera uma desaceleração que segundo Dweck (2020, p.6) se deve a três componentes da demanda final: “as exportações, o consumo das famílias e os investimentos”. Desta forma, setores menos cíclicos tendem a ser pouco impactados por crises econômicas, pois são produtos essenciais à população, como o setor elétrico e o de alimentos, e setores mais cíclicos como o educacional privado tendem a ser mais impactados, visto que não é possível o consumo da oferta do setor pela população em sua maioria, pois nestes momentos a renda em geral da sociedade tende a diminuir. Diante disso, é válido compreender neste momento de crise, se o setor educacional privado conseguiu contornar este cenário, bem como se teve impacto mínimo, bem como observar se a tendência de desempenho deste setor acerca de consumo nas crises econômicas se concretizou ou não, por meio da utilização de técnicas de análise das demonstrações contábeis. No que tange à presente pesquisa, pretende-se compreender os impactos operacionais, financeiros e econômicos decorrentes da pandemia do Covid 19 em empresas do setor educacional privado da B3 no ano de 2020, comparativamente com os períodos anteriores.

A pesquisa contribuirá para as empresas sobre uma possível análise de preparação para futuras crises econômicas que poderão acontecer, ou seja, ela poderá melhorar o que já está no escopo de seu negócio, bem como entender e analisar o impacto de uma variável inesperada nessas demonstrações que é a pandemia do Covid 19, mostrando como foi a reação do caixa da companhia, suas atividades operacionais, bem como se houve inovação para enfrentar os problemas decorrentes da pandemia. Para os investidores, haverá uma contribuição adicional no que tange à análise dos investimentos nessas companhias, pois serão explanados na pesquisa o desempenho recente dessas empresas através da análise das demonstrações econômicas e financeiras, dos relatórios de auditoria e gráficos do comportamento das ações, o que dará aos investidores maiores informações sintetizadas para ajudar na viabilidade ou não de escolha do investimento nessas ações.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Covid 19 na economia mundial e brasileira

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, a Covid-19, originada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), foi descoberta em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China e com a alta propagação e número de casos acelerado ao redor do mundo, a OMS em 11 de março classificou a mesma como pandemia. Já se é noticiado nas pesquisas e na mídia, que a maioria dos países por virtude da pandemia, estão sofrendo com problemas sociais, humanitários, sanitários e econômicos, pois ela gerou uma crise sem previsibilidade e que não existe fronteira para a conter de forma eficaz, o que ocasiona em desafios para governos, empresas e milhões de pessoas pelo mundo. Para se ter noção desta perspectiva em um viés econômico, o real teve uma alta desvalorização, o qual foi a moeda com pior desempenho entre as 30 moedas mais negociadas do mundo, conforme pesquisa elaborada pela Fundação Getúlio Vargas em 2020 e divulgada na BBC Brasil. Isto é explicado também pela maior aversão a risco dos investidores, pois em momentos de alta instabilidade econômica e volatilidade, eles tendem a aplicar seu dinheiro em mercados mais seguros e com moeda forte como os Estados Unidos com o dólar.

O impacto no setor educacional e seus desafios

A Covid-19 ocasionou um enorme choque no setor educacional não só no Brasil, mas sim em todo o mundo. Milhões de estudantes, seja do ensino básico fundamental e superior tiveram de aderir ao regime remoto em um curto espaço de tempo, e além disso, algumas escolas que ignoraram a modalidade EAD (ensino à distância) tiveram de se adaptar a esta nova perspectiva para não ficarem fora do mercado. Nogueira (2020, p.1) afirma que “em poucos dias, gestores educacionais tiveram de adotar na prática o que muito se ensina a respeito de adaptabilidade e resiliência, alterando de maneira drástica seus negócios e suas relações com os corpos docente e discente”. O autor ainda enfatiza que a pandemia antecipou o futuro com este novo modelo que estava prestes a acontecer, pois foram citados dados divulgados pelo MEC (Ministério da Educação) que esta modalidade estava em ascensão pois em 2018, 45% dos novos alunos do ensino superior em um universo de 2,9 milhões de alunos aderiram ao ensino a distância. Um dos grandes desafios citados está relacionado à dificuldade de os alunos manterem a disciplina e concentração, além da influência da desigualdade social, pois há a dificuldade de acesso e conexão às plataformas, bem como o ambiente sociofamiliar que o aluno se encontra, como por exemplo à adaptabilidade das escolas de oferecerem soluções para a oferta de

acesso à internet para estudantes com baixa condição financeira. Por fim, segundo Nogueira (2020) o maior aprendizado deste período foi a figura primordial do professor no processo de aprendizado, pois foram eles que conseguiram manter o processo de estudo dos alunos em andamento, seja no contorno às dificuldades de conexão, acesso às plataformas e elaboração de diferentes métodos para manter a interatividade com os alunos, bem como os mantendo atentos e motivados.

É interessante mencionar conforme Cristaldo (2021) que acerca dos recursos tecnológicos, há uma diferença de acessibilidade, pois na educação infantil, a internet está presente em 96,8% das escolas particulares, enquanto este percentual nas escolas públicas, fica em 66,2%. Isso fica interligado com a opinião de Nogueira explanada nos primeiros parágrafos deste tópico, pois o contexto sociofamiliar e econômico do estudante, em adição com a desigualdade social do aluno, tem influência sobre sua aprendizagem. Outro desafio para o setor educacional é quanto à inadimplência dos alunos, visto que as empresas do setor sofreram neste quesito, que pode ser observado pela conta contábil da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa

A PECLD (Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa) é uma conta retificadora do ativo e “é uma das mais comuns provisões do Ativo, pelo fato de poder refletir as perdas que são esperadas por inadimplência de clientes. Para se fazer tal provisão, torna-se necessária a consideração de todos os fatores de risco conhecidos”. (Valor Consulting, s.d). A importância de fazer o registro e reconhecimento dessa conta vai de acordo com o previsto pelas normas internacionais de contabilidade.

Gelbcke et al (2018, p.204) aponta algumas considerações quanto aos critérios de apuração da PECLD que tem sido prática comum e adequada:

- a) Determinar o valor das perdas já conhecidas com base nos clientes atrasados, em concordância, falência ou com dificuldades financeiras; e
- b) Estabelecer um valor adicional de perdas estimadas para cobrir perdas prováveis, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a contas a vencer, mas comuns de ocorrer, com base na experiência da empresa, tipo de clientes etc.

Quanto à contabilização e constituição da PECLD, ela se dá pela contrapartida com a conta de resultado de despesas operacionais. Após o reconhecimento da perda, deve ser feita a análise mensal por categoria de vencimento, para se atingir ao saldo atualizado. Quando um título é pago, o saldo de duplicatas é baixado, e o saldo de PECLD é inferior ao mensurado no período anterior, será necessária ser feita a reversão da despesa de PECLD, que consiste em um débito na conta correspondente do ativo, e crédito na receita de reversão de PECLD. Analisando os impactos da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa, ela pode ser um fator importante no controle gerencial da empresa. Reis (2019) afirma que esta conta é utilizada por instituições financeiras e outras empresas para liberação do crédito, pois ao conceder um empréstimo, o banco irá analisar os riscos em que a empresa estará envolvida, e dependendo do histórico de inadimplência do solicitante, as taxas de juros podem sofrer variação. Além disso, fazendo com que a inadimplência fique baixa e conseqüentemente, a perda seja menor, trará menos prejuízos ao lucro líquido da companhia, o que aumenta a chance dos Stakeholders terem uma visão positiva sobre a empresa. Atualmente no período da pandemia da Covid-19, as instituições financeiras tiveram um aumento significativo com despesas de PECLD, devido ao cenário macroeconômico de incertezas. Isto também ocorre com as empresas do setor de educação como a Cogna, para fazer frente à potencial ao aumento de inadimplência da base de alunos (RIZÉRIO,2020).

Pesquisas anteriores

Este tópico busca abordar estudos realizados por outros autores acerca dos impactos ocasionados pela pandemia nas empresas de um modo geral, incluindo no setor educacional.

No estudo realizado por Silva et.al (2020, p.1), têm-se por objetivo “identificar como a pandemia de covid-19 impactou o desempenho financeiro e operacional das companhias mantenedoras de instituições de educação superior listadas na bolsa de valores brasileira”. A tipologia da pesquisa quanto aos objetivos foi descritiva e exploratória e quanto a sua abordagem, foram utilizados métodos quantitativos. Quanto à amostra foram analisadas as empresas Anima Educação, Cogna Educação, Ser Educacional e Yduqs, e quanto aos dados financeiros coletados estão a receita líquida, o EBITDA, o resultado líquido, a PDD e a razão entre a PDD/receita líquida. O período escolhido para análise foram os dois primeiros trimestres de 2020 em comparação com os dois anteriores do ano de 2019. Como resultado do estudo, os autores observaram que a Cogna apresentou uma redução no seu desempenho financeiro e operacional, sendo a que teve o pior resultado dentre as quatro companhias. A Yduqs apresentou uma queda no desempenho financeiro, mas se manteve estável no desempenho operacional. A Ser educacional apresentou redução no desempenho financeiro e manteve estabilidade no desempenho operacional e por fim, a Anima demonstrou aumento no desempenho financeiro e operacional, sendo que estes resultados segundo os autores tiveram reflexo no preço das ações negociadas na B3.

Santana e Valentim (2020, p.1), realizaram um artigo a fim de “observar os impactos da covid-19 revelados nas Notas explicativas das empresas listadas na B3, no segmento Bovespa Mais, no 1º e 2º trimestre de 2020”, com o objetivo de também verificar as medidas adotadas para mitigar os impactos. A metodologia adotada foi a pesquisa explanatória, de levantamento e bibliográfica, sendo a amostra estudada composta por 15 empresas listadas no segmento Bovespa mais. Foi verificado como alguns de seus resultados, que a Bahema Educação teve algum impacto no 1º trimestre e 2º trimestre, sendo que foi verificado que a empresa tentou mitigar os impactos no operacional estratégico, obrigações e contribuições e remunerações e dividendos. Além disso, segundo o estudo, a empresa sofreu impactos na conta de contas a receber, receita, fornecedores, capital de giro e Impairment.

METODOLOGIA

Quanto à classificação da metodologia da pesquisa ela se subdivide quanto aos fins e quantos aos meios. A mesma no tocante à finalidade se dará através da forma descritiva pois abordará e estabelecerá as características e impactos do fenômeno da Covid 19 em empresas no setor educacional privado e através da análise das demonstrações contábeis do ano de 2020, sendo as empresas deste setor a sua população a ser estudada.

No que tange aos meios da pesquisa, serão utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental que terá como suporte relatórios financeiros, relatórios de fatos relevantes e relatórios de auditoria. Quanto à abordagem da pesquisa ela será qualitativa e quantitativa e ambos os meios e abordagens serão utilizados pois por via de relatórios de demonstrações contábeis, conceitos e temáticas contidas nos mesmos, além dos cálculos dos indicadores econômico-financeiros que serão visualizados por tabelas, o que poderá ser possível compreender, sintetizar e obter as possíveis informações e números para se estabelecer métricas para descrever estes impactos causados pelo

Amostra

O critério utilizado para definição da amostra é referente à listagem da empresa na bolsa de valores brasileira e ser do setor educacional, e isso se deve pela facilidade de acesso das demonstrações de empresas de capital aberto e pela transparência, visto que todas são auditadas, e devem informações ao mercado. A amostra de empresas escolhida do setor educacional privado foi composta pela Anima Holding S.A, Bahema Educação S.A, Cogna Educação S.A, Cruzeiro do Sul Educacional S.A, Ser educacional S.A e Yduqs Participações S.A. Exceto pela Bahema Educação S.A cujo segmento de listagem na B3 é Bovespa Mais, as demais empresas estão no Novo Mercado mostrando que adotam as melhores práticas de governança corporativa.

Coleta e tratamento dos dados

Os dados foram coletados através do site “Relações com Investidores” de cada companhia, também chamada de RI, o qual é a área e parte responsável para gerenciar as expectativas do mercado, e para dar credibilidade às companhias de capital aberto. Nesta pesquisa, foram coletados os dados referentes à PECLD (perda estimada de crédito de liquidação duvidosa), a fim de dar uma visão patrimonial de forma ampla da saúde financeira da empresa, que contém os devidos recebimentos e dívidas das mesmas.

Além da PECLD, foram analisados a conta de caixa e equivalentes de caixa e indicadores financeiros entre 2018 e 2020 coletados na base de dados Económica, para avaliar os impactos da pandemia no setor conforme apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Indicadores de análise da pesquisa

Indicador	Fórmula	Descrição
Liquidez Corrente	AC/PC	Revela a proporção de valores a pagar e a receber no curto prazo.
Composição do endividamento	$PC/(PC+PNC) \times 100$	Revela o percentual de obrigações a curto prazo em relação às obrigações totais.
Margem EBITDA	$EBITDA/RL \times 100$	Revela a lucratividade operacional do negócio.
Margem líquida	$(LL/RL) \times 100$	Representa a lucratividade obtida pela empresa em relação ao seu faturamento.

*AC=Ativo Circulante; PC=Passivo Circulante; PNC=Passivo Não Circulante; LL=Lucro Líquido; RL=Receita Líquida

Fonte: Pereira (2018); Matarazzo (2010); Reis (2018) e Saporito (2015).

Com relação aos impactos operacionais que as companhias tiveram em 2020, o tratamento da análise foi pautado pela base da opinião da própria companhia, colocando adicionalmente quais foram as medidas que a mesma tomou para minimizar os impactos da pandemia em seus negócios e perspectivas, conforme Relatórios da Administração.

Os relatórios de auditoria em 2020 também foram analisados para identificar qualquer menção do auditor relacionada aos impactos da pandemia em 2020 nas empresas estudadas e também analisando o desempenho das ações das empresas evidenciando a rentabilidade anual de cada ação, bem como o período antes e depois do pico inicial da Covid no Brasil, a fim de mostrar o que a pandemia ocasionou nas cotações, inclusive comparando-as com o índice Ibovespa.

RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico serão abordados os resultados da pesquisa das empresas do setor educacional nos aspectos do seu parecer de auditoria, os impactos operacionais nas mesmas, os indicadores financeiros e econômicos, a PECLD e o desempenho das ações.

Parecer de auditoria

No ano de 2020 todas as empresas da amostra da pesquisa tiveram um parecer de auditoria emitido sem ressalva. Os três assuntos que foram mais mencionados nos “principais assuntos de auditoria” dessas empresas foram a PECLD e o reconhecimento de receita que apareceram quatro vezes cada e o Impairment de forma geral, incluindo o valor recuperável do ágio e ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida que apareceram em cinco empresas.

Quadro 2 - Parecer de auditoria das empresas do ano de 2020

Empresa auditada	Firma de auditoria	Opinião da auditoria	Principais assuntos de auditoria
Anima	Price	Sem ressalva.	PECLD, avaliação do valor recuperável do ativo intangível de vida útil indefinida e definida, provisão para demandas judiciais e contratos de arrendamento.
Bahema	BDO RCS	Sem ressalva.	Combinações de negócios e processo de elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da Companhia.
Cogna	Deloitte	Sem ressalva.	Reconhecimento de receitas de ensino superior, PECLD, redução ao valor recuperável “Impairment” de intangíveis de vida útil indefinida e ênfase em impacto da covid-19.
Cruzeiro do Sul	Price	Sem ressalva.	Reconhecimento de receita, avaliação da redução do valor recuperável dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida, recuperabilidade do saldo de IR e contribuição social diferidos ativos, não cumprimento de cláusulas restritivas e combinação de negócios.
Ser educacional	Ernst & Young	Sem ressalva.	Reconhecimento de receita, PECLD, teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida.
Yduqs	Ernst & Young	Sem ressalva.	Reconhecimento de receita, recuperabilidade do ágio oriundo de combinações de negócios, provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias e PECLD.

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A PECLD foi foco de auditoria em 2020 nas empresas Anima, Cogna, Ser Educacional e Yduqs, fato que se justifica segundo os auditores pois o julgamento, premissas e fatores na apuração da PECLD pode ocasionar variações significantes na estimativa da conta. Outro aspecto é sobre a relevância dessa conta dos saldos a receber em 31 de dezembro de 2020, o que ocasionou a inclusão como principal assunto de auditoria. Um novo ponto abordado pela auditoria na PECLD, especificamente nas empresas Anima e Ser Educacional, é sobre a pandemia da Covid-19, que influenciou a análise dos procedimentos e testes dos auditores, caracterizado pelo efeito da evasão dos alunos e a inadimplência resultantes dos efeitos econômicos da pandemia.

O reconhecimento de receita foi considerado assunto principal de auditoria nas empresas Ser Educacional, Cruzeiro do Sul e Yduqs devido ao grande volume de transações e de baixo valor, o

que demanda controles internos eficazes e capazes de garantir o reconhecimento correto. Sobre a justificativa da Cognia, os auditores permanecem com o mesmo motivo, visto a utilização de diferentes sistemas de tecnologia, o que demanda também um bom controle interno para refletir corretamente nas demonstrações financeiras. Na empresa Ser Educacional, a auditoria abordou a pandemia da Covid-19, que foi uma determinante nas análises feitas pela auditoria e dados obtidos, pela redução de captação dos alunos decorrentes de efeitos econômicos da pandemia.

Consoante ao Impairment do ágio e de intangíveis de vida útil definida e indefinida resultantes de combinações de negócios, a abordagem foi dada segundo às características da estimativa ser crítica e julgamentos complexos, o que acarreta em uma possível alteração de premissa e projeção se alteradas, impactar as demonstrações financeiras da companhia. O ponto interessante novamente é a menção à pandemia da Covid-19 que foi citada por todas as auditorias pertencentes a este assunto, pois houve a necessidade de entendimento dos impactos da pandemia nas empresas na performance dos negócios e eventuais reflexos e projeções que afetam o Impairment.

Principais impactos operacionais e medidas tomadas pelas companhias

Neste tópico foram coletadas informações disponibilizadas pelas companhias em seus relatórios de administração, demonstrações financeiras e notas explicativas no que tange aos impactos operacionais que a pandemia ocasionou e quais medidas as mesmas estão tomando para minimizar os impactos da mesma. A fim de sintetizar as informações, foram feitos dois quadros de categorias dos impactos operacionais e medidas, sendo que as marcações com “X” significam que a companhia sofreu o impacto ou tomou a medida para conter o mesmo. As que se encontram em branco ou a empresa não sofreu o impacto, nem tomou a medida, ou simplesmente não mencionou a categoria em seu relatório.

Quadro 3 – Principais impactos operacionais em 2020

Empresa	Base total de alunos (+)	Base total de alunos (-)	Perda por Impairment	Redução modalidade FIES
Anima	X		X	X
Bahema		X		
Cognia		X	X	X
Cruzeiro do Sul	X			X
Ser Educa	X			X
Yduqs	X			X

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A primeira categoria do Quadro 3 é a base total de alunos que está com o sinal positivo, significa que a base total de alunos, somado EAD e presencial, da companhia aumentou. Então se enquadram a Anima, Cruzeiro do Sul, Ser Educa e Yduqs. Já o sinal negativo significa que a base total diminuiu, se enquadram a Bahema e a Cognia. A perda por Impairment é a atualização do teste do Impairment que a companhia realizou. A Anima houve perda por Impairment devido uma de suas instituições de educação corporativa que utiliza majoritariamente ensino presencial e com grande possibilidade de impacto em sua operação devido ao isolamento social, foi realizada perda por Impairment e a Cognia, foi realizada perda por Impairment devido a avaliação dos impactos ocasionados pela pandemia, alterando suas estimativas de crescimento. Já a redução da modalidade FIES ocorreu em praticamente todas as empresas porque no geral, essa modalidade tem diminuído sua base de

alunos, e consequentemente, a receita das companhias, devido à pressão fiscal e orçamentária da união.

Quadro 4 – Medidas tomadas pelas companhias em 2020

Empresa	Modelo acadêmico híbrido/remoto	Seguro educacional	Instauração de comitê interno/plano estratégico	Financiamento aos alunos com fragilidade financeira
Anima	X	X	X	
Bahema	X			
Cogna	X		X	
Cruzeiro do Sul	X			X
Ser Educa	X		X	X
Yduqs	X			

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

No quadro das medidas, todas aderiram ao modelo acadêmico híbrido/remoto, aumentando suas plataformas digitais e investindo mais no ensino digital. O seguro educacional, é quando há a perda involuntária de emprego ou incapacidade de pagamento, o que garante um período de 3 meses de mensalidade e somente a Anima mencionou isso em seu relatório. Quanto a instauração de comitê interno/plano estratégico são comitês basicamente formados para tomar ações para lidar com a Covid-19, melhorando a comunicação de professores e alunos, e por fim, o financiamento aos alunos com fragilidade financeira, que são opções de financiamento criado pelas próprias empresas para ajudar aos alunos com fragilidade financeira a arcar com os custos das mensalidades.

Indicadores financeiros, econômicos e contas patrimoniais

Neste tópico, foram coletados os dados contábeis referentes às contas de caixa e equivalentes de caixa, a composição do endividamento, o índice de liquidez corrente, a margem EBITDA, a margem líquida e a PECLD, a fim de evidenciar a evolução das mesmas desde 2018 até o ano de 2020.

Tabela 1 – Caixa e equivalentes de caixa (em milhares)

Caixa e equivalentes de caixa					
Empresa	2018	Var.	2019	Var.	2020
Anima	99.507	-68%	31.552	132%	73.183
Bahema	15.790	205%	48.150	-12%	42.238
Cogna	1.485.611	-75%	371.683	493%	2.205.346
Cruzeiro Edu	55.093	-59%	22.723	837%	212.905
Ser Educa	314.731	-32%	215.173	216%	679.933
Yduqs	711.052	44%	1.021.222	8%	1.104.311

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

É observado referente à evolução de caixa e equivalentes de caixa, a empresa que houve uma maior variação em 2019 foi a empresa Bahema, que conforme justificado pela empresa nas suas demonstrações financeiras, se deve ao aumento de capital social realizado em agosto de 2019, dessa forma a empresa captou estes recursos para reforçar a liquidez. Agora analisando o ano de 2020, a empresa que houve maior variação no caixa foi a Cruzeiro do Sul Educacional, justificada pela emissão de duas debêntures no 2º trimestre de 2020, para garantir o capital de giro devido à incerteza dos impactos da crise nos negócios da Companhia. Agora fazendo uma análise em uma perspectiva das dívidas das companhias, na tabela 2, está demonstrada a composição do endividamento, e vale

destacar que quanto menor o índice, melhor para a companhia.

Tabela 2 – Composição do endividamento

Composição do endividamento			
Empresa	2018	2019	2020
Anima	29,64%	19,88%	21,45%
Bahema	61,90%	51,00%	38,17%
Cogna	17,72%	15,04%	31,89%
Cruzeiro Edu	20,47%	59,97%	16,67%
Ser Educa	42,47%	32,50%	27,01%
Yduqs	85,31%	28,00%	21,33%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Verificando os percentuais referente à composição do endividamento, isto é, a porcentagem que a companhia possui de dívidas de curto prazo em relação às dívidas totais, pode-se afirmar que a Cogna foi a que apresentou melhor percentual nos anos de 2018 e 2019, o que significa que ela terá condições de honrar seus compromissos de curto prazo e que seus gestores financeiros estão administrando bem o endividamento da companhia (REIS, 2019), e em contra partida em 2018 a Yduqs apresentou o pior percentual, o que significa que a empresa tem boa parte das suas dívidas concentradas no curto prazo e em 2019 a Cruzeiro do Sul obteve o pior percentual. Já em 2020, a empresa que apresentou melhor composição do endividamento foi a Cruzeiro do Sul, o que demonstra que a empresa tem pouca parcela de dívidas de curto prazo em relação à dívida total e a mesma tem condições de passar pelo período da Covid-19 com o endividamento controlado, o que é um contraste com a Bahema, apresentando o pior percentual em 2020. Para se ter um contexto do caixa e do endividamento da companhia de curto prazo, é interessante observar o índice de liquidez corrente que está representado na tabela 3. É válido destacar que o ideal é que este índice esteja acima de 1, em que os recursos da companhia se igualam às suas obrigações de curto prazo.

Tabela 3 – Índices de liquidez corrente

Liquidez Corrente			
Empresa	2018	2019	2020
Anima	1,76	1,34	4,78
Bahema	1,05	1,57	0,40
Cogna	2,17	1,63	1,76
Cruzeiro Edu	0,87	0,20	0,83
Ser Educa	2,81	1,59	2,41
Yduqs	1,20	2,19	2,12

Fonte: Resultados da pesquisa (2021)

No contexto do índice de liquidez corrente inicialmente por 2018 e 2019, é possível afirmar que somente a Cruzeiro do Sul não teria bens e direitos de curto prazo para quitar suas dívidas e obrigações de curto prazo, visto que seus índices se encontram abaixo de 1,00 que seria a medida em que os bens e direitos de curto prazo se igualassem às dívidas de curto prazo, o que significa que a liquidez da companhia não se encontra adequada. Já em 2020, além da Cruzeiro do Sul, a Bahema também se encontra com índice de liquidez corrente abaixo de 1, o que não seria suficiente para quitar dívidas de curto prazo. Outro destaque que vale ser ponderado é a Anima com um índice de 4,78 de liquidez corrente em 2020, sendo o maior dentre as empresas da amostra, ainda mais em um ano desafiador de pandemia, o que se torna um índice excelente, visto que a cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo, R\$ 4,78 irão se transformar em dinheiro no curto prazo.

Iniciando na amostra de indicadores que exprimem uma visão das contas de resultado, para efeitos de análise da margem EBITDA foi elaborado uma tabela destacando a evolução anual dessa métrica da amostra referente aos anos de 2018 a 2020.

Tabela 4 – Evolução da Margem EBITDA de 2018 a 2020

Empresa	2018	2019	2020
Anima	8,40%	20,60%	18,80%
Bahema	-3,10%	-11,30%	-2,00%
Cogna	28,41%	31,52%	-39,55%
Cruzeiro do Sul	21,21%	26,99%	20,33%
Ser Educacional	24,70%	30,70%	39,10%
Yduqs	26,70%	35,40%	23,20%

Resultados da pesquisa (2021).

No ano de 2018 e 2019, a única empresa da amostra que atingiu uma margem EBITDA negativa é a Bahema, ou seja, isso pode sugerir que a companhia esteja consumindo maior caixa suficiente para manter suas atividades operacionais, o que no olhar de investidores, seria uma má premissa financeira para possível investimento na mesma e já no ano de 2020, a empresa que mais chama atenção é a Cogna, visto que nos dois primeiros anos analisados reportou uma das maiores margens EBITDA da amostra e no último ano reportou uma margem EBITDA negativa de 39,55% que inclusive foi afirmado na mensagem da administração que o ano de 2020 foi um dos mais difíceis da história recente da Cogna, com queda de receitas e do EBITDA tanto por motivos operacionais quanto por ajustes no contas a receber do ensino superior, que inclui também redução de receita de alunos FIES, que impactaram fortemente os resultados da companhia devido aos efeitos da pandemia da COVID-19, aliado ao reconhecimento de perdas por não recuperabilidade do ágio em unidades de negócio da Companhia

Já a Ser Educacional apresentou a melhor margem EBITDA no ano pandêmico, o que demonstra um bom indicador de eficiência operacional da empresa, e a evolução da margem EBITDA se deve ao aumento de 15% da receita bruta, aumento de 3,5% da base total de alunos, à estabilidade dos custos de serviços prestados em comparação com 2019, e também suas despesas operacionais diminuíram em torno de 5,6%, dentre outros fatores. Outro importante indicador além da margem EBITDA, é a margem líquida, isto é, o percentual de lucratividade das empresas, que está representada com uma tabela com seus devidos percentuais anuais:

Tabela 5 – Margem líquida de 2018 a 2020

Empresa	2018	2019	2020
Anima	0,20%	-0,81%	-2,86%
Bahema	-5,82%	-17,78%	-23,27%
Cogna	22,98%	3,45%	-110,18%
Cruzeiro do Sul	9,39%	8,20%	-1,93%
Ser Educacional	15,94%	10,69%	13,20%
Yduqs	17,82%	18,12%	2,55%

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

No ano de 2020, apenas a Ser Educacional e Yduqs que tiveram margem líquida positiva, demonstrando numericamente o real impacto da Covid-19, em que as margens em geral caíram drasticamente. O impacto mais significativo foi na Cogna devido à queda abrupta no lucro líquido que

não acompanhou a receita, visto que a mesma diminuiu percentualmente bem menos ante ao lucro líquido.

Perda estimada de crédito de liquidação duvidosa

O ano de 2020 foi um período difícil para as empresas do setor educacional em diversos aspectos como os desafios para captação de novos alunos, na adaptabilidade com novas tecnologias de plataformas EAD, inclusive para os próprios alunos. Além disso, na ótica financeira não foi diferente conforme mostrado nas tabelas de margem líquida e margem EBITDA, porém um dos parâmetros contábeis mais afetados foi a perda estimada de crédito de liquidação duvidosa (PECLD) que impacta o resultado, pois a mesma em 2020 aumentou de forma substancial nessas companhias devido à pandemia da Covid-19.

Tabela 6 – Evolução da constituição da PECLD de 2018 a 2020 (em milhares)

Empresa	2018	Variação	2019	Variação	2020
Anima	46.319,00	2%	47.435,00	80%	85.528,00
Bahema	393,00	-24%	300,00	2030%	6.389,00
Cogna	672.491,00	34%	902.278,00	80%	1.625.918,00
Cruzeiro do Sul	53.247,00	-14%	45.991,00	224%	149.081,00
Ser Educacional	88.243,00	-9%	80.040,00	54%	122.966,00
Yduqs	333.699,00	-8%	308.135,00	74%	535.278,00

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Conforme observado na Tabela 6, a Cogna foi a companhia da amostra que houve maior variação percentual da constituição da PECLD que afeta o resultado em 2019, o qual foi explicado pela companhia devido à migração de sistema de alunos da base de uma de suas controladas, o aumento pontual no volume de ajustes de carga horária, e a empresa em 2019 já fez menção à Covid-19 também como justificativa pela perspectiva de impactos relacionados à pandemia na capacidade de pagamento dos alunos, e que é difícil prever uma perspectiva de melhoria no cenário ao longo de 2020, então dessa forma eles tomaram a decisão de aumentar a PECLD, atingindo 13% da receita líquida.

No ano de 2020 por unanimidade todas as companhias tiveram aumento percentual de PECLD principalmente pelos efeitos da pandemia da Covid-19, gerado pela incerteza na capacidade de pagamento dos alunos e o risco de inadimplência observado em vários setores da economia e o destaque fica para a Bahema e para a Cruzeiro do Sul em 2020. Neste caso, a Cruzeiro do Sul justifica este grande aumento na PECLD devido aos efeitos da pandemia, ao impacto das instituições adquiridas e à mudança de critério da PECLD, não utilizando mais a metodologia de perda incorrida e passando a utilizar com base na perda esperada. Outra empresa que mudou sua metodologia em 2020 foi a Cogna, utilizando um modelo mais conservador para constituição da PECLD. Dos aumentos que foram gerados da provisão em 2020, a Ser Educacional foi a que menos houve variação percentual, ainda assim um grande aumento, explicado também pela companhia por estar diretamente ligado à crise econômica da pandemia.

Comportamento das ações

O ano de 2020 foi um dos anos mais emblemáticos e desafiadores para o mercado de capitais brasileiro devido à Crise da Covid-19, somado à alta volatilidade das cotações. Pereira (2020, p. 1) afirma que em virtude do cenário de instabilidade econômica e financeira, e com a pandemia da

Covid-19, o “mercado de capitais brasileiro – assim como também os mercados estrangeiros- depa- ra-se com uma das maiores crises financeiras da história da humanidade”. O Ibovespa sofreu vários Circuit breakers¹ neste período do mês de março (mês onde foi declarado pela OMS que a Covid-19 é considerada uma pandemia). No setor educacional não foi diferente, pois várias empresas da amo- tra estudada não conseguiram recuperar o patamar que estavam de suas cotações desde o início de 2020. A fim de demonstrar isso, será amostrado o gráfico das cotações diárias do ano inteiro de 2020 do Ibovespa e das empresas do setor educacional da B3, exceto da Cruzeiro do Sul pois a mesma fez sua oferta pública inicial na B3 somente no ano de 2021, inexistindo cotações da mesma em 2020. O primeiro ponto do balão representa a cotação do fechamento do último pregão de 2019, o segundo balão representa a cotação mínima do ano de fechamento e o último balão representa a cotação do último pregão do ano de 2020.

Gráfico 1 – Cotações da amostra em 2020



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

1 O Circuit Breaker é um mecanismo de segurança utilizado pela Bolsa de Valores do Brasil para paralisar as negociações por um período de tempo quando o Ibovespa, seu principal índice, cai mais do que 10%, independentemente do motivo. Caso o índice continue em queda na retomada das negociações, novos circuit breakers são acionados.

É possível perceber que a maioria da mínima das cotações se encontra em março e abril, principalmente na segunda quinzena de março devido às incertezas no cenário pandêmico, que conforme informado por Guerra (2021), já ocorreram 24 Circuit breakers em toda história da bolsa brasileira, porém 6 deles ocorreram entre os dias 09/03/2020 e 18/03/2020, o que inclusive é ilustrado no gráfico 1 em que há o recuo da linha nas cotações durante este período e após a OMS declarar a Covid-19 como pandemia a nível mundial no dia 11 de março de 2020, algumas ações fecharam o pregão com queda de quase 10% como a Bahema, e um dia após a declaração, no dia 12 de março de 2020, fechar com queda de mais de 20%, casos de Bahema e Cogna.

Comparando a cotação no final de 2019 e final de 2020, foi verificado que somente a Anima conseguiu retorno positivo, visto que sua ação no último pregão de 2019 (30/12/2019) estava cotada a R\$ 9,93 e no último pregão do ano (30/12/2020) a R\$ 12,00, o que significa uma rentabilidade anual de 20,85% e também foi a única a superar o retorno do Ibovespa neste período. Todas as outras ações não recuperaram seu patamar desde o final de 2019. Outro ponto interessante a ser observado que apesar da queda de quase 50% do índice Ibovespa comparando o início de 2020 com o mês de março, o mesmo conseguiu ainda assim um retorno positivo no fim do período, explicado por uma taxa de juros SELIC baixa, o que fez com que investidores migrassem da renda fixa para renda variável, além do noticiário promissor de vacinas contra a Covid-19, e estímulos fiscais e monetários em todo o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesta pesquisa, foi possível identificar e compreender os impactos financeiros, econômicos e operacionais no setor educacional privado nas empresas listadas na B3, atingindo os objetivos e os resultados esperados. O setor educacional privado é considerado um setor cíclico, e isso também ajuda de alguma forma, a intensificação do impacto sobre o mesmo em momentos de crise econômica.

Os impactos da Covid-19 no parecer de auditoria foram identificados quanto aos principais assuntos de auditoria e também nos procedimentos de auditoria, por ser uma variável que afeta boa parte das contas contábeis das empresas como a PECLD que foi chamada a atenção pelos auditores pela relevância que o saldo da mesma obteve no contas a receber. No que tange à operação das empresas, foi observado que o setor educacional privado teve de se adaptar à nova realidade para captação de alunos utilizando ainda mais a tecnologia, visto que para conseguir competir com as concorrentes, foi necessário instituir plataformas de EAD e também aperfeiçoá-las. Como medidas apresentadas pelas companhias para minimizar estes impactos da Covid-19, foi unânime a decisão de investir em tecnologia educacional para o ensino híbrido e remoto com a instauração de novas plataformas digitais e aprimoramento das mesmas.

Referente aos indicadores das empresas, é perceptível o real impacto negativo que a pandemia trouxe em 2020, em especial reportados pela empresa Cogna, devido ao maior volume de encargos financeiros, quedas de receitas, maiores provisionamentos, maiores gastos para enfrentamento da pandemia, dentre outros fatores. Em contrapartida, pode-se citar a Ser Educacional que foi uma das companhias que se destacou positivamente em 2020, pois possuiu a melhor margem líquida, margem EBITDA e a menor constituição de PECLD de toda a amostra.

O mercado financeiro brasileiro também sofreu impactos da pandemia com alta volatilidade

das cotações, quedas abruptas diárias que antes não eram vistas com frequência, e no setor educacional não foi diferente, visto que somente a Anima conseguiu retorno superior em 2020 comparado ao ano de 2019.

De forma geral, o setor educacional privado sofreu impactos da Covid-19 pois a inclusão e a adaptação da transformação advinda da tecnologia já estavam à tona, o que acelerou ainda mais com a pandemia. Ou seja, para lidar com o novo cenário, as empresas de educação terão que cada vez mais realizar investimentos em tecnologia para se manterem no mercado de forma saudável e também dar o suporte necessário para os alunos e pais para se obter um bom aprendizado escolar, não ter evasão de alunos e “ainda são poucas as instituições que efetivamente conseguem aproveitar todo o potencial das novas ferramentas para aprimorar os métodos de ensino” (ERNST & YOUNG, 2020, p.11).

Para a realização de futuras pesquisas sobre este tema, é sugerido resgatar os principais assuntos abordados nos objetivos, analisando períodos posteriores ao ano de 2020, verificando se as tendências permanecem as mesmas nos aspectos financeiros, econômicos, operacionais, de auditoria, na PECLD e no mercado financeiro.

REFERÊNCIAS

- ANIMA. Central de Resultados. [S.l]. [S.d]. Disponível em: <https://ri.animaeducacao.com.br/>. Acesso em: 01 mai.2021.
- BAHEMA. Balanço anual completo. [S.l]. [S.d]. Disponível em: <https://www.bahema.com.br/informacoes-para-investidores/balanco-anual-e-informacoes-trimestrais/balanco-anual-completo/>. Acesso em: 01 mai.2021
- BAZZI, Samir. Análise8 das demonstrações contábeis. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. E-book.
- BOLSA BRASILEIRA BALCÃO. Segmentos de listagem. [S.l]. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/novo-mercado/. Acesso em: 25 mar.2021.
- COGNA. Central de Resultados. [S.l]. [S.d]. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servicos/arquivos/>. Acesso em: 01 mai.2021.
- CRISTALDO, Heloisa. Censo Escolar 2020 aponta redução de matrículas no ensino básico. Agência Brasil. Brasília, 29 jan.2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico>. Acesso em: 21 mar.2021.
- CRUZEIRO DO SUL. Central de Resultados. [S.l]. [S.d]. Disponível em: <https://ri.cruzeirosuleducacional.com.br/informacoes-aos-investidores/central-de-resultados/>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- DWECK, Esther. Impactos macroeconômicos e setoriais da Covid-19 no Brasil. Nota Técnica. Texto para Discussão 007, IE-UFRJ, 2020.
- ECONOMATICA. Disponível em: <https://economatrica.com/>. Acesso em: 27 mai.2021.
- ERNST & YOUNG. Impacto da Covid-19 no ensino básico privado no Brasil. [S.l], Junho, 2020. Disponível em: https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_br/releases/eyparthenon-educa-insights.pdf. Acesso em: 13 jun.2021.

GELBCKE, Ernesto Rubens *et al.* Manual de Contabilidade Societária. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2018. E-book.

GUERRA, Pietra. Um ano de pandemia e dos sucessivos circuit breakers: o que esse período ensinou (ou deveria ter ensinado) aos investidores. Infomoney. [S.l.], 22 mar.2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/convidados/um-ano-de-pandemia-e-dos-sucessivos-circuit-breakers-o-que-esse-periodo-ensinou-ou-deveria-ter-ensinado-aos-investidores/>. Acesso em: 27 mai.2021.

INVESTING. Dados históricos. Disponível em: <https://br.investing.com/indices/bovespa-historical-data>. Acesso em: 27 mai.2021.

MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de balanços. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOREIRA, Ardilhes; PINHEIRO, Lara. OMS declara pandemia de coronavírus. G1. [S.l.], 11 mar.2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 01 mar.2021.

MOTA, Camilla Veras. Por que o real é a moeda que mais se desvalorizou em 2020. BBC News Brasil, São Paulo, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54549137> Acesso em: 10 nov.2020.

NOGUEIRA, Reginaldo. Os impactos da Covid-19 na educação. [S.l.]. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/um-brasil/os-impactos-da-covid-19-na-educacao/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PEREIRA, Leonardo Cotta. Como fica o mercado de capitais com a crise causada pelo coronavírus? [S.l.]. 2020. Disponível em: <https://www.siqueiracastro.com.br/covid-19/como-fica-o-mercado-de-capitais-com-a-crise-causada-pelo-coronavirus/>. Acesso em: 27 mai.2021.

REIS, Tiago. Composição do Endividamento: Como interpretar esse indicador? [S.l.]. 2019. Disponível em: <https://www.sun0.com.br/artigos/composicao-do-endividamento/>. Acesso em: 28 mai. 2021

REIS, Tiago. Margem EBITDA: o indicador de lucratividade operacional de uma empresa. [S.l.]. 2018. Disponível em: <https://www.sun0.com.br/artigos/margem-ebitda/>. Acesso em: 31 mai. 2021.

REIS, Tiago. PCLD: o que é a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa?. [S.l.]. 2019. Disponível em: <https://www.sun0.com.br/artigos/pclld/>. Acesso em: 02 abr.2021.

RIZÉRIO, Lara. Cogna aproveita cenário ruim para promover sua “mais impactante mudança” no ensino superior: o que os analistas acharam?.[S.l.]. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/cogna-aproveita-cenario-ruim-para-promover-sua-mais-impactante-mudanca-no-ensino-superior-o-que-os-analistas-acharam/>. Acesso em: 02 abr.2021.

SANTANA, Vanusca Maria Lira de; VALENTIM, Isabella Christina Dantas. Impacto da Pandemia do Covid-19 nas notas explicativas das demonstrações financeiras listadas na B3. Revista Campo do Saber – ISSN 2447-5017. Cabedelo, v.6, n. 2, p. 112-132, jul/dez de 2020.

SER EDUCACIONAL. Resultados. [S.l.]. [S.d.]. Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47935. Acesso em: 01 mai.2021.

SILVA, Vitor Correa *et al.* Primeiras impressões do efeito da pandemia de covid-19 nas instituições de educação superior brasileiras de capital aberto. UNESC em Revista (Edição Especial Covid/Pandemia). [S.l.], v.2, p.17-34, 2020.

TORO. Circuit Breaker na Bolsa: entenda o que é e o seu histórico. [S.l]. 2018. Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/circuit-breaker-bovespa-o-que-e-historico>. Acesso em: 01 jun.2021.

VALOR CONSULTING. Provisão de créditos de liquidação duvidosa. (Área: Manual de lançamentos contábeis). [S.l]. 2020. Disponível em: <https://www.valor.srv.br/matTecs/matTecsIndex.php?idMatTec=253>. Acesso em: 02 abr.2021.

YDUQS. Central de Resultados. [S.l].[S.d]. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/>. Acesso em: 01 mai.2021.

Os impactos da pandemia do COVID-19 nas micro e pequenas empresas brasileiras

The impacts of the COVID-19 pandemic on micro and small Brazilian companies

Lavínia Francisca Adriana da Silva

*Graduada em Ciências Contábeis
e-mail: laviniafrancisca@hotmail.com*

Othon Pereira de Mello

*Mestre em Administração, Pós-Graduado em Auditoria e Gestão de Empresas, Graduado em Ciências Contábeis
e-mail: othon@pucminas.br*

Roanjali Auxiliadora Gonçalves Salviano Araújo

*Doutoranda e Mestre em Educação com ênfase em Tecnologias Aplicadas aos Processos Educacionais; Pós-graduada em Gestão Estratégica, Finanças e Gestão de Pessoas; Graduado em Administração e Ciências Contábeis.
e-mail: roanjali@pucminas.br*

Amaro da Silva Junior

*Mestre em Ciências Sociais, Graduado em Administração e Ciências Contábeis.
e-mail: amaro@pucminas.br*

Resumo

Este artigo foi elaborado com o objetivo de verificar os impactos da pandemia nos micro empreendimentos e pequenos negócios, foram exemplificadas as ações das empresas pesquisadas que foram atingidas diretamente por esse momento e como procederam para a continuidade dos negócios. Também foram identificadas as linhas de crédito que estão sendo disponibilizadas para estes perfis de entidades. Quanto ao aspecto metodológico esta pesquisa se classifica quanto aos objetivos como aplicada e exploratória, quanto a abordagem do problema como qualitativa e quantitativa e quanto aos procedimentos como bibliográfica e estudo de caso. A problemática proposta verificou quais as consequências e prejuízos que a pandemia está gerando para as Micro e Pequenas Empresas. Foi possível constatar que as dificuldades e a instabilidade do mercado, resultaram em consequências e prejuízos. De acordo com as entidades pesquisadas, a redução do faturamento, a diminuição da variedade de produtos fabricados e a necessidade de mudar estratégias, são as principais consequências e prejuízos identificados durante a pandemia. Tornou-se assim imprescindível a implementação de uma gestão estratégica eficaz, atentar-se para as tecnologias e acompanhar constantemente as mudanças instauradas no mercado. A cada dia são identificadas novas informações sobre a Pandemia do coronavírus, a pesquisa realizada ao longo deste trabalho, de certa forma, retrata os impactos que ocorreram até o momento nos pequenos negócios, é essencial que ocorram outras pesquisas sobre o assunto, com uma amostra maior de empresas, para acompanhar a evolução dos empresários no processo de gestão empresarial e as principais mudanças gerenciais adotadas após a Pandemia.

Palavras-chave: microempresas. pequenos negócios. pandemia do Covid-19.

Abstract

This article was prepared with the aim of verifying the impacts of the pandemic on micro-enterprises and small businesses, the actions of the companies surveyed that were directly affected by this moment were exemplified and how they proceeded for the continuity of the business. The credit lines that are being made available for these entity profiles were also identified. As for the methodological aspect, this research is classified as to the objectives as applied and exploratory, as the approach to the problem as qualitative and quantitative, and as to procedures such as bibliographic and case study. The proposed issue verified the consequences and damages that the pandemic is generating for Micro and Small Businesses. It was possible to verify that the difficulties and instability of the market resulted in consequences and losses. According to the entities surveyed, the reduction in sales, the reduction in the variety of products manufactured and the need to change strategies are the main consequences and damages identified during the pandemic. Thus, it became essential to implement an effective strategic management, pay attention to technologies and constantly monitor the changes introduced in the market. Each day, new information about the Coronavirus Pandemic is identified, the research carried out throughout this work, in a way, portrays the impacts that have occurred so far in small businesses, it is essential that further research on the subject take place, with a sample of companies, to monitor the evolution of entrepreneurs in the business management process and the main managerial changes adopted after the Pandemic.

Keywords: microenterprises. small businesses. Covid-19 pandemic.

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 foi marcado por momentos que impactaram a sociedade, tanto de forma pessoal, quanto de forma coletiva. O coronavírus, denominado Covid 19 surgiu na China em 2019 e em poucos meses se espalhou por todo o mundo, modificando completamente a vida cotidiana de todas as pessoas. Situações comuns do cotidiano, como ir à padaria, realizar um almoço em família, fazer uma viagem ou um encontro entre amigos, se tornou algo distante e fora da realidade. Esse momento atípico obrigou a sociedade a encarar a vida de forma desafiadora, e por ser algo tão inesperado, ninguém imaginava a magnitude disso e nem conseguiu se preparar. No contexto empresarial, aqueles que não se adaptaram a essa nova perspectiva, foram severamente afetados. Para os empresários que encararam a pandemia como uma forma de reinventar processos, apostar em novas tecnologias, rever o público alvo e até alterar ou adequar seus produtos para atender as demandas que surgiram frente essa realidade, além de sobressaírem no mercado, estão conseguindo manter-se ativos. Em contrapartida, muitos outros empreendimentos não conseguiram se manter durante esse tempo e tiveram que sair do mercado, fechar estabelecimentos e demitir funcionários.

As Micro e Pequenas Empresas (MPE) são responsáveis pelo maior número de empregados estáveis no Brasil, representam 52% dos empregos com carteira assinada, conforme demonstrado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2020). Além disso, a arrecadação tributária desse tipo de organização é uma das maiores, ultrapassando inclusive a arrecadação das empresas optantes pelo lucro presumido (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS, 2020).

Antes da pandemia, os micro e pequenos empreendimentos representavam 99% das empresas ativas em território brasileiro. Após o início da pandemia, as MPE representam em torno de 85% das empresas ativas, totalizando cerca de 518 mil empreendimentos fechados em 2020. Somente entre os meses de março e abril, 35% das empresas pararam seus trabalhos, de acordo com informações do Sebrae (2020). De tal forma, esses empreendimentos menores foram os mais afetados pela pandemia atual, o que reflete em todos os setores da nossa sociedade e do país. As áreas que mais foram prejudicadas são os bares, hotéis, restaurantes, academias, varejos, turismo e empresas de eventos, pois dependem de aglomerações para manter um andamento saudável (SEBRAE, 2020).

Com o objetivo de diminuir o impacto e evitar um colapso financeiro no país, o governo criou programas de crédito, como o CGPE (Capital de Giro para Preservação de Empresas), o PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) que foi instituído pelo governo federal através da Lei nº 13.999 de 18 de maio de 2020, ele se destina a desenvolver as microempresas e empresas de pequeno porte através da concessão de crédito. Além disso, o Sebrae (2020) foi responsável por auxiliar as micro e pequenas empresas através de seus cursos e programas e com esse apoio, 75% das empresas entraram em normalidade e conseguiram prosseguir com as suas atividades.

Nesse contexto, foi determinado como principal objetivo: identificar as consequências e os prejuízos que estão sendo gerados pela pandemia para as Micro e Pequenas empresas. Diante desse contexto, as seguintes ações foram delineadas: verificar as maiores dificuldades pelas quais as entidades pesquisadas estão passando neste momento de pandemia; demonstrar as linhas de crédito disponibilizadas pelo governo, as taxas contratuais e os requisitos para a contratação; constatar se as entidades pesquisadas contrataram alguma linha de crédito disponibilizada pelo governo; averiguar

as consequências da pandemia para os pequenos negócios. A seguinte problemática foi abordada: quais as consequências e prejuízos que a pandemia está gerando para as Micro e Pequenas Empresas?

Dessa forma, esse tema possui ampla relevância ao ser analisado, visto que a forma de atuação e gestão dos pequenos negócios pode afetar diretamente todo o meio social no qual está inserido, a população de forma geral, as empresas e também as entidades que prestam serviços contábeis. Na perspectiva acadêmica, esta temática é atual e demanda pesquisas contínuas que, de certa forma, poderão servir como base para auxiliar os atuais gestores ou empreendedores a analisar as dificuldades e os prejuízos que situações adversas podem causar em suas empresas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico também é chamado de revisão da bibliografia. Para proporcionar credibilidade à pesquisa, neste capítulo são apresentados as teorias, os conceitos e os principais autores que pesquisaram sobre os assuntos que serão abordados (GIL, 2016).

Microempreendedor individual (MEI), Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)

O porte da empresa é fundamental para a elaboração do planejamento tributário, sendo decisivo enquadrar-se nos pré-requisitos para usufruir de determinado tipo de tributação. Na parte tributária, leva-se em consideração o faturamento anual, porém para definir se a entidade é um MEI, ME, EPP, média ou grande empresa observa-se também outros critérios.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, classifica as empresas de acordo com o número de empregados, e o Banco do Desenvolvimento – BNDES de acordo com sua Receita Operacional Bruta ou Renda Anual (CONTABILIZEI, 2021). Neste contexto, abaixo são evidenciadas as informações e requisitos dos MEIs, MEs e EPPs:

- Microempreendedor Individual (MEI): o faturamento anual de até R\$81mil ou R\$6.750,00 por mês, não podendo ter outro estabelecimento e participação em outra empresa, como sócio ou titular, e pode ter no máximo um empregado contratado recebendo um salário mínimo ou piso da categoria (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2021). Junto com a criação desta categoria empresarial foi definido o porte limite, ou seja, o fato da empresa ser um MEI já define por si só o porte no qual se encontra. A tributação é realizada pelo Simples Nacional.

- Microempresa (ME): O faturamento anual não pode ultrapassar a R\$360.000,00. Atuando na área de comércio e serviços, pode ter até nove funcionários, e na área industrial, pode ter até dezenove colaboradores. As Microempresas podem ser tributadas pelo Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2021).

- Empresas de Pequeno Porte (EPP): a base designada para essa categoria é de R\$360.000,00 e o teto é de R\$4,8 milhões. A empresa atuando na área de Serviços e Comércio, deve ter de dez a quarenta e nove colaboradores, e na área industrial de vinte a noventa e nove funcionários. A tributação pode ser enquadrada no Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. (CONTABILIZEI, 2021).

Atualmente, as Micro e Pequenas empresas são responsáveis pelo maior índice de empregos estáveis no Brasil, representando 55% dos empregos com carteira assinada (GOVERNO FEDERAL, 2020). Cerca de 70% das novas vagas geradas por mês em janeiro de 2021 foram geradas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, segundo o Sebrae (2021). A arrecadação tributária dos pequenos negócios é uma das maiores, ultrapassando o Lucro Presumido. Os pequenos negócios movimentam a economia, sendo responsáveis por 30% do PIB nacional, índice que representa a soma dos bens e serviços finais produzidos no país, e representam 99% das empresas ativas no território brasileiro (GOVERNO FEDERAL, 2020), essa categoria de empreendimento está presente em todos os lugares e são responsáveis pelos empregos mais estáveis no mercado.

Características das ME's e EPP's

De acordo com o Sebrae (2021) para serem consideradas Microempresas e Empresas de Pequenas Porte, existem requisitos a serem cumpridos, sendo o principal o faturamento anual. A Figura 1 exemplifica essa condição:

Figura 1 - Critérios por Receita Bruta Anual

CRITÉRIO: RECEITA BRUTA	DEFINIÇÃO	RECEITA BRUTA ANUAL
Microempresa	Sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário.	igual ou inferior a R\$ 360.000,00
Empresa de pequeno porte	A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receitas de exportação, até o limite de R\$ 4.800.000,00.	superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00
Microempreendedor individual	É a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional. O microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa.	igual ou inferior a R\$ 81.000

Fonte: Sebrae (2021).

Além da definição por faturamento anual, há também a classificação de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o referido órgão as Microempresas que atuam na área de comércio e serviços, podem ter até nove funcionários, e na área industrial até dezenove colaboradores. As Empresas de Pequeno Porte na área de Serviços e Comércio, devem ter de dez a quarenta e nove colaboradores, e na área industrial de vinte a noventa e nove funcionários.

Pronunciamento Técnico PME

A Contabilidade é um instrumento essencial de gestão, logo é natural que exista uma uniformização quanto as demonstrações e normas dessa Ciência Social, pensando nesse aspecto, foram definidas iniciativas voltadas para essa padronização, sendo a IASB – International Accounting Standards Board, uma delas. O IASB tem como objetivo desenvolver, com base em princípios claramente

articulados, um conjunto único de normas de contabilidade de alta qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

A emissão do International Accounting Standards (IAS) e International Financial Reporting Standards (IFRS) é responsabilidade do IASB. Sendo IFRS as normas publicadas após 2001 e o IAS as publicadas antes de 2001. (MERCES, 2012). No Brasil, o órgão responsável pela emissão e regulamentação dos Pronunciamentos Contábeis é o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo eles de acordo com as normas do IFRS e cada pronunciamento equivale a uma norma do IASB (YAMAMOTO e THEÓPHILO, 2011). O CPC é regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e sua criação é pautada na Resolução CFC nº1055/2005.

O Pronunciamento Técnico PME, é um pronunciamento voltado para a contabilidade das Pequenas e Médias Empresas, a resolução CFC nº 1255/2009, apresenta a regulamentação através da qual a NBC TG1000 se torne obrigatória para as empresas não enquadradas na Lei nº11.638/2007. (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016). Logo, o CPC PME aplica-se a todas as empresas de pequeno e médio porte que não detenham obrigações públicas de prestações de contas e realizem a elaboração das demonstrações contábeis para fins gerais (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2016). O CPC PME, foi elaborado em 2009, com intuito de orientar e simplificar processos contábeis. De acordo com o site do CFC, a nomenclatura atual é NBC TG 1000 (R1). (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2010).

Em outubro de 2012, foi instituído a Interpretação Técnica Geral - ITG 1000, que apresenta o Modelo Contábil a ser seguido pelas empresas de pequeno porte. E em 2015, o Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Orientação Técnica Geral OTG 1000 com a finalidade de esclarecer assuntos que têm gerado dúvidas quanto aos critérios e procedimentos contábeis simplificados que devem ser adotados pelas microempresas e empresas de pequeno porte.”] (BRASIL, 2015). O pronunciamento alcança todos os pequenos negócios, independentemente de estarem enquadrados no Simples Nacional. De acordo com a OTG 1000 (2015), as despesas e custos devem ser escriturados contabilmente, de acordo com o regime de competência. A escrituração correta e atualizada do Livro Diário e do Livro Razão, dispensam a apresentação do Livro Caixa.

Contabilidade Gerencial nas MEs e EPPs

A Contabilidade Gerencial é responsável por auxiliar no controle interno da instituição, usando como documento suporte, as informações contábeis geradas. Os contadores utilizam os dados financeiros para elaborar relatórios que serão usados como base para tomada de decisões. (TORRES, 2020). Segundo Padoveze (2012) a contabilidade gerencial congrega todos os demais instrumentos de contabilidade que complementam a contabilidade financeira para tornar efetiva à informação contábil dentro das empresas em todos os processos de gestão.

Ao aplicar a contabilidade gerencial de forma efetiva na entidade, as chances de erros nas decisões poderão ser reduzidas, pois, o empresário terá como base para análise, dados reais de sua empresa, desta forma tomando decisões voltadas exclusivamente para as necessidades da entidade. É de extrema importância que os setores da empresa trabalhem em conjunto e mantenham os dados atualizados. Na contabilidade, as contas contábeis devem manter-se devidamente conciliadas e com as informações em dia, para que as análises entregues pela controladoria realmente expressem a realidade da instituição. (TORRES, 2020).

As Micro e Pequenas empresas representam 99% das empresas ativas no Brasil (Governo Federal, 2020), porém é a categoria que detém maior índice de mortalidade. Para manterem-se no mercado é essencial que a contabilidade em paralelo com os administradores trabalhe em conjunto. Para isso é necessário que a empresa supra as demandas e analise a situação atual do mercado. A aplicação da Contabilidade Gerencial faz-se essencial principalmente quanto ao aspecto de sobrevivência dos pequenos negócios, sua eficácia dá-se por meio das análises das informações geradas internamente e disponibilizadas para análise. (TAVARES, 2018).

As decisões estratégicas adotadas pelos pequenos empresários, muitas vezes, são embalsadas por sua experiência ou opiniões pessoais, pois, eles não detêm conhecimentos teóricos e práticos para compreender os documentos contábeis gerados ou criar um plano de ação eficaz com as informações fornecidas. Por este motivo “as informações e dados fornecidos pela contabilidade representam ferramentas de gestão, que servirão de apoio e suporte á tomada de decisão e devem fazer parte da rotina empresarial, ou seja, servir de apoio em todas as etapas da empresa.” (TAVARES, 2018, p.2).

A pandemia do COVID-19

O coronavírus tem por seu nome científico SARS-CoV-2, essa nomenclatura é decorrente da sigla SARS - Severe Acute Respiratory Syndrome (Síndrome Respiratória Aguda Grave), CoV que é a abreviação de coronavírus, e 2 pois ele se assemelha com outra espécie já identificada do coronavírus. (TOLEDO e TOZZI, 2021). Há várias hipóteses quanto ao início da contaminação, algumas pessoas acreditam que foi uma criação científica, porém, o genoma dos coronavírus tem cerca de 30 mil bases em tamanho, o que torna improvável sua fabricação em laboratório. Outra hipótese seria a adaptação do vírus, pois, o mesmo é comum em morcegos, essa teoria é dividida em duas vertentes. Na primeira, outros animais seriam os intermediários da contaminação, ou seja, o vírus teria sido transmitido dos morcegos a outros animais que ao ter contato com seres humanos transmitiram o vírus. A outra vertente, seria a contaminação direta, morcegos – seres humanos, por meio da ingestão do animal como alimento. Entretanto, os cientistas ainda não conseguiram comprovar nenhuma das hipóteses (BRANDÃO, 2020).

A contaminação pelo vírus tomou grandes proporções no início de 2020, deixando de ser uma epidemia, termo utilizado para referenciar um grande surto em determinada região, para tornar-se uma pandemia, este termo refere-se a um surto que ultrapassa uma região específica espalhando-se por continentes sendo a transmissão realizada entre pessoas. (SEF – SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, 2020). Foram identificadas as seguintes formas de transmissão: o contato direto com alguém infectado, ar contaminado com gotículas microscópicas do vírus e gotículas contaminadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Os principais sintomas são: febre acima de 37°, tosse, coriza, dor de garganta, dificuldade em respirar e dor de cabeça. O fator mais preocupante é o agravamento da doença, podendo levar a pneumonia, síndrome respiratória aguda grave, e insuficiência renal. Há também pessoas assintomáticas, ou seja, que não apresentam nenhum sintoma, porém quando infectadas transmitem o vírus. (SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, 2020).

A Lei nº13.979/2020, informa que as autoridades, de acordo com suas competências, podem adotar algumas medidas preventivas:

Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre ou-

tras, as seguintes medidas: (Redação dada pela Lei nº 14.035, de 2020)

I - isolamento;

II - quarentena;

III - determinação de realização compulsória de:

a) exames médicos;

b) testes laboratoriais;

c) coleta de amostras clínicas;

d) vacinação e outras medidas profiláticas; ou

e) tratamentos médicos específicos. (BRASIL, 2020)

De acordo com a plataforma online criada pelo Governo federal, denominada Coronavírus Brasil (2021), o número de óbitos confirmados no país por Covid-19 até o dia 08 de julho de 2021, é de 530.179 pessoas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa quanto aos objetivos se classifica como exploratório e aplicado. De acordo com Vergara (2016) a investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. A pesquisa é exploratória, já que busca trazer maior familiaridade com o problema e pelo fato de o tema estar inserido em um contexto extraordinário de pandemia, algo que não é cotidiano e nem possui muitos estudos a respeito. Para isso, foram recolhidas informações bibliográficas e dados sobre entidades que passaram de forma prática pela situação em estudo.

É um assunto atual e recente, portanto é um tema que ainda não foi explorado é foi pouco abordado. A pesquisa aplicada busca produzir conhecimento para a aplicação prática e dirigida a solução de problemas que contenham objetivos anteriormente definidos (EVEN3, 2013). O estudo de caso foi desenvolvido através de casos concretos, de entidades que passaram pelo problema em questão de forma prática. Desta forma, a pesquisa pode ser classificada segundo o seu propósito, como aplicada.

Em relação a abordagem do problema se classifica como qualitativa e quantitativa. Na pesquisa qualitativa os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (MATIAS, 2016). A pesquisa quantitativa de acordo com Filho (2015) coleta, quantifica e trata dados obtidos através do uso de técnicas numéricas e ou estatísticas de amostragem e ou população. Ela apresenta resultados através de tabelas e gráficos que foram analisados posteriormente.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo pode ser classificado como bibliográfico e estudo de caso. Segundo Vergara (2016), pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível em geral. O presente trabalho é caracterizado como bibliográfico, pois recorreu a publicações, jornais, sites, para o embasamento teórico do trabalho. Por fim, caracteriza-se como estudo de caso, pois, a pesquisa foi aplicada nas entidades definidas como amostra. De acordo com Filho (2015) o estudo de caso é circunscrito a uma ou algumas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. De acordo com Matias (2016), “o estudo de caso é o método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”.

A amostra que compõe esta pesquisa é composta por 20 entidades, sendo: 12 (doze) Mi-

croempresas e 8 (oito) Empresas de Pequeno Porte. Na coleta de dados, o leitor deve ser informado como pretende obter os dados de que precisa para responder ao problema. Nesta pesquisa a coleta de dados foi realizada através da aplicação do questionário: “Os impactos da Pandemia nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”, formulado pelos autores e aplicado à 20 (vinte) gestores de entidades. Os dados foram coletados, conferidos e organizados de forma conjunta, a partir disso foi aplicada a estatística descritiva para auxiliar na elaboração de gráficos e na interpretação das informações.

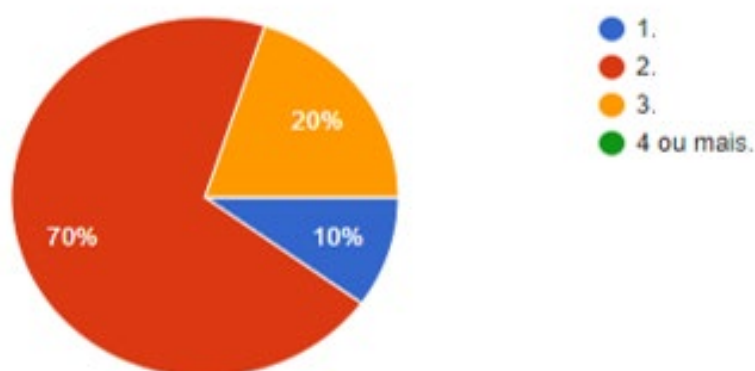
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O desenvolvimento da pesquisa teve como base principal as respostas do questionário: “Os impactos da Pandemia nas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte”, formulado pelos autores e aplicado para 20 gestores de entidades que atuam em pequenos negócios. O intuito foi identificar as principais dificuldades e consequências da pandemia para os pequenos negócios, demonstrar as linhas de crédito disponíveis e constatar quais foram aderidas pelas entidades.

As Microempresas, de acordo com o Sebrae (2021), representam cerca de 34,25% dos pequenos negócios e as Empresas de Pequeno Porte representam 4,66%. No questionário aplicado o porte com maior porcentagem, também é representado pelas Microempresas (60%), sendo as Empresas de Pequeno Porte representadas por 40% do total. De acordo com as respostas disponibilizadas 60% das empresas atuam na área de serviços, 30% no comércio e 10% na indústria. O gráfico 1 demonstra o quadro societário das entidades pesquisadas:

Gráfico 1 - Quadro societário das empresas entrevistadas.

Quantos sócios há na empresa (considere você como um dos sócios)



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

O número de funcionários varia de 0 a 19, 70% das entidades atuam com (01 a 09 colaboradores), 20% com (10 a 19 colaboradores) e em 10% das entidades somente os sócios atuam nas organizações.

Os impactos da Pandemia do Covid-19 nas Microempresas e Empresas Pequeno Porte

Os pequenos negócios foram os mais atingidos pelas restrições impostas pelo Governo. Em entrevista realizada em agosto de 2020, pela Record News, o presidente do Sebrae Carlos Melles, informa que nos meses de março e abril de 2020, 35% das micro e pequenas empresas fecharam ou suspenderam suas atividades, em agosto do mesmo ano, as pesquisas já apontavam uma porcentagem em torno de 5%. Esta categoria de negócios compõe 99% das empresas ativas em território brasileiro, 27 % do PIB nacional e mais de 50% dos empregos estáveis no mercado.

Algumas empresas viram a mudança de funcionamento como uma forma de sobreviver à crise instaurada pela pandemia, buscando adaptar-se a nova realidade. De acordo com a pesquisa realizada pelo Sebrae (2020) em julho de 2020, 41,9% das micro e pequenas empresas brasileiras passaram a realizar entregas online, 41,2% aderiram o trabalho com horários reduzidos, 21,6% alteraram sua atuação para atendimento remoto, 15,3% implementaram rodízio de funcionários e 5,9% realizam o sistema de drive thru. (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2020).

Os setores mais afetados foram os que tinham como atividade situações que geram aglomeração, como, turismo, restaurantes e bares. Segundo a pesquisa realizada pelo Sebrae (2020) os setores que foram menos atingidos pela pandemia do Covid-19, excluindo os que desempenham atividades essenciais, foram principalmente os pets shops, serviços empresariais, oficinas e peças, conforme demonstra a figura 2:

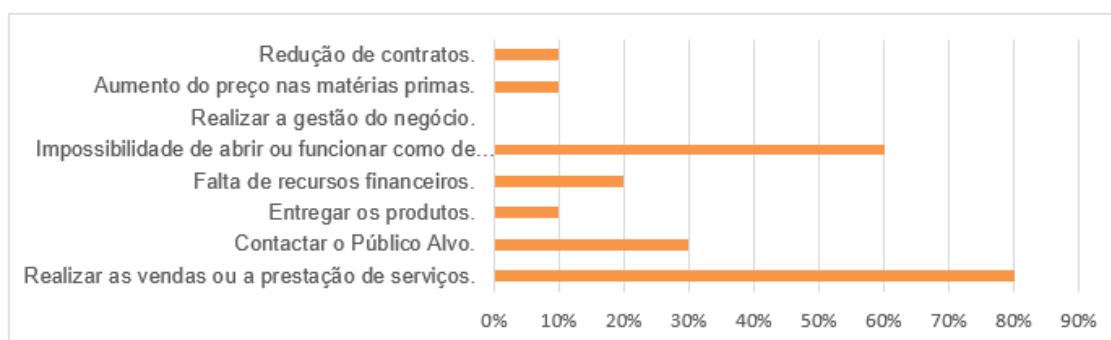
Figura 2 - MEP's afetadas pela pandemia por segmento



Fonte: SEBRAE (2021).

De acordo com o Gráfico 2 as principais dificuldades apontadas pelas empresas pesquisadas durante o período da pandemia foram respectivamente:

Gráfico 2 - Dificuldades Identificadas pelas Empresas Entrevistadas.



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

Das empresas entrevistadas 20% criaram sites ou contas em redes sociais, com o intuito de aumentar o número de clientes e conseguir manter contato com as pessoas e empresas que já conheciam os produtos ou os serviços desempenhados pela entidade. Um outro fator importante foi a mudança para entregas via delivery, que foram apontadas como mudança no funcionamento por apenas 10% das empresas. De acordo com o gráfico 3 outro dado importante, informado por 10% das entidades pesquisadas, foi a redução do número de colaboradores na prestação do serviço principal e a contratação de funcionários em setores secundários.

Gráfico 3 - Alteração no funcionamento das empresas pesquisadas.



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

Linhas de crédito disponibilizadas durante a Pandemia para as Micro e Pequenas Empresas.

Com o intuito de auxiliar os pequenos negócios durante a pandemia, o governo federal instituiu decretos e Leis. Uma das primeiras ações voltadas para disponibilização de crédito para as micro e pequenas empresas, foi a implementação da Lei nº 13.999/2020, que estabeleceu o Pronampe – Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (JORNAL CONTABIL, 2020). Outra ação realizada foi a elaboração da Medida Provisória nº 944, de 3 de abril de 2020, que foi convertida na Lei nº 14.043, para instituir o Programa Emergencial de Suporte a Empregos, que consiste em um sistema de empréstimos para pequenos e médios negócios custearem a folha de pagamento da entidade. No Quadro 1 constam as linhas de crédito disponibilizadas por denominação e instituição:

Quadro 1 - Linhas de crédito disponibilizadas durante a Pandemia para as Micro e Pequenas Empresas

LINHAS DE CRÉDITO	DESCRIÇÃO
Linha de crédito - BB Giro Empresa (Banco do Brasil)	No dia 23 de março de 2020, o Banco de Brasil disponibilizou a linha de crédito BB Giro Empresa, voltado para micro e pequenas empresas. O crédito disponibilizado tem como intuito reforçar o caixa das entidades e garantir a liquidez financeira durante o período de pandemia do coronavírus. O pagamento do empréstimo pode ser realizado em até 36 meses e os valores pagos podem ser reutilizados, há uma carência de 90 dias para o pagamento da primeira parcela. Nesta linha de crédito é possível aderir a proteção do BB Seguro Crédito Protegido Empresa, o objetivo é proporcionar segurança em casos de imprevistos, como morte e invalidez dos sócios (BANCO DO BRASIL, 2020).
Antecipação de crédito ao lojista - ACL (Banco do Brasil)	Com o grande volume de clientes aderindo o uso de cartões para realizarem o pagamento em lojas, o número de empresas que utilizam máquinas de cartões cresceu proporcionalmente, desta forma, buscando atender as empresas que aderiram a esse método, o Banco do Brasil instituiu a Antecipação de Crédito ao Lojista. (FONSECA, 2018). A Antecipação de Crédito ao Lojista - ACL, consiste na antecipação do valor de vendas com os cartões de crédito realizados nas bandeiras Mastercard, Visa ou Elo. Desta forma, o valor pode ser depositado imediatamente na conta da empresa, para auxiliar no fluxo de caixa (BANCO DO BRASIL, 2020). A taxa para essa linha de crédito é referente ao acordo firmado entre o Banco do Brasil e o empresário, ou seja, ele varia de cliente a cliente.
Giro Emergencial - Folha de Pagamento (Banco do Brasil)	<p>No dia 27 de março de 2020, o governo federal elaborou a linha de crédito voltada para auxiliar os pequenos negócios, quanto ao pagamento da folha de pagamento. De acordo com o Sebrae (2020), estima-se que 1,4 milhões de empresas sejam beneficiadas com o crédito, sendo destinada aos negócios que tenham a renda anual bruta a partir de R\$360 mil, podendo alcançar o máximo de R\$50 milhões (BRASIL, 2020). Ademais a Lei nº14.043, de 19 de agosto de 2020, nos informa também como ocorrerá a administração do programa e o financiamento.</p> <p>O gerenciamento do crédito, no Banco do Brasil, pode ser feito digitalmente por meio do BB Digital PJ, o canal de atendimento digital voltado exclusivamente para pessoa jurídica. De acordo com o Banco do Brasil (2020), dentre as vantagens de aderir ao programa, pode-se citar a gestão prática da folha de pagamento, o envio de forma rápida do pagamento aos funcionários, financiamento do 13º salário e dos encargos sociais. A taxa de juros é prefixada em 3,75% ao ano e o prazo total é de 36 meses, com carência de 6 meses. Em contrapartida, a empresa com a solicitação deferida, deve seguir algumas obrigações, dentre elas, após receber a última parcela do crédito, não pode demitir seus funcionários em um período de 60 dias. (BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO, 2020).</p>
Especial Capital de Giro - Parceria Sebrae (Caixa Econômica Federal)	Em conjunto com o Sebrae a Caixa Econômica firmou um acordo com o intuito de facilitar o acesso dos pequenos negócios a financiamento para auxiliar o capital de giro da entidade. Esta linha de crédito é composta por R\$7,5 bilhões cedidos pela Caixa e pelo Sebrae é disponibilizado a garantia pelo Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas - FAMPE (CAIXA ECONOMICA, 2020). Por meio de pesquisas realizadas pelo Sebrae, eles constataram que o principal motivo dos créditos serem negados pelas instituições financeiras é a falta de garantias no momento da solicitação das empresas. Pensando em auxiliar as empresas a contornar esse problema, foi criado o Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas - FAMPE. Ele não exige as empresas de enviar suas garantias ao banco, e também não pode ser solicitado caso a empresa detenha todas as garantias solicitadas, o Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas só pode ser solicitado a instituição financeira parceira, para cobrir parcela do financiamento que ficou em aberto com as garantias enviadas pela empresa. (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2021) Além de contribuir com o FAMPE, o Sebrae também acompanha as empresas em todas as fases do crédito, instruindo os empresários oferecendo cursos e soluções individualizadas buscando uma gestão melhor dos recursos, desta forma, preparando a empresa para o mercado. (CAIXA ECONOMICA, 2020).
Giro Caixa - Pronampe Parceria Sebrae (Caixa Econômica Federal)	<p>A Caixa Econômica, com o intuito de auxiliar as empresas a minimizar os impactos da Pandemia pelo Covid-19, aderiu ao programa de crédito Pronampe - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. (CAIXA ECONOMICA, 2020). Este programa é regulamentado pela Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, ele apresenta informações sobre as empresas as quais é destinado e o cálculo utilizado na composição do valor a ser financiado. Informa também as instituições que podem aderir ao programa, quais as garantias solicitadas, dentre outras informações fundamentais para a aplicação.</p> <p>A taxa de juros anual máxima permitida, deve ser igual à Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, acrescida de 1,25%, referente ao valor do financiamento (BRASIL, 2020). O prazo para pagamento é de 36 meses e o de carência, prorrogado pela Caixa, atualmente é de 11 meses, sendo concedido aos contratos em período de carência e aos clientes que realizarem a solicitação em "fase de amortização com até 59 dias de inadimplência, ou com até duas prestações pagas". (CAIXA ECONOMICA, 2020).</p>

Pronampe - Banco do Brasil	<p>A linha de crédito Pronampe – Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno porte, foi criada com o intuito de auxiliar as empresas durante a pandemia do coronavírus, a Lei nº 13.999 instituiu este Programa foi criada em 18 de maio de 2020. Dentre os pré-requisitos para que a solicitação seja deferida, a empresa interessada deve ter o Faturamento Bruto Anual de até R\$4,8 milhões. Ademais, o Banco do Brasil não cobra tarifa de abertura de crédito e não solicita seguro prestamista. (BANCO DO BRASIL, 2020).</p> <p>O prazo para pagamento é de 36 meses e contém uma carência de 8 meses, ou seja, “o prazo total de 36 meses, sendo 8 meses de carência e 28 parcelas mensais”. O banco informa que os juros são compostos pela taxa Selic acrescida de 1,25%a.a. e como garantia é solicitado a Fiança ou Aval do empresário/sócio e o Fundo Garantidor de Operações – FGO (BANCO DO BRASIL, 2020).</p>
----------------------------------	---

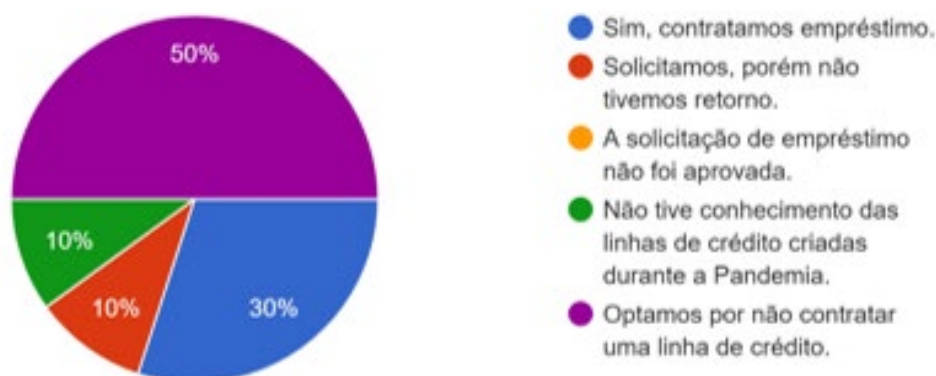
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

Linhas de crédito contratadas pelas Empresas Pesquisadas:

Durante a Pandemia foram disponibilizadas várias linhas de crédito voltadas para auxiliar os pequenos negócios, com o objetivo de melhorar a economia. De acordo com a pesquisa realizada, O Gráfico 4 demonstra que 50% das empresas optaram por não contratar uma linha de crédito, apenas 30% contrataram, 10% não tiveram a solicitação aprovada e 10% não obtiveram conhecimentos referentes as linhas de crédito desenvolvidas.

Gráfico 4 - Adesão às linhas de crédito pelas Empresas Pesquisadas.

Sua empresa contratou alguma linha de crédito (empréstimo) durante a pandemia?



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

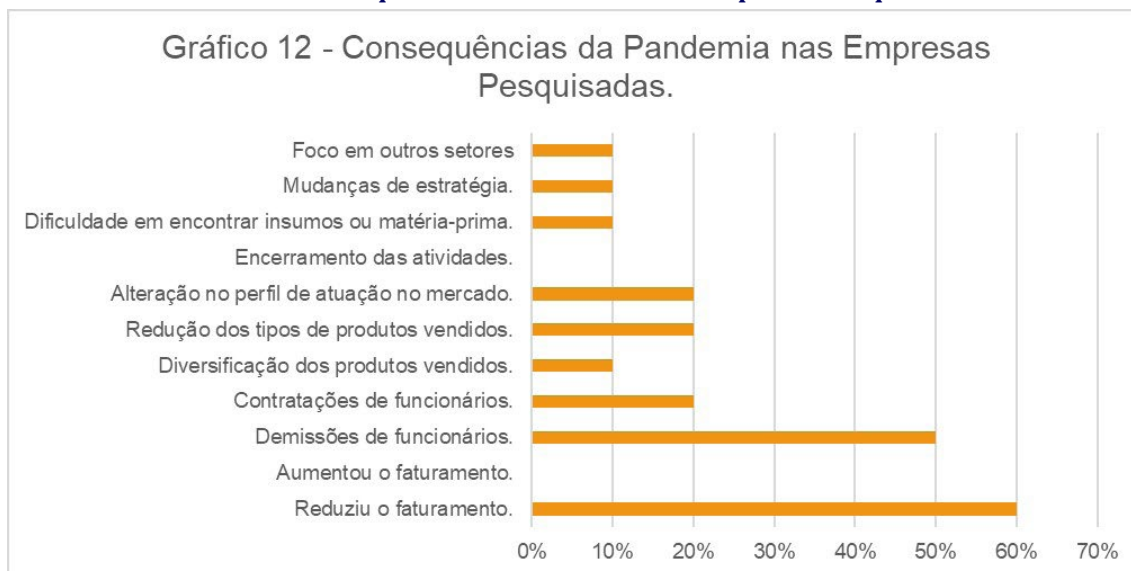
Entretanto, a pesquisa realizada pelo Sebrae (2020), apresenta resultados diferentes. O índice de empresas que conseguiram um empréstimo é de 11,3%, com uma diferença de 18,7% entre os resultados auferidos pela pesquisa desenvolvida por este trabalho.

As empresas pesquisadas que contrataram uma linha de crédito, optaram por duas linhas ofertadas pelo Banco do Brasil – BB (20%) e uma disponibilizada pela Caixa Econômica Federal (10%). Os empréstimos escolhidos contam com 36 meses de carência, sendo o Giro Caixa – Pronampe da Caixa tendo um acréscimo de 11 meses no prazo final (CAIXA ECONOMICA, 2020), o Pronampe do Banco do Brasil, contém o prazo total de 36 meses, sendo 8 meses de carência e 28 parcelas mensais, o BB Giro Empresa, também disponibilizado pelo Banco do Brasil, tem o prazo para pagamento é de 36 meses e os valores pagos podem ser reutilizados, havendo uma carência de 90 dias para o pagamento da primeira parcela (BANCO DO BRASIL, 2020).

Consequências da Pandemia do coronavírus nas Empresas Pesquisadas.

De acordo com as empresas pesquisadas, as maiores consequências da pandemia do coronavírus para as micro e pequenas empresas foram: a redução do faturamento, demissão de funcionários, redução da variedade de produtos comercializados, alteração do perfil de atuação no mercado, mudança de estratégia, mudança de produto, dificuldade em encontrar insumos para matéria prima, foco em setores secundários e contratações de funcionários, conforme demonstra o gráfico 5:

Gráfico 5 - Consequências da Pandemia nas Empresas Pesquisadas.



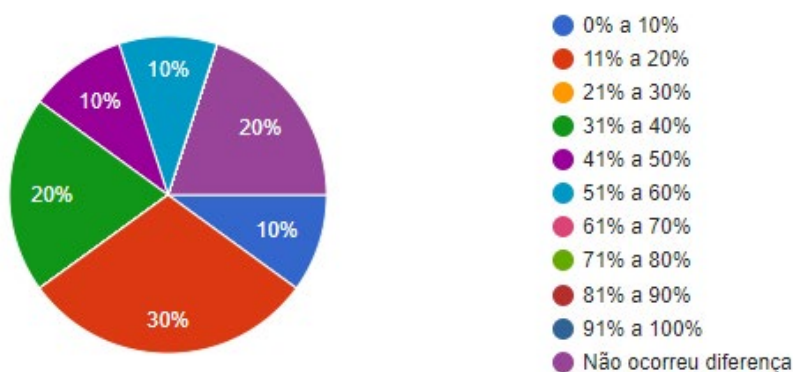
Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

Os dados gerados pelo questionário apresentam a redução no faturamento como consequência de maior relevância, representando 60%. Outro questionamento direcionado as empresas, indicou que 80% das empresas pesquisadas obtiveram diferença significativa quando comparamos o faturamento anual de 2019 com o de 2020.

Em seguida foi questionado qual o percentual de alteração do Faturamento, com base nas informações contábeis de 2019 em comparação com 2020, conforme demonstra o gráfico 6:

Gráfico 6 - Alteração percentual do Faturamento das empresas entrevistadas.

Caso tenha ocorrido alterações no faturamento, qual a porcentagem que representa a diferença do faturamento?



Fonte: Resultados da Pesquisa (2021).

No questionário aplicado para os gestores das empresas pesquisadas, há uma questão sobre os impactos da Pandemia na empresa, de forma geral, as respostas ficaram em torno da redução do faturamento e lucro, retrocesso quanto ao crescimento da empresa, demissões de funcionários e queda no faturamento. As entidades que relataram apresentar resultado positivo, informaram que o maior impacto foi no início da Pandemia e que as dificuldades impostas por ela resultaram em uma nova visão estratégica.

As empresas evidenciaram que as principais mudanças na visão estratégica e na gestão empresarial empregadas durante a pandemia proporcionaram: a importância de alterar a gestão financeira e de negócio, a necessidade de repensar as estratégias de atuação da empresa no mercado, investimento em marketing com intuito de maximizar a captação de leads e expandir os serviços ofertados e investimento em tecnologias. É interessante ressaltar que os empresários informaram que identificaram a necessidade de investir em controle gerencial, marketing e novas tecnologias, traçar metas claras, mudar as estratégias e melhorar a gestão interna. Entretanto nenhuma das empresas pesquisadas aderiu alguma ferramenta de controle gerencial ou realizou algum curso voltado para gestão durante a pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pandemia do coronavírus está impactando todo o mundo, as pequenas empresas sofreram inúmeras consequências, uma vez que, os pequenos negócios, muitas vezes não possuem estratégias bem definidas, visão holística do mercado e pouco controle gerencial. Os pequenos negócios representam 99% das empresas ativas no Brasil, e são responsáveis por 27% do PIB brasileiro (SEBRAE, 2020). Sabendo da importância dessa categoria de empreendimento, é importante entender quais os impactos da pandemia nesses negócios.

Com base nas respostas do questionário aplicado, os objetivos definidos foram desenvolvidos e foi possível verificar na amostra pesquisada, que as principais dificuldades encontradas pelas empresas foram: a realização de vendas e serviços, a impossibilidade de abrir, contactar o público alvo e o aumento de preço da matéria-prima.

Portanto, é possível inferir que as dificuldades e a instabilidade do mercado, resultaram em consequências e prejuízos para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. De acordo com as entidades pesquisadas, a redução do faturamento, na variedade de produtos fabricados e a necessidade de mudar estratégias, são as principais consequências e prejuízos identificados durante a pandemia. Neste contexto, é imprescindível a implementação de uma gestão estratégica eficaz, atentar-se as tecnologias e acompanhar constantemente as mudanças instauradas no mercado.

Os empresários que encararam a pandemia como uma forma de reinventar processos, apostar em novas tecnologias, rever o público alvo e até mesmo alterar ou adequar seus produtos e serviços, conseguiram se manter de forma saudável no mercado, crescer e desenvolver outros setores e produtos, buscando atender as demandas que surgiram frente essa realidade. Dessa forma, atingiram um aumento significativo no faturamento anual de 2020, em paralelo com 2019.

Sabendo da importância dos pequenos negócios para a economia brasileira, o Governo, em conjunto com algumas entidades financeiras, instituiu linhas de créditos voltadas para esta categoria de empreendimento. Com os dados informados pelas empresas pesquisadas, foi possível auferir

durante o período analisado que apenas 40% tiveram interesse em solicitar um empréstimo e 30% tiveram a sua solicitação deferida. Ademais, 50% das empresas optaram por não contratar uma das linhas disponíveis e 10% não tinham conhecimento deste auxílio, é interessante ressaltar que, 60% das entidades pesquisadas informaram que a principal consequência da pandemia, foi a redução do faturamento, acarretando em menos capital para manter-se ativa. Sendo assim, é possível que as empresas que relataram uma queda significativa no faturamento de 2020, comparado ao de 2019 (entre 1% e 60%), caso contratassem uma linha de crédito, poderiam ter diminuído essa porcentagem e até mesmo tornar o resultado positivo.

De forma geral, é possível concluir que a Pandemia impactou fortemente as microempresas e empresas de pequeno porte, a pesquisa realizada nos apresenta uma parcela da realidade. A maioria das empresas indicaram que há a necessidade de repensar estratégias de atuação da empresa no mercado e a importância de investir mais em tecnologias, entretanto, apenas 20% delas após identificar esses pontos, analisaram soluções e as colocaram em prática, para mudar as suas estratégias, ou mesmo, alterar o produto principal, investir em setores secundários que destacaram-se na pandemia, definir novos horizontes e apostar em novas vertentes, para se sobressair e apresentar resultados positivos no ano de 2020.

A cada dia são identificadas novas informações sobre a Pandemia do coronavírus, a pesquisa realizada ao longo deste trabalho, de certa forma, retrata os impactos que ocorreram nos pequenos negócios durante os exercícios sociais de 2019, 2020 e no 1º semestre de 2021. É essencial que ocorram novas pesquisas sobre o assunto, para acompanhar a evolução da economia e da pandemia, com uma amostra maior de empresas, para comparar os processos e modelos de gestão empresarial e as principais mudanças gerenciais que estão sendo adotadas atualmente e serão adotados após a Pandemia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. BB libera operações de crédito para micro e pequenas empresas. 2020. Disponível em: <https://exame.com/pme/bb-libera-operacoes-de-credito-para-micro-e-pequenas-empresas/>. Acesso em: 17/04/2021.

AGÊNCIA BRASIL. BB libera operações de crédito para micro e pequenas empresas. 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/economia/bb-libera-operacoes-de-credito-para-micro-e-pequenas-empresas>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SABE COMO SURTIU O CORONAVÍRUS SARS-COV-2?. In: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. CORONAVÍRUS - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/27-como-surgiu-o-coronavirus>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BANCO DO BRASIL. Antecipação de Crédito ao Lojista. 2020. Disponível em: https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/empresas/produtos-e-servicos/credito/antecipar-as-vendas/antecipacao-de-credito-ao-lojista---acl#/. Acesso em: 20 abr.2021.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. Programa Emergencial de Suporte a Empregos. 2020.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública. DF: Presidência da República, [2020].

BRASIL. ORIENTAÇÃO TÉCNICA GERAL – OTG 1000, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015. Aprova a OTG 1000 que dispõe sobre modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte. DF: Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, [2012].

BRASIL. PRONUNCIAMENTO TÉCNICO PME: CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IFRS for SMEs). DF: Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, [2019].

BRASIL. RESOLUÇÃO CFC N.º 1.418/12: Aprova a ITG 1000 – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. DF: Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, [2012].

BRASIL. Resolução CFC n.º 1370/2011, de 8 de dezembro de 2011. Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. DF: Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, [2011].

CAIXA. FAMPE - Parceria CAIXA e SEBRAE. 2020. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/caixacomsuaempresa/caixa-e-sebrae/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CAIXA. GiroCAIXA PRONAMPE. 2021. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/capital-de-giro/pronampe/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Simplificadas para PMEs. DF: Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, [201?].

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Confirma as orientações do Ministério da Saúde sobre vacinação contra a Covid-19. DF, 2021.

CONTABILIZEI. Porte de Empresa: Quais são as classificações? Veja como é definido nas diferentes instituições. 2021. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/porte-de-empresa/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CORONAVÍRUS BRASIL. Painel Coronavírus. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

FILHO, Milton Cordeiro Farias. Planejamento da pesquisa científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Governo Federal. Conheça o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE).

JORNAL CONTÁBIL. Conheça as linhas de crédito que estão auxiliando pequenas empresas durante a pandemia. 2020.

JORNAL DA GLOBO. Governo anuncia R\$ 10 bi para nova rodada do Programa de Manutenção no Emprego. 2021 (5 min).

JORNAL da Record. Live JR: presidente do Sebrae fala sobre impacto da pandemia nas micro e pequenas empresas. 2020 (42m01s).

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C.; LEITE, J. S. J. Manual de Contabilidade Internacional: IFRS – US GAAP- BR GAAP. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, Maria Tereza. Por que é importante descobrir a origem do novo coronavírus. 2021.

SEBRAE. COLETÂNEA DE LINHAS DE CRÉDITO - PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO ANUNCIADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. 2021.

SEBRAE. Fundo de Aval do Sebrae oferece garantia para os pequenos negócios. 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA. Coronavírus: Tudo que você precisa saber sobre o COVID-19. 2020.

SOUZA, Luiz Carlos de. Controladoria aplicada aos pequenos negócios. 2008, 2º reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

TAVARES, Fernanda de Souza. A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO NO SUCESSO DAS MICRO E PEQUENAS E EMPRESAS. 2018.

TORRES, Vitor. O que é a contabilidade gerencial e por que é importante? 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

Distribuição de lucros aos acionistas e os reflexos tributários em companhias listadas na B3

Profit distribution to shareholders and tax consequences in companies listed in B3

Ana Carolina Vasconcelos Colares

*Doutoranda e Mestre em Contabilidade e Controladoria pela UFMG
Professora Assistente do Departamento de Contabilidade da PUC MG
carolinacolares@pucminas.br*

Daniela Ribeiro de Andrade

Graduada em Direito pela UFMG e em Ciências Contábeis pela PUC Minas, Pós graduada em Direito de Empresa pela PUC Minas.

danielarandrade@gmail.com

Luana Campos Ricchetti Lyra

Graduada em Direito pelo UCAM, Pós graduada Direito Público pela UCP, Pós Graduada em Direito Tributário pela FGV e Graduada em Ciências Contábeis pela PUC Minas.

luanaricchetti@gmail.com

Tamiris de Oliveira Rocha

*Bacharel em Direito e em Ciências Contábeis
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
tarocha0210@gmail.com*

Resumo

A legislação brasileira prevê duas principais formas para esta distribuição de lucro para as empresas: os dividendos e os juros sobre capital próprio, ambos passíveis de inclusão na distribuição mínima obrigatória. Assim, o objetivo da pesquisa é avaliar a forma e a proporção do imposto em relação ao lucro, a partir da opção pelos juros sobre capital próprio ou pela distribuição de dividendos e os reflexos tributários nessas empresas. No que se refere à metodologia, a pesquisa é descritiva, documental e possui natureza quali-quantitativa. Foram selecionadas 32 empresas que apresentaram lucros no exercício de 2019 pertencentes ao IBX50 e feita uma simulação de carga tributária com 17 empresas que distribuíram JSCP no período, calculando-se a carga tributária a partir da sua dedutibilidade evidenciada em notas explicativas e calculados os limites para dedução previstos em lei. Os resultados demonstram que pela ótica tributária da companhia, a opção pelos JSCP é mais vantajosa, visto que em média houve uma redução de 11,8% da carga tributária incidente sobre o lucro das empresas, o que representaria nesta amostra uma economia de R\$10 bilhões. Todavia a maioria das empresas analisadas optou pela remuneração dos acionistas através de dividendos, levando a considerar que a decisão pela forma de distribuição de lucros vai além dos efeitos fiscais, e pode levar em consideração questões mais amplas como a política de investimentos, estrutura de capital, custo total do capital e governança, além do conflito de agência que pode surgir em razão dos interesses antagônicos das fontes pagadoras e receptoras da remuneração.

Palavras-chave: distribuição de lucros aos acionistas. dividendos. juros sobre capital próprio. reflexos tributários. carga tributária.

Abstract

Brazilian law provides for two main ways of distributing profits to companies: dividends and interest on equity, both of which can be included in the mandatory minimum distribution. Thus, the objective of the research is to evaluate the form and the proportion of the tax in relation to the profit, from the option for the interest on own capital or for the distribution of dividends and the tax reflexes in these companies. Regarding the methodology, the research is descriptive, documentary and has a qualitative and quantitative nature. 32 companies that presented profits in the year of 2019 belonging to the IBX50 were selected and a simulation of the tax burden was made with 17 companies that distributed JSCP in the period, calculating the tax burden from its deductibility evidenced in explanatory notes and calculating the limits for deduction provided for by law. The results show that, from the company's tax perspective, the option for JSCP is more advantageous, since on average there was a reduction of 11.8% in the tax burden on corporate profits, which would represent savings of R \$ 10 in this sample. billion. However, most of the companies analyzed opted for the compensation of shareholders through dividends, leading to consider that the decision for the form of profit distribution goes beyond the tax effects, and can take into account broader issues such as investment policy, capital structure, total cost of capital and governance, in addition to the agency conflict that may arise due to the antagonistic interests of the paying and receiving sources of remuneration.

Keywords: distribution of profits to shareholders. dividends. interest on own capital. fiscal reflexes. tax burden.

INTRODUÇÃO

A distribuição de lucros aos acionistas nas empresas de capital aberto está prevista na Lei n.º 6.404/76, no artigo 201 e seguintes. Especificamente o artigo 202 determina que os acionistas têm direito de receber como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto (BRASIL, 1976). No entanto, além dos dividendos, a empresa também poderá remunerar seus acionistas por meio dos juros sobre o capital próprio (JSCP).

Os JSCP não são obrigatórios, mas podem ser uma alternativa atrativa para as empresas distribuírem seus lucros, pois o seu reconhecimento contábil pode resultar na redução do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) incidentes sobre o lucro, já que são reconhecidos como uma despesa para a empresa, podendo ser imputados aos dividendos obrigatórios. Essa despesa, contudo, deve seguir os limites impostos pela legislação. Nesse sentido, busca-se nesse estudo analisar o impacto tributário relacionado à escolha da forma e da proporção da distribuição de lucros aos acionistas pelas empresas listadas na B3.

Na pesquisa de Libonati, Lagioia e Maciel (2008), os autores constataram que há redução da carga tributária quando a empresa se utiliza da opção de pagamento de juros sobre capital próprio em vez da distribuição de dividendos, nos casos em que os beneficiários são pessoas físicas. Os juros sobre capital próprio reduzem a base de cálculo para pagamento do imposto de renda possibilitando um ganho financeiro e fiscal, pois são reconhecidos como despesas no resultado das empresas.

Quanto à esta forma de distribuição, Gomes, Takamatsu e Machado (2015) concluíram, através de sua pesquisa, que o mercado reage bem ao pagamento de juros sobre o capital próprio por parte das empresas listadas na B3, indicando que os investidores são bem informados quanto à carga tributária de seus investimentos, tornando o valor de mercado dessas empresas superior ao valor do patrimônio líquido.

Já para Malaquias et. al. (2007), dentro de uma análise que envolve a empresa pagadora e o acionista recebedor, a contabilização pelas empresas, dos juros sobre o capital próprio não indica necessariamente uma economia tributária. Tal decisão pode estar lastreada em políticas estratégicas de remuneração ao acionista, contrapondo-se a uma análise meramente econômica. Isso porque a economia tributária pode-se anular ou transformar-se em um maior pagamento de tributos, dependendo do tipo de acionista que a receber, se pessoa física ou jurídica. Assim, além da ótica tributária, a escolha da forma de distribuição de resultado aos acionistas deve atentar-se ainda a aspectos da gestão financeira e do relacionamento com os investidores.

Em um mercado globalizado de alta competitividade, medidas tributárias que forneçam alívio ao caixa e tenham impacto no resultado, não são apenas uma opção, mas verdadeira imposição para que as companhias sobrevivam e maximizem seus lucros, satisfazendo seus stakeholders.

Diante do cenário brasileiro, o presente estudo se justifica pela relevância do tema e do impacto econômico que pode trazer para as companhias. A pesquisa tem, portanto, por escopo avaliar o impacto tributário da utilização dos juros sobre capital próprio como alternativa à distribuição de dividendos, contribuindo para que as empresas tomem decisões mais conscientes sobre o melhor formato da remuneração do capital.

Sendo assim, o trabalho é justificado pela contribuição que fará ao tema do planejamento tributário empresarial no momento da distribuição de seus resultados, objetivando a redução da carga

tributária, maximizando lucros e, conseqüentemente, seu melhor desempenho no mercado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão é apresentado o referencial teórico que serviu de base para a elaboração do trabalho. São abordados os conceitos e as características que norteiam tanto a distribuição de dividendos, como os juros sobre capital próprio. Em seguida, são relacionadas pesquisas selecionadas que estudaram os efeitos tributários na distribuição de lucros, contribuindo para traçar o panorama do objeto de estudo.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos trata da divisão da parcela de lucratividade das sociedades de capital aberto destinada aos seus acionistas. O pagamento pode ser feito de diversas maneiras, sendo: em dinheiro, ações ou propriedades. Como já mencionado na Introdução, a questão está prevista na Lei n.º 6.404/76, que estabelece que caberá ao estatuto definir a parcela do lucro líquido ajustado que será obrigatoriamente destinado à distribuição de dividendos, não podendo ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) (BRASIL, 1976).

Entender qual a melhor forma de distribuição dos lucros e quais questões influenciam essa decisão é de suma importância também para usuários externos e para os órgãos reguladores. Forti, Peixoto e Alves (2015) estudaram os fatores determinantes no pagamento dos dividendos, tendo como principal objeto de pesquisa, as empresas brasileiras de capital aberto listadas na hoje denominada B3, no período de 1995 a 2011. Utilizou-se dos métodos Tobit e GMM para preencher algumas lacunas na pesquisa de dividendos no Brasil e concluiu-se que, quanto maior a empresa e maiores os seus rendimentos, valor de mercado e crescimento de lucros, maior será a distribuição de dividendos para os acionistas.

Observa-se, portanto, que a política de dividendos deve ser entendida como uma decisão a ser tomada no âmbito corporativo e financeiro da sociedade (FONTELES *et al.*, 2012; RABELO *et al.*, 2017), levando-se em conta os aspectos internos e externos que podem afetar o crescimento e desenvolvimento da companhia. Rabelo *et al.* (2017) desenvolveram uma pesquisa com relação a distribuição de dividendos como ferramenta sinalizadora de desempenho futuro nas companhias listadas na hoje denominada B3. Conforme o estudo, o valor dos dividendos é considerado um grande diferencial para atrair investidores, ou seja, as informações relacionadas aos dividendos supõem que a empresa tem boa saúde financeira. A pesquisa foi feita por amostragem, com 98 companhias listadas no período de 2002 a 2014. Além disso, para as variáveis utilizadas, Lucro Líquido e EBITDA, não apresentaram indícios de presença de conteúdo informacional na política de dividendos, rejeitando, portanto, a hipótese de sinalização.

Neste sentido, Paiva e Lima (2001) estudaram a influência da tributação e dos juros sobre o capital próprio na política de dividendos das companhias brasileiras com base nas Leis n.º 9.249/95 e 9.430/96. Conforme estudo apresentado, destacou-se que a maioria das empresas não distribui integralmente o benefício pretendido para os seus acionistas. Além disso, foi feito um estudo sobre a Lei n.º 6.404/76 que instituiu um novo regime de distribuição para os dividendos. Utilizou-se de amostras extraídas das companhias brasileiras com ações negociadas na B3. Diante disso, a conclusão foi que os testes não conseguiram sustentar a hipótese apresentada pelos autores.

Juros Sobre Capital Próprio

Os JSCP são os juros pagos a sócios ou acionistas a título de remuneração do capital investido nas sociedades. Até 1995 esses juros não podiam ser deduzidos como custo ou despesa operacional para fins de determinação do lucro real, nos termos do artigo 287, do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/94), aprovado pelo decreto nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994.

Anteriormente ao advento da legislação que instituiu o Juros Sobre Capital Próprio no Brasil, era adotado o modelo de correção monetária baseado no modelo inglês de correção de ativos e passivos. O modelo de correção monetária foi introduzido em 1978 pela Lei das Sociedades Anônimas e teve vigências até 1995. Simples de ser executado, contudo de difícil entendimento dos alcances econômicos e financeiros.

Segundo Martins (2004), o problema do modelo de correção monetária dos ativos e passivos aplicados no Brasil foi o legislador juntar a correção de ativo permanente com a do patrimônio líquido e criar um único saldo com essas duas rubricas, sendo que, no longo prazo, o fundamental é a correção monetária do patrimônio líquido. Diante da extinção da correção monetária dos balanços em 31/12/1995, os juros sobre capital próprio surgiram para tentar reduzir a iniquidade fiscal pela não atualização dos ativos e passivos.

A partir de 1996, contudo, com a promulgação da Lei n. 9.249 (BRASIL, 1995), os JSCP passaram a ser dedutíveis para a apuração do lucro real para fins de determinação do IR e, a partir de 1997, por força de alteração introduzida pela Lei n. 9.430, de 30 de dezembro de 1996, também para a CS. A dedução é permitida, desde que atendidos os limites e requisitos da legislação.

É válido ressaltar que nos juros sobre o capital próprio, há renteção do imposto de renda por ocasião do pagamento ou crédito da quantia para os investidores, com alíquota de 15%, tal como disposto pelo parágrafo 2º do artigo 9º da Lei n.º 9.249/95. Por outro lado, o artigo 10 desta mesma lei isenta os dividendos do imposto de renda para os acionistas, vez que o lucro já é tributado na companhia que o paga.

Martins e Souza (2009), ao tratar sobre a introdução da novidade legislativa no nosso ordenamento, chamam a atenção para o fato de que foi concebida como estímulo fiscal para atenuar os efeitos da extinção da correção monetária das demonstrações financeiras, já que as empresas muito capitalizadas sofreriam efeitos da mudança. Os autores também mencionam a exposição de motivos do projeto de lei que resultou na Lei n. 9.249/95, pela qual os juros sobre capital próprio teriam por objetivo dar tratamento equitativo ao capital próprio e ao de terceiros. Isso, porque o capital de terceiros é remunerado por juros de mercado, de modo que, do ponto de vista econômico, o capital próprio igualmente apresenta um custo de oportunidade, posto que representa um passivo contra seus beneficiários (sócios ou acionistas).

Uma vez instituída a possibilidade de dedução dos JSCP para fins de apuração do IR e da CS, a grande questão que se coloca diz respeito à avaliação de qual forma de remuneração do capital é mais vantajosa para as empresas: juros sobre capital próprio ou dividendos? A discussão é relevante e há diversos estudos que demonstram o porquê da escolha das empresas por um ou outro.

Scripelitti (2012) faz uma vasta análise dos fatores que exerceriam influência na escolha entre dividendos e JSCP. O estudo do autor identificou que empresas com altos volumes de lucros acumulados e com política agressiva de distribuição de resultados, tendem a pagar JSCP, isso, inde-

pendente do lucro do período. Mas, nesses casos, a distribuição de JSCP também vem acompanhada do pagamento de dividendos. Por outro lado, sua análise demonstrou que não há uma relação entre existência de boas práticas de governança corporativa e o pagamento de JSCP. Também, empresas cujo controle é estatal tendem a preferir usar JSCP ao invés de dividendos. Por fim, o autor aponta que os dados coletados confirmam que muitas empresas brasileiras continuam a usar exclusivamente dividendos, apesar de existirem vantagens fiscais relacionadas ao JSCP.

Por fim, Santos e Salloti (2008), trazem o entendimento de que a criação dos juros sobre capital próprio, nos moldes que são aplicados atualmente, pode ser considerada uma evolução positiva para a contabilidade, trazendo uma maior proximidade entre o lucro contábil e econômico. Contudo, algumas barreiras da legislação fiscal impediram os JSCP de atingir seu objetivo mais nobre da concepção, que é adequar a forma de rentabilidade dos sócios e acionistas das empresas.

Pesquisas Anteriores

Ferreira e Onzi (2006) estudaram a tributação incidente sobre lucros, dividendos e pró-labore, evidenciando as formas de cálculo de cada um deles, por meio do exemplo de uma empresa fictícia. O resultado obtido mostrou que, para a empresa, a melhor forma de remuneração do capital é o pagamento de juros sobre o capital próprio, considerado como despesa financeira dedutível para o IR e a CS, enquanto para o empresário o melhor é receber dividendos, por não ser tributado. Para geração de maior lucro possível, com a menor tributação possível, buscando atender ambos os interesses, concluíram que o ideal muitas vezes é utilizar um “mix” das formas de remunerar o capital e o trabalho, fazendo um estudo de cada caso.

Libonati, Lagioia e Maciel (2008) analisaram a forma de remuneração aos acionistas de companhias tributadas pelo lucro real, especificamente a distribuição de dividendos e o pagamento de juros sobre o capital próprio, buscando evidenciar a alternativa que proporciona menor carga tributária. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, dissertações e legislação sobre o assunto, utilizando-se o método dedutivo para abordagem do problema. Concluíram que o pagamento de juros sobre o capital próprio constitui-se na melhor opção, nos casos em que o beneficiário for pessoa física ou jurídica na qual não incida o adicional do IR (sendo a empresa pagadora sujeita ao adicional), uma vez que em ambos os casos há economia tributária para a fonte pagadora dos rendimentos.

Silva e Evangelista (2017) observaram os efeitos da utilização do planejamento tributário no momento da escolha da forma de retirada dos lucros pelos sócios. Utilizaram as leis atuais e buscaram os principais conceitos sobre o assunto na literatura, trazendo um exemplo prático e comparativo de uma empresa fictícia para evidenciar a distribuição de lucros por meio de pró-labore, dividendos e juros sobre o capital próprio. O resultado evidenciou maior economia tributária para a empresa, no caso dos juros sobre o capital próprio e, em segundo lugar, dos dividendos. Concluíram que é preciso explorar e conhecer tudo aquilo que é permitido por lei, a exemplo dos juros sobre o capital próprio, a fim de gerar maior economia tributária para empresas e sócios, evidenciando a importância do planejamento tributário.

Bisca *et al.* (2012) estudaram a utilização dos juros sobre capital próprio. Ao distribuir os lucros aos sócios, foi apresentado como o acionista pessoa jurídica receberia a remuneração por intermédio dos juros sobre capital próprio e sob forma de dividendos. Uma empresa, por mais que busque a redução de seus custos, como a obtida com a sistemática dos JSCP, deve analisar a medida

em conjunto com os beneficiários dos rendimentos, pois uma empresa não pode ser vista de forma isolada, dependendo diretamente de seus investidores. Portanto, a adoção dos JSCP deve observar as particularidades de cada empresa para que seja decidida qual a melhor forma de remuneração a ser adotada.

Souza *et al.* (2014) estudaram o melhor entendimento de como as maiores empresas de capital aberto do Brasil distribuíram seus resultados no ano calendário 2012. O artigo apontou que, a escolha da forma de remuneração dos acionistas da política de dividendo, o quanto deverá ser dividido ao acionista, e o quanto de lucro ficara retido. E por se tratar de tema que interliga conhecimento em diversas áreas, essa tentativa pode ser apenas um início de novas pesquisas utilizando-se da mesma base de dados e tomando como referencial inicial os números aqui apresentados, abrindo então, o leque de possibilidade de trabalho inovadores e originais.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia científica compreende o conjunto de etapas ordenadamente dispostas a serem executadas na investigação de um fenômeno. A presente pesquisa é classificada quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema conforme Beuren *et al.* (2008).

Quanto aos objetivos, o estudo se caracteriza por ser descritivo. A pesquisa descritiva é uma característica do enfoque dos objetivos deste trabalho, podendo ser definida por “descrever, narrar, classificar características de uma situação e estabelece conexões entre a base teórico-conceitual existente ou de outros trabalhos já realizados sobre o assunto” (CHAROUX, 2006, p. 39). Para alcançar o objetivo desta pesquisa, o qual é analisar a relação entre a forma e a proporção da distribuição de lucro aos acionistas com o efeito tributário nas empresas pertencentes ao IBRX50 em 2019, faz-se necessário descrever a estrutura de distribuição de lucros das empresas em análise para se obter dados e resultados que possam ser quantificados, analisados e discutidos.

Com relação aos procedimentos da pesquisa, estes se referem à forma pela qual se conduz o estudo, com um foco na maneira como se obtém os dados (BEUREN *et al.*, 2008). Este estudo utiliza a pesquisa documental, uma vez que foram analisados os relatórios financeiros das empresas brasileiras de capital aberto e coletados dados nas demonstrações contábeis e notas explicativas.

Sobre a abordagem do problema, esta pesquisa possui natureza quantitativa, se destacando por possuir dados e evidências coletadas que podem ser quantificados e mensurados estatisticamente. Para a quantificação dos dados coletados, nesta pesquisa foram utilizadas a estatística descritiva para apresentar o perfil dos dados, testes de diferença de médias para estimar se a modalidade de distribuição de lucros afeta significativamente a carga tributária da empresa.

Amostra do estudo

A escolha por empresas da B3 se deu pela facilidade no acesso aos dados que estão disponíveis em seus respectivos websites e no da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), bem como por serem optantes pelo lucro real. Portanto, ficaria mais evidente o efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio nos tributos pagos. As empresas do IBRX50 foram escolhidas para esse estudo, pois representam as cinquenta ações mais negociadas na B3, selecionadas em 24 de abril de 2020. Após seleção das empresas com dados disponíveis, foi feita a pesquisa com 32 companhias, conforme apresentado

no Quadro 1.

Quadro1 - Amostra de empresas do estudo

Ambev S/A	Cogna ON	MRV
B3	Cyrela Realt	Multiplan
Brasil	Eletrobras	Grupo Natura
Bradesco	Gerdau	Raia Drogasil
BBSeguridade	Intermedica	Localiza
Btgp Banco	Gerdau Met	Sabesp
Petrobras BR	Irbbrasil Re	Ultrapar
BR Malls Par	JBS	Usiminas
CCR AS	Lojas Americ	Telef Brasil
Cielo	Lojas Renner	Yduqs Part
Cemig	Magaz Luiza	

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Coleta e tratamento dos dados

Para a pesquisa, analisou-se a proporção da distribuição de lucros na forma de dividendos obrigatórios, dividendos adicionais e juros sobre capital próprio, identificando os efeitos fiscais decorrente da escolha do método. Tais informações foram coletadas principalmente em notas explicativas apresentadas nos relatórios financeiros. Para os valores coletados referentes às três modalidades, foi calculada a proporção percentual para identificar a de maior prevalência.

Os resultados foram analisados detalhadamente por meio de abordagem qualitativa e estatísticas descritivas. Segundo Vergara (2007), os objetivos são alcançados com a coleta, o tratamento e posteriormente com a interpretação dos dados, desta forma, não se deve esquecer de fazer a correlação entre objetivos e formas de atingi-lo.

Assim, após a coleta dos dados, as empresas foram categorizadas pela principal modalidade de distribuição de lucros (JSCP ou dividendos). Posteriormente foram selecionadas apenas as empresas que distribuíram JSCP para calcular a carga tributária em decorrência dos efeitos isolados da dedutibilidade desta modalidade de distribuição de lucro, totalizando 17 empresas. A economia tributária foi calculada pela diferença entre a carga tributária sem a dedutibilidade do JSCP e quando considerada a sua dedução.

Também foram calculados os limites de JSCP através do art. 9 da Lei n. 9.249/95 e art. 75 e 76 da IN RFB 1700/2017: devem ser calculados sobre as contas do patrimônio líquido (capital social; reservas de capital; reservas de lucros; ações em tesouraria; e prejuízos acumulados) e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. E não poderão exceder o maior entre os seguintes valores: 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício antes da dedução dos juros, caso estes sejam contabilizados como despesa; ou 50% (cinquenta por cento) do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Analisando os demonstrativos contábeis de 2019 das organizações que compõem o índice IBRX50, identificou-se a existência de algumas que apuraram prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social ou prejuízo líquido, além de outras que não apresentaram detalhadamente em notas explicativas as informações que eram necessárias para presente pesquisa. Tal fato impossibilitou a inserção dessas organizações na amostra, de forma que as próximas análises contêm apenas 32 empresas que estão inseridas em vários setores da economia, conforme representado na Tabela 1.

Tabela 1 - Empresas por Setor da Economia

Setor da Economia	Qtde	Setor da Economia	Qtde
Água e saneamento	1	Energia elétrica	2
Alimentos processados	1	Exploração de imóveis	2
Bebidas	1	Petróleo gás e biocomb.	2
Comércio e Distribuição	1	Previdência e seguros	2
Produtos de uso pessoal e de limpeza	1	Serviços financeiros diversos	2
Serviços médico-hospitalares análises e diagn.	1	Comércio	3
Telecomunicações	1	Intermediários financeiros	3
Transportes	1	Siderurgia e metalurgia	3
Construção civil	2	Diversos	3
Total		32	

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

A Tabela 2 apresenta a classificação das empresas de acordo com o segmento de Governança Corporativa da B3, os quais foram obtidos por meio da base de dados Econômica. Pode-se perceber que organizações classificadas no Novo Mercado, nível considerado como o maior padrão de governança corporativa, resultado da adoção de 100% das regras estabelecidas pela B3, predominaram na amostra.

Tabela 2 - Empresas por nível de Governança

Nível de Governança	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Tradicional	2	6,3
Novo mercado	21	65,5
Nível I	7	21,9
Nível 2	2	6,3

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

A Tabela 3, por sua vez, evidencia, em sua última coluna, a economia tributária contabilizada pelas empresas da amostra, em razão da decisão relacionada com a remuneração dos acionistas. Trata-se do JSCP deduzido no cálculo do imposto de renda e da contribuição social pelas companhias que optaram por essa modalidade de distribuição de lucros, em diferentes proporções.

Tabela 3 – Estatística descritiva da remuneração de acionistas e da economia tributária com a dedução do JSC da base de cálculo fiscal

Indicador Estatístico	Juros S/Capital Próprio (%)	Dividendos Obrigatórios (%)	Dividendos Adicionais (%)	Economia Tributária (Em milhares)
Mínimo	0	0	0	37.628
Máximo	100	100	72,3	2.949.143
Média	36,4	43,2	20,4	628.018
Desvio Padrão	37,9	39,6	26,3	965.295

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

Considerando que a forma e a proporção de remuneração de acionistas podem ter efeitos tributários distintos para a fontes pagadoras (empresas) e receptoras (acionistas), o assunto pode gerar conflito de interesses entre os proprietários e os controladores. É o chamado conflito de agência, que tende a ser administrado de forma mais eficiente em companhias com maior nível de governança corporativa, que buscam decidir considerando também os interesses dos acionistas minoritários. Assim, nem sempre seria adotada a decisão que poderia maximizar os ganhos tão somente da fonte pagadora.

Nesse sentido, a predominância de empresas com maior nível de governança corporativa na amostra, pode ser uma explicação para os resultados evidenciados na Tabela 3, que demonstra que remuneração por meio de dividendos obrigatórios e adicionais representou, em média, 64% do total. Mesmo com a possibilidade de se auferir uma economia tributária pela dedução fiscal do JSCP, a maioria das empresas remunerou seus acionistas por meio de dividendos, que, por sua vez, não oferecem nenhum tipo de incentivo fiscal ou dedução da base de cálculo do IR e da Contribuição social. Tal fato pode estar relacionado com a complexidade que envolve a decisão de remuneração aos acionistas, que deve considerar não apenas os benefícios fiscais da fonte pagadora da remuneração, como também da recebedora desses recursos, buscando benefícios mútuos tanto na esfera tributária como societária.

A Tabela 4 mostra a estatística descritiva da proporção da provisão do IR em relação ao lucro antes dos tributos. Algumas empresas apresentaram saldos a pagar de IR no período e outras apresentaram saldos credores, constituindo crédito de tributos diferidos para os próximos períodos. Nesses casos, a proporção do IR sobre o lucro antes do IR e da CS também terá sinal negativo.

Tabela 4 - Estatística descritiva da proporção provisão do IR com relação ao lucro antes do IR e da CS

Indicador Estatístico	Lucro antes do IR/CS 2019	Provisão do IR em 2019	Alíquota efetiva (%) de IR sobre o lucro
Mínimo	2.821	-11.607.176	-105,76%
Máximo	16.121.177	1.277.379	34,56%
Média	2.906.289	-238.207	2,64%
Desvio Padrão	3.814.910	2.118.475	22,69%

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

Como é de se observar, as entidades analisadas possuem dados muito variados em relação aos números absolutos, tanto no que se refere ao lucro antes do IR e da CS, quanto em relação à pro-

visão do IR. Esta constatação pode ser observada a partir do desvio padrão dos dados na segunda e terceira coluna da Tabela 4, o qual demonstra o nível de dispersão dos dados.

A razão desta dispersão pode estar relacionada à grande variedade de empresas avaliadas, as quais pertencem a setores diversos, cada qual com características vinculadas à lucratividade bastante díspares entre si. Note-se como também o grau de dispersão das amostras é alto no que se refere à proporção da provisão do IR, vez que o desvio padrão equivale a 2.118.475 (valor em milhares).

O Banco Bradesco possui a menor proporção, no valor de -105,76%, indicando que gerou maior volume de créditos fiscais a serem transportados para o exercício seguinte. Esta empresa optou pelos dividendos como principal forma de remuneração dos acionistas.

Por outro lado, o Grupo Natura é o que possui a maior proporção, no valor de 34,56%, significando que pagou relativamente mais IR para o exercício de 2019 que todas as demais empresas analisadas. Esta empresa optou pelos JSCP como principal forma de remuneração dos acionistas.

A média da proporção do IR em relação ao lucro antes do IR e da CS foi de 2,64%, indicando que a maior parte das empresas provisionou baixos ou nenhum valor de IR para o ano de 2019. Também é possível observar que a opção pelos JSCP ou dividendos não está evidenciada pela menor ou maior proporção de IR provisionado para o período, o que pode ser explicado por créditos fiscais diferidos de outros períodos, cujos efeitos se verificaram em 2019.

Observa-se ainda que das 32 companhias estudadas, apenas 11 optam preferencialmente pela distribuição de lucros a título de juros sobre capital próprio, sendo que 5 distribuem de forma exclusiva: Ambev S.A., Brasil, BTGP Banco, Multiplan e Grupo Natura.

Pode ser verificado que das empresas que utilizaram do JSCP, todas deduziram 100% do valor para o cálculo do imposto de renda e contribuição social. Como exemplificação a empresa Cielo distribuiu R\$ 485.276 como JSCP, multiplicado pela alíquota efetiva de 34%, é possível obter o valor de R\$ 164.994 que foi deduzido na apuração dos referidos tributos.

Figura 1 – Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras da Cielo S.A.

6 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	2º Semestre/19	Exercício/19	Exercício/18
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	728.294	1.988.836	4.154.425
Aliquotas vigentes - %	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(247.620)	(676.204)	(1.412.505)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	69.148	164.994	214.370
Benefício fiscal de P&D	4.435	10.928	16.130
Equivalência patrimonial	47.261	88.658	184.382
Ágio na aquisição de investimentos	(1.473)	(5.890)	(8.835)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	422	8.829	(7.864)
Imposto de renda e contribuição social	(127.827)	(408.685)	(1.014.322)
Correntes	(113.292)	(395.756)	(1.039.264)

Fonte: Cielo (2020)

Para aprofundar o entendimento, foram verificadas as demonstrações financeiras da empresa Ambev S.A., conforme Figura 2, que, após ajustes da base tributável com as devidas exclusões e

adições ofereceu à tributação o lucro de R\$ 3.511.873. Aplicando a alíquota nominal de 34% o valor do imposto a recolher seria de R\$ 1.194.037, contudo verifica-se que a distribuição de dividendos a título de JSCP foi essencial para inverter o cenário tributário e passou-se a ter saldo credor de imposto de renda.

Figura 2 – Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras da Ambev S.A.

	Controladora	
	2019	2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.714.642	10.173.286
Ajuste na base tributável		
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.332.321)	(1.325.972)
Participação nos resultados de controladas	(6.127.263)	(6.792.299)
Despesas não dedutíveis	53.563	53.229
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	203.289	450.346
Outras receitas não tributáveis	(37)	(97)
	3.511.873	2.558.493
Alíquota nominal ponderada agregada	34%	34%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(1.194.037)	(869.888)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivo relativo ao imposto de renda	2.217	2.217
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	2.545.056	1.620.508
Benefício fiscal da amortização de ágio	20.243	12.344
Imposto de renda retido na fonte	(2.309)	(3.214)
Reconhecimento/(baixa) de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(357.557)	89.500
Outros ajustes tributários	51.710	(29.792)
Imposto de renda e contribuição social	1.065.323	821.675
Alíquota efetiva de impostos	-9,94%	-8,08%

Fonte: Ambev (2020)

Em continuidade à análise das empresas descritas na Tabela 4, o caso Bradesco destaca-se pelo alto valor do imposto de renda credor. De acordo com as notas explicativas, as adições temporárias relacionadas à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões cíveis, provisões fiscais, provisões trabalhistas, impairment de títulos e investimentos, provisão para desvalorização de bens não de uso, ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação e ágio amortizado, foram as causadoras do diferimento do imposto de renda para pagamento em períodos futuros.

Análise modalidade de distribuição e seus efeitos na tributação

Com base no estudo realizado e já destacado acima, atualmente há duas principais formas de distribuição de lucros aos acionistas, sendo os dividendos e os JSCP. A principal diferença entre as modalidades é que a distribuição por dividendos não é tributada e os juros sobre o capital próprio gera tributação aos acionistas e pode gerar um benefício fiscal à empresa, pois reduz a base de cálculo do IR e da CS.

Após estudo de 32 empresas, quanto ao percentual dos lucros distribuídos por principal modalidades de distribuição, constatou-se que 66% das empresas analisadas distribuíram seus lucros em forma de dividendos e 34% optaram pelo pagamento de JSCP, no ano de 2019, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Empresas por modalidade de distribuição de lucros

Categoria	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dividendos	21	66%
Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)	11	34%

Fonte: Resultados da pesquisa (2020)

Desta forma, ficou evidente que a maioria das empresas ora analisadas optou pela distribuição dos lucros na forma de dividendos, ou seja, os dividendos aparecem como principal distribuição de lucros adotada pelas Companhias.

O resultado explicitado através do presente estudo não é diferente de outras pesquisas já realizadas. Gomes (2015) concluiu que muitas empresas optavam pela remuneração dos acionistas através de dividendos. Apurou-se naquela oportunidade que menos de 3% das companhias optantes pelo lucro real decidiram pelo pagamento de juros sobre o capital próprio.

A fim de verificar se esta decisão está vinculada ou não ao aspecto tributário, na sequência, analisou-se 17 empresas que optaram pela distribuição de lucros através dos JSCP (o Grupo Natura foi excluído da análise por apresentar um prejuízo antes dos tributos). Através da Tabela 6, simulou-se, então, o impacto da dedução ou não dos JSCP, na carga tributária suportada pelas entidades, considerando a proporção de tributos em relação ao lucro:

Tabela 6 – Comparativo de carga tributária

EMPRESA	Sem JSCP	Com JSCP	Economia Tributária
Ambev	34,0%	9,5%	24,5%
B3	34,0%	18,0%	16,0%
BR Malls	34,0%	28,3%	5,7%
Bradesco	34,0%	11,2%	22,8%
Banco do Brasil	34,0%	7,4%	26,6%
BTGP	34,0%	25,9%	8,1%
Cemig	34,0%	29,5%	4,5%
Cielo	34,0%	25,7%	8,3%
IRB Brasil	34,0%	29,2%	4,8%
Localiza	34,0%	23,5%	10,5%
Lojas Americanas	34,0%	24,0%	10,0%
Lojas Renner	34,0%	27,8%	6,2%
Magazine Luiza	34,0%	29,2%	4,8%
Multiplan	34,0%	15,6%	18,4%
Petrobras	34,0%	28,4%	5,6%
Raia Drogasil	34,0%	24,9%	9,1%
Telef Brasil	34,0%	19,9%	14,1%
MÉDIA	34,0%	22,2%	11,8%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2020)

A despeito da análise ter sido realizado com uma amostra relativamente pequena, aplicando o modelo para as 17 empresas, observou-se que em média as empresas optantes pela distribuição parcial ou total do lucro por meio de Juros Sobre Capital Próprio tiveram em média uma carga tributária de 22,2% considerando o efeito isolado desta dedução. Ao comparar com a carga tributária de 34%, a qual representa a contribuição social e imposto de renda (incluindo adicional), foi contatada uma redução de cerca de 12% da carga tributária incidente sobre o lucro, o que representaria nesta amostra uma economia de R\$10.383.522.140.

Com os resultados obtidos, restou demonstrado que, pela ótica tributária da companhia, a remuneração dos acionistas por JSCP reduz a proporção dos tributos em relação ao lucro, concluindo-se que a opção por esta modalidade gera uma economia tributária para a empresa pagadora.

E, ainda, com o intuito de melhorar o conhecimento dos dados apresentados e avaliando mais detidamente algumas contas relevantes nas demonstrações dessas companhias, analisou-se os limites dos JSCP que poderiam ser deduzidos no resultado e os valores que efetivamente o foram. Após, calculou-se a média do aproveitamento deste benefício pelas companhias, conforme Tabela 7:

Tabela 7 - Média Dedução Limite JSCP

Juros dedutíveis total	34.043.261
Juros dedutíveis média	1.891.292
Juros deduzidos total	28.606.167
Juros deduzidos média	1.589.232
Diferença total (valor não distribuído)	5.437.094
Diferença média (valor não distribuído)	302.061
Percentual aproveitado total (em relação ao total dedutível)	1217,45%
Percentual aproveitado média (em relação ao total dedutível)	67,64%
Percentual não aproveitado total (em relação ao total dedutível)	746,53%
Percentual não aproveitado média (em relação ao total dedutível)	41,47%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2020)

Verificou-se, portanto que as empresas analisadas que remuneraram os acionistas através dos JSCP não distribuíram a totalidade dos valores que eram permitidos em lei e que a média dos valores não aproveitados é de 41,47%.

Assim, através desta pesquisa, é possível afirmar que a opção pelo pagamento através dos juros sobre o capital próprio, por si só, é mais vantajosa para a empresa, sob a ótica da redução da carga tributária, mas que as empresas não se utilizaram do benefício em sua totalidade. Portanto, a maioria das companhias pertencentes ao IBRX50 optou pela distribuição através de dividendos por outras razões que não a economia tributária. Nesse sentido, na pesquisa realizada por Petri *et al.* (2013), é possível verificar que as empresas estudadas se utilizaram da distribuição por meio dos juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo mínimo obrigatório, auferindo um ganho tributário de 34% sobre os valores pagos aos acionistas. Diante disso, concluiu-se que em média 42% dos dividendos distribuídos são compostos por juros sobre o capital próprio, sendo que algumas empresas optaram pela remuneração exclusivamente por juros sobre o capital próprio.

Ainda sobre o ganho tributário imputado aos juros sobre o capital próprio, Ferreira *et al.* (2011), em seu estudo, verificaram os valores pagos a título de JSCP e notaram que houve uma re-

dução significativa na carga tributária resultando em uma economia tributária de até 40% sobre o montante dos juros. Nota-se que as instituições financeiras analisadas foram beneficiadas devido à adoção da prática do pagamento dos juros sobre o capital próprio, devido a dedução desses juros da base de cálculo do IR e da CS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância que envolve a definição da política de distribuição de resultados nas empresas o objetivo do presente trabalho foi o de analisar a relação entre a forma e a proporção da distribuição de lucros aos acionistas, com o consequente efeito tributário nas empresas pertencentes ao IBRX50 em 2019, que inclui as 50 ações mais negociadas na B3.

Para isso, selecionou-se, entre as empresas do grupo citado, aquelas que apresentaram lucros no exercício analisado, bem como informações detalhadas em notas explicativas que possibilitassem a análise da proporção da distribuição de lucros na forma de dividendos obrigatórios, dividendos adicionais e juros sobre capital próprio, identificando os efeitos fiscais decorrentes da escolha do método. Obteve-se, assim, uma amostra final de 32 empresas, para as quais foram calculadas as proporções do IR e da CS sobre a base de cálculo, com posterior levantamento das estatísticas descritivas e realização de um teste de diferença de médias para verificar se a modalidade principal de distribuição de lucro poderia estar relacionada com uma redução fiscal nas empresas.

Apurou-se que 66% das empresas analisadas distribuíram seus lucros em forma de dividendos principalmente, enquanto 34% optaram pela distribuição de juros sobre o capital próprio como principal modalidade, apesar da economia tributária de em média R\$ 628 milhões obtida pelas empresas que utilizaram esta forma de distribuição em diferentes proporções. Quando considerada a simulação da carga tributária em decorrência do efeito isolado da dedutibilidade do JSCP, constatou-se que em média houve uma redução de 11,8% da carga tributária incidente sobre o lucro das empresas, o que representaria nesta amostra uma economia de R\$10 bilhões. Mesmo assim, verificou-se que as empresas analisadas que remuneraram os acionistas através dos JSCP ainda não distribuíram a totalidade dos valores conforme os limites permitidos em lei e que a média dos valores não aproveitados de JSCP foi de 41,47%.

Com relação à predominância da distribuição de lucros por meio de dividendos na amostra analisada, os resultados obtidos corroboram o fato de que a decisão não envolve apenas uma questão econômica relacionada com a possibilidade de apuração de benefícios tributários, mas também questões mais amplas como a política de investimentos, estrutura de capital, custo total do capital e governança. Cabe lembrar também do conflito de agência que pode surgir em razão dos interesses antagônicos das fontes pagadoras e receptoras da remuneração, além de questões de mercado, envolvendo o entendimento das expectativas dos acionistas e à geração de valor.

Ainda que considerado o aspecto estritamente econômico relacionado com a economia tributária que pode ser proporcionada pelos juros sobre o capital próprio, há que se ponderar a necessidade de uma avaliação que envolva a empresa pagadora e o acionista receptor, uma vez que a legislação tributária impõe ônus diferentes para sócios pessoas físicas e jurídicas, gerando a necessidade de entender a composição societária da companhia previamente à definição da forma de remunerar os acionistas. Assim, o resultado da pesquisa também pode ter sido influenciado pelo impacto tributário que a modalidade dos juros sobre o capital próprio poderia ocasionar sobre os sócios das

empresas da amostra, especialmente no caso de serem pessoas jurídicas.

Quanto ao indicativo da ausência de associação da escolha pelos juros sobre o capital próprio como principal modalidade de distribuição de resultados com uma menor proporção dos tributos em relação a base de cálculo, a questão pode estar relacionada com a complexidade que envolve a legislação tributária, incluindo a possibilidade de realização de ajustes na base de cálculos e de aproveitamento de outros benefícios fiscais por parte de algumas companhias, o que pode reduzir a atratividade do benefício da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio, considerando as outras questões relevantes que precisam ser consideradas ao optar-se pelo seu aproveitamento. Neste sentido, destaque-se que a pesquisa revelou que a média da proporção do IR em relação ao lucro antes do IR e da CS foi de 2,69%, indicando que a maior parte das empresas provisionou baixos ou nenhum valor de IR para o ano de 2019

No que se refere às limitações da pesquisa, destaca-se o tamanho relativamente pequeno da amostra, de forma que os resultados obtidos não podem ser considerados como uma regra, indicando apenas uma tendência. Outra limitação foi a falta de um maior detalhamento de informações nas notas explicativas de algumas companhias que compunham a amostra inicial, incluindo o fato de divulgarem de forma líquida o efeito tributário da dedução do JSCP na base de cálculo fiscal, considerando os valores pagos e os recebidos de empresas das quais são sócias, não detalhando os cálculos realizados e dificultando a compreensão da informação.

Recomenda-se, para futuros trabalhos, o estudo do grupo de empresas constantes da amostra desta pesquisa que optaram pela distribuição de dividendos como principal forma de remunerar seus acionistas, buscando apurar a economia tributária que poderiam ter auferido caso optassem pelos juros sobre o capital próprio, bem como os motivos pelos quais renunciaram a esse benefício fiscal. Além disso, estudos futuros podem abordar os efeitos da Reforma Tributária considerando a tributação de dividendos, tal como está sendo proposto pelo atual Ministro da Economia Paulo Guedes.

REFERÊNCIAS

- AMBEV S.A. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=741020> Acesso em: mai. 2020.
- BEUREN, Ilse Maria (organizadora e colaboradora). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BISCA, M. H.; GRADI, M. C.; GONZALES, A.; NOGUEIRA, D. R. Juros sobre capital próprio: Uma análise sobre o impacto tributário para quem paga e quem recebe. Revista Científica Hermes, São Paulo, 7 (7), 74-89, 2012.
- BRASIL. Lei No 6.404. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 15 de dezembro de 1976.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.
- CIELO. Demonstrações Financeiras Anuais Completas. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=732053> Acesso em: mai. 2020.
- CHAROUX, O. M. G. Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento. 3. ed. São Paulo:

DVS, 2006.

FERREIRA, L. F.; LORANDI, J. A.; POLUCENO, A. C. Redução do custo tributário em instituições financeiras nacionais por meio da utilização dos juros sobre o capital próprio.

XVIII Congresso Brasileiro de Custos, Rio de Janeiro, 2011.

FERREIRA, L. F.; ONZI, S. M. D. Qual a melhor opção do ponto de vista gerencial-tributário para empresas tributadas com base no lucro real: destinação de lucros, pagamento de juros sobre o capital próprio ou pró-labore. *Revista Catarinense da Ciência Contábil - Florianópolis*, 5(14), 35-50, 2006.

FONTELES, I. V.; JÚNIOR, C. A. P.; VASCONCELOS, A. C. De.; LUCA, M. M. M. D. (2012). Política de Dividendos das Empresas Participantes do Índice Dividendos da BM&FBovespa. *Contabilidade Vista & Revista*, 23(3), 173-204.

FORTI, C. A. B.; PEIXOTO, F. M.; ALVES, D. L. (2015). Fatores Determinantes do Pagamento de Dividendos no Brasil. *Rev. contab. financ. v. 26, n. 68, São Paulo Mai/Ago. 2015.*

GOMES, Paulo Henrique da Cunha pinheiro Naves; TAKAMATSU, Renata Turola; MACHADO, Esmael Almeida. Determinantes da política de remuneração do capital próprio: dividendo versus juros sobre capital próprio. *Reunir Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, Sousa V.5, n 2, p 62-85,2015.*

LIBONATI, Jeronymo José; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; MACIEL, Carolina Veloso. Pagamento De Juros Sobre O Capital Próprio X Distribuição De Dividendos Pela Óptica Tributária. *Anais... 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE • 24 A 28 DE AGOSTO DE 2008.*

MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes; GIACHERO, Osvaldo Silvio; COSTA, Brener Elias da LEMES, Sirlei. Juros sobre capital próprio: Uma análise envolvendo a empresa pagadora e o acionista recebedor. *Brasília. Contabilidade, Gestão e Governança UnB 10 (2), 43-68,2007.*

MARTINS, Ives Gandra da Silva; SOUZA, Fátima Fernandes Rodrigue. A Figura dos Juros Sobre Capital Próprio e as Contribuições Sociais do PIS e da COFINS. *Revista Dialética de Direito Tributário, São Paulo, n. 169, Dialética, 2009, p.73.*

MARTINS, Eliseu. *Boletim IOB, Temática Contábil e Balanços. 2004. Disponível em: edisciplinas.usp.br. Acesso em: 25 de mar de 2020.*

PAIVA, J. W.; LIMA, A. V. (2001). A influência da tributação e dos juros sobre o capital próprio na política de dividendos das companhias brasileiras. *Anais do Encontro Brasileiro de Finanças, SBF in, São Paulo, SP, Brasil,1.*

PETRI, S. M.; VERAS, S. S.; VERAS, V.; ROSA, P. A. Juros sobre capital próprio – Estratégia de redução de tributos sobre o lucro das empresas do setor elétrico da BM&FBOVESPA. *Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí, Itajaí, V.2, N.2, 2013.*

RABELO, G. B.; PONTE, V. M. R.; JUNIOR, D. B. C. V.; DOMINGOS, S. R. M. (2017). A distribuição de dividendos como ferramenta sinalizadora de Desempenho futuro nas companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Universo Contábil*, 13(3), 162-182.

SANTOS, Ariovaldo dos; SALOTTI, Bruno Meirelles. Juros sobre o capital próprio: Qual a relação existente entre essa forma de remuneração e as características das empresas? 2008. *XXXII Anais do Encontro da ANPAD. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON-A1364.pdf>. Acesso em: 26 de mar de*



2020.

SCRIPPELLITI, Henrique César Pedroso. Dividendos e juros sobre capital próprio: análise dos fatores influenciadores da decisão de distribuição de resultados no Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo: 2012.

SILVA, E. B., EVANGELISTA, A. A. Planejamento tributário: uma análise comparativa sobre as retiradas dos sócios através do pró-labore, dividendos e juros sobre o capital próprio. Revista Metropolitana de Governança Corporativa, São Paulo, 2(1), 19-37, 2017.

SOUZA NETO, J. A., JORDÃO, R. V. D.; PINHEIRO, J. L.; MARQUEZINE, R. P. Juros sobre capital próprio como forma de acionistas: Um estudo sobre o conflito de agência e as práticas de planejamento tributário. Revista de administração FACES. Minas Gerais 13 (4), 91-108 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em Administração. 7 ed. São Paulo: Atlas, 96 p., 2006.

Subvenções governamentais e capitalismo de laços na área da saúde

Government subsidies and capitalism of ties in the health area

Amilson Carlos Zanetti

Mestre em Engenharia de Produção
amilson@pucminas.br

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira

Doutora em Ciência da Informação
josmaria@pucminas.br

Vanessa Freitas de Oliveira

Bacharel em Ciências Contábeis
oliveira.vanessa@gmail.com

Elaine Nunes Pinheiro Martins

Bacharel em Ciências Contábeis
lanenunes@yahoo.com.br

Felipe Gustavo de Brito Couto

Bacharel em Ciências Contábeis
felipegcouto@gmail.com

Isabella Lott Bezerra

Bacharel em Ciências Contábeis
isabellalott@gmail.com

Mauricio Alves da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis
mas.mauricioalves@yahoo.com.br

Valtencir Natal Pereira

Bacharel em Ciências Contábeis
vnpereira@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo oferece uma abordagem de economia política cultural aos esforços para fazer avançar o capitalismo de laços como uma estratégia específica de gestão de crise em resposta à ausência ou dificuldade de atuar do Estado na área da Saúde, através de análise de dados econômico-financeiras de diversas companhias de capital aberto que atuam na área da saúde que foram disponibilizados aos investidores. Três pontos principais são apresentados, tanto como formas de enquadramento quanto de resolução da crise. Podemos dizer em primeiro lugar que o capitalismo de laços na área da saúde talvez não existisse se o Estado tivesse a capacidade de atuar para a população naquilo que lhe é pertinente e, pela sua deficiência ou mesmo ausência de atuação, na área da saúde permite com que o governo incentive a atuação privada através de benefícios fiscais ou financeiros ou mesmo delegue responsabilidade nesta área. O segundo ponto que trataremos é que o tema capitalismo de laços na sua grande maioria quando discutido estabelece muitas vezes uma relação negativa entre o setor privado e o setor público, que resulta na criação de monopólios com grande poder econômico, influentes e favorecidos pelo governo, o que os torna cada vez mais fortes. Em por final, podemos citar que quase toda discussão relacionada ao tema fica difícil a discussão não enveredar para o lado político.

Palavras-chave: capitalismo de laços. BNDES. subvenção.

Abstract

This paper refers to cultural political economy, evaluating government subsidies released by nineteen companies in the health sector traded on B3 (official stock exchange in Brazil), and also, analyzing “capitalism of ties” as one of the strategies of response to the absence or difficulty of the State in the area of Health. Through the analysis of economic and financial data, in view of the extraction of information from the Financial Statements, for the year ended in December 31, 2019, three points were considered: first, the capitalism of ties might not exist if the State had the capacity to act with the population in what is relevant to it and, due to its deficiency or even lack of performance, it allows the government to encourage private action with fiscal or financial benefits, or even delegate responsibility in this area; secondly, discussions about bond capitalism generally focus on a negative relationship between the private and public sectors, resulting in the creation of monopolies with great economic power, influent and favored by the government, which makes them increasingly stronger; and the third, it can be mentioned that the discussion related to the subject capitalism of ties is usually conducted to political, economic and social discussions. As a result of the work, it was observed the existence of capitalism of ties in the corporate structures of organizations, as well as the disclosure of government subsidies in a portion of the companies studied, in addition to the Government's continuous commercial relations with companies.

Keywords: government subsidies; capitalismo of ties; disclosure accountin

INTRODUÇÃO

Este artigo discorre sobre algumas ponderações sobre as contradições das iniciativas de capitalismo de laços na área da saúde, oferecendo uma perspectiva de economia política cultural sobre as lutas pela hegemonia. Ele faz investigando os dados de diversas empresas de capital aberto no mercado brasileiro com o objetivo do entendimento do capitalismo de laços na área da saúde. Ao avaliar as empresas, o texto conclui que essas práticas complexas não podem ser definidas simplesmente como socializando a economia ou economizando o social. Em vez disso, mostra que os elementos de cada empresa em particular está em uma área de atuação.

Os incentivos fiscais e financeiro no mercado brasileiro, especificamente na área da saúde, podem ser descritos como um conjunto de políticas que abrem novas oportunidades de investimento econômico que geram tanto retornos financeiros quanto benefícios sociais concretos.

Muitas vezes o Estado se utiliza de uma política monetária para basicamente mobilizar capital privado para o bem público. De forma simples, o Estado atrai recursos não governamentais para financiar serviços públicos e permitir que os investidores contribuam positivamente para o “bem social”. O financiamento inicial de investidores não governamentais deve preencher uma lacuna de financiamento público em um momento de restrição de atuação do Estado. Diz-se que esse mecanismo transfere o risco do setor público para o setor privado.

Podemos dizer que quando existe monopólio de mercado que é o poder econômico concentrado nas mãos de poucas empresas, a economia classifica esse fato como um sério problema, pois gera ineficiência no mercado em decorrência de preços excessivamente altos quando comparados aos que possuem maior concorrência. Todos sabem que na presença da concorrência, a tendência de qualquer empresa é melhorar o serviço e baixar os preços, o que é melhor para todos.

O capitalismo de laços é uma condição em que existe concentração econômica e política e que, no Brasil, perdura desde o início de sua história. Muitos defendem que a função do governo é servir à população, mas quanto mais capturado estiver pelo setor privado e quanto mais atende a grupos de interesses, deixa a parcela menos favorecida da população de lado.

Outro ponto de vista que deve ser analisado é que o capitalismo de laços deve ser combatido, até para reduzir a corrupção, acrescentando que é preciso haver agências com poder e independência de governos e de empresas para regular fusões e aquisições empresariais e, ainda, qualquer ação que provoque o aumento da concentração de mercado.

Política como terreno estratégico no capitalismo de laços na área da saúde

O papel do Estado no capitalismo de laços na área da saúde quase sempre pode ser classificado como uma perspectiva de economia política cultural, o Estado molda os contornos, formas, normas, procedimentos e práticas, economia, relações da sociedade são entendidos como uma política híbrida que combina valores, normas e práticas sociais preferenciais múltiplas e concorrentes. Não são analisados como uma política única, principalmente pois temos tais políticas nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

O Estado estimula o investimento por meio de incentivos econômicos. A economia, através do Estado, permite o desenvolvimento de mecanismos de mercado para alavancar, mobilizar ou aproveitar o capital privado para bens públicos. As autoridades públicas incentivariam o investimento

privado, financiando projetos e empresas na área da saúde, otimizando esforços para criar oportunidades de negócios lucrativas e acessando fundos externos por meio de parcerias público-privadas para que isso aconteça. Muitas das vezes, o Estado, opta por preencher essas lacunas financeiras por meio de subsídios públicos, em vez de reavaliar ou suspender políticas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Souza *et al.* (2018) pesquisaram sobre o cumprimento do CPC 07, que trata da subvenção e assistência governamental, o qual determina a evidenciação do subsídio recebido da esfera federal, estadual e municipal. Assim, o campo de estudo desta pesquisa delimitou-se às empresas que se beneficiaram de recursos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

Os dados das organizações receptoras destes recursos, foram extraídos do próprio site da FINEP, e destes, foram listadas as organizações de capital aberto, que por determinação da Lei, são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis e financeiras. Conforme o estudo, 71,2% das empresas analisadas, evidenciou de alguma forma o recebimento da subvenção e assistência governamental, assim 28,8% não explicitaram este recebimento, porém realizaram citação direta do CPC 07. A maior parte evidenciada destes subsídios ocorreu por meio da redução do valor de pagamento do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ.

Por fim, em relação ao cumprimento dos itens nas demonstrações recomendados pelo CPC 07, observou-se que no período de 2008 a 2009, em média 11,3% das empresas analisadas cumpriram todos os itens, quanto ao período de 2010 a 2015, a média foi de 32,6% das organizações, sendo que apenas uma empresa relacionou à subvenção e assistência governamental recebida pela FINEP.

Benetti *et al.* (2014) estudaram sobre a evidenciação das subvenções e assistências governamentais – SAG's em empresas listadas na BM&FBovespa. A amostra de empresas compreendeu 144 organizações listadas em nove diferentes áreas de atuação.

O estudo ocorreu a partir de análises realizadas no Balanço Patrimonial e Notas Explicativas das demonstrações publicadas das respectivas empresas para o ano de 2010, precisamente o ano em que houve alterações no CPC 07, que diminuiu o número de requisitos a serem observados pelas organizações no que tange à evidenciação das subvenções e assistências governamentais usufruídas.

Os resultados da pesquisa apontaram que em todos os setores analisados, houve empresas que evidenciaram as SAG's, sendo que o que melhor evidenciou os subsídios foi o setor de Utilidade Pública e o que apresentou maior quantidade de informações foi o de Consumo Cíclico. Entre os itens recomendados pelo CPC 07, os que mais foram evidenciados pelas organizações, foram o item que trata da natureza e do reconhecimento do montante das SAG's, e também, a respeito da política contábil adotada pela organização para demonstrar as subvenções governamentais. Todavia, foi evidenciado que nenhuma das empresas analisadas, cumpriu de forma completa a divulgação dos itens recomendados pelo CPC 07.

Marinho (2018) estudou sobre o capitalismo de laços no Brasil através da análise das estratégias societárias adotadas pela BNDES Participações S.A (BNDESPAR) em empresas que ela mantinha participações. O estudo descreve como capitalismo de laços, a parceria firmada entre o setor público e o privado na formação societária das grandes companhias do país, assim o objetivo da pesquisa foi descobrir como a BNDESPAR utilizou seu poder acionário para influenciar nas decisões

destas empresas. Em geral, a estratégia adotada foi a de converter em participação acionária, dívidas de empresas inadimplentes com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES do setor público e privado.

O estudo baseou-se em uma divulgação realizada em 2011 pelo BNDES, que apresentou todas as companhias que ele detinha participação acionária, das 181 empresas levantadas, observou-se que 103 eram listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim o estudo baseou-se na análise dos estatutos sociais, acordos de acionistas, prospectos de distribuição de papéis, dentre outros, para se avaliar a influência da BNDESPAR nestas companhias.

O resultado mostra que das 103 empresas analisadas, em 45 delas a participação era ativa, e em 58 passivas, esta classificação avaliou a possibilidade ou não de controle ativo das decisões e gerenciamento do negócio. O estudo concluiu como significativo e expressivo o número de organizações que apresentaram controle ativo e passivo da BNDESPAR, mesmo sendo elas abertas para negociação pública. Ou seja, apesar das privatizações, o controle estatal é extremamente presente, podendo influenciar tanto empresas de capital aberto como público.

Melillo, Bragança e Medeiros (2019), estudaram a adoção do regime de competência para o reconhecimento de subvenções do governo pelos hospitais filantrópicos, adotando uma metodologia quali-quantitativa, com triangulação dos dados, aplicação de questionários, entrevistas e análise estatísticas da evolução dos indicadores no período. Concluíram que em relação a qualidade da informação contábil gerada os gestores apresentam preocupações e que a contabilização das subvenções pelo regime competência gera indicadores patrimoniais diferentes da contabilização efetuado pelo caixa, demonstrando a importância das escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, que tem impacto nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, influenciando na tomada de decisão.

Benetti et al. (2014), estudaram a Evidenciação de Subvenção e Assistência Governamentais das Empresas na Bm&Fbovespa, adotando uma metodologia descritiva e documental, com abordagem predominantemente quantitativa, com uma amostra não probabilística constituída por 144 empresas de 09 setores. Constataram que as empresas evidenciaram de forma satisfatória subvenções e assistências governamentais, entretendo não atenderam plenamente Pronunciamento Técnico CPC 07 (2010).

Chagas *et al.* (2020), Estudaram, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) situadas na Região Nordeste do País. Em relação ao nível de evidenciação das suas principais fontes de recursos, as subvenções e assistências governamentais, por meio de um estudo descritivo, de natureza qualitativa e quantitativa, com informações coletadas do Site do Ministério da Justiça, no período 2010 a 2014. Constatou-se que as subvenções e assistências governamentais, foram evidenciadas em conformidade com as normas contábeis em apenas 27% das organizações em estudo, demonstrando a necessidade melhoria no processo por parte da (OSCIPs) situadas na Região Nordeste do Brasil.

As subvenções são compreendidas como modalidade de transferência de recursos financeiros públicos para instituições privadas e públicas, sem fins lucrativos e de caráter assistencial. O principal objetivo é ocultar despesas de seus custeios. O capitalismo de laços pode ser compreendido como uma relação negativa entre o setor privado e o setor público, que resulta na criação de monopólios (ou seja, quando o poder é concentrado nas mãos de poucas empresas). Normalmente, o

monopólio possui grande poder econômico, é influente e acaba sendo protegido pelo governo, que o torna cada vez mais forte.

Gallon, Loureiro e Luca (2011), fizeram o estudo que tem o objetivo de investigar a divulgação das informações e os efeitos econômicos decorrentes do reconhecimento das Subvenções e Assistências Governamentais (SAG) nas demonstrações contábeis das maiores empresas abertas no Brasil, conforme Pronunciamento CPC 07, alterado pelo CPC 07(R1), em 2010. Foram analisadas 88 das 100 maiores companhias abertas listadas em Exame Melhores e Maiores 2010 (excluíram-se financeiras e seguradoras). O nível de evidenciação foi obtido a partir da Análise de Conteúdo das Notas Explicativas de 2008 e 2009, utilizando um check list, conforme disposições de divulgação do CPC 07, e os efeitos econômicos mensurados pelos índices ROA, ROE, ROS e ISAG de 2009.

Rocco (2016) fez uma pesquisa em que se fez uso de uma metodologia de análise qualitativa, usando-se os métodos de abordagem hipotético-dedutivos de caráter descritivo e analítico, teve por linha de fundo ofertar algumas premissas basilares sobre a configuração normativa dos incentivos fiscais, vindo a reconhecer que o correto uso dessa forma de intervenção do Estado na economia, pode fomentar o desenvolvimento de direitos como da cultura, educação, saúde, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento regional, dentre outros ditames constitucionais.

Ao analisar os textos acima mencionados, percebe-se que a intervenção do governo é relevante. Os estudos realizados conseguiram provar que a atuação do governo nas empresas faz diferença com suas subvenções. O trabalho desenvolvido por Gallon, Loureiro e Luca (2011), teve um caráter muito parecido com o que se espera ter no trabalho a ser desenvolvido. Uma vez que, foi analisada certa quantidade de empresas e foram recolhidas informações de suas respectivas notas explicativas com objetivo de investigar a divulgação das informações e os efeitos econômicos decorrentes do reconhecimento das SAG's nas demonstrações contábeis das maiores empresas abertas no Brasil. E o estudo realizado por Melillo, Bragança e Medeiros (2019), também contribuiu para ressaltar que as escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são determinantes nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, demonstrando sua empresa no processo de tomada de decisão.

Saac (2016) objetivou descrever as características das empresas que se beneficiam das subvenções e assistências governamentais. Para isso, a autora analisou 791 notas explicativas de 113 empresas listadas no índice da IBRX-100 da IB&FBovespa entre 2008 e 2014. Feito a regressão lógica por meio de softwares, foi possível identificar que 43% da amostra se beneficiaram de algum programa de incentivo do Governo, totalizando o valor de 30 bilhões de reais no período.

Mattos (2015) estudou a relação entre o Aqui Tem Farmácia Popular (do Programa Farmácia Popular do Brasil) e a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, dois programas assistenciais que foram criticados pela obscuridade quanto a relação que teriam; se de competição ou complementariedade. Como resultado, identificou-se que no Aqui Tem Farmácia Popular e na Assistência Farmacêutica na Atenção Básica o número de municípios cobertos pela segunda é maior (superior 90% contra 77% em 2014), bem como sua utilização como fonte de obtenção de medicamentos para casos relacionados a hipertensão e diabetes (45-60% na Assistência Farmacêutica na Atenção Básica e 13-19% no Aqui Tem Farmácia Popular, sendo o restante obtido no setor privado). O trabalho analisou ainda o papel das políticas na dinâmica dos modelos de atenção, com foco na segmentação da demanda, nas tensões entre Atenção Básica seletiva e abrangente e na mercantilização da saúde; o subfinanciamento e os diferentes modelos de gestão dentro do contexto neoliberal, a expansão do

mercado farmacêutico e as relações com as políticas para o Complexo Econômico Industrial da Saúde.

Lima (2019) estuda a relação entre os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) e a inovação econômica tendo um olhar para a construção dos Sistemas Nacionais de Direitos de Propriedade Intelectual (SNDPI) e do Sistema Internacional de Direitos de Propriedade Intelectual (SIDPI), objetivando entender a correlação entre o DPI e o mundo contemporâneo e seus impactos no Brasil. Para isso, o autor analisa a correlação entre propriedade intelectual e inovação concluindo que os DPI cresceram de importância junto com o crescimento de poder das empresas transnacionais, e que o desenvolvimento dos sistemas de inovação nacionais (SNI) de países como o Brasil, não pode ser visto de forma isolada das mudanças do paradigma tecnológico e das mudanças das estratégias dos grandes conglomerados.

Segundo Simões *et al.* (2020) as entidades devem avaliar de forma minuciosa as assistências recebidas do governo para aí sim determinar a forma apropriada de contabilização, no entanto as entidades não acostumadas a receber assistência governamental podem precisar adotar novas políticas e procedimentos contábeis que podem exigir julgamento significativo. O método aplicado foi avaliação das normas para assim concluir quais ações que devem ser tomadas rapidamente pela administração.

Já Ibanez (2011) realizou um estudo com o objetivo de entender a problemática geopolítica dos processos de transformações legais e institucionais em curso, no Brasil, a partir da Subvenção Econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e das linhas de financiamento para inovação relacionada à saúde.

Por fim Saac (2016) teve como objetivo descrever as características que classificam as empresas que se beneficiam de tais incentivo. Foi realizada uma análise descritiva com dados quantitativos e qualitativos. Mostraram-se significativas as seguintes variáveis: tamanho da empresa, adoção das IFRS, o fato de as empresas serem auditadas por grandes firmas de auditoria, o controle acionário ser privado, apresentar contingências fiscais classificadas como prováveis e possíveis, o fato de as empresas captarem recursos do BNDES.

METODOLOGIA

A pesquisa é aplicada, descritiva e possui uma abordagem qualitativa e quantitativa para identificar e analisar as subvenções governamentais concedidas a empresas do setor saúde. Segundo Fleury e WerLang (2017), a pesquisa aplicada busca investigar problemas existentes em empresas, instituições, setores, grupos ou atores sociais. A pesquisa descritiva, comumente utilizada na análise e descrição de pesquisas contábeis de acordo com Raupp e Beuren (2006), permite descrever as características de um setor e estabelecer relações entre variáveis.

A fonte de informação é documental, a partir da qual é feita uma análise quantitativa e qualitativa. Na abordagem quantitativa há busca de apreensão de fenômenos com a análise de dados e procedimentos matemáticos, para determinar se as concepções se sustentam ou não após análise de variáveis quantificadas em números, segundo Silva (2018).

Por fim é qualitativa por se tratar de uma abordagem interpretativa do contexto, e analisar fatos e fenômenos a partir de dados que não podem ser coletados totalmente apenas pelo método qualitativo, segundo Silva (2018).

A coleta de dados foi realizada com a extração de informações de demonstrações contábeis divulgadas por dezenove empresas do setor saúde negociadas na B3 (Bolsa de Valores oficial do Brasil). Posteriormente, foram coletadas as seguintes informações e armazenadas com o uso de uma planilha eletrônica: nome da empresa, itens de divulgação das subvenções governamentais (política contábil e os métodos de apresentação nas demonstrações, natureza e a extensão ou assistências governamentais, condições a serem regularmente satisfeitas e outras contingências ligadas, descrição das subvenções nas demonstrações), outras informações do ano de 2019 (valor reconhecido na reserva de incentivos fiscais, resultado líquido, receita líquida, ativo total), subsídios por categorias (perdão de dívidas, empréstimos a taxas menores que as de mercado, ativos não monetários, renúncias a obrigações e outros subsídios e tipos) e composição do capital (número de ações ordinárias, número de ações preferenciais, formação societária de primeiro, segundo e terceiro nível e se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos Sócios).

O setor saúde considerado na análise abrange empresas dos seguintes segmentos: atendimento médico hospitalar, serviços de análise de diagnósticos, equipamentos de saúde, farmácia, fabricação de medicamentos e outros produtos para uso humano, fabricação de medicamentos e outros produtos para uso animal e operadoras de saúde.

Os dados coletados serão apresentados como números e porcentagens e as variáveis contínuas como média, desvio-padrão, mediana, valor mínimo e valor máximo.

ANÁLISE E RESULTADOS

Grupo de Empresas Analisadas

A análise de resultados da pesquisa baseia-se na análise das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas de dezenove empresas listadas na B3, na categoria Comércio e Distribuição, Equipamentos, Medicamentos e Outros Produtos, e Serviços Médicos Hospitalares Análises e Diagnósticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Tabela 1 apresenta as dezenove empresas analisadas, bem como a respectiva área de atuação principal, o porte da companhia, considerando o critério adotado pelo BNDES, que realiza a classificação empresarial de acordo com a receita operacional bruta anual, o resultado do exercício, o total do ativo e o patrimônio líquido.

Tabela 1 - Apresentação das companhias estudadas

COMPANHIA	ÁREA DE ATUAÇÃO PRINCIPAL	PORTE	RECEITA BRUTA	LUCRO/ PREJ.	ATIVO TOTAL	PL
ADVANCED DIGITAL HEALTH MEDICINA PREVENTIVA S.A.	MEDICINA PREVENTIVA	MICRO	5	-4.941	421	- 14.585
BAUMER S.A.	EQUIP. MÉDICO-HOSPITALAR	MÉDIA	168.039	4.194	190.587	108.127
BIOMM S.A.	BIOMEDICAMENTOS	MÉDIA	10.561	-55.778	383.418	153.557
BIOTOSCANA INVESTMENTS S.A.	BIOFARMÁCIA	GRANDE	803.567	1.602	1.246.948	740.564
CENTRO DE IMAGEM DIAGNOSTICOS S.A.	MEDICINA DIAGNÓSTICA	GRANDE	1.159.222	50.073	2.401.121	1.320.002
DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	MEDICINA DIAGNÓSTICA E SERV. AMBULATORIAL	GRANDE	4.725.688	130.223	8.839.181	3.263.382
DIMED SA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	DISTRIB. DE PROD. FARMACÊUTICOS	GRANDE	2.873.038	76.755	1.468.975	524.176
FLEURY S.A.	MEDICINA DIAGNÓSTICA E ASSISTENCIAL	GRANDE	3.011.528	312.317	5.096.652	1.758.976
HAPVIDA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.	MEDICINA ASSISTENCIAL E ODONTOLOGIA	GRANDE	5.877.200	851.846	12.453.686	7.261.885
HYPERA S.A.	PRODUTOS FARMACÊUTICOS	GRANDE	4.372.101	1.164.040	11.919.475	8.710.100
INSTITUTO HERMES PARDINI S.A.	MEDICINA DIAGNÓSTICA, ASSISTENCIAL E ODONTOLOGIA	GRANDE	1.454.240	158.404	1.625.791	696.456
LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIP. E ARTIGOS MÉD. HOSP. S.A.	PROD. E COMERC. DE PROD. MÉD. E HOSPITALARES	MÉDIA	140.841	18.275	215.358	98.341
NORTEC QUÍMICA S.A.	PROD. E COMERC. DE PROD. QUÍMICOS E FARMOQUÍMICOS	MÉDIA	190.964	15.793	194.452	134.241
NOTRE DAME INTERMÉDICA PARTICIPAÇÕES	MEDICINA ASSISTENCIAL E ODONTOLOGIA	GRANDE	8.693.451	423.583	13.148.040	6.370.396
ODONTOPREV S.A.	ODONTOLOGIA	GRANDE	1.887.301	284.821	176.874	1.116.493
OURO FINO SAÚDE ANIMAL PARTICIPAÇÕES S.A.	DESENV. PROD. E COMERC. DE PROD. DE SAÚDE ANIMAL	GRANDE	680.325	46.278	869.536	492.447
PROFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS S.A.	DISTRIB. DE PROD. FARMACÊUTICOS	GRANDE	5.566.938	16.062	3.183.388	1.037.212
QUALICORP CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.	GESTÃO DE BENEF. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	GRANDE	2.177.214	392.756	2.592.918	1.425.837
RAIA DROGASIL S.A.	COMÉRCIO DE PROD. FARMACÊUTICOS	GRANDE	17.496.592	772.240	12.075.866	4.076.419

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A., não divulgou seus resultados

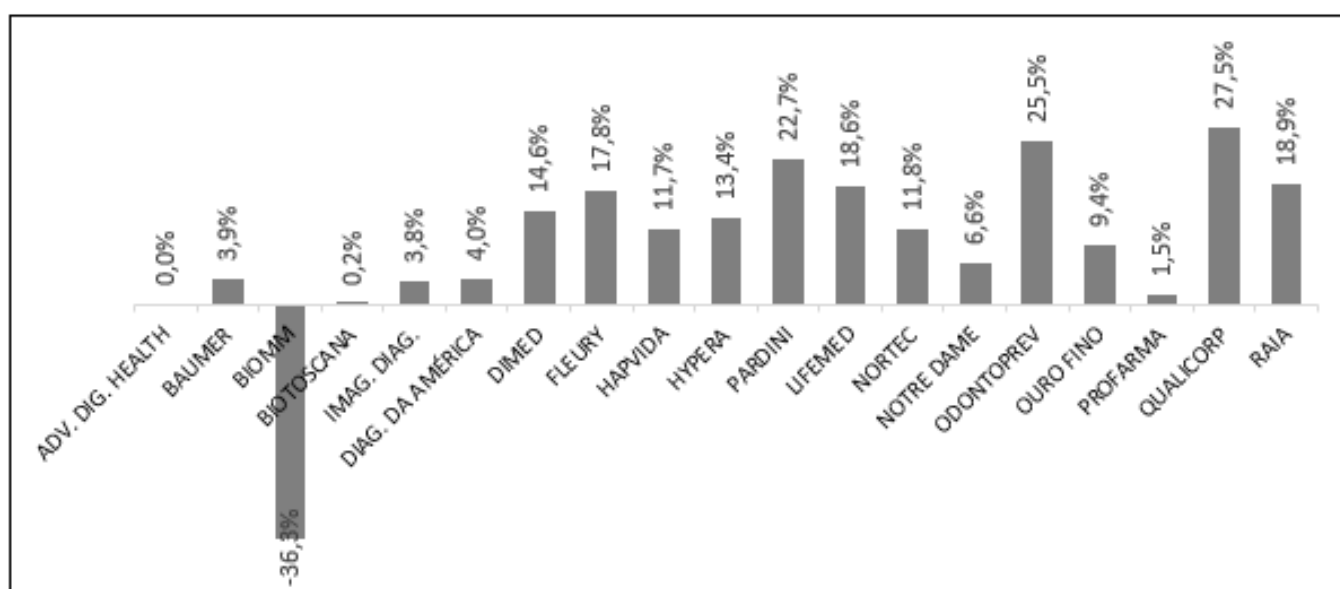
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, portanto os valores apresentados compreendem o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Observa-se que cerca de 74% das companhias listadas estão enquadradas como empresa de grande porte, ou seja, receita bruta superior a 300 milhões anuais. Outro ponto é o de que apenas duas companhias apresentaram resultado do exercício negativo, Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A. e a Biomm S.A.

Outras Informações Analisadas

Buscando-se analisar mais detalhadamente o porte da organização, bem como seu desempenho econômico e financeiro, analisou-se três indicadores de resultado elementares, a rentabilidade, através do ROE – Return On Equity ou Retorno sobre o Patrimônio Líquido, Endividamento e Lucratividade. O Gráfico 1 apresenta o primeiro indicador analisado, o ROE, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Gráfico 1 - Consolidação do Retorno sobre o Patrimônio Líquido das empresas analisadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

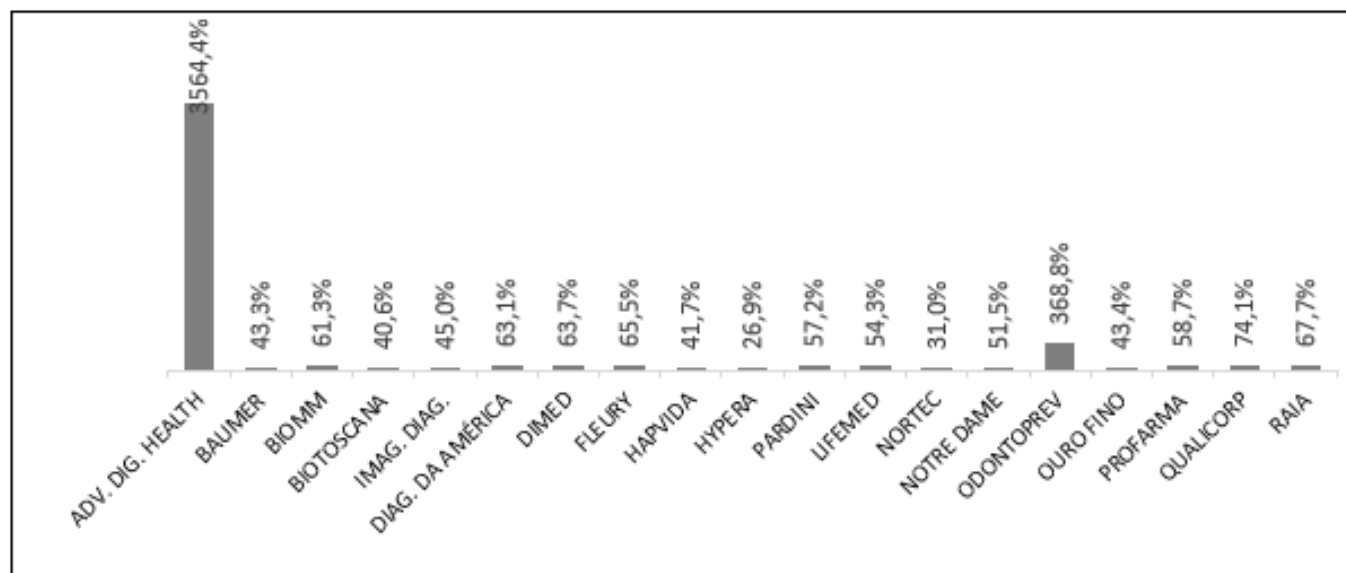
Este indicador mostra o retorno, ou a capacidade de agregação de valor da companhia em relação ao resultado gerado, ou seja, quanto ela consegue trazer de retorno, a partir do valor investido pelos acionistas.

A consolidação dos resultados demonstra que a maior parte das organizações obteve retorno ao final do exercício de 2019, já que o resultado do exercício foi positivo. A companhia com melhor resultado foi a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A., retornando na forma de lucro 27,5% do capital investido pelos sócios. Por outro lado, tanto a Biomm S.A., como a Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A. apresentaram resultado do exercício negativo, ou seja, elas não retornaram lucro aos acionistas, mas sim prejuízo. Ainda mais agravante é a condição da Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A, que vem apresentando prejuízos consecutivamente, o que culminou com seu patrimônio líquido negativo, o que impossibilitou o cálculo do ROE.

O próximo indicador analisado é o Índice de Endividamento Geral (EG), este indicador mos-

tra a relação passivos versus ativos, ou seja, o percentual de ativos da organização que está sendo financiado por capital de terceiros. Este índice avalia o grau de alavancagem da instituição, indicando se a organização utiliza mais recursos de terceiros ou próprios, mostrando assim a capacidade de pagamento da instituição.

Gráfico 2 - Consolidação do Índice de Endividamento Geral das empresas analisadas



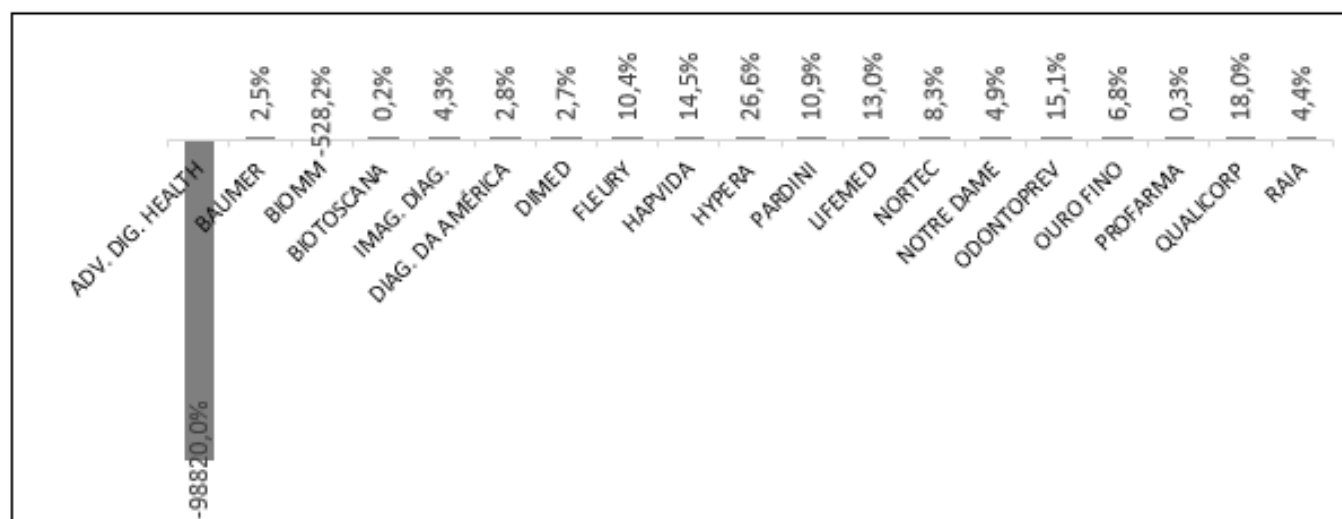
Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando os dados, observa-se que dezessete das dezenove empresas estudadas, apresenta índices de endividamento saudáveis, ou seja, o passivo menor que o ativo, indicando assim, a capacidade da empresa manter sua liquidez e honrar os compromissos firmados. As duas organizações que destoaram da amostra, apresentando índices de endividamento demasiadamente elevados, foi a Odontoprev S.A. e a Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A., com um valor de endividamento incongruente desproporcional ao total de ativo.

Assim, estes resultados indicam a incapacidade momentânea ou não da organização gerar receita através da execução da sua atividade, sendo necessário recorrer ao capital de terceiros para a manutenção do capital de giro das atividades da organização.

Finalmente, o último indicador é o Índice de Lucratividade, ele mede os ganhos da organização a partir da receita operacional auferida, em outras palavras, este indicador mostra a capacidade operacional da organização de gerar lucro.

Gráfico 3 - Consolidação da Lucratividade das empresas analisadas



Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando os dados observa-se novamente que a Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A. e a Biommm S.A., foram as empresas que ficaram com seus resultados negativos, isso ocorreu pois como já apresentado anteriormente, estas são as duas empresas que apresentaram o resultado do exercício também negativo.

Por fim observa-se que a lucratividade média entre as empresas é baixa, excluindo-se da amostra os valores negativos, ela fica em 8,56%, bem abaixo dos resultados de empresas que destacaram-se positivamente no período, a Hypera S.A. (26,62%), e em seguida a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. com 18,04%.

Reconhecimento das Subvenções Governamentais

Nas análises deste trabalho buscou-se evidenciar as subvenções governamentais usufruídas por estas empresas privadas do setor de saúde. As subvenções governamentais podem ser entendidas conforme o CPC 07 como uma assistência da parte do governo, que usualmente é concedida para as organizações na forma de benefício pecuniário, todavia não sendo restrito a este. Como contrapartida do benefício recebido, é exigido que a entidade cumpra certos requisitos que estão relacionados à execução de suas atividades operacionais.

Desta forma, com o intuito de analisar as subvenções usufruídas pelas companhias, bem como a forma que elas evidenciam estas informações em suas Demonstrações e Notas Explicativas, estabeleceu-se como critérios da pesquisa a evidenciação de três questões: a política contábil adotada para as subvenções governamentais, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações contábeis, a natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais e as condições a serem regularmente satisfeitas e outras contingências ligadas.

Como forma de classificar os dados levantados, adotou-se três categorias de classificação: Divulgado – no caso de a empresa expressar de forma clara em suas Notas Explicativas a condição analisada; Não evidenciado de forma clara, mas presente nas demonstrações de forma indireta – no caso de a empresa não evidenciar de forma clara a condição estudada, porém citar e/ou apresentar no decorrer de suas Notas Explicativas a condição analisada; e, não divulgado, nem presente nas

demonstrações de forma indireta – no caso de a empresa não evidenciar direta ou indiretamente o critério estudado.

A Tabela 2 apresenta o consolidado das informações obtidas através da leitura das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas das dezenove empresas da amostra.

Tabela 2 - Análise consolidada das práticas de subvenção adotadas pelas organizações

Condição	Divulgado	Não evidenciado de forma clara, mas presente nas demonstrações de forma indireta	Não divulgado, nem presente nas demonstrações de forma indireta
Critério	A política contábil adotada para as subvenções governamentais, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações contábeis		
Quantidade	8	-	11
Percentual	42%	0%	58%
Critério	A natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais		
Quantidade	6	6	7
Percentual	32%	32%	37%
Critério	Condições a serem regularmente satisfeitas e outras contingências ligadas		
Quantidade	4	2	13
Percentual	21%	11%	68%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Analisando-se estes dados observa-se que a maioria das organizações não divulgou a política contábil de subvenções governamentais adotada (58%) e as condições a serem regularmente satisfeitas pela companhia para usufruir do benefício (68%). Já para a natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais o número de empresas que não divulgaram caiu (37%), mas ainda assim foi maior que as outras categorias.

Os itens sumarizados na Tabela 2 evidenciam que algumas das companhias analisadas usufruem de subvenções relacionadas à concessão de empréstimos do BNDES e BDMG com taxa de juros inferiores as praticadas pelo mercado, e também, usufruem de empréstimos e financiamentos concedidos pela FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, entidade governamental que concede recursos reembolsáveis ou não a organizações que investem em pesquisa e inovação, além de também apoiar a construção da primeira planta fabril, incorporações, fusões e joint ventures.

Também foi evidenciado outras assistências governamentais como benefícios fiscais do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e da Lei do Bem, que igualmente trata-se de uma concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizam novas pesquisas e investem em inovações tecnológicas.

De igual modo, objetivou-se nesta análise observar se há o reconhecimento ou não na Reserva de Incentivos Fiscais por parte das organizações, o que ficou evidenciado é que apenas seis das dezenove empresas analisadas divulgaram esta informação. A Tabela 3 apresenta a consolidação destes dados.

Tabela 3 - Consolidação dos valores reconhecidos analisados

Valor reconhecido na Reserva de Incentivos Fiscais em Milhares									
Notação		Quantidade	Percentual	Média	Desvio Padrão	Mediana	Valor Mínimo	Valor Máximo	
9.519,5	— 1.424.067	5	83%	556.371	1.120.586	146.404	9.520	2.838.613	
1.424.067	— 2.838.614	1	17%						

fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Desta forma, pode-se observar que das doze companhias que divulgaram ou apresentaram de forma implícita o recebimento de subvenções governamentais, apenas seis reconheceram os valores na Reserva de Incentivos Fiscais, sendo que destas seis companhias, duas explicitaram que os incentivos fiscais usufruídos trata-se de benefícios oriundos da isenção e/ou diminuição da alíquota aplicada ao ICMS.

Também foi evidenciado pela análise estatística dos dados, sumarizados na Tabela 3, que os valores da amostra estão dispersos em um intervalo significativo, ou seja, a diferença entre o menor valor reconhecido e o maior é de 29.717%.

Por fim, observa-se que estes dados não se diferem relevantemente do levantamento realizado por Scheren *et al.* (2017), os autores analisaram o número de empresas que possuíam subvenções e assistências governamentais no período de 2010 a 2016 por setor econômico da B3 S. A., neste levantamento confirmou-se que no setor da saúde, o máximo de companhias que evidenciaram usufruir de Subvenções Governamentais foram três, oscilando também em alguns anos para uma ou duas organizações.

Não Evidenciação de Subvenções Governamentais

Durante a fase de levantamento dos dados, obteve-se retorno do departamento de Relação com Investidores de uma das empresas analisadas, a HapVida S.A., através do retorno positivo da companhia, o diretor de mercado de capitais da companhia, Luccas Adib prestou esclarecimentos sobre a relação da empresa e as subvenções governamentais.

Ficou demonstrado que existem companhias que não usufruem destes benefícios, não evidenciando nas demonstrações contábeis nenhuma forma de subvenção governamental. A relação estruturada pela HapVida S.A. não compreende recursos de natureza creditícia com o governo, ou seja, toda captação de recurso ocorre com a parceria privada, por meio de captação de dívida via emissão de debêntures. Excepcionalmente, acontecendo apenas uma vez nos quarenta anos de existência da organização, ocorreu a efetivação de uma transação via empréstimo bancário com o setor privado.

O que também foi evidenciado foi a geração de caixa robusta da organização, o que garante o crescimento inorgânico rápido da companhia, via aquisição de empresas estratégicas em diferentes localidades do país.

Por fim, foi também explicitado que a empresa recebe estímulos setoriais por dedicar parte dos seus rendimentos para a realização de novas pesquisas e investimento em inovações tecnológicas, através da Lei do BEM, uma lei onde o governo renuncia parte da arrecadação dos impostos de direito, como forma de estímulo às organizações que investem em PD&I, porém ainda não explicitado nas demonstrações de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Capitalismo de Laços é definido por Lazzarini (2011) como uma rede interligada de contatos, estratégias e conexões de apoio, que de modo geral se relacionam com interesses políticos e econômicos. O autor destaca que essas relações são estabelecidas para se obter acordos comuns de interesse ou angariar oportunidades de mercado. Cabe destacar que estas conexões podem ser estabelecidas somente entre agentes da iniciativa privada, porém o que se observa de forma recorrente é a ligação do governo e outros agentes estatais nestas relações corporativas.

Deste modo, este trabalho buscou analisar nas dezenove empresas anteriormente listadas como se comportam os grupos societários, ou seja, a participação de entes estatais, privados e grupos familiares controladores, nacionais e internacionais no comando acionário das companhias. Também foi um dos objetivos da pesquisa, desdobrar os níveis societários das dezenove empresas até ao terceiro grau, a fim de analisar as ligações entre estes agentes por meio da sua participação, em alguns casos, conjunta na formação societária de uma ou mais empresas.

A Tabela 4 mostra a consolidação de alguns dados que evidenciam a formação societária das empresas, para melhor visualização dos dados, utilizou-se a classificação sugerida por Lazzarini, que classifica os grupos em quatro tipos: estatais, privados familiares, privados amplos e estrangeiros.

Tabela 4 - Composição acionária das companhias analisadas

1º NÍVEL ACIONÁRIO			
TOTAL DE EMPRESAS COM ACIONISTAS ESTATAIS	TOTAL DE EMPRESAS COM ACIONISTAS PRIVADOS FAMILIARES	TOTAL DE EMPRESAS COM ACIONISTAS PRIVADOS AMPLOS	TOTAL DE EMPRESAS COM ACIONISTAS ESTRANGEIROS
4	8	17	9
21,1%	42,1%	89,5%	47,4%

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Observa-se que o somatório total dos percentuais sobrepassa 100%, isso ocorre já que uma organização pode possuir em sua estrutura acionária mais de uma das classificações adotadas.

No levantamento dos dados evidenciou-se a participação estatal em algumas empresas, através do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES Participações S.A. e do Banco De Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. Além disso, também se observou a grande participação de empresas estrangeiras na formação societária das organizações analisadas.

Também se evidenciou como prática recorrente entre as empresas a manutenção do controle acionário nas mãos da família fundadora, além de se observar donos que criam uma empresa para controlar outra, mantendo dessa forma o controle através de várias ramificações.

Este tipo de operação, são as chamadas “aglomerações”, ou seja, proprietários que possuem participações em sociedades de forma sobreposta, assim o que se observa são investimentos realizados de forma conjunta, e em muitos casos, o controle mantido por essas organizações.

Lazzarini (2011), também destaca que muitas vezes se torna um objetivo destas organizações permanecerem com os mesmos sócios controladores para garantir a estratégia da organização de forma que seja mutuamente benéfica e coordenada. Estas aglomerações são conhecidas como grupos econômicos, ou seja, um conjunto de firmas que estão debaixo de um guarda-chuva comum, o mesmo controlador.

Destaca-se que o que foi discutido pelo autor, pôde ser evidenciado na análise da formação societária das dezenove instituições avaliadas, conforme evidenciado no Anexo 03, que desdobra a formação societária de cada instituição estudada em mais dois níveis. Ou seja, nos outros níveis observa-se igualmente presente em várias organizações, o controle acionário da família controladora por meio de outras firmas, além dos acionistas estrangeiros, e também, do governo.

Por fim, observa-se que as múltiplas facetas do capitalismo no país convergem para um grupo restrito de investidores, ou seja, acionistas que, em suma, replicam a formação societária em outras empresas, criando assim, um agrupamento por meio de pirâmides societárias e blocos que possuem o controle bem estabelecido. Assim, ficam evidentes os laços constituídos tanto na esfera privada, com atuação também de agentes estrangeiros, como na pública, com a participação ativa de entes governamentais.

O CPC 07, trata da subvenção e assistência governamental, determina a evidenciação do subsídio recebido da esfera federal, estadual e municipal. O campo de estudo desta pesquisa delimitou-se às empresas que se beneficiaram de recursos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Os dados das organizações receptoras destes recursos, foram extraídos do próprio site da FINEP, e destes, foram listadas as organizações de capital aberto, que por determinação da Lei, são obrigadas a publicar suas demonstrações contábeis e financeiras.

Devido a pandemia da Covid-19, os governos de todo o mundo, incluindo o governo brasileiro, estão tentado implementar medidas para ajudar as empresas e conseqüentemente a economia a superar os efeitos da crise.

Diante disso, um dos alvos de investimento tem sido a Indústria Farmacêutica que representa uma indústria-chave para o progresso tecnológico e científico da sociedade. O bem-estar da população depende, de certa forma, da interação com o governo e com sistemas de saúde. Uma vez que a esperança média de vida e a qualidade de vida das pessoas dependem muito do uso de medicamentos que essas empresas oferecerem.

O presente trabalho pretendeu fazer um estudo sobre as subvenções governamentais e o capitalismo de laços na área da saúde no Brasil. Os dados investigados foram verificados através das demonstrações contábeis disponibilizadas no site da B3 (Bolsa de Valores Oficial do Brasil), onde foram consultadas as demonstrações contábeis de 19 (dezenove) empresas, da área da saúde, envolvidas na pesquisa e conseqüentemente uma observação maior quanto as informações de suas respectivas notas explicativas para saber quais subvenções existem e conhecer melhor as constituições societárias dos envolvidos.

O governo pode oferecer os subsídios de várias formas, dentre elas têm-se: os empréstimos abaixo da taxa de mercado, incentivos de trabalho a curto prazo, fundos de assistência, créditos tributários baseados em renda, entre outras. Assim, as entidades podem receber subsídios por meio de perdão de dívidas, empréstimos a taxas menores que as de mercado, ativos não monetários, renúncias a obrigações e outros subsídios.

As subvenções são compreendidas como modalidade de transferência de recursos financeiros públicos para instituições privadas e públicas, sem fins lucrativos e de caráter assistencial. O principal objetivo é ocultar despesas de seus custeios.

O capitalismo de laços pode ser compreendido como uma relação negativa entre o setor pri-

vado e o setor público, que resulta na criação de monopólios (ou seja, quando o poder é concentrado nas mãos de poucas empresas). Normalmente, o monopólio possui grande poder econômico, é influente e acaba sendo protegido pelo governo, que o torna cada vez mais forte.

Portanto, conclui-se que, a intervenção do governo é relevante. Os estudos realizados conseguiram provar que a atuação do governo nas empresas faz diferença com suas subvenções. Uma vez que, foram analisadas uma certa quantidade de empresas e foram recolhidas informações de suas respectivas notas explicativas com objetivo de investigar a divulgação das informações e os efeitos econômicos decorrentes do reconhecimento das SAG's nas demonstrações contábeis das maiores empresas abertas no Brasil. Também contribuiu para ressaltar que as escolhas contábeis, na forma de reconhecimento das subvenções governamentais, são determinantes nos elementos patrimoniais e de resultado da entidade, demonstrando sua empresa no processo de tomada de decisão.

O governo tem a função de servir à população. Porém, se ele não agir de forma adequada, poderá correr o risco de deixar a parcela menos favorecida da população de lado. Isso ocorre quando ele estiver mais capturado pelo setor privado e quanto mais atender a grupos de interesses.

Dessa forma, para o bem de todos, é importante que o capitalismo de laços seja combatido. Um dos focos principais é reduzir a corrupção. Para isso, é necessário existir agências com poder e independência de governos e de empresas para regular fusões e aquisições empresariais e, ainda, qualquer ação que provoque o aumento da concentração de mercado.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Cleicle Albuquerque *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, Dec. 2013.

BENETTI, Kelen *et al.* Evidenciação de subvenção e assistência governamentais das empresas na Bm&Fbovespa. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 75-90, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>. Acesso em: 26 ago. 2020.

CHAGAS, M. J. R. *et al.* Evidenciação contábil dos recursos auferidos pelas OSCIPs do nordeste brasileiro: um enfoque nas subvenções e assistências governamentais. *Revista Ambiente Contábil*, [S.l.], v.12, n.2, jul./dez, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. *Anuário de Pesquisa: 2016-2017*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2017.

IBAÑEZ, Pablo. Geopolítica e inovação tecnológica: uma análise da subvenção econômica e das políticas de inovação para a saúde. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIMA, Leandro Manoel Matias de. Os direitos de propriedade intelectual e as inovações: os desdobramentos dos sistemas nacionais e internacional de direitos de propriedade intelectual. 2019, 1 recurso online (267 p.). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/345138>. Acesso em: 10 jul. 2020.

LOUREIRO, Débora Queiroz; GALLON, Alessandra Vasconcelos; LUCA, Márcia Martins Mende de. Subvenções e assistências governamentais (SAG): evidenciação e rentabilidade das maiores empresas brasileiras. *Revista*

de Contabilidade e Organizações, [S.l.], v. 5, n. 13, p.34-54, 2011.

MARINHO, Sarah M. Matos. Explorando os laços do capitalismo no Brasil: a forma e o conteúdo das estratégias de governança corporativa da BNDESPAR. Revista Direito GV, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. 2018. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/artigo/explorando-lacos-capitalismo-brasil-forma-conteudo-estrategias-de-governa>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MATTOS, Leonardo Vidal. Assistência farmacêutica na atenção básica e programa farmácia popular do Brasil: uma análise crítica das políticas públicas de provisão de medicamentos no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

MELILLO, Pedro H; BRAGANÇA, Gustavo C; MEDEIROS, Rodrigo Vasconcellos. Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico Revista Ambiente Contábil, [S.l.], v.11, jan/jun. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ambiente>. Acesso em 27/08/2020.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Dos incentivos fiscais: uma análise de sua dimensão normativa no sistema jurídico brasileiro. Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento, [S.l.], v. 4, n. 4, 2016.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAAC, Diana Maria Preciado. Análise das características determinantes das empresas que usufruem de subvenções e assistências governamentais. 2016. Dissertação (Mestrado) – Administração, Ribeirão Preto, FEARP/USP, 2016.

SAAC, Diana Maria Preciado. Análise das características determinantes das empresas que usufruem de subvenções e assistências governamentais. 2016. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Université de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

SILVA, Glauco Peres da *et al.* Desenho de pesquisa, Brasília: Enap, 2018. 119 p.: il.

SIMÕES, Danilo. As subvenções governamentais estão sendo reconhecidas no período certo e estão mensuradas adequadamente? [S.l.]: KPMG, 2020. Disponível em: <https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2020/06/subvencoes-governamentais.html>. Acesso em: 4 nov. 2020.

SOUZA, Jackeline Lucas *et al.* Subvenção e assistência governamental em empresas brasileiras com fomento à inovação da FINEP. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 17, n. 51, p. 108-122, ago. 2018. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2565>. Acesso em: 29 ago. 2020.

Organizadora



Ana Carolina Vasconcelos Colares

Doutoranda e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Gestão Ambiental de Empresas EAD/AVM. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Administração pela PUC Minas. Possui experiência profissional em Auditoria Independente, atua e pesquisa nas áreas de Contabilidade Societária e IFRS, Auditoria Contábil, Gestão Ambiental e Finanças Sustentáveis. É Professora de graduação das disciplinas do eixo contábil, da Introdutória até Avançada, Auditoria e Pesquisa, e atua como orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso, na PUC Minas.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9367117068866327>

Índice Remissivo

A

acionistas 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 175, 180, 186
administração 11, 12, 13, 14, 34, 45, 46, 51, 63, 68, 73, 102, 113, 118, 125, 128, 146, 152, 170, 177
atividade 13, 14, 26, 36, 67, 69, 73, 76, 78, 80, 87, 90, 144, 181
auditoria 10, 32, 58, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 131, 132, 177
auditoria externa 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80
autarquia 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 69, 72, 74
autarquias 12, 13, 27
automatizada 30, 32

B

B3 117, 118, 119, 122, 123, 130, 131, 133, 153, 155, 156, 159, 160, 161, 167, 172, 178, 184, 186
Belo Horizonte 47, 48, 49, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 98
benefícios 14, 15, 31, 43, 45, 46, 72, 162, 167, 168, 172, 173, 183, 184
BHIP 48, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66
BI 12, 13, 16, 17, 19, 22, 27, 28, 100
BNDES 138, 172, 174, 175, 177, 178, 183, 185
bolsas de valores 54, 74
BPO 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 22, 26, 27, 28
brasileiras 54, 58, 63, 65, 68, 74, 101, 102, 116, 133, 135, 144, 156, 158, 159, 169, 187, 188
brasileiro 53, 55, 84, 86, 87, 100, 101, 102, 116, 129, 130, 131, 137, 139, 144, 149, 155, 173, 186, 187, 188
business 12, 14, 16, 34, 48, 136

C

capital 48, 49, 54, 55, 57, 62, 63, 66, 101, 102, 105, 118, 122, 123, 126, 133, 146, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 178, 180, 181, 186
capitalismo 171, 172, 173, 174, 175, 186, 187, 188
carreira 40, 85, 86, 87, 88, 94, 98, 100, 101, 102, 115, 116
cliente 14, 15, 70, 80, 146
companhias 49, 51, 55, 63, 69, 70, 71, 72, 118, 120, 122, 123, 125, 126, 129, 131, 153, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 182, 183, 184, 185
concessionária 47, 48, 51, 55, 56, 59, 61
conformidade 47, 50, 54, 58, 59, 60, 62, 70, 81, 175
conhecimento 9, 17, 20, 30, 31, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 53, 54, 59, 87, 89, 90, 94, 96, 116, 142, 150, 159, 166, 168
contábil 9, 10, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 52, 53, 55, 56, 61, 63, 69, 70, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 106, 107,

110, 113, 114, 115, 116, 121, 140, 151, 155, 158, 174, 175, 178, 182, 183, 187, 189

contabilidade 9, 10, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 54, 58, 62, 63, 64, 66, 67, 70, 73, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 121, 140, 141, 151, 152, 158, 188

contador 13, 20, 25, 29, 30, 31, 36, 43, 44, 84, 85, 87, 89, 94, 95, 97, 98, 101, 102, 103, 115, 116

contadores 9, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 38, 41, 42, 44, 85, 88, 91, 92, 93, 96, 101, 102, 107, 111, 115, 116, 140

controle 12, 13, 14, 18, 19, 26, 31, 33, 35, 49, 50, 51, 57, 61, 70, 72, 73, 75, 80, 113, 115, 121, 125, 140, 149, 158, 175, 177, 185, 186

coronavírus 133, 136, 137, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 152

covid-19 118, 122, 133

Covid-19 9, 43, 44, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 142, 144, 146, 151, 186

COVID-19 61, 117, 128, 135, 141, 152

crise 85, 119, 120, 126, 129, 131, 133, 144, 172, 186

custos 14, 15, 34, 35, 41, 43, 44, 57, 72, 113, 126, 128, 140, 158, 187

D

decisório 21, 36, 43

demonstrações financeiras 47, 48, 51, 54, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 125, 126, 133, 157, 164

demonstrativos 12, 26, 56, 61, 115, 161

desafios 9, 29, 30, 31, 44, 84, 86, 120, 129

despesas 13, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 57, 115, 121, 128, 140, 155, 175, 186

digital 9, 10, 29, 30, 31, 33, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 46, 115, 126, 146

direito 18, 51, 52, 53, 58, 60, 64, 101, 107, 155, 184

disclosure 10, 47, 48, 49, 53, 56, 61, 66, 172

dividendos 122, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

E

econômica 9, 53, 67, 113, 115, 119, 120, 129, 131, 155, 167, 173, 177, 187

econômico-financeiras 172

educacional 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131, 132

eficácia 15, 72, 86, 141

empregabilidade 84, 85, 88, 97, 98, 115

emprego 43, 95, 100, 101, 103, 107, 108, 115, 126

empresa 14, 15, 20, 31, 32, 34, 35, 36, 43, 44, 48, 58, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 73, 75, 89, 92, 101, 109, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 138, 140, 141, 142, 146, 147, 149, 150, 151, 155, 156, 158, 159, 163, 164, 166, 167, 169, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187

empresas 13, 14, 15, 20, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 43, 44, 46, 48, 49, 50, 55, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 80, 85, 86, 90, 91, 92, 94, 98, 102, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

entidades 9, 12, 14, 17, 49, 51, 53, 54, 68, 112, 136, 137, 138, 142, 143, 145, 146, 149, 150, 163, 165, 177, 186

estabilidade 100, 101, 102, 112, 122, 128

estratégica 9, 14, 20, 27, 44, 113, 115, 136, 149

estratégicas 13, 113, 115, 141, 155, 184

estudo 11, 12, 13, 14, 18, 19, 27, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 48, 49, 54, 55, 56, 63, 66, 68, 74, 75, 78, 80, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 101, 102, 103, 116, 118, 121, 122, 136, 142, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165, 166, 168, 170, 174, 175, 176, 177, 186, 188

evidenciação 48, 49, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 78, 174, 175, 176, 182, 186, 187

evolução 23, 31, 32, 36, 39, 43, 45, 53, 55, 84, 85, 86, 88, 98, 100, 101, 114, 116, 119, 126, 128, 136, 150, 158, 175

excelência 14, 86

F

ferramentas 12, 16, 31, 34, 38, 42, 44, 74, 86, 87, 102, 132, 141

fidedignos 69

financeira 12, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 26, 27, 31, 49, 53, 56, 59, 73, 114, 115, 119, 121, 123, 126, 128, 129, 140, 146, 149, 155, 156, 158

financeiro 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 50, 51, 52, 53, 57, 61, 67, 69, 72, 78, 80, 94, 117, 118, 122, 131, 132, 137, 155, 156, 173, 180

Financeiro 12, 13, 14, 15, 16, 18, 26, 27, 28, 57, 59, 60

firmas 65, 67, 69, 74, 76, 80, 177, 185, 186

fiscais 36, 70, 131, 154, 158, 160, 162, 163, 164, 167, 168, 172, 173, 176, 177, 178, 183, 184, 188

fiscalização 9, 18, 20, 50, 66, 69, 71, 74

flexibilidade 14, 15

G

gestão 12, 13, 14, 16, 17, 20, 26, 31, 44, 48, 50, 55, 56, 57, 61, 66, 68, 85, 107, 115, 136, 138, 139, 140, 141, 146, 149, 150, 155, 172, 176

gestão empresarial 136, 149, 150

governamentais 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 186, 187, 188

governança 49, 67, 68, 72, 80, 118, 123, 154, 158, 161, 162, 167, 188

governo 13, 36, 67, 69, 85, 137, 145, 146, 172, 173, 175, 176, 177, 182, 184, 185, 186, 187

I

ICPC 01 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 64, 66

ICPC 17 47, 48, 49, 53, 55, 61, 62, 66

iluminação 47, 48, 50, 55, 56, 61, 66

impacto 9, 26, 33, 45, 51, 73, 117, 119, 120, 122, 125, 128, 129, 131, 137, 149, 152, 155, 165, 167, 168, 175

impactos 12, 18, 26, 30, 32, 36, 43, 44, 46, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 133, 135, 136, 143, 144, 146, 149, 150, 177

imposto 154, 155, 157, 161, 163, 164, 166, 168

inovação 32, 35, 36, 37, 39, 41, 43, 46, 116, 120, 177, 183, 187, 188

inovadoras 30, 43, 44

Inserção 83

inteligência 9, 12, 31, 33, 84

internacionais 48, 49, 51, 58, 62, 64, 66, 84, 85, 86, 101, 102, 121, 185

J

jovem 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 97

L

laços 171, 172, 173, 174, 175, 186, 187, 188

lucros 53, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 169

M

mercado 9, 10, 16, 30, 32, 33, 34, 38, 39, 41, 44, 49, 67, 68, 69, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 109, 110, 113, 115, 120, 123, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 139, 141, 144, 146, 148, 149, 150, 155, 156, 157, 164, 167, 173, 177, 178, 183, 184, 185, 186, 187

micro 135, 136, 137, 144, 145, 146, 148, 150, 152

microempresas 136, 137, 139, 140, 150

mídias 31

Minas Gerais 2, 11, 12, 18, 26, 29, 37, 38, 44, 48, 66, 105, 150, 153, 170, 185, 189

N

nacional 14, 74, 87, 89, 139, 144

natureza 20, 21, 31, 55, 61, 63, 87, 88, 89, 97, 100, 101, 102, 103, 112, 154, 159, 174, 175, 178, 182, 183, 184

negócios 9, 12, 13, 14, 15, 16, 31, 32, 34, 35, 48, 55, 66, 120, 123, 125, 126, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 174

O

operações 14, 34, 53, 61, 73, 150

ótica 45, 47, 54, 55, 62, 69, 129, 154, 155, 166

otimização 36, 43

outsourcing 11, 12, 14, 15, 20, 22, 27

P

pandemia 9, 10, 26, 44, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 186

PCAOB 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82

pequenas 46, 96, 135, 137, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152

perfil 39, 55, 87, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 148, 159

político 172

Power BI 12, 13, 16, 17, 19, 22, 28

práticas 3, 30, 58, 71, 73, 74, 123, 158, 170, 173, 183

prejuízos 53, 121, 136, 137, 138, 149, 160, 180

privado 13, 27, 48, 50, 51, 52, 66, 102, 112, 115, 117, 119, 122, 123, 131, 132, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 184, 186, 187

process 11, 12, 14, 48, 136

processo 9, 14, 15, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 35, 36, 42, 43, 44, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 61, 62, 66, 73, 85, 114, 121, 136, 142, 168, 175, 176, 187

processos 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 36, 42, 43, 44, 51, 57, 84, 114, 116, 137, 140, 149, 150, 177

produtividade 14, 15, 31, 41, 85

profissão 18, 32, 33, 41, 42, 43, 71, 86, 87, 89, 97, 100, 101, 102, 104, 107, 112, 114, 115, 116

profissionais 9, 14, 18, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 69, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115

profissional 29, 30, 31, 32, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 61, 69, 70, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 189

pública 11, 12, 13, 18, 21, 26, 27, 47, 48, 50, 55, 56, 63, 66, 70, 71, 75, 86, 91, 98, 102, 113, 130, 141, 151, 175, 186

Q

qualidade 13, 14, 15, 20, 26, 31, 33, 34, 36, 37, 41, 43, 53, 62, 69, 70, 75, 80, 85, 100, 115, 140, 175, 186

R

RAIS 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

recursos 13, 15, 20, 21, 31, 35, 36, 51, 53, 121, 126, 127, 146, 162, 173, 174, 175, 177, 181, 183, 184, 186, 187

remuneração 53, 59, 61, 88, 89, 94, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 116, 154, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 169

responsabilidade 3, 14, 48, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 87, 113, 140, 172

S

saúde 13, 119, 123, 141, 156, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 182, 184, 186, 187

serviço 13, 14, 16, 33, 50, 51, 52, 54, 61, 70, 73, 145, 173

serviços 13, 14, 15, 16, 20, 21, 31, 32, 33, 36, 37, 41, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 66, 69, 70, 107, 113, 119, 128, 138, 139, 143, 144, 145, 149, 173, 178

setor educacional 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 130, 131, 132

setor privado 27, 48, 66, 102, 112, 115, 172, 173, 175, 176, 184, 186, 187

sociedade 13, 18, 20, 22, 26, 36, 68, 69, 114, 115, 119, 137, 156, 173, 186

SOX 66, 67, 69, 70, 71, 72, 80, 81, 82

stakeholders 9, 48, 66, 67, 68, 80, 155

subvenção 172, 174, 183, 184, 186, 187

T

técnico 44, 53, 85, 90, 92, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 110, 111, 114, 115

tecnologias 15, 16, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 129, 136, 137, 149, 150

tecnológica 29, 32, 35, 36, 37, 39, 41, 46, 187

terceirização 12, 13, 14, 18, 20, 26, 27

trabalho 9, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 22, 26, 30, 32, 33, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 55, 61, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 120, 136, 142, 144, 147, 150, 155, 156, 158, 159, 167, 176, 182, 185, 186

transparência 12, 18, 20, 21, 25, 26, 27, 31, 41, 49, 51, 54, 55, 68, 118, 123

tributária 137, 138, 139, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168

tributários 153, 154, 156, 162, 167, 186

V

visão 9, 13, 19, 20, 41, 43, 44, 94, 101, 116, 121, 123, 128, 149

